



## Declaração de Informações Adicionais

Datado de 1º de abril de 2024

Esta Declaração de Informações Adicionais ("SAI") não é um prospecto. Ele deve ser lido em conjunto com o Prospecto atual (cada um um "Prospecto" e, coletivamente, os "Prospectos") para os seguintes Fundos ("Fundos") da Global X Funds ("Trust"), pois tal Prospecto pode ser revisto ou complementado de tempos em tempos:

Global X MLP ETF (MLPA)	Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF (AIQ)
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia	Global X Genômica & ETF Biotecnologia (GNOM)
ETF Global X Renda Alternativa (ALTY)	ETF Global X Cloud Computing (CLOU)
ETF Global X Empresas Conscientes (KRMA)	ETF Global X Crescimento Temático (GXTG)
Global X U.S. Preferred ETF (PFFD)	Global X Video Games & Esports ETF (HERO)
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P 500®	ETF Global X Cybersecurity (BUG)
ETF Global X Adaptive U.S. Factor (AUSF)	Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital (EDOC)
ETF Preferencial Global X Taxa Variável (PFFV)	ETF Global X CleanTech (CTEC)
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA (ONOF)	Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure
ETF Global X 1-3 Meses T-Bill (CLIP)	ETF Global X Água Limpa (AQWA)
Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF (FLUXO)	Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos (KROP)
ETF Global X Millennial Consumer (MILN)	ETF Global X Blockchain (BKCH)
ETF Global X Envelhecimento da População (AGNG)	ETF de hidrogênio global X (HYDR)
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	ETF Global X Solar (RAIOS)
ETF Global X FinTech (FINX)	ETF Global X Energia Eólica (WNDY)
ETF Global X Internet das Coisas (SNSR)	ETF Global X PropTech (PTEC)
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos	ETF Global X Defense Tech (SHLD)
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos (DRIV)	

Os prospectos dos fundos são datados de 1º de abril de 2024. Os termos em maiúsculas aqui utilizados que não estão definidos têm o mesmo significado que no Prospecto, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras e notas contidas no Relatório Anual do Fundo são incorporadas por referência e são consideradas como parte deste SAI (para o Global X MLP ETF, Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, Global X Alternative Income ETF, Global X Conscious Companies ETF, Global X U.S. Preferred ETF, Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, Global X Adaptive U.S. Factor ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF, Global X 1-3 Month T-Bill ETF e Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353>; e para todos os outros fundos: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353>). Uma cópia do Prospecto e do Relatório Anual pode ser obtida gratuitamente escrevendo para SEI Investments Global Funds Services, One Freedom Valley Drive, Oaks, PA 19456, ligando para 1-888-493-8631 ou visitando [www.globalxetfs.com](http://www.globalxetfs.com). O Global X MLP ETF, Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, Global X U.S. Preferred ETF, Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, Global X Adaptive U.S. Factor ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF, Global X 1-3 Month T-Bill ETF, Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF e Global X Defense Tech ETF estão listados na NYSE Arca Inc. O ETF Global

X Alternative Income, Global X Conscious Companies ETF, Global X Robotics & Artificial Intelligence ETF, Global X FinTech ETF, Global X Internet of Things ETF, Global X Cloud Computing ETF, Global X Artificial Intelligence & Technology ETF, Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, Global X Genomics & Biotechnology ETF, Global X Video Games & Esports ETF, ETF Global X Cybersecurity ETF, Global X Millennial Consumer ETF, Global X Aging Population ETF, Global X Thematic Growth ETF, Global X Telemedicine & Digital Health ETF, Global X CleanTech ETF, Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF), Global X AgTech & Food Innovation ETF, Global X Blockchain ETF, Global X Clean Water ETF, Global X Hydrogen ETF, Global X Solar ETF, Global X Wind Energy ETF e Global X PropTech ETF estão listados na NASDAQ Stock Market LLC ("NASDAQ"). O ETF Global X U.S. Infrastructure Development está listado na Cboe BZX Exchange, Inc. A NYSE Arca, NASDAQ e Cboe BZX são respectivamente referidas aqui como a "Bolsa".

## ÍNDICE

<b>DESCRIÇÃO GERAL DO FUNDO FIDUCIÁRIO E DOS FUNDOS</b>	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE INVESTIMENTOS</b>	<b>4</b>
LISTAGEM E NEGOCIAÇÃO EM BOLSA	4
OBJETIVO, ESTRATÉGIAS E RISCOS DO INVESTIMENTO	4
GIRO DA CARTEIRA	26
INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES E OS PROVEDORES DE ÍNDICES	27
RESTRICÇÕES AO INVESTIMENTO	60
LIMITAÇÕES ATUAIS DA LEI DE 1940	61
OFERTA CONTÍNUA	62
PARTICIPAÇÕES EM CARTEIRAS	63
<b>GESTÃO DO TRUST</b>	<b>64</b>
CONSELHO CURADOR E DIRETORIA	64
COMITÊS PERMANENTES DO CONSELHO	68
PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DIRETORA DAS COTAS DO FUNDO	69
PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO CONSULTOR E EMPRESAS	69
REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR	70
CÓDIGO DE ÉTICA	70
ASSESSOR DE INVESTIMENTOS	71
GESTORES DE PORTFÓLIO	73
OPERAÇÕES DE CORRETAGEM	75
VOTAÇÃO POR PROCURAÇÃO	77
SUBADMINISTRADOR	78
DISTRIBUIDOR	78
CUSTODIANTES E AGENTES DE TRANSFERÊNCIA	78
AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS	79
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	81
SISTEMA SOMENTE ESCRITURAL	84
<b>COMPRA E RESGATE DE UNIDADES DE CRIAÇÃO</b>	<b>85</b>
TRANSACÇÕES EM UNIDADES DE CRIAÇÃO	85
AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	85
COMPRA E EMISSÃO DE AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	85
RESGATE DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	90
<b>IMPOSTOS</b>	<b>93</b>
IMPOSTOS PARA O ETF GLOBAL X MLP	93
IMPOSTOS PARA CADA FUNDO QUE NÃO SEJA O ETF GLOBAL X MLP	95
TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS	96
DISTRIBUIÇÕES	97
EXCESSO DE RENDA DE INCLUSÃO	97
IMPOSTOS APLICÁVEIS A TODOS OS FUNDOS	98
351.º E 362.º	98
IMPOSTOS ESTRANGEIROS	98
TRIBUTAÇÃO DAS DISTRIBUIÇÕES DE FUNDOS	98
TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE DETERMINADOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E	99
VENDA DE AÇÕES	104
RELATÓRIO DE BASE DE CUSTOS	105
RELATÓRIOS	105
RETENÇÃO DE BACKUP	105
OUTROS IMPOSTOS	105
TRIBUTAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO AMERICANOS	106
VALOR PATRIMONIAL LÍQUIDO	107
PLANO DE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS	108
<b>DIVIDENDOS E DISTRIBUIÇÕES</b>	<b>108</b>

POLÍTICAS GERAIS	108
SERVIÇO DE REINVESTIMENTO DE DIVIDENDOS	108
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>108</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>109</b>
PESSOAS DE CONTROLO E PRINCIPAIS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS	109
CONSELHEIRO FIDUCIÁRIO INDEPENDENTE	118
EMPRESA INDEPENDENTE DE CONTABILIDADE PÚBLICA REGISTRADA	119
AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS	119
SERVIÇOS TRIBUTÁRIOS	119
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	119
<b>APÊNDICE A</b>	<b>120</b>

## DESCRIÇÃO GERAL DO FUNDO FIDUCIÁRIO E DOS FUNDOS

Em 1º de março de 2024, o Trust era composto por 95 carteiras, das quais 91 estavam operacionais. O Trust foi formado como um Delaware Statutory Trust em 6 de março de 2008 e está autorizado a ter várias séries ou carteiras. O Trust é uma empresa de investimento de gestão aberta, registrada sob o Investment Company Act de 1940, conforme alterado ("1940 Act"). A oferta de ações do Trust é registrada sob o Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"). Cada Fundo, exceto o ETF Global X Autonomous & Electric Vehicles, Global X Artificial Intelligence & Technology ETF, Global X Millennial Consumer ETF, Global X Aging Population ETF, Global X U.S. Infrastructure Development ETF, Global X Alternative Income ETF, Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, Global X U.S. Preferred ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Thematic Growth ETF, Global X Conscious Companies ETF, Global X Adaptive U.S. Factor ETF e Global X 1-3 Month T-Bill ETF é "não diversificado" e, como tal, os investimentos de cada Fundo não são necessários para atender a certos requisitos de diversificação sob a Lei de 1940. Esta ISC refere-se apenas aos seguintes fundos:

Global X MLP ETF (MLPA)	Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF (AIQ)
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia (MLPX)	Global X Genômica & ETF Biotecnologia (GNOM)
ETF Global X Renda Alternativa (ALTY)	ETF Global X Cloud Computing (CLOU)
ETF Global X Empresas Conscientes (KRMA)	ETF Global X Crescimento Temático (GXTG)
Global X U.S. Preferred ETF (PFFD)	Global X Video Games & Esports ETF (HERO)
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P 500®	ETF Global X Cybersecurity (BUG)
ETF Global X Adaptive U.S. Factor (AUSF)	Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital (EDOC)
ETF Preferencial Global X Taxa Variável (PFFV)	ETF Global X CleanTech (CTEC)
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA (ONOF)	Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure)
ETF Global X 1-3 Meses T-Bill (CLIP)	ETF Global X Água Limpa (AQWA)
Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF (FLUXO)	Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos (KROP)
ETF Global X Millennial Consumer (MILN)	ETF Global X Blockchain (BKCH)
ETF Global X Envelhecimento da População (AGNG)	ETF de hidrogênio global X (HYDR)
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial (BOTZ)	ETF Global X Solar (RAIOS)
ETF Global X FinTech (FINX)	ETF Global X Energia Eólica (WNDY)
ETF Global X Internet das Coisas (SNSR)	ETF Global X PropTech (PTEC)
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA	ETF Global X Defense Tech (SHLD)
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos (DRIV)	

Os seguintes fundos operacionais mudaram de nome nos últimos cinco anos:

O Global X Artificial Intelligence & Technology ETF em 2020 (anteriormente conhecido como Global X Future Analytics Tech ETF)

O ETF Global X Millennial Consumer em 2021 (anteriormente conhecido como Global X Millennials Thematic ETF)

O ETF Global X Aging Population em 2021 (anteriormente conhecido como Global X Longevity Thematic ETF)

O ETF Global X Alternative Income em 2021 (anteriormente conhecido como Global X SuperDividend® Alternatives ETF)

O Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF em 2024 (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF)

O objetivo de investimento de cada Fundo é fornecer resultados de investimento que correspondam geralmente ao desempenho de preço e rendimento, antes de taxas e despesas, de um índice de referência especificado ("Índice Subjacente"). O objetivo de investimento de um Fundo e o Índice Subjacente podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas. Os cotistas serão avisados com 60 dias de antecedência de qualquer alteração no objetivo de investimento do Fundo. Se a Global X Management Company LLC, consultora de investimentos dos Fundos ("GXMC" ou "Consultor") alterar o Índice Subjacente, o nome do Fundo também poderá ser alterado. Cada Fundo é gerido pelo Consultor.

Os Fundos oferecem e emitem cotas pelo valor patrimonial líquido por ação ("NAV") apenas em agregações de um número especificado de cotas (cada uma, uma "Unidade de Criação" ou uma "Agregação de Unidade de Criação"), geralmente em troca de uma cesta de títulos incluídos no Índice Subjacente de cada Fundo ("Títulos de Depósito"), juntamente com o depósito de um pagamento em dinheiro especificado ("Componente de Caixa"). As cotas dos Fundos ("Ações") são, ou serão, listadas e deverão ser negociadas na NYSE Arca, NASDAQ ou Cboe BZX.

As ações são negociadas no mercado secundário e em outros lugares a preços de mercado que podem estar em, acima ou abaixo do NAV. As ações são resgatáveis apenas em Agregações de Unidade de Criação e, geralmente, em troca de títulos de carteira e um Componente de Caixa. O número de Cotas por Unidade de Criação de cada Fundo é o seguinte:

<b>Fundo</b>	<b>Número de Ações por Unidade de Criação</b>
Global X MLP ETF (MLPA)	10,000
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia (MLPX)	10,000
ETF Global X Renda Alternativa (ALTY)	10,000
ETF Global X Empresas Conscientes (KRMA)	10,000
Global X U.S. Preferred ETF (PFFD)	10,000
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P 500® (QDIV)	10,000
ETF Global X Adaptive U.S. Factor (AUSF)	10,000
ETF Preferencial Global X Taxa Variável (PFFV)	10,000
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA (ONOF)	10,000
ETF Global X 1-3 Meses T-Bill (CLIP)	10,000
Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF (FLUXO)	10,000
ETF Global X Millennial Consumer (MILN)	10,000
ETF Global X Envelhecimento da População (AGNG)	10,000
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial (BOTZ)	10,000
ETF Global X FinTech (FINX)	10,000
ETF Global X Internet das Coisas (SNSR)	10,000
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA (PAVE)	10,000
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos (DRIV)	10,000
Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF (AIQ)	10,000
Global X Genômica & ETF Biotecnologia (GNOM)	10,000
ETF Global X Cloud Computing (CLOU)	10,000
ETF Global X Crescimento Temático (GXTG)	10,000
Global X Video Games & Esports ETF (HERO)	10,000
ETF Global X Cybersecurity (BUG)	10,000
Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital (EDOC)	10,000
ETF Global X CleanTech (CTEC)	10,000
Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF) (DTCR)	10,000
ETF Global X Água Limpa (AQWA)	10,000
Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos (KROP)	10,000
ETF Global X Blockchain (BKCH)	10,000
ETF de hidrogênio global X (HYDR)	10,000
ETF Global X Solar (RAIOS)	10,000
ETF Global X Energia Eólica (WNDY)	10,000
ETF Global X PropTech (PTEC)	10,000
ETF Global X Defense Tech (SHLD)	10,000

O Trust reserva-se o direito de oferecer uma opção "em dinheiro" para criações e resgates de Ações. As ações podem ser emitidas antes do recebimento de Títulos de Depósito sujeitos a várias condições, incluindo a exigência de manter em depósito no Trust caixa igual a 110% do valor de mercado dos Títulos de Depósito em falta. O montante necessário do depósito pode ser alterado pelo Consultor de tempos em tempos. Veja a seção "Compra e Resgate de Unidades de Criação" desta SAI para uma discussão mais aprofundada. Em cada caso de tais criações ou resgates em dinheiro, podem ser impostas taxas de transação que serão adicionais às taxas de transação associadas a criações ou resgates em espécie. Em todos os casos, tais condições e taxas serão limitadas de acordo com os requisitos da Securities and Exchange Commission ("SEC") aplicáveis às empresas de investimento de gestão que oferecem valores mobiliários resgatáveis.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE INVESTIMENTOS

### LISTAGEM E NEGOCIAÇÃO EM BOLSA

Uma discussão sobre listagem em bolsa e assuntos de negociação associados a um investimento em cada Fundo está contida no respectivo Prospecto. A discussão abaixo complementa, e deve ser lida em conjunto com essa seção do referido Prospecto.

As cotas de cada Fundo são listadas para negociação na Bolsa e negociadas ao longo do dia na Bolsa e em outros mercados secundários. Não pode haver garantia de que cada Fundo continuará a cumprir os requisitos de listagem da Bolsa na qual está listado. A Bolsa pode, mas não é obrigada a, remover as Cotas de um Fundo de sua listagem se (1) após o período inicial de doze meses que começa no início da negociação do Fundo, houver menos de cinquenta (50) registros e/ou beneficiários efetivos do Fundo por trinta (30) ou mais dias consecutivos de negociação, (2) o valor do Índice Subjacente no qual o Fundo se baseia não estiver mais calculado ou disponível, ou (3) qualquer outro evento ou condição que, na opinião da Bolsa, torne desaconselháveis novas negociações na Bolsa. A Bolsa removerá as Cotas de um Fundo da listagem e negociação após o término do Fundo.

Como no caso de outros títulos negociados publicamente, as comissões das corretoras sobre as transações serão baseadas em taxas de comissão negociadas em níveis habituais.

A fim de fornecer informações adicionais sobre o valor indicativo das Cotas de cada Fundo, a Bolsa ou um provedor designado de "valor de carteira otimizado indicativo" ("IOPV") divulga a cada quinze segundos, por meio das instalações da Consolidated Tape Association, um IOPV atualizado para cada Fundo, conforme calculado por um provedor de informações ou um fornecedor de dados de mercado. O Trust não está envolvido ou é responsável por qualquer aspecto do cálculo ou disseminação das IOPVs e não faz nenhuma representação ou garantia quanto à precisão das IOPVs.

Uma IOPV tem um componente de valor de títulos e um componente de caixa. Os valores dos títulos incluídos em uma IOPV são os valores dos Títulos de Depósito para o Fundo aplicável. O IOPV é geralmente determinado usando as cotações atuais do mercado e/ou cotações de preços obtidas de corretoras que podem negociar os títulos da carteira detidos por um Fundo. As cotações de certas participações do Fundo podem não ser atualizadas durante o horário de negociação dos EUA se tais participações não forem negociadas nos Estados Unidos. Embora o IOPV reflita o valor de mercado atual dos Títulos de Depósito que devem ser depositados em conexão com a compra de uma Agregação de Unidade de Criação, ele não reflete necessariamente a composição precisa da carteira atual de títulos detidos pelo Fundo aplicável em um determinado momento, porque a carteira atual do Fundo pode incluir títulos que não fazem parte dos Títulos de Depósito. Além disso, o IOPV não captura certos itens, como acréscimos de responsabilidade fiscal, que podem ocorrer para investimentos do Fundo em certas jurisdições estrangeiras. Portanto, o IOPV de cada Fundo divulgado durante o horário de negociação da Bolsa não deve ser visto como uma atualização em tempo real do NAV do Fundo, que é calculado apenas uma vez por dia.

Além da componente de títulos descrita no parágrafo anterior, a IOPV para cada Fundo inclui uma componente de caixa que consiste em dividendos acumulados estimados e outras receitas, menos despesas. Se aplicável, cada IOPV também reflete as mudanças nas taxas de câmbio entre o dólar americano e a moeda estrangeira aplicável.

O Trust reserva-se o direito de ajustar os preços das ações dos Fundos no futuro para manter intervalos de negociação convenientes para os investidores. Quaisquer ajustes seriam realizados por meio de desdobramentos de ações ou desdobramentos reversos de ações, que não teriam efeito sobre os ativos líquidos do Fundo aplicável.

### OBJETIVO, ESTRATÉGIAS E RISCOS DO INVESTIMENTO

Cada Fundo busca atingir seu objetivo investindo principalmente em títulos emitidos por empresas que compõem o Índice Subjacente relevante e por meio de transações que proporcionam exposição substancialmente semelhante aos títulos do Índice Subjacente. Cada Fundo opera como um fundo de índice e não será gerido ativamente. O desempenho adverso de um título na carteira de um Fundo normalmente não resultará na eliminação do título da carteira do Fundo. Cada Fundo investe pelo menos 80% de seus ativos totais nos títulos de seu Índice Subjacente e, se aplicável, em American Depositary Receipts ("ADRs") e



Global Depositary Receipts ("GDRs") (coletivamente "Depositary Receipts") com base nos títulos de seu Índice Subjacente. Cada Fundo também pode investir até 20% de seus ativos em determinados contratos futuros, opções e swap, caixa e equivalentes de caixa, bem como em ações não incluídas em seu Índice Subjacente, mas que o Consultor acredita que ajudarão o Fundo a rastrear seu Índice Subjacente.

Todos os fundos (exceto o Global X U.S. Preferred ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF e Global X 1-3 Month T-Bill ETF) usam uma estratégia de replicação. Uma estratégia de replicação é uma estratégia de indexação que envolve o investimento nos títulos do Índice Subjacente em aproximadamente as mesmas proporções que no Índice Subjacente. No entanto, cada Fundo pode utilizar uma estratégia de amostragem representativa em relação ao seu Índice Subjacente quando uma estratégia de replicação pode ser prejudicial para seus acionistas, como quando há dificuldades práticas ou custos substanciais envolvidos na compilação de uma carteira de títulos para seguir seu Índice Subjacente, ou, em certos casos, quando os títulos no Índice Subjacente se tornam temporariamente ilíquidos, indisponível ou menos líquido, ou devido a restrições legais (como requisitos de diversificação que se aplicam aos Fundos, mas não ao Índice Subjacente). Cada um dos ETFs Global X U.S. Preferred ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF e Global X 1-3 Month T-Bill ETF usará uma estratégia de amostragem representativa em relação ao seu Índice Subjacente. "Amostragem representativa" é uma estratégia de indexação que envolve o investimento em uma amostra representativa de títulos que coletivamente tem um perfil de investimento semelhante ao Índice Subjacente em termos de fatores-chave de risco, atributos de desempenho e outras características. Sob uma estratégia de amostragem representativa, um Fundo pode ou não deter todos os títulos do Índice Subjacente. Se um Fundo usa uma estratégia de replicação, pode-se esperar que ele tenha maior correlação com o Índice Subjacente do que se usar uma estratégia de amostragem representativa.

Cada Fundo adotou uma política de investimento não fundamental para investir, em circunstâncias normais, pelo menos 80% do valor de seus ativos líquidos, mais o montante de quaisquer empréstimos contraídos para fins de investimento, em títulos do Índice Subjacente do Fundo e em Depositary Receipts com base em títulos do Índice Subjacente. Um Fundo também pode ter adotado uma política adicional não fundamental para investir pelo menos 80% de seus ativos totais em valores mobiliários, conforme divulgado em seu Prospecto. Cada Fundo também adotou uma política para fornecer aos seus acionistas pelo menos 60 dias de antecedência por escrito uma mudança em seu objetivo de investimento. Se, após um investimento, o requisito de 80% não for mais atendido, os investimentos futuros de um Fundo serão feitos de forma a colocar o Fundo em conformidade com essa política.

O seguinte complementa as informações contidas no Prospecto relativas aos objetivos e políticas de investimento dos Fundos.

**RISCO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA.** Com o aumento do uso de tecnologias como a Internet para a realização de negócios, cada Fundo está suscetível a riscos operacionais, de segurança da informação e relacionados. Em geral, os incidentes cibernéticos podem resultar de ataques deliberados ou eventos não intencionais. Os ataques cibernéticos incluem, mas não estão limitados a, obter acesso não autorizado a sistemas digitais (por exemplo, por meio de "hacking" ou codificação de software mal-intencionado) para fins de apropriação indevida de ativos ou informações confidenciais, corrompendo dados ou causando interrupção operacional. Os ataques cibernéticos também podem ser realizados de uma maneira que não exija a obtenção de acesso não autorizado, como causar ataques de negação de serviço em sites (ou seja, esforços para tornar os serviços de rede indisponíveis para os usuários pretendidos). Falhas ou violações de segurança cibernética sofridas pelo consultor, distribuidor e outros provedores de serviços de um Fundo (incluindo, mas não limitado a, provedores de índices, contadores de fundos, custodiantes, agentes de transferência e administradores), criadores de mercado, Participantes Autorizados (conforme definido abaixo) e os emissores de títulos nos quais os Fundos investem têm a capacidade de causar interrupções e impactar as operações de negócios potencialmente resultando em perdas financeiras, interferência com a capacidade de um Fundo de calcular seu NAV, impedimentos à negociação, incapacidade dos acionistas do Fundo de realizar negócios, violações da privacidade aplicável e outras leis, multas regulatórias, penalidades, danos à reputação, reembolso ou outros custos de compensação ou custos adicionais de conformidade. Além disso, custos substanciais podem ser incorridos para prevenir quaisquer incidentes cibernéticos no futuro. Embora os Fundos tenham estabelecido planos de continuidade de negócios em caso de ataques cibernéticos e sistemas de gerenciamento de riscos para prevenir tais ataques cibernéticos, há limitações inerentes a esses planos e sistemas, incluindo a possibilidade de que certos riscos não tenham sido identificados. Além disso, os Fundos não podem controlar os planos e sistemas de segurança cibernética implementados por prestadores de serviços aos Fundos e emissores nos quais os Fundos investem,

formadores de mercado ou Participantes Autorizados. Os Fundos e seus acionistas podem ser impactados negativamente como resultado de quaisquer incidentes cibernéticos que afetem tais partes.

**CERTIFICADOS DEPOSITÁRIOS.** ADRs são recibos que são negociados nos Estados Unidos evidenciando a propriedade dos títulos estrangeiros subjacentes e são denominados em dólares americanos. GDRs são recibos emitidos por um não-E.U.A. instituição financeira que evidencia a propriedade de títulos subjacentes estrangeiros ou norte-americanos e geralmente são denominados em moedas estrangeiras. As GDR não podem ser denominadas na mesma moeda que os títulos que representam. Geralmente, as GDRs são projetadas para uso nos mercados de valores mobiliários estrangeiros.

Na medida em que cada Fundo investir em ADRs, esses ADRs serão listados em uma bolsa de valores nacional. Na medida em que cada Fundo investe em GDRs, tais GDRs serão listadas em uma bolsa estrangeira. Os Fundos não investirão em nenhum Depositary Receipt não listado ou em qualquer Depositary Receipt para o qual as informações de preços não estejam prontamente disponíveis. Geralmente, todos os Depositary Receipts devem ser patrocinados. Os Fundos, no entanto, podem investir em Depositary Receipts não patrocinados em determinadas circunstâncias limitadas. Um depositário não patrocinado não pode fornecer as mesmas informações aos acionistas que um depositário patrocinado é obrigado a fornecer ao abrigo do seu acordo contratual com o emitente. Portanto, pode haver menos informações disponíveis sobre tais emissores e pode não haver correlação entre tais informações e o valor de mercado dos Depositary Receipts.

**RISCO DE NÃO DIVERSIFICAÇÃO.** O risco de não diversificação é o risco de um fundo não diversificado poder ser mais suscetível a desenvolvimentos financeiros, econômicos ou outros adversos que afetem um único emitente e mais suscetível a maiores perdas devido a estes desenvolvimentos. Cada Fundo (exceto o ETF Global X Autonomous & Electric Vehicles, Global X Artificial Intelligence & Technology ETF, Global X Millennial Consumer ETF, Global X Aging Population ETF, Global X U.S. Infrastructure Development ETF, Global X Alternative Income ETF, Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, Global X U.S. Preferred ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Thematic Growth ETF, Global X Conscious Companies ETF, Global X Adaptive U.S. Factor ETF e Global X 1-3 Month T-Bill ETF) é classificado como "não diversificado" para fins da Lei de 1940. Uma classificação "não diversificada" significa que um Fundo não está limitado pela Lei de 1940 no que diz respeito à porcentagem de seus ativos que podem ser investidos em títulos de um único emissor. Os títulos de um determinado emissor podem dominar o Índice Subjacente de um Fundo e, conseqüentemente, a carteira de investimentos de um Fundo. Cada Fundo também pode concentrar seus investimentos em um determinado setor ou grupo de indústrias, conforme observado na descrição do Fundo. Os títulos de emissores de setores específicos podem dominar o Índice Subjacente de tal Fundo e, conseqüentemente, a carteira de investimentos do Fundo. Isso pode afetar adversamente seu desempenho ou sujeitar as Cotas do Fundo a uma volatilidade de preço maior do que a experimentada por empresas de investimento menos concentradas.

Cada Fundo pretende manter o nível necessário de diversificação e, de outra forma, conduzir suas operações de modo a se qualificar como uma "empresa de investimento regulamentada" para fins do Código da Receita Federal de 1986, conforme alterado (o "Código"), e para isentar o Fundo de qualquer responsabilidade pelo imposto de renda federal na medida em que seus lucros sejam distribuídos aos acionistas. O cumprimento dos requisitos de diversificação do Código pode limitar a flexibilidade de investimento de certos Fundos e pode tornar menos provável que esse Fundo cumpra o seu objetivo de investimento.

**INSTRUMENTOS DE CURTO PRAZO E INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.** Na medida em que seja consistente com as suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em instrumentos de curto prazo, incluindo instrumentos do mercado monetário, numa base contínua para fornecer liquidez ou por outras razões. Os instrumentos do mercado monetário são geralmente investimentos de curto prazo que podem incluir, mas não estão limitados a: (i) cotas de fundos do mercado monetário; (ii) obrigações emitidas ou garantidas pelo governo dos EUA, suas agências ou instrumentos (incluindo empresas patrocinadas pelo governo ("GSE")); (iii) certificados de depósito negociáveis ("CDs"), aceites bancários, depósitos a prazo fixo, notas e outras obrigações de bancos americanos e estrangeiros (incluindo filiais estrangeiras) e instituições similares; (iv) papel comercial classificado na data de compra "Prime-1" pela Moody's Investors Service, Inc. (v) títulos de dívida corporativa não conversíveis (por exemplo, títulos e debêntures) com vencimentos remanescentes na data de compra não superiores a 397 dias e que satisfaçam os requisitos de classificação estabelecidos na Regra 2a-7 da Lei de 1940; (vi) contratos de recompra; e (vii) obrigações de curto prazo denominadas em dólares dos EUA de bancos estrangeiros (incluindo filiais dos EUA) que, na opinião do Consultor, são de

qualidade comparável às obrigações de bancos dos EUA que podem ser compradas por um Fundo. Qualquer um desses instrumentos pode ser comprado em uma base corrente ou liquidada a prazo.

Os regulamentos da SEC que regem os fundos do mercado monetário exigem que os fundos do mercado monetário que não atendam às definições de um fundo do mercado monetário de varejo ou fundo do mercado monetário do governo transacionem a um NAV flutuante por ação (semelhante a todos os outros fundos mútuos não do mercado monetário), em vez de a um preço de ação estável de US\$ 1, bem como permitem (ou, em determinadas circunstâncias, exija que os fundos do mercado monetário imponham taxas de liquidez e portões de resgate para uso em momentos de estresse do mercado. Qualquer impacto na negociação e no valor dos instrumentos do mercado monetário como resultado desses regulamentos de fundos do mercado monetário pode afetar negativamente o rendimento e o potencial de retorno de um Fundo.

Os depósitos a prazo são depósitos inegociáveis mantidos em instituições bancárias por períodos de tempo especificados a taxas de juro indicadas. As aceitações dos banqueiros são saques a prazo sacados em bancos comerciais pelos mutuários, geralmente em conexão com transações internacionais. O papel comercial representa notas promissórias de curto prazo, sem garantia, emitidas ao portador por bancos ou holdings bancárias, corporações e sociedades financeiras. Certificados de depósito são certificados negociáveis emitidos contra fundos depositados em um banco comercial por um período de tempo determinado e ganhando um retorno especificado. As aceitações dos banqueiros são saques negociáveis ou letras de câmbio, normalmente sacados por um importador ou exportador para pagar uma mercadoria específica, que são "aceitos" por um banco, significando, na verdade, que o banco concorda incondicionalmente em pagar o valor nominal do instrumento no vencimento. Os depósitos a prazo fixos são obrigações bancárias a pagar numa data de vencimento determinada e acrescidas de juros a uma taxa fixa. Os depósitos a prazo fixos podem ser levantados à ordem pelo investidor, mas podem estar sujeitos a penalidades de levantamento antecipado que variam em função das condições de mercado e do prazo restante da obrigação. Não existem restrições contratuais ao direito de transferir um interesse benéfico num depósito a prazo fixo para terceiros. As cédulas geralmente são classificadas como juniores para depositar passivos dos bancos e pari passu com outras obrigações seniores e não garantidas do banco. As notas de banco são classificadas como "outros empréstimos" no balanço de um banco, enquanto as notas de depósito e os certificados de depósito são classificados como depósitos. As notas de banco não são seguradas pelo FDIC ou por qualquer outra seguradora.

Cada Fundo pode investir uma parte de seus ativos nas obrigações de bancos estrangeiros e filiais estrangeiras de bancos nacionais. Tais obrigações incluem Certificados de Depósito em Eurodólar ("ECDs"), que são certificados de depósito denominados em dólares americanos emitidos por escritórios de bancos estrangeiros e domésticos localizados fora dos Estados Unidos; Eurodollar Time Deposits ("ETDs"), que são depósitos denominados em dólares americanos em uma filial estrangeira de um banco dos EUA ou de um banco estrangeiro; Depósitos a Prazo Canadenses ("CTDs"), que são essencialmente os mesmos que ETDs, exceto que são emitidos por escritórios canadenses dos principais bancos canadenses; Schedule Bs, que são obrigações emitidas por filiais canadenses de bancos estrangeiros ou nacionais; Yankee Certificates of Deposit ("Yankee CDs"), que são certificados de depósito denominados em dólares americanos emitidos por uma filial americana de um banco estrangeiro e mantidos nos Estados Unidos; e Yankee Bankers' Acceptances ("Yankee BAs"), que são aceitações de banqueiros denominadas em dólares americanos emitidas por uma filial americana de um banco estrangeiro e mantidas nos Estados Unidos.

Os papéis comerciais comprados pelos Fundos podem incluir papel comercial lastreado em ativos. O papel comercial lastreado em ativos é emitido por uma sociedade de propósito específico que está organizada para emitir o papel comercial e comprar recebíveis comerciais ou outros ativos financeiros. A qualidade de crédito do papel comercial lastreado em ativos depende principalmente da qualidade desses ativos e do nível de qualquer suporte de crédito adicional.

**EQUITY SWAPS, SWAPS DE TAXA TOTAL DE RETORNO E SWAPS CAMBIAIS.** Cada Fundo pode investir até 20% de seus ativos totais em contratos de swap.

Um swap é um acordo que envolve a troca por um Fundo com outra parte de seus respectivos compromissos de pagar ou receber pagamentos em datas especificadas com base ou calculado por referência a mudanças em preços ou taxas especificadas (por exemplo, taxas de juros no caso de swaps de taxa de juros) com base em um valor especificado (o valor "nocial"). Alguns

swaps atualmente são, e outros no futuro serão, negociados em bolsa e compensados centralmente. Exemplos de contratos de swap incluem, mas não estão limitados a, equity equity, index ou outros swaps de retorno total e swaps de moeda estrangeira.

Cada Fundo pode celebrar contratos de troca de ações para investir em um mercado sem possuir ou assumir a custódia física de valores mobiliários em circunstâncias nas quais o investimento direto é restrito por razões legais ou é impraticável. Estes instrumentos proporcionam uma grande flexibilidade. Por exemplo, uma contraparte pode concordar em pagar a um Fundo o montante, se houver, pelo qual o valor nominal do contrato de troca de ações teria aumentado de valor se tivesse sido investido em ações específicas (ou um índice de ações), mais os dividendos que teriam sido recebidos sobre essas ações. Nesses casos, um Fundo pode concordar em pagar à contraparte o montante, se houver, pelo qual esse montante nominal teria diminuído de valor se tivesse sido investido nas ações. Portanto, o retorno a um Fundo em qualquer contrato de troca de ações deve ser o ganho ou perda sobre o valor nominal mais dividendos sobre as ações menos os juros pagos pelo Fundo sobre o valor nominal. Em outros casos, a contraparte e o Fundo podem concordar em pagar ao outro a diferença entre os desempenhos relativos de investimento que teriam sido alcançados se o valor nominal do contrato de troca de ações tivesse sido investido em ações (ou índices de ações) diferentes.

Os swaps de taxa total de retorno são contratos que obrigam uma parte a pagar ou receber juros em troca do pagamento pela outra parte do retorno total gerado por um título, uma cesta de títulos, um índice ou um componente do índice. Os Fundos também podem entrar em swaps de moeda, que envolvem a troca dos direitos dos Fundos e de outra parte para fazer ou receber pagamentos em moedas específicas. Os swaps cambiais envolvem a troca de direitos dos Fundos e de outra parte para fazer ou receber pagamentos em moedas específicas.

Algumas operações de swaps são realizadas numa base líquida, ou seja, os dois fluxos de pagamento são compensados, com um Fundo a receber ou a pagar, consoante o caso, apenas o montante líquido dos dois pagamentos. Um Fundo entrará em swaps de ações apenas em uma base líquida. Os pagamentos podem ser efectuados aquando da celebração de um contrato de swap de capitais próprios ou periodicamente durante a sua vigência. Os swaps de capital não envolvem a entrega de títulos ou outros ativos subjacentes. Por conseguinte, o risco de perda no que diz respeito aos swaps de capital próprio é limitado ao montante líquido dos pagamentos que esse Fundo está contratualmente obrigado a fazer. Se a outra parte de um swap de ações, ou qualquer outro swap celebrado em uma base líquida, entrar em default, o risco de perda de um Fundo consiste no valor líquido dos pagamentos que esse Fundo tem o direito contratual de receber, se houver. Em contrapartida, outras operações de swaps podem envolver o pagamento do montante bruto devido. Por exemplo, os swaps de divisas geralmente envolvem a entrega de todo o montante principal de uma moeda designada em troca da outra moeda designada. Por conseguinte, a totalidade do valor principal de um swap cambial está sujeita ao risco de a outra parte no swap não cumprir as suas obrigações contratuais de entrega. Na medida em que o montante a pagar por um Fundo ao abrigo de um swap esteja coberto por numerário segregado ou activos líquidos, os Fundos e o Consultor acreditam que as transacções não constituem títulos seniores ao abrigo da Lei de 1940 e, consequentemente, não as tratarão como estando sujeitas às restrições de contracção de empréstimos dos Fundos.

Os swaps compensados centralmente estão sujeitos à solvabilidade das organizações de compensação envolvidas na transacção. Por exemplo, um Fundo pode perder os pagamentos de margem que depositou na organização de compensação, bem como o montante líquido de ganhos ainda não pagos pela organização de compensação se violar o seu acordo com o Fundo ou se tornar insolvente ou entrar em falência. Em caso de falência da organização de compensação, o Fundo pode ter direito ao montante líquido de ganhos que o Fundo tem direito a receber, acrescido do retorno da margem que lhe é devida apenas na proporção do montante recebido pelos outros clientes da organização de compensação, potencialmente resultando em perdas para o Fundo.

Na medida em que um swap não é compensado centralmente, a utilização de swaps também envolve o risco de que uma perda possa ser sustentada como resultado da insolvência ou falência da contraparte ou do incumprimento pela contraparte dos pagamentos exigidos ou de qualquer outra forma os termos do acordo.

Um Fundo não entrará em nenhuma transacção de swap, a menos que o papel comercial não garantido, a dívida sênior ou a capacidade de pagamento de sinistros da outra parte seja classificado como A, ou A-1 ou melhor pela S&P ou Fitch Ratings ("Fitch"), ou A ou Prime-1 ou melhor pela Moody's, ou tenha recebido uma classificação comparável de outra organização que seja reconhecida como uma organização de classificação estatística reconhecida nacionalmente ("NRSRO") ou, se não for

classificada por essa organização de classificação, é determinada como sendo de qualidade comparável pelo Consultor. Se a solvabilidade de uma contraparte diminuir, o valor do swap pode diminuir, potencialmente resultando em perdas para um Fundo. A alteração das condições numa determinada área de mercado, diretamente relacionada ou não com os ativos de referência subjacentes ao acordo de swap, pode ter um impacto adverso na solvabilidade da contraparte. Por exemplo, a contraparte pode ter sofrido perdas como resultado da sua exposição a um setor do mercado que afetem negativamente a sua solvabilidade. Se houver um inadimplemento da outra parte em tal transação, um Fundo terá recursos contratuais de acordo com os acordos relacionados à transação. Tais recursos contratuais, no entanto, podem estar sujeitos às leis de falência e insolvência que podem afetar os direitos do Fundo como credor (por exemplo,, o Fundo pode não receber o montante líquido dos pagamentos que contratualmente tem direito a receber). O mercado de swap tem crescido substancialmente nos últimos anos, com um grande número de bancos e empresas de banco de investimento atuando tanto como mandantes quanto como agentes utilizando documentação padronizada de swap. Consequentemente, o mercado de swap tornou-se relativamente líquido em comparação com os mercados de outros instrumentos similares que são negociados no mercado interbancário.

O uso de equivalência patrimonial, taxa total de retorno e swaps cambiais é uma atividade altamente especializada que envolve técnicas de investimento e riscos diferentes daqueles associados às operações ordinárias de títulos em carteira.

Em conexão com a posição de um Fundo em um contrato de swaps, o Fundo segregará ativos líquidos ou cobrirá sua posição de acordo com os requisitos aplicáveis da SEC.

**TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.** Na medida consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em contratos de câmbio a termo e contratos futuros de moeda estrangeira. Nenhum Fundo, no entanto, espera se envolver em transações cambiais para fins especulativos ou com o propósito de se proteger contra quedas no valor dos ativos de um Fundo denominados em moeda estrangeira. Um Fundo pode celebrar contratos de câmbio a termo de moeda estrangeira e contratos futuros de moeda estrangeira para facilitar liquidações locais ou para proteger contra exposição cambial em conexão com suas distribuições aos acionistas.

Os contratos de câmbio de moeda estrangeira envolvem a obrigação de comprar ou vender uma moeda específica em uma data futura a um preço definido no momento do contrato. Os contratos de moeda a termo não eliminam as flutuações nos valores dos títulos da carteira, mas permitem que um Fundo estabeleça uma taxa de câmbio para um ponto no tempo futuro. Os contratos futuros de moeda estrangeira envolvem a obrigação de entregar ou adquirir a quantidade especificada de uma moeda específica, a um preço especificado e a um momento futuro especificado. Esses contratos futuros podem ser liquidados numa base de pagamento líquido em numerário, e não pela venda e entrega da moeda subjacente. Um Fundo pode incorrer em custos relacionados com contratos futuros e cambiais a termo e conversões de moedas estrangeiras e dólares americanos.

Os ativos líquidos iguais à quantidade de ativos de um Fundo que poderiam ser necessários para consumir contratos a termo serão segregados, exceto na medida em que os contratos estejam "cobertos". Os ativos segregados serão avaliados pelo valor de mercado ou justo. Se o valor de mercado ou justo de tais ativos diminuir, ativos líquidos adicionais serão segregados diariamente para que o valor dos ativos segregados seja igual ao montante de tais compromissos pelo Fundo. Um contrato a termo para vender uma moeda estrangeira é "coberto" se um Fundo possuir a moeda (ou títulos denominados na moeda) subjacente ao contrato, ou possuir um contrato a termo (ou opção de compra) que permita ao Fundo comprar a mesma moeda a um preço que (i) não seja superior ao preço do Fundo para vender a moeda ou (ii) maior do que o preço do Fundo para vender a moeda, desde que o Fundo separe os ativos líquidos em o valor da diferença. Um contrato a termo para comprar uma moeda estrangeira é "coberto" se um Fundo possuir um contrato a termo (ou opção de compra) que permita ao Fundo vender a mesma moeda a um preço que seja (i) tão alto ou superior ao preço do Fundo para comprar a moeda ou (ii) inferior ao preço do Fundo para comprar a moeda, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no valor da diferença.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS – GERAL.** Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em títulos estrangeiros. O investimento em títulos estrangeiros envolve riscos especiais. Estes incluem o risco de mercado, o risco de taxa de juro e os riscos de investir em títulos de emitentes estrangeiros e de empresas cujos valores mobiliários são principalmente negociados fora dos Estados Unidos em bolsas estrangeiras ou mercados de balcão estrangeiros e em investimentos denominados em moedas estrangeiras. O risco de mercado envolve a possibilidade de que os preços das ações

caiam em períodos curtos ou mesmo prolongados. Os mercados de ações tendem a ser cíclicos, com períodos de preços geralmente em alta e períodos de preços geralmente em declínio. Esses ciclos afetarão o valor de um Fundo na medida em que ele investe em ações estrangeiras. Além disso, o desempenho dos investimentos em títulos denominados em moeda estrangeira dependerá da força da moeda estrangeira frente ao dólar norte-americano e do ambiente de taxas de juros no país emissor da moeda. Na ausência de outros eventos que poderiam afetar o valor de um título estrangeiro (como uma mudança no clima político ou na qualidade de crédito de um emissor), pode-se esperar que a valorização do valor da moeda estrangeira geralmente aumente o valor de um título denominado em moeda estrangeira em termos de dólares americanos. Um aumento nas taxas de juros estrangeiros ou queda no valor da moeda estrangeira em relação ao dólar dos EUA geralmente pode ser esperado para deprimir o valor de um título denominado em moeda estrangeira.

Existem outros riscos e custos envolvidos no investimento em títulos estrangeiros, que se somam aos riscos usuais inerentes aos investimentos domésticos. O investimento em títulos estrangeiros envolve custos mais altos do que o investimento em títulos dos EUA, incluindo custos de transação e custódia mais altos, bem como a imposição de impostos adicionais por governos estrangeiros. Os investimentos estrangeiros também envolvem riscos associados ao nível das taxas de câmbio, informações financeiras menos completas sobre os emissores, menor liquidez do mercado, maior volatilidade do mercado e instabilidade política. Desenvolvimentos políticos e econômicos futuros, a possível imposição de impostos retidos na fonte sobre a renda de dividendos, a possível apreensão ou nacionalização de participações estrangeiras, o possível estabelecimento de controles cambiais ou a adoção de outras restrições governamentais podem afetar negativamente um investimento em títulos estrangeiros. Além disso, os bancos estrangeiros e as sucursais estrangeiras de bancos nacionais estão sujeitos a requisitos de reserva menos rigorosos e a diferentes requisitos de contabilidade, auditoria e manutenção de registros. Além disso, os recursos legais para investidores podem ser mais limitados do que os recursos disponíveis nos EUA.

Embora um Fundo possa investir em títulos denominados em moedas estrangeiras, seus títulos de carteira e outros ativos são avaliados em dólares americanos. As taxas de câmbio podem flutuar significativamente durante curtos períodos de tempo, causando, juntamente com outros fatores, que o NAV de um Fundo também flutue. As taxas de câmbio podem ser afetadas de forma imprevisível pela intervenção ou pela falha em intervir por governos ou bancos centrais dos EUA ou estrangeiros, ou por controles cambiais ou desenvolvimentos políticos nos EUA ou no exterior. Na medida em que os ativos totais de um Fundo, ajustados para refletir a posição líquida de um Fundo após a efetivação de transações cambiais, sejam denominados em moedas de países estrangeiros, um Fundo estará mais suscetível ao risco de desenvolvimentos econômicos e políticos adversos nesses países.

Os emissores de títulos estrangeiros também podem sofrer com a instabilidade social, política e econômica. Essa instabilidade pode levar à iliquidez ou à volatilidade dos preços dos títulos estrangeiros negociados nos mercados afetados. Os emitentes estrangeiros podem estar sujeitos ao risco de que, durante determinados períodos, a liquidez dos valores mobiliários de um determinado emitente ou indústria, ou de todos os valores mobiliários de uma determinada região, seja afetada negativamente por acontecimentos econômicos, de mercado ou políticos, ou por percepções adversas dos investidores, que possam causar uma desvalorização temporária ou permanente dos valores mobiliários relevantes. Além disso, se um mercado de títulos estrangeiros fechar como resultado de tal instabilidade, pode ser mais difícil obter preços precisos de origem independente para os títulos negociados nesses mercados e pode ser difícil avaliar os títulos estrangeiros afetados por longos períodos de tempo.

Um Fundo também está sujeito à possível imposição de regulamentos de controle cambial ou congelamentos na conversibilidade da moeda. Além disso, através do uso de contratos de câmbio a termo com outros instrumentos, quaisquer posições cambiais líquidas dos Fundos podem expô-los a riscos independentes de suas posições em valores mobiliários.

Um Fundo estará sujeito a impostos estrangeiros retidos na fonte com relação a certos dividendos ou juros recebidos de fontes em países estrangeiros, e ganhos de capital em títulos de certos países estrangeiros podem estar sujeitos a tributação. Na medida em que tais impostos não sejam compensados por créditos ou deduções permitidos aos investidores sob a lei federal de imposto de renda dos EUA, eles podem reduzir o retorno líquido aos acionistas.

Os custos atribuíveis ao investimento no exterior geralmente são mais altos do que os investimentos em títulos nacionais por várias razões, tais como o maior custo da pesquisa de investimento, custos mais altos de custódia de títulos estrangeiros, comissões

mais altas pagas em transações comparáveis em mercados estrangeiros e custos adicionais decorrentes de atrasos na liquidação de transações envolvendo títulos estrangeiros.

Os mercados estrangeiros também têm procedimentos de compensação e liquidação diferentes e, em certos mercados, houve momentos em que as liquidações não conseguiram acompanhar o volume de transações de títulos, dificultando a realização de tais transações. Tais atrasos na liquidação podem resultar em períodos temporários em que uma parte dos ativos de um Fundo permanece não investida e nenhum retorno é obtido sobre esses ativos. A incapacidade de um Fundo de fazer compras ou vendas de títulos pretendidos devido a problemas de liquidação pode resultar em perdas para um Fundo devido a declínios subsequentes no valor dos títulos da carteira ou, se um Fundo tiver celebrado um contrato para vender os títulos, pode resultar em possível responsabilidade para o comprador.

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS – MERCADOS EMERGENTES.** Os países com mercados emergentes estão geralmente localizados nas regiões da Ásia e do Pacífico, Oriente Médio, Europa Oriental, América Central, América do Sul e África. Na medida permitida por suas políticas de investimento, os Fundos podem investir seus ativos em países com economias emergentes ou mercados de valores mobiliários.

Os mercados de valores mobiliários de países emergentes são menos líquidos e sujeitos a maior volatilidade de preços, e têm uma capitalização de mercado menor, do que os mercados de valores mobiliários de países mais desenvolvidos. Em certos países, pode haver menos títulos negociados publicamente e o mercado pode ser dominado por algumas emissões ou setores. Emissores e mercados de valores mobiliários em tais países não estão sujeitos a requisitos contábeis, financeiros e outros requisitos de relatórios tão extensos e frequentes ou a regulamentações governamentais tão abrangentes quanto os emissores e os mercados de valores mobiliários nos EUA. Em particular, os ativos e lucros que aparecem nas demonstrações financeiras de emissores de países emergentes podem não refletir sua posição financeira ou resultados operacionais da mesma maneira que as demonstrações financeiras de emissores dos EUA. Substancialmente menos informações podem estar disponíveis publicamente sobre emissores de países emergentes do que sobre emissores nos Estados Unidos.

Os mercados de valores mobiliários de países emergentes são tipicamente marcados por uma alta concentração de capitalização de mercado e volume de negociação em um pequeno número de emissores representando um número limitado de indústrias, bem como uma alta concentração de propriedade de tais títulos por um número limitado de investidores. Os mercados de valores mobiliários em certos países emergentes encontram-se nas primeiras fases do seu desenvolvimento. Mesmo os mercados de valores mobiliários relativamente amplamente negociados em países emergentes podem não ser capazes de absorver, sem interrupções de preços, um aumento significativo no volume de negociação ou negociações de um tamanho habitualmente realizado por investidores institucionais nos mercados de valores mobiliários de países desenvolvidos. A dimensão limitada de muitos destes mercados de valores mobiliários pode fazer com que os preços sejam erráticos por razões alheias a factores que afectam a solidez e a competitividade dos emitentes de valores mobiliários. Por exemplo, os preços podem ser indevidamente influenciados por comerciantes que controlam grandes posições nesses mercados. Além disso, as atividades de criação de mercado e arbitragem são geralmente menos extensas nesses mercados, o que pode contribuir para o aumento da volatilidade e redução da liquidez desses mercados. A liquidez limitada de títulos de países emergentes também pode afetar a capacidade de um Fundo de avaliar com precisão seus títulos de carteira ou de adquirir ou alienar títulos ao preço e no momento em que deseja fazê-lo ou para atender às solicitações de resgate.

Alguns países de mercados emergentes podem ter sistemas jurídicos antiquados, o que pode impactar negativamente os Fundos. Por exemplo, enquanto a responsabilidade potencial de um acionista de uma corporação dos EUA em relação a atos da corporação é geralmente limitada ao valor do investimento do acionista, a noção de responsabilidade limitada é menos clara em certos países de mercado emergente. Da mesma forma, os direitos dos investidores em empresas de mercados emergentes podem ser mais limitados do que os dos acionistas em corporações dos EUA.

Os custos de transação, incluindo comissões de corretagem ou mark-ups de dealers, em países emergentes podem ser mais altos do que nos mercados de valores mobiliários desenvolvidos. Além disso, as leis e regulamentos existentes são frequentemente aplicados de forma inconsistente. À medida que os sistemas jurídicos nos países emergentes se desenvolvem, os investidores

estrangeiros podem ser afetados negativamente por leis e regulamentos novos ou alterados. Em circunstâncias em que existam leis adequadas, pode não ser possível obter uma aplicação rápida e equitativa da lei.

Alguns países de mercados emergentes podem restringir ou controlar investimentos estrangeiros em seus mercados de valores mobiliários. Essas restrições podem limitar o investimento de um Fundo em determinados países emergentes e podem aumentar as despesas desse Fundo. Alguns países emergentes exigem aprovação governamental antes de investimentos por pessoas estrangeiras ou limitam o investimento de pessoas estrangeiras a apenas uma porcentagem especificada dos títulos em circulação de um emissor ou a uma classe específica de valores mobiliários que podem ter condições menos vantajosas (incluindo preço) do que os títulos da empresa disponíveis para compra por nacionais. Além disso, a repatriação de rendimentos de investimento e capital de países emergentes pode estar sujeita a restrições que exigem consentimentos governamentais ou proíbem totalmente o repatriamento por um período de tempo. Mesmo quando não existe uma restrição total ao repatriamento de capital, a mecânica do repatriamento pode afetar certos aspectos do funcionamento de um Fundo. Um Fundo pode ser obrigado a estabelecer custódia especial ou outros arranjos antes de investir em determinados países emergentes.

Certos emissores em países de mercado emergente podem utilizar esquemas de bloqueio de ações. O bloqueio de ações refere-se a uma prática, em certos mercados estrangeiros, em que os direitos de voto relacionados aos valores mobiliários de um emissor são baseados no impedimento de negociação desses valores mobiliários no nível de custodiante ou subcustodiante, por um período de tempo em torno de uma assembleia de acionistas. Estas restrições têm por efeito impedir a compra e venda de certos títulos com direito a voto num determinado número de dias antes e, em certos casos, após uma assembleia de acionistas em que será efectuado um voto de accionistas. O bloqueio de ações pode impedir que um Fundo compre ou venda títulos por um período de tempo. Durante o tempo em que as ações estiverem bloqueadas, as negociações desses títulos não serão liquidadas. O período de bloqueio pode durar até várias semanas. O processo para que uma restrição de bloqueio seja levantada pode ser bastante oneroso, com os requisitos específicos variando amplamente de acordo com o país. Além disso, em alguns países, o bloqueio não pode ser removido. Como resultado das ramificações das cédulas de voto em mercados que permitem o bloqueio de ações, o Consultor, em nome de um Fundo, reserva-se o direito de se abster de votar nesses mercados.

Os países emergentes podem estar sujeitos a um grau substancialmente maior de instabilidade e perturbação econômica, política e social do que os países mais desenvolvidos. Essa instabilidade pode resultar, entre outras coisas, do seguinte: (i) governos autoritários ou envolvimento militar na tomada de decisões políticas e econômicas, incluindo mudanças ou tentativas de mudanças de governos por meios extraconstitucionais; (ii) agitação popular associada a demandas por melhores condições políticas, econômicas ou sociais; (iii) insurgências internas; (iv) relações hostis com os países vizinhos; (v) descontentamento ou conflito étnico, religioso e racial; (vi) a ausência de estruturas jurídicas desenvolvidas que regulem os investimentos privados estrangeiros e a propriedade privada; (vii) a pequena dimensão atual dos mercados desses valores mobiliários e o volume de negociação atualmente baixo ou inexistente, que resultam em falta de liquidez e em maior volatilidade de preços; (viii) certas políticas nacionais que podem restringir as oportunidades de investimento de um Fundo, incluindo restrições ao investimento em emissores ou setores considerados sensíveis ao interesse nacional; (ix) tributação estrangeira; (x) a ausência, em alguns casos, de uma estrutura de mercado de capitais ou de uma economia orientada para o mercado; e (xi) a possibilidade de que os desenvolvimentos econômicos possam ser retardados ou revertidos por eventos políticos ou sociais imprevistos nesses países. Essa instabilidade econômica, política e social pode perturbar os principais mercados financeiros nos quais um Fundo pode investir e afetar negativamente o valor dos ativos do Fundo. Os investimentos de um Fundo também podem ser afetados negativamente por qualquer aumento de impostos ou por desenvolvimentos políticos, econômicos ou diplomáticos.

As economias dos países emergentes podem sofrer com crescimento desfavorável do Produto Interno Bruto, taxas de inflação, reinvestimento de capital, recursos, autossuficiência e balanço de pagamentos. Muitos países emergentes experimentaram no passado, e continuam a experimentar, altas taxas de inflação. Em certos países, a inflação acelerou, por vezes, rapidamente para níveis hiperinflacionistas, criando um ambiente negativo de taxas de juro e corroendo drasticamente o valor dos activos financeiros pendentes nesses países. Outros países emergentes, por outro lado, sofreram pressões deflacionárias e estão em recessão econômica. Além disso, muitos países emergentes também são altamente dependentes do comércio internacional e das exportações, incluindo exportações de petróleo e outras commodities para sustentar seu crescimento econômico. Como resultado, os países emergentes são particularmente vulneráveis a crises da economia mundial.



Uma parte dos investimentos de um Fundo pode ser em títulos e instrumentos russos. Em resultado dos recentes acontecimentos, os Estados Unidos e a União Económica e Monetária da União Europeia, juntamente com as entidades reguladoras de vários países, incluindo o Japão, a Austrália, a Noruega, a Suíça e o Canadá, impuseram sanções económicas e renovaram as sanções económicas existentes, que consistem em proibir certas transacções de valores mobiliários, proibir certas transacções privadas no sector da energia, congelamento de bens, e proibição de todos os negócios, contra certos indivíduos russos e entidades corporativas russas. As sanções anunciadas em fevereiro e março de 2022 incluem medidas contra o setor financeiro russo e restrições aos negócios nas regiões de Donetsk e Luhansk, na Ucrânia. Os Estados Unidos e outras nações ou organizações internacionais podem impor sanções económicas adicionais e mais amplas ou tomar outras ações que possam afetar negativamente os emissores relacionados à Rússia no futuro. Essas sanções, quaisquer sanções futuras ou outras ações, ou mesmo a ameaça de novas sanções ou outras ações, podem afetar negativamente o valor e a liquidez dos investimentos de um Fundo. Por exemplo, um Fundo pode ser proibido de investir em valores mobiliários emitidos por empresas sujeitas a tais sanções. Além disso, as sanções podem exigir que um Fundo congele seus investimentos existentes em empresas russas, proibindo o Fundo de comprar, vender ou transacionar esses investimentos. A Rússia pode empreender contramedidas ou ações retaliatórias, o que pode prejudicar ainda mais o valor e a liquidez da carteira de um Fundo e potencialmente interromper suas operações. Além disso, se um título afetado for incluído no Índice Subjacente de um Fundo, o Fundo poderá, quando possível, procurar eliminar suas participações no título afetado empregando ou aumentando sua estratégia de amostragem representativa para buscar acompanhar os resultados de investimento de seu Índice Subjacente. O uso (ou o aumento do uso de) uma estratégia de amostragem representativa pode aumentar o risco de erro de rastreamento de um Fundo. Essas sanções também podem levar a alterações no Índice Subjacente de um Fundo. O provedor de índices de um Fundo pode remover títulos do Índice Subjacente ou implementar limites máximos para os títulos de determinados emissores que tenham sido sujeitos a sanções económicas recentes. Nesse caso, espera-se que um Fundo reequilibre sua carteira para alinhá-la ao seu Índice Subjacente como resultado de tais alterações, o que pode resultar em custos de transação e aumento do erro de rastreamento.

Por essas ou outras razões, um Fundo pode tentar suspender os resgates de Unidades de Criação, inclusive no caso de existir uma emergência na qual não seja razoavelmente viável para o Fundo alienar seus títulos ou determinar seu valor patrimonial líquido. Um Fundo também poderia, entre outras coisas, limitar ou suspender criações de Unidades de Criação. Durante o período em que as criações ou resgates forem afetados, as Ações poderão ser negociadas com um prêmio ou desconto significativo em relação ao seu valor patrimonial líquido. No caso de um período durante o qual as criações são suspensas, um Fundo pode experimentar resgates substanciais, o que pode fazer com que o Fundo experimente custos de transação maiores e faça maiores distribuições tributáveis aos acionistas de um Fundo. Um Fundo pode liquidar todos ou parte de seus ativos, que podem estar a preços desfavoráveis. Um Fundo também pode alterar seu objetivo de investimento, por exemplo, buscando rastrear um índice alternativo.

Os investimentos em A-Shares chineses podem representar riscos adicionais em relação aos riscos de investir em títulos de mercados emergentes em geral. As A-Shares são emitidas por empresas constituídas na China continental e são negociadas em Renminbi ("RMB") na Bolsa de Valores de Xangai e na Bolsa de Valores de Shenzhen. Historicamente, a participação direta no mercado de A-Shares tem sido limitada aos investidores da China continental. Os investidores estrangeiros têm sido capazes de investir nos mercados de valores mobiliários da China continental através de certos programas de acesso ao mercado. Entre outros programas, os investidores estrangeiros podem investir em A-Shares listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Xangai e na Bolsa de Valores de Shenzhen por meio dos programas Shanghai - Hong Kong e Shenzhen - Hong Kong Stock Connect ("Programas Stock Connect"), lançados em 2014 e 2016, respectivamente. Esses programas Stock Connect são novos, e os reguladores chineses podem alterar ou eliminar esses programas a qualquer momento. Os Programas Stock Connect são programas de negociação e compensação de valores mobiliários entre a Bolsa de Valores de Xangai ("SSE") ou a Bolsa de Valores de Shenzhen ("SZSE") e a Bolsa de Valores de Hong Kong Limited ("SEHK"), a China Securities Depository and Clearing Corporation Limited e a Hong Kong Securities Clearing Company Limited. Os Programas Stock Connect são projetados para permitir o acesso mútuo ao mercado de ações entre a China continental e Hong Kong, permitindo que os investidores negociem e liquidem ações em cada mercado por meio de suas bolsas locais. A negociação através dos Programas Stock Connect está sujeita a uma quota diária ("Quota Diária"), que limita o máximo de compras líquidas diárias em qualquer dia específico por investidores de Hong Kong (e investidores estrangeiros que negociem através de Hong Kong) que negociem títulos cotados na China continental e investidores chineses do continente que negociem títulos cotados em Hong Kong através do Programa Stock Connect relevante. Dessa forma, os investimentos diretos em A-Shares serão limitados pela Cota Diária que limita o total de

compras por meio dos Programas Stock Connect. A Cota Diária é utilizada por todos os investidores de fora da China continental por ordem de chegada. Como tal, as ordens de compra de A-Shares seriam rejeitadas assim que a Quota Diária fosse excedida (embora os investidores tivessem permissão para vender A-Shares independentemente do saldo da Quota Diária). A Cota Diária pode restringir a capacidade de um Fundo de investir em A-Shares por meio dos Programas Stock Connect em tempo hábil, o que pode afetar a capacidade dos Fundos de prosseguir efetivamente sua estratégia de investimento. A Cota Diária também está sujeita a alterações.

Além disso, os investimentos feitos por meio da Stock Connect estão sujeitos a procedimentos de negociação, compensação e liquidação que ainda são relativamente não testados na China continental, o que pode representar riscos para um Fundo. Além disso, as A-Shares adquiridas através de um Programa Stock Connect geralmente não podem ser vendidas, compradas ou transferidas de outra forma que não seja através do Programa Stock Connect de acordo com as regras aplicáveis. Uma característica principal dos Programas Stock Connect é a aplicação das leis e regras do mercado doméstico aplicáveis aos investidores em A-Shares (ou seja, na China continental). Portanto, os investimentos de um Fundo em A-Shares por meio dos Programas Stock Connect estão sujeitos aos regulamentos de valores mobiliários chineses e regras de listagem, entre outras restrições. Embora as A-Shares devam ser designadas como elegíveis para serem negociadas sob um Programa de Conexão de Ações (tais Ações A elegíveis listadas no SSE, os "Títulos SSE" e tais Ações A elegíveis listadas no SZSE, os "Valores Mobiliários SZSE"), essas A-Ações também podem perder tal designação e, se isso ocorrer, tais A-Shares podem ser vendidas, mas não podem mais ser adquiridas por meio do Programa de Conexão de Ações aplicável. Além disso, os Programas Stock Connect só funcionarão nos dias em que os mercados chinês e de Hong Kong estiverem abertos para negociação e quando os serviços bancários estiverem disponíveis em ambos os mercados nos dias de liquidação correspondentes. Portanto, um investimento em A-Shares através dos Programas Stock Connect pode sujeitar um Fundo ao risco de flutuações de preços em dias em que os mercados chineses estão abertos, mas o SEHK não está. Cada um dos programas SEHK, SSE e SZSE reserva-se o direito de suspender a negociação ao abrigo dos Programas Stock Connect em determinadas circunstâncias. Quando tal suspensão de negociação for efetuada, a capacidade de um Fundo de acessar A-Shares por meio dos Programas Stock Connect será afetada negativamente.

Os investimentos de um Fundo em A-Shares através de um Programa de Conexão de Ações são mantidos por seu custodiante em contas no Sistema Central de Compensação e Liquidação ("CCASS") mantido pela Hong Kong Securities Clearing Company Limited ("HKSCC"), que, por sua vez, detém as A-Shares, como detentor indicado, por meio de uma conta omnibus de valores mobiliários em seu nome registrada no CSDCC. A natureza precisa e os direitos de um Fundo como beneficiário efetivo da SSE Securities ou da SZSE Securities através da HKSCC como nomeado não estão bem definidos pela lei chinesa. Há uma falta de uma definição clara e distinção entre propriedade legal e propriedade efetiva sob a lei chinesa e houve poucos casos envolvendo uma estrutura de conta indicada nos tribunais chineses. A natureza exata e os métodos de execução dos direitos e interesses de um Fundo sob a lei chinesa também são incertos, e existe a possibilidade de que os SSE Securities ou SZSE Securities não possam ser considerados como detidos para a propriedade efetiva de um Fundo no caso de um evento de crédito em relação ao HKSCC, o custodiante do Fundo ou outros participantes do mercado.

Não obstante o facto de a HKSCC não reivindicar participações de propriedade na SSE Securities ou na SZSE Securities detidas na sua conta omnibus stock na CSDCC, a CSDCC, enquanto entidade de registo de acções das empresas cotadas na SSE ou na SZSE, continuará a tratar a HKSCC como um dos accionistas quando tratar de acções societárias relativas a esses valores mobiliários SSE ou SZSE Securities. A HKSCC monitora as acções societárias que afetam a SSE Securities e a SZSE Securities e mantém os participantes da CCASS informados de todas essas acções societárias que exigem que os participantes da CCASS tomem medidas para participar delas. Um Fundo dependerá, portanto, do HKSCC tanto para a liquidação quanto para a notificação e implementação de acções corporativas.

Outros programas de acesso ao mercado, cada um dos quais pode apresentar riscos diferentes, também podem ser usados para fornecer aos investidores não chineses exposição a A-Shares. Na medida em que os Fundos não utilizam esses outros programas de acesso ao mercado, quaisquer interrupções em um Programa de Conexão de Ações teriam maior probabilidade de afetar a capacidade dos Fundos de acessar a exposição a A-Shares.

**DERIVADOS.** Em outubro de 2020, a SEC adotou a Regra 18f-4 sob a Lei de 1940 ("Regra 18f-4"), que impõe novos requisitos e restrições ao uso de derivativos pelos Fundos e elimina a estrutura de segregação de ativos anteriormente usada pelos fundos, incluindo os Fundos, para cumprir a Seção 18 da Lei de 1940 fazer pagamentos ou incorrer em obrigações adicionais no futuro. De acordo com a Regra 18f-4, o investimento dos Fundos em tais derivativos é limitado por meio de um teste de valor em risco ou "VaR". Os fundos cujo uso de tais derivativos é superior a um valor de exposição especificado limitado são obrigados a estabelecer e manter um programa de gerenciamento de risco de derivativos, sujeito à supervisão do Conselho de Curadores do Trust, e nomear um gerente de risco de derivativos para implementar tal programa. Na medida em que a conformidade de um Fundo com a Regra 18f-4 altere a forma como o Fundo usa derivativos, a Regra 18f-4 pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e/ou aumentar os custos relacionados ao uso de derivativos pelo Fundo.

**CONTRATOS FUTUROS E OPÇÕES SOBRE CONTRATOS FUTUROS.** Na medida consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir até 20% de seus ativos totais (menos qualquer porcentagem dos ativos do Fundo investidos em outros derivativos) em contratos futuros dos EUA ou estrangeiros e pode comprar e vender opções de compra e venda em contratos futuros. Esses contratos futuros e opções serão usados para simular o investimento total no respectivo Índice Subjacente, para facilitar a negociação ou reduzir os custos de transação. Um Fundo só celebrará contratos futuros e opções sobre contratos futuros que sejam negociados em uma bolsa dos EUA ou estrangeira. Um Fundo não usará futuros ou opções para fins especulativos. Em conexão com a posição de um Fundo em um contrato futuro ou opção relacionada, o Fundo segregará ativos líquidos ou cobrirá sua posição de acordo com os requisitos aplicáveis da SEC.

**Contratos Futuros.** Cada Fundo pode entrar em certas transações de futuros, índices e moedas, bem como outras transações futuras que se tornem disponíveis nos mercados. Ao utilizar tais contratos futuros, os Fundos podem obter exposição a determinadas ações, índices e moedas sem realmente investir em tais instrumentos. Os futuros de índice podem ser baseados em índices amplos, como o S&P 500, ou índices mais estreitos. Um contrato futuro em moeda estrangeira cria uma obrigação vinculante para uma parte de entregar, e uma obrigação correspondente para outra parte de aceitar a entrega de uma quantidade declarada de moeda estrangeira por um valor fixado em dólares americanos. Os futuros de moeda estrangeira podem ser usados por um Fundo para ajudar o Fundo a acompanhar o desempenho do preço e do rendimento de seu Índice Subjacente.

Alguns contratos futuros são negociados em bolsas organizadas reguladas pela SEC ou Commodity Futures Trading Commission ("CFTC"), e as transações sobre eles são compensadas por meio de uma corporação de compensação, que garante o desempenho das partes do contrato. Se reguladas pela CFTC, essas bolsas podem ser designadas mercados de contratos ou instalações de execução de swaps.

Um Fundo também pode se envolver em transações em futuros de índices de ações estrangeiras, que podem ser negociados em bolsas estrangeiras. A participação em operações de futuros e opções estrangeiras no exterior envolve a execução e compensação de negociações em ou sujeitas às regras de uma junta comercial estrangeira. Nem a National Futures Association ("NFA") nem qualquer bolsa doméstica regula as atividades de qualquer organização desse tipo, mesmo que esteja formalmente vinculada a um mercado doméstico. Além disso, as leis e regulamentos estrangeiros e as transações executadas sob tais leis e regulamentos podem não ter direito a certas das medidas de proteção fornecidas internamente. Além disso, o preço de futuros estrangeiros ou contratos de opções estrangeiras pode ser afetado por qualquer variação na taxa de câmbio entre o momento em que uma ordem é colocada e o momento em que é liquidada, compensada ou exercida.

Ao contrário das compras ou vendas de títulos da carteira, nenhum preço é pago ou recebido por um Fundo na compra ou venda de um contrato futuro. Inicialmente, um Fundo será obrigado a depositar na corretora ou em uma conta segregada em um custodiante ou subcustodiante uma quantidade de ativos líquidos, conhecida como margem inicial, com base no valor do contrato. A natureza da margem inicial nas operações de futuros é diferente da da margem nas operações de títulos, na medida em que a margem do contrato futuro não envolve a tomada de empréstimos pelo cliente para financiar as transações. Em vez disso, a margem inicial é da natureza de uma garantia de desempenho ou depósito de boa-fé no contrato, que é devolvido ao Fundo após a rescisão do contrato futuro, assumindo que todas as obrigações contratuais foram satisfeitas. Os pagamentos subsequentes, chamados de margem de variação, de e para a corretora, serão feitos diariamente à medida que o preço dos instrumentos subjacentes flutua, tornando as posições compradas e vendidas no contrato futuro mais ou menos valiosas, um processo conhecido como "marcação a mercado". Por exemplo, quando um Fundo comprou um contrato futuro e o preço do contrato aumentou em

resposta a um aumento nos instrumentos subjacentes, essa posição terá aumentado de valor e o Fundo terá direito a receber da corretora um pagamento de margem de variação igual a esse aumento de valor. Por outro lado, quando um Fundo comprou um contrato futuro e o preço do contrato futuro diminuiu em resposta a uma diminuição nos instrumentos subjacentes, a posição seria menos valiosa e o Fundo seria obrigado a fazer um pagamento de margem de variação ao corretor. Antes do vencimento do contrato futuro, o Consultor pode optar por fechar a posição assumindo uma posição oposta, sujeita à disponibilidade de um mercado secundário, que operará para encerrar a posição do Fundo no contrato futuro. Uma determinação final da margem de variação é então feita, dinheiro adicional é necessário para ser pago ou liberado para o Fundo, e o Fundo realiza uma perda ou ganho.

Existem vários riscos relacionados com a utilização de futuros por um Fundo. Um risco surge devido à correlação imperfeita entre os movimentos no preço dos futuros e os movimentos no preço dos instrumentos que são objeto do hedge. O preço do futuro pode mover-se mais ou menos do que o preço dos instrumentos que estão a ser protegidos. Se o preço dos futuros se mover menos do que o preço dos instrumentos que são objeto do hedge, o hedge não será totalmente eficaz, mas, se o preço dos instrumentos que estão sendo cobertos tiver se movido em uma direção desfavorável, o Fundo estaria em uma posição melhor do que se não tivesse feito hedge. Se o preço dos instrumentos que estão sendo protegidos tiver se movido em uma direção favorável, essa vantagem será parcialmente compensada pela perda nos futuros. Se o preço dos futuros se mover mais do que o preço dos instrumentos protegidos, o Fundo envolvido experimentará uma perda ou ganho nos futuros que não será completamente compensado por movimentos no preço dos instrumentos que são objeto do hedge. Para compensar a correlação imperfeita entre os movimentos no preço dos instrumentos que estão sendo protegidos e os movimentos no preço dos contratos futuros, um Fundo pode comprar ou vender contratos futuros em um montante em dólar maior do que a quantidade em dólares dos instrumentos que estão sendo cobertos se a volatilidade durante um determinado período de tempo dos preços de tais instrumentos tiver sido maior do que a volatilidade durante esse período de tempo dos futuros, ou se de outra forma considerado apropriado pelo Conselheiro. Por outro lado, um Fundo pode comprar ou vender menos contratos futuros se a volatilidade durante um determinado período de tempo dos preços dos instrumentos que estão sendo protegidos for menor do que a volatilidade ao longo desse período de tempo do contrato futuro que está sendo usado, ou se de outra forma considerado apropriado pelo Consultor.

Além da possibilidade de haver uma correlação imperfeita, ou nenhuma correlação, entre os movimentos nos futuros e os instrumentos que estão sendo protegidos, o preço dos futuros pode não se correlacionar perfeitamente com o movimento no mercado à vista devido a certas distorções do mercado. Em vez de atender aos requisitos adicionais de depósito de margem, os investidores podem fechar contratos futuros por meio de operações de compensação, o que poderia distorcer a relação normal entre os mercados à vista e futuros. Em segundo lugar, no que diz respeito aos contratos financeiros futuros, a liquidez do mercado futuro depende de os participantes celebrarem operações de compensação em vez de fazerem ou receberem entregas. Na medida em que os participantes decidam fazer ou receber a entrega, a liquidez no mercado futuro pode ser reduzida, produzindo distorções. Em terceiro lugar, do ponto de vista dos especuladores, os requisitos de depósito no mercado de futuros são menos onerosos do que os requisitos de margem no mercado de valores mobiliários. Portanto, o aumento da participação dos especuladores no mercado futuro também pode causar distorções temporárias de preços. Devido à possibilidade de distorção de preços no mercado futuro, e devido à correlação imperfeita entre os movimentos no mercado à vista e os movimentos no preço dos futuros, uma previsão correta das tendências gerais do mercado ou dos movimentos das taxas de juros pelo Consultor ainda pode não resultar em uma operação de hedge bem-sucedida em um curto período de tempo.

Em geral, as posições em futuros podem ser fechadas apenas em uma bolsa, junta comercial ou outro estabelecimento de negociação que forneça um mercado secundário para tais futuros. Embora cada Fundo pretenda comprar ou vender futuros apenas em instalações de negociação onde parece haver mercados secundários ativos, não há garantia de que existirá um mercado secundário líquido em qualquer facilidade de negociação para qualquer contrato específico ou em qualquer momento específico. Nesse caso, pode não ser possível fechar uma posição de contrato futuro e, em caso de movimentos adversos de preços, um Fundo continuaria a ser obrigado a fazer pagamentos diários em dinheiro da margem de variação. No entanto, caso os contratos futuros tenham sido usados para proteger os títulos da carteira, esses títulos não podem ser vendidos até que o contrato futuro possa ser rescindido. Em tais circunstâncias, um aumento no preço dos títulos, se houver, pode compensar parcial ou totalmente as perdas no contrato futuro. No entanto, como descrito acima, não há garantia de que o preço dos títulos de fato se correlacione com os movimentos de preços no contrato futuro e, portanto, forneça uma compensação em um contrato futuro.

Além disso, deve-se notar que a liquidez de um mercado secundário em um contrato futuro pode ser afetada negativamente pelos "limites diários de flutuação de preços" estabelecidos pelas bolsas de mercadorias, que limitam a quantidade de flutuação no preço de um contrato futuro durante um único dia de negociação. Uma vez atingido o limite diário no contrato, nenhuma negociação poderá ser realizada a um preço além do limite, impedindo assim a liquidação de posições futuras em aberto. A negociação de contratos futuros também está sujeita ao risco de paralisações de negociação, suspensões, falhas de equipamentos de câmbio ou câmara de compensação, intervenção governamental, insolvência de uma corretora ou câmara de compensação ou outras interrupções da atividade normal de negociação, o que poderia por vezes dificultar ou impossibilitar a liquidação de posições existentes ou recuperar pagamentos de margem de variação excedentes.

O uso bem-sucedido de futuros por um Fundo está sujeito à capacidade do Consultor de prever corretamente os movimentos na direção do mercado. Além disso, em tais situações, se um Fundo tiver caixa insuficiente, ele pode ter que vender títulos para atender aos requisitos de margem de variação diária. Essas vendas de títulos podem ser, mas não necessariamente serão, a preços mais elevados que refletem a ascensão do mercado. Um Fundo pode ter que vender títulos em um momento em que pode ser desvantajoso fazê-lo.

**Opções sobre Contratos Futuros.** Cada Fundo pode comprar e escrever opções sobre os contratos futuros descritos acima. Uma opção de futuros dá ao titular, em troca do prêmio pago, o direito de receber e executar um contrato futuro longo (se a opção for uma chamada) ou um contrato futuro curto (se a opção for uma put) a um preço especificado a qualquer momento durante o período da opção. Como o comprador ou vendedor de um contrato futuro, o titular, ou escritor, de uma opção tem o direito de encerrar sua posição antes do vencimento programado da opção, vendendo ou comprando uma opção da mesma série, momento em que a pessoa que entra na transação de fechamento perceberá um ganho ou perda. Cada Fundo será obrigado a depositar margem inicial e margem de variação com relação a opções de compra e venda em contratos futuros escritos por ele de acordo com os requisitos das corretoras semelhantes aos descritos acima. Os prêmios líquidos de opções recebidos serão incluídos como depósitos de margem inicial.

Os investimentos em opções de futuros envolvem algumas das mesmas considerações que estão envolvidas em conexão com investimentos em contratos futuros (por exemplo, a existência de um mercado secundário líquido). Além disso, a compra ou venda de uma opção também implica o risco de que as alterações no valor do contrato futuro subjacente não correspondam a alterações no valor da opção adquirida. Dependendo do preço da opção em comparação com o contrato futuro em que se baseia, ou do preço dos títulos que estão sendo protegidos, uma opção pode ou não ser menos arriscada do que a propriedade do contrato futuro ou de tais títulos. Em geral, pode-se esperar que os preços de mercado das opções sejam mais voláteis do que os preços de mercado no contrato futuro subjacente. Em comparação com a compra ou venda de contratos futuros, no entanto, a compra de opções de compra ou venda em contratos futuros pode frequentemente envolver menos risco potencial para um Fundo, porque o valor máximo em risco é o prêmio pago pelas opções (mais os custos de transação). A subscrição de uma opção sobre um contrato futuro envolve riscos semelhantes aos riscos relativos à compra ou venda de contratos futuros.

**REGULAMENTO CFTC.** O Trust, em nome de cada Fundo, reivindicou uma exclusão da definição de operador de pool de commodities ("CPO") sob a Lei de Troca de Mercadorias ("CEA"), e o Consultor reivindicou uma isenção de registro como consultor de negociação de commodities ("CTA") sob a CEA. Portanto, cada Fundo e o Consultor não estão sujeitos a registro como CPO ou CTA. De acordo com esta exclusão do CPO, um Fundo só pode usar uma quantidade de minimis de juros de commodities (como contratos futuros, opções sobre contratos futuros e swaps) que não seja para fins de hedge de boa-fé (conforme definido pela CFTC). Um montante "de minimis" é definido como um montante tal que a margem inicial agregada e os prêmios necessários para estabelecer essas posições (depois de ter em conta os lucros não realizados e as perdas não realizadas em tais posições e excluindo o montante pelo qual as opções estão "em dinheiro" no momento da compra) não podem exceder 5% do valor líquido dos ativos de um Fundo ou, alternativamente, o valor nocional líquido agregado dessas posições, determinado no momento em que a posição mais recente foi estabelecida, não pode exceder 100% do valor patrimonial líquido de um Fundo (depois de levar em conta os lucros não realizados e as perdas não realizadas em tais posições). Atualmente, os Fundos e o Consultor estão envolvidos apenas em um montante de minimis dessas transações e, portanto, nem os Fundos nem o Consultor estão atualmente sujeitos ao registro e à maioria dos requisitos regulamentares aplicáveis aos CPOs e CTAs, respectivamente. Não pode haver certeza de que os Fundos ou o Consultor continuarão a se qualificar sob a exclusão ou isenção aplicável, pois os

investimentos de cada Fundo podem mudar ao longo do tempo. Se um Fundo ou o Consultor estiver sujeito ao registro da CFTC, ele poderá incorrer em custos adicionais ou estar sujeito a requisitos regulatórios adicionais.

**INTERVENÇÃO DO GOVERNO NOS MERCADOS FINANCEIROS.** O valor das participações de um Fundo está geralmente sujeito ao risco de futuras perturbações econômicas locais, nacionais ou globais com base em fraquezas desconhecidas nos mercados em que o Fundo investe. No caso de tal perturbação, os emissores de títulos detidos pelo Fundo podem experimentar quedas significativas no valor de seus ativos e até mesmo cessar as operações ou podem receber assistência do governo acompanhada de maiores restrições às suas operações comerciais ou outra intervenção governamental. Os governos ou suas agências podem adquirir ativos em dificuldades de instituições financeiras e adquirir participações acionárias nessas instituições. As implicações da propriedade e disposição do governo desses ativos não são claras, e tal programa pode ter efeitos positivos ou negativos sobre a liquidez, avaliação e desempenho das participações em carteira de um Fundo.

A instabilidade passada durante a crise financeira de 2008-2009 levou o governo dos EUA, outros governos e reguladores financeiros e prudenciais a tomar uma série de ações sem precedentes destinadas a apoiar certas instituições financeiras e segmentos dos mercados financeiros que experimentaram extrema volatilidade e, em alguns casos, falta de liquidez. Não é certo que o Governo dos EUA intervenha em resposta a uma futura perturbação do mercado e o efeito de qualquer intervenção futura não pode ser previsto. É difícil para os emissores se prepararem para o impacto de futuras crises financeiras, embora as empresas possam buscar identificar e gerenciar incertezas futuras por meio de programas de gerenciamento de riscos.

**TÍTULOS ILÍQUIDOS OU RESTRITOS.** Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir até 15% de seus ativos líquidos em títulos ilíquidos (calculados no momento do investimento). Os Fundos cumprem a Regra 22e-4 da Lei de 1940 na gestão de investimentos ilíquidos. Um Fundo pode comprar papel comercial emitido de acordo com a Seção 4(2) da Lei de Valores Mobiliários, bem como títulos que não estão registrados sob a Lei de Valores Mobiliários, mas podem ser vendidos a "compradores institucionais qualificados" de acordo com a Regra 144A sob a Lei de Valores Mobiliários. Esses valores mobiliários não serão considerados ilíquidos enquanto o Conselheiro determinar, de acordo com diretrizes aprovadas pelo Conselho de Curadores do Trust, que existe um mercado de negociação adequado. Essa prática pode aumentar o nível de iliquidez durante qualquer período em que compradores institucionais qualificados se tornem desinteressados em comprar esses títulos.

**EMPRESAS DE INVESTIMENTO.** Sujeito às limitações estatutárias e regulatórias aplicáveis descritas abaixo, cada Fundo pode investir em ações de outras empresas de investimento, incluindo empresas de investimento abertas e fechadas, empresas de desenvolvimento de negócios e outros fundos negociados em bolsa ("ETFs"). Um investimento numa sociedade de investimento está sujeito aos riscos associados aos títulos da carteira dessa sociedade de investimento. Como o valor de outras cotas de empresas de investimento ou ETF depende do NAV ou da demanda no mercado, respectivamente, o Consultor pode não ser capaz de liquidar as participações de um Fundo nessas ações no momento ideal, afetando negativamente o desempenho do Fundo. Os investimentos em fundos fechados podem implicar o risco adicional de que o valor de mercado desses investimentos possa ser substancialmente inferior ao seu valor patrimonial líquido. Na medida em que um Fundo investe em ações de outra empresa de investimento, o Fundo arcará indiretamente com uma parcela proporcional das taxas de consultoria dessa empresa de investimento e outras despesas operacionais. Essas taxas se somam às taxas de administração e outras despesas operacionais incorridas diretamente pelos Fundos. Além disso, os Fundos podem incorrer em uma taxa de venda em conexão com a compra de um título de empresa de investimento ou uma taxa de resgate no momento do resgate de tal título.

A Seção 12(d)(1)(A) da Lei de 1940 prevê que um fundo não pode comprar ou adquirir de outra forma os títulos de outras sociedades de investimento se, como resultado de tal compra ou aquisição, possuir: (i) mais de 3% do total de ações votantes em circulação da sociedade de investimento adquirida; (ii) valores mobiliários emitidos por qualquer sociedade de investimento com valor superior a 5% do total dos ativos do fundo; ou (iii) valores mobiliários emitidos por todas as sociedades de investimento com valor agregado superior a 10% dos ativos totais do fundo. Essas limitações estão sujeitas a certas isenções estatutárias e regulamentares, incluindo a regra 12d1-4 sob a Lei de 1940 ("Regra 12d1-4"). A regra 12d1-4 permite que um Fundo invista em outras empresas de investimento além dos limites estatutários, sujeito a certas condições. Entre outras condições, a Regra 12d1-4 proíbe um fundo de adquirir o controle de outra empresa de investimento (que não seja uma empresa de investimento do mesmo grupo de empresas de investimento), inclusive adquirindo mais de 25% de seus títulos com direito a voto. Além disso, a regra

12d1-4 impõe certos requisitos de voto quando a propriedade de um fundo de outra empresa de investimento excede determinados limites. Se as quotas de um fundo forem adquiridas por outra sociedade de investimento, o fundo "adquirido" não pode comprar ou adquirir de outra forma os valores mobiliários de uma sociedade de investimento ou de um fundo privado se, imediatamente após essa compra ou aquisição, os títulos das sociedades de investimento e dos fundos privados detidos por esse fundo adquirido tiverem um valor agregado superior a 10% do valor dos activos totais do fundo, salvo certas exceções. Essas restrições podem limitar a capacidade dos Fundos de investir em outras empresas de investimento na medida desejada. Além disso, outras sociedades de investimento não afiliadas podem impor outras limitações de investimento ou restrições de reembolso que também podem limitar a flexibilidade dos Fundos no que diz respeito à realização de investimentos nessas sociedades de investimento não afiliadas.

Como o valor de outras cotas de empresas de investimento ou ETF depende do NAV ou da demanda no mercado, respectivamente, o Consultor pode não ser capaz de liquidar as participações de um Fundo nessas ações no momento ideal, afetando negativamente o desempenho do Fundo. Se exigido pela Lei de 1940, cada Fundo espera votar as ações de outras empresas de investimento que são detidas pelo Fundo na mesma proporção que o voto de todos os outros detentores de tais títulos. Além disso, as cotas de empresas de investimento fechadas e ETFs podem ser negociadas com desconto ou prêmio e estão sujeitas a custos de corretagem e outros custos de negociação, o que pode resultar em maiores despesas para os Fundos.

**VEÍCULOS DE INVESTIMENTO AGRUPADOS.** Os Fundos podem investir em títulos de veículos agrupados que não sejam empresas de investimento e, portanto, não sejam obrigados a cumprir as disposições da Lei de 1940. Como acionista desses veículos agrupados, os Fundos não terão todas as proteções aos investidores oferecidas pela Lei de 1940. Esses veículos agrupados podem, no entanto, ser obrigados a cumprir as disposições de outras leis federais de valores mobiliários, como a Lei de Valores Mobiliários. Esses veículos agrupados normalmente possuem moeda ou commodities, como ouro ou petróleo, ou outra propriedade que não é um título. Se um Fundo investir e, portanto, for acionista de um veículo agrupado, os acionistas do Fundo arcarão indiretamente com a parte proporcional do Fundo das taxas e despesas pagas pelo veículo agrupado, incluindo quaisquer taxas de administração aplicáveis, além das taxas de administração pagas diretamente pelo Fundo ao Consultor e as outras despesas que o Fundo arca diretamente em conexão com suas próprias operações. Além disso, o investimento de um Fundo em veículos de investimento agrupados pode ser considerado ilíquido e sujeito às restrições do Fundo sobre investimentos ilíquidos.

**PRODUTOS ESTRUTURADOS.** Os Fundos podem investir em produtos estruturados, incluindo Exchange Traded Notes ("ETNs") e instrumentos atrelados a ações. Estes tipos de produtos estruturados são títulos de dívida não subordinados seniores, não garantidos, emitidos por um banco de subscrição que são concebidos para fornecer retornos que estão ligados a um determinado índice de referência menos as taxas dos investidores. Os produtos estruturados têm data de vencimento e, geralmente, são lastreados apenas pela solvabilidade do emissor. Como resultado, o valor de um produto estruturado pode ser influenciado pelo tempo até o vencimento, volatilidade e falta de liquidez no mercado subjacente (por exemplo, o mercado de commodities), mudanças nas taxas de juros aplicáveis e mudanças na classificação de crédito do emissor e eventos econômicos, legais, políticos ou geográficos que afetam o mercado referenciado. Produtos estruturados também podem estar sujeitos ao risco de crédito. O valor de um ETN também pode estar sujeito ao nível de oferta e demanda do ETN.

**ALAVANCAGEM.** De acordo com a Lei de 1940, um Fundo pode tomar emprestado de um banco até 33 1/3% de seus ativos líquidos para fins de curto prazo ou emergência. Cada Fundo pode tomar dinheiro emprestado no final do trimestre fiscal para manter o nível de diversificação necessário para se qualificar como um RIC para fins do Código. Como resultado, um Fundo pode estar exposto aos riscos de alavancagem, o que pode ser considerado uma técnica de investimento especulativo. A alavancagem amplia o potencial de ganho e perda dos valores investidos e, portanto, aumenta os riscos associados ao investimento nos Fundos. Se o valor dos ativos de um Fundo aumentar, a alavancagem fará com que o NAV do Fundo aumente mais acentuadamente do que teria se o Fundo não tivesse sido alavancado. Por outro lado, se o valor dos ativos de um Fundo diminuir, a alavancagem fará com que o NAV do Fundo caísse mais acentuadamente do que teria se o Fundo não tivesse sido alavancado. Os Fundos podem incorrer em despesas adicionais relacionadas com empréstimos.

**RISCO MLP.** Investimentos em títulos de MLPs envolvem riscos que diferem de um investimento em ações ordinárias. Os detentores de unidades de participação de MLPs têm direitos de controle mais limitados e direitos limitados de voto em assuntos que afetam o MLP em comparação com os detentores de ações de uma corporação. Por exemplo, os detentores de unidades de

participação MLP não podem eleger o sócio geral ou os diretores do sócio geral e os detentores de unidades de participação MLP têm capacidade limitada para remover o sócio geral de um MLP. Um MLP é controlado por seu sócio geral, que geralmente tem conflitos de interesse e deveres fiduciários limitados ao MLP, o que pode permitir que o sócio geral favoreça seus próprios interesses em detrimento dos MLP's. Um Fundo que investe em MLPs derivará o fluxo de caixa associado a esse investimento de investimentos em títulos de capital de MLPs. A quantidade de dinheiro que cada Fundo que investe em MLPs terá disponível para pagar ou distribuir aos acionistas depende inteiramente da capacidade dos MLPs que cada Fundo possui de fazer distribuições para seus parceiros e do caráter tributário dessas distribuições. Nem os Fundos que investem em MLPs nem o Consultor têm controle sobre as ações dos MLPs subjacentes. A quantidade de caixa que cada MLP individual pode distribuir aos seus parceiros dependerá da quantidade de caixa que gera com as operações, que variará de trimestre para trimestre, dependendo dos fatores que afetam o mercado de infraestrutura de energia em geral e dos fatores que afetam as linhas de negócios específicas do MLP. O caixa disponível também dependerá do nível de custos operacionais das MLPs (incluindo distribuições de incentivos ao parceiro geral), nível de despesas de capital, requisitos de serviço da dívida, custos de aquisição (se houver), flutuações nas necessidades de capital de giro e outros fatores. O benefício derivado de um investimento em um MLP também depende de o MLP ser tratado como uma parceria para fins de imposto de renda federal, que geralmente não paga imposto de renda federal dos EUA no nível da parceria, sujeito à aplicação das regras de auditoria de parceria. Uma mudança na legislação tributária atual, ou uma mudança no mix de negócios subjacente de um determinado MLP, poderia resultar em um MLP que anteriormente optou por ser tributado como uma parceria sendo tratado como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA, o que resultaria em tal MLP sendo obrigado a pagar imposto de renda federal dos EUA sobre sua renda tributável. A classificação de um MLP como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA teria o efeito de reduzir a quantidade de caixa disponível para distribuição pelo MLP. Assim, na medida em que qualquer um dos MLPs aos quais um Fundo tem exposição seja tratado como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA, isso poderia resultar em uma redução no valor do investimento do Fundo e diminuir a renda do Fundo. Um Fundo também pode investir em MLPs que optam por ser tributados como corporações, o que teria o efeito de reduzir a quantidade de dinheiro disponível para distribuição pelo MLP.

Certos MLPs dependem de suas entidades controladoras ou patrocinadoras para a maioria de suas receitas. Se as suas entidades-mãe ou patrocinadoras não efetuarem tais pagamentos ou não cumprirem as suas obrigações, as receitas e os fluxos de caixa desses MLP e a capacidade desses MLP de efetuarem distribuições aos detentores de unidades de participação, como um Fundo, serão afetados negativamente.

Os MLPs estão sujeitos a várias leis ambientais federais, estaduais e locais e leis de saúde e segurança, bem como leis e regulamentos específicos para suas atividades específicas. Essas leis e regulamentos abordam: normas de saúde e segurança para a operação de instalações, sistemas de transporte e manuseio de materiais; requisitos e normas em matéria de poluição do ar e da água; requisitos de disposição de resíduos sólidos; requisitos de recuperação de terras; e requisitos relativos ao manuseamento e eliminação de matérias perigosas. As MLPs estão sujeitas aos custos de conformidade com tais leis aplicáveis a elas, e mudanças em tais leis e regulamentos podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

As MLPs estão sujeitas a inúmeros riscos relacionados aos negócios, incluindo: deterioração dos fundamentos de negócios reduzindo a lucratividade devido ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, entre outras coisas, sentimento do consumidor, mudança demográfica nos mercados atendidos, mudanças inesperadamente prolongadas e precipitadas nos preços das commodities e aumento da concorrência que reduz a participação de mercado do MLP; a falta de crescimento de mercados que exigem crescimento por meio de aquisições; interrupções nos sistemas de transporte; a dependência de certos MLPs em relação a terceiros não relacionados; disponibilidade de capital para ampliação e construção das instalações necessárias; uma diminuição significativa da produção devido a preços deprimidos das matérias-primas ou de outra forma; a incapacidade dos MLPs de integrar com sucesso aquisições recentes ou futuras; e o nível geral da economia.

**NOVOS RISCOS DO FUNDO.** Alguns dos Fundos são fundos novos, com histórico operacional limitado, o que pode resultar em riscos adicionais para os investidores dos Fundos. Não pode haver garantia de que esses Fundos crescerão ou manterão um tamanho economicamente viável, caso em que o Conselho de Curadores pode determinar a liquidação dos Fundos. Embora os interesses dos acionistas sejam a consideração primordial, o momento de qualquer liquidação pode não ser favorável a certos acionistas individuais.



**OPÇÕES.** Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir até 20% de seus ativos líquidos (menos qualquer porcentagem dos ativos do Fundo investidos em outros derivativos) em opções de venda e opções de compra e compra e escrever opções de compra cobertas e garantidas que o Consultor acredita que ajudarão o Fundo a rastrear seu Índice Subjacente. Tais opções podem estar relacionadas a valores mobiliários específicos, índices de ações nacionais e estrangeiros, instrumentos financeiros, moedas estrangeiras ou o diferencial de rendimento entre dois títulos ("opções de curva de rendimento") e podem ou não ser listadas em uma bolsa de valores nacionais ou estrangeiras ou emitidas pela Corporação de Compensação de Opções. Uma opção de compra para um determinado título ou moeda dá ao comprador da opção o direito de comprar, e a um escritor a obrigação de vender, o título subjacente ao preço de exercício declarado antes do vencimento da opção, independentemente do preço de mercado do título ou moeda. O prêmio pago ao autor é contraprestação pela execução da obrigação prevista no contrato de opção. Uma opção de venda para um determinado título ou moeda dá ao comprador o direito de vender o título ou moeda ao preço de exercício declarado antes da data de expiração da opção, independentemente do preço de mercado do título ou moeda. Em contraste com uma opção sobre um determinado título, uma opção sobre um índice fornece ao titular o direito de fazer ou receber uma liquidação em dinheiro após o exercício da opção. O valor dessa liquidação será igual à diferença entre o preço de fechamento do índice no momento do exercício e o preço de exercício da opção expresso em dólares, vezes um múltiplo especificado.

A negociação de opções é uma atividade altamente especializada, que envolve risco maior do que o risco de investimento comum. As opções sobre determinados valores mobiliários podem ser mais voláteis do que os instrumentos subjacentes e, por conseguinte, numa base percentual, um investimento em opções pode estar sujeito a uma flutuação maior do que um investimento nos próprios instrumentos subjacentes.

Os Fundos escreverão opções de compra somente se estiverem "cobertas". No caso de uma opção de compra em um título ou moeda, a opção é "coberta" se o Fundo possuir o título ou moeda subjacente à chamada ou tiver o direito absoluto e imediato de adquirir esse título sem contraprestação adicional em dinheiro (ou, se for necessária uma contraprestação adicional em dinheiro, ativos líquidos em tal montante são segregados) após a conversão ou troca de outros títulos detidos por ele. Para uma opção de compra em um índice, a opção é coberta se o Fundo mantiver com seu custodiante uma carteira de títulos que reproduza substancialmente o índice, ou ativos líquidos iguais ao valor do contrato. Uma opção de compra também é coberta se o Fundo realizar uma chamada no mesmo título, moeda ou índice que a chamada escrita quando o preço de exercício da chamada realizada for (i) igual ou menor do que o preço de exercício da chamada escrita, ou (ii) maior do que o preço de exercício da chamada escrita, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no valor da diferença.

Todas as opções de venda escritas por um Fundo seriam cobertas, o que significa que esse Fundo segregará ativos em dinheiro ou líquidos com um valor pelo menos igual ao preço de exercício da opção de venda ou usará os outros métodos descritos na próxima frase. Uma opção de venda também é coberta se o Fundo possuir uma opção de venda no mesmo título ou moeda que a opção escrita, quando o preço de exercício da opção detida for (i) igual ou superior ao preço de exercício da opção escrita, ou (ii) inferior ao preço de exercício da opção escrita, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no montante da diferença.

Com relação às opções de curva de rendimento, uma opção de compra (ou put) é coberta se um Fundo possuir outra opção de compra (ou put) sobre o spread entre os mesmos dois títulos e segregar ativos líquidos suficientes para cobrir o passivo líquido do Fundo sob as duas opções. Portanto, a responsabilidade do Fundo por tal opção coberta geralmente é limitada à diferença entre o valor da responsabilidade do Fundo sob a opção escrita pelo Fundo menos o valor da opção detida pelo Fundo. As opções de curva de rendimento também podem ser cobertas de outra maneira que possa estar de acordo com os requisitos da contraparte com a qual a opção é negociada e as leis e regulamentos aplicáveis.

A obrigação de um Fundo de vender sujeito a uma opção de compra coberta escrita por ele, ou de comprar um título ou moeda sujeita a uma opção de venda garantida escrita por ele, pode ser encerrada antes da data de expiração da opção pela execução pelo Fundo de uma transação de compra de fechamento, que é efetuada pela compra em uma bolsa de uma opção da mesma série (ou seja, mesmo título ou moeda subjacente, preço de exercício e data de vencimento) como a opção escrita anteriormente. Tal compra não resulta na propriedade de uma opção. Uma transação de compra de fechamento será normalmente efetuada para realizar um lucro sobre uma opção pendente, para evitar que um instrumento subjacente seja chamado, para permitir a venda do título ou moeda subjacente ou para permitir a escrita de uma nova opção contendo termos diferentes sobre esse título subjacente.

O custo de tal compra de liquidação mais os custos de transação podem ser maiores do que o prêmio recebido na opção original, caso em que o Fundo terá incorrido em uma perda na transação. Não há garantias de que existirá um mercado secundário líquido para qualquer opção específica. Um escritor de opções, incapaz de efetuar uma transação de compra de fechamento, não poderá vender o título ou moeda subjacente (no caso de uma opção de compra coberta) ou liquidar os ativos segregados (no caso de uma opção de venda garantida) até que a opção expire ou o título ou moeda opcional seja entregue após o exercício, com o resultado de que o escritor em tais circunstâncias estará sujeito ao risco de declínio do mercado ou apreciação no instrumento durante esse período.

Quando um Fundo compra uma opção, o prêmio pago por ele é registrado como um ativo do Fundo. Quando um Fundo escreve uma opção, um valor igual ao prêmio líquido (o prêmio menos a comissão) recebido pelo Fundo é incluído na seção de passivo da demonstração de ativos e passivos do Fundo como um crédito diferido. O valor desse ativo ou crédito diferido será posteriormente marcado a mercado para refletir o valor atual da opção comprada ou escrita. O valor atual da opção negociada é o último preço de venda ou, na ausência de venda, o preço de oferta atual. Se uma opção comprada por um Fundo expirar sem exercício, o Fundo realizará uma perda igual ao prêmio pago. Se um Fundo entrar em uma transação de venda de fechamento em uma opção comprada por ele, o Fundo obterá um ganho se o prêmio recebido pelo Fundo na transação de fechamento for maior do que o prêmio pago para comprar a opção, ou uma perda se for menor. Se uma opção escrita por um Fundo expirar na data de vencimento estipulada ou se um Fundo entrar em uma transação de compra de fechamento, ele realizará um ganho (ou perda se o custo de uma transação de compra de fechamento exceder o prêmio líquido recebido quando a opção for vendida) e o crédito diferido relacionado a tal opção será eliminado. Se uma opção escrita por um Fundo for exercida, o produto da venda será aumentado pelo prêmio líquido originalmente recebido e o Fundo realizará um ganho ou perda.

Existem vários riscos associados às transações em determinadas opções. Por exemplo, existem diferenças significativas entre os mercados de valores mobiliários, de moeda e de opções que podem resultar em uma correlação imperfeita entre esses mercados, fazendo com que uma determinada transação não atinja seus objetivos. Além disso, um mercado secundário líquido para determinadas opções, quer sejam negociadas no mercado de balcão ou numa bolsa, pode estar ausente por razões que incluem o seguinte: pode haver interesse de negociação insuficiente em certas opções; uma bolsa pode impor restrições à abertura ou ao encerramento de operações, ou a ambas; podem ser impostas interrupções de negociação, suspensões ou outras restrições em relação a classes ou séries específicas de opções ou valores mobiliários ou moedas subjacentes; circunstâncias incomuns ou imprevistas podem interromper as operações normais em uma bolsa; as facilidades de uma bolsa ou da Corporação de Compensação de Opções podem não ser sempre adequadas para lidar com o volume de negociação atual; ou uma ou mais bolsas poderiam, por razões econômicas ou outras, decidir ou ser obrigadas em alguma data futura a interromper a negociação de opções (ou uma classe ou série específica de opções), caso em que o mercado secundário nessa bolsa (ou nessa classe ou série de opções) deixaria de existir, embora as opções pendentes que haviam sido emitidas pela Corporação de Compensação de Opções como resultado de negociações nessa bolsa deixariam de existir, embora as opções pendentes que haviam sido emitidas pela Corporação de Compensação de Opções como resultado de negociações nessa bolsa deixariam de existir. continuam a ser exercitáveis de acordo com os seus termos.

**CONTRATOS DE RECOMPRA.** Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode concordar em comprar títulos de carteira de instituições financeiras sujeitos ao acordo do vendedor para recomprá-los em uma data e preço mutuamente acordados ("acordos de recompra"). Cada Fundo pode investir em acordos de recompra, desde que um Fundo não possa investir mais de 15% de seus ativos líquidos em títulos ilíquidos ou outros ativos ilíquidos (calculados no momento do investimento), incluindo contratos de recompra com vencimento em mais de sete dias. Os acordos de recompra são considerados empréstimos ao abrigo da Lei de 1940. Embora os títulos sujeitos a um acordo de recompra possam ter vencimentos superiores a um ano, a liquidação do acordo de recompra nunca será superior a um ano após a aquisição dos títulos pelo Fundo e, normalmente, será dentro de um período de tempo mais curto. Os títulos sujeitos a acordos de recompra normalmente são detidos pelo custodiante ou subcustodiante do Trust, ou no Sistema de Escrituração do Federal Reserve/Treasury. O vendedor ao abrigo de um acordo de recompra será obrigado a manter o valor dos títulos sujeitos ao acordo num montante superior ao preço de recompra (incluindo juros vencidos). O incumprimento por parte do vendedor exporia, no entanto, um Fundo a possíveis perdas devido a uma ação adversa do mercado ou a um atraso relacionado com a disposição das obrigações subjacentes. No caso de uma falência ou outro inadimplemento de um vendedor de um contrato de recompra, um Fundo pode sofrer atrasos na liquidação do título subjacente e perdas, incluindo: (a) possível declínio no valor do título subjacente durante o período enquanto

o Fundo procura fazer valer seus direitos a ele; b) Eventuais níveis subnormais de rendimento e falta de acesso ao rendimento durante este período; e (c) despesas de efetivação de seus direitos.

**CONTRATOS DE RECOMPRA REVERSA.** Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode tomar empréstimos vendendo títulos de portfólio para instituições financeiras, como bancos e corretoras, e concordando em comprá-los em uma data e preço mutuamente especificados ("acordos de recompra reversa"). Os Fundos podem usar os recursos de acordos de recompra reversa para comprar outros títulos com vencimento ou sob um acordo de revenda, em uma data simultânea ou anterior ao vencimento do contrato de recompra reversa. Os acordos de recompra reversa são considerados empréstimos de acordo com a Lei de 1940. Os acordos de recompra reversa envolvem o risco de que o valor de mercado dos títulos vendidos por um Fundo possa cair abaixo do preço de recompra. Os Fundos pagarão juros sobre os valores obtidos de acordo com um acordo de recompra reversa. Enquanto os contratos de recompra reversa estiverem pendentes, o Fundo aplicável segregará os ativos líquidos em um montante pelo menos igual ao valor de mercado dos títulos, acrescido de juros acumulados, sujeito ao acordo.

**EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS.** As garantias para empréstimos de títulos da carteira feitos por um Fundo podem consistir em dinheiro, equivalentes de caixa, títulos emitidos ou garantidos pelo governo dos EUA ou suas agências ou cartas de crédito bancárias irrevogáveis (ou qualquer combinação delas). O tomador de títulos será obrigado a manter o valor de mercado da garantia em pelo menos o valor de mercado dos títulos emprestados, e esse valor será monitorado diariamente. Quando um Fundo empresta seus títulos, ele continua a receber pagamentos iguais aos dividendos e juros pagos sobre os títulos emprestados e, simultaneamente, pode ganhar juros sobre o investimento da garantia em dinheiro. Investir a garantia sujeita-a à depreciação ou valorização do mercado, e cada Fundo é responsável por qualquer perda que possa resultar de seu investimento em garantia emprestada. Um Fundo terá o direito de rescindir um empréstimo a qualquer momento e recuperar os títulos emprestados dentro do tempo normal e habitual de liquidação para transações de títulos. Embora os direitos de voto, ou direitos de consentimento, associados aos títulos de empréstimo passem para o mutuário, tais empréstimos podem ser chamados para que os títulos possam ser votados por um Fundo se um evento relevante que afete o investimento ocorrer. Tal como acontece com outras extensões de crédito, existem riscos de atraso na recuperação, ou mesmo perda de direitos, da garantia caso o mutuário dos títulos falhe financeiramente.

**VARIÂNCIA DE RASTREAMENTO.** Conforme discutido no Prospecto, os Fundos estão sujeitos ao risco de rastrear a variância (também conhecido como risco de erro de rastreamento). O rastreamento da variação pode resultar de compras e resgates de ações, custos de transação, despesas e outros fatores. As compras e resgates de ações podem exigir a compra e venda de títulos por um Fundo e os custos de transação resultantes, que podem ser substanciais devido ao número e às características dos títulos detidos. Além disso, os custos de transação são incorridos porque as vendas de títulos recebidos em conexão com spin-offs e outras reorganizações societárias são feitas para adequar as participações de cada Fundo ao seu objetivo de investimento. A variação de rastreamento também pode ocorrer devido a fatores como o tamanho de um Fundo, a manutenção de uma reserva de caixa pendente de investimento ou para atender aos resgates esperados, alterações feitas no índice designado pelo Fundo ou a maneira como o índice é calculado ou porque a abordagem de indexação e investimento do Consultor não produz o objetivo pretendido do Fundo. O acompanhamento da variância é monitorado pelo Conselheiro pelo menos trimestralmente. Caso o desempenho de um Fundo não seja comparável ao desempenho de seu índice designado, o Conselho de Curadores avaliará as razões do desvio e a disponibilidade de medidas corretivas.

**MANDADOS.** Na medida consistente com suas políticas de investimento, um Fundo pode comprar bônus de subscrição e direitos semelhantes, que são privilégios emitidos por corporações que permitem aos proprietários subscrever e comprar um número especificado de ações da corporação a um preço especificado durante um período de tempo especificado. Os preços dos bônus de subscrição não se correlacionam necessariamente com os preços das ações subjacentes. A compra de bônus de subscrição envolve o risco de que o Fundo aplicável possa perder o valor de compra de um warrant se o direito de subscrever ações adicionais não for exercido antes do vencimento do warrant. Além disso, a compra de warrants envolve o risco de que o preço efetivo pago pelo warrant adicionado ao preço de subscrição do título relacionado possa exceder o valor do preço de mercado do título subscrito, por exemplo, quando não houver movimento no nível do título subjacente.

**TÍTULOS DE DÍVIDA CORPORATIVA.** Um Fundo pode investir em títulos de dívida corporativa de grau de investimento de qualquer classificação ou vencimento. Os títulos corporativos grau de investimento são aqueles classificados como BBB ou melhor pela S&P® ou Baa ou melhor pela Moody's. Os títulos classificados como BBB pela S&P® são considerados grau de investimento, mas a Moody's considera que os títulos classificados como Baa têm características especulativas. Consulte o Apêndice A para obter uma descrição das classificações de títulos corporativos. Um Fundo também pode investir em títulos não classificados.

Os títulos de dívida corporativa são títulos de renda fixa emitidos por empresas para financiar suas operações, embora os instrumentos de dívida corporativa também possam incluir empréstimos bancários a empresas. Notas, títulos, debêntures e commercial paper são os tipos mais comuns de títulos de dívida corporativa, sendo a principal diferença seus vencimentos e status garantido ou não garantido. O papel comercial tem o prazo mais curto e geralmente não tem garantia.

A ampla categoria de títulos de dívida corporativa inclui dívidas emitidas por empresas nacionais ou estrangeiras de todos os tipos, incluindo aquelas com pequenas, médias e grandes capitalizações. A dívida corporativa pode ser classificada como grau de investimento ou abaixo do grau de investimento e pode ter taxas de juros variáveis ou flutuantes.

Devido à ampla gama de tipos e vencimentos de títulos de dívida corporativa, bem como à variedade de solvabilidade de seus emissores, os títulos de dívida corporativa têm potenciais de retorno e perfis de risco muito variados. Por exemplo, o papel comercial emitido por uma grande empresa nacional estabelecida com grau de investimento classificado pode ter um retorno modesto sobre o principal, mas acarreta um risco relativamente limitado. Por outro lado, uma nota corporativa de longo prazo emitida por uma pequena corporação estrangeira de um país de mercado emergente que não tenha sido classificada pode ter o potencial de retornos relativamente grandes sobre o principal, mas carrega um grau relativamente alto de risco.

Os títulos de dívida corporativa carregam tanto o risco de crédito quanto o risco de taxa de juros. O risco de crédito é o risco de um Fundo perder dinheiro se o emissor de um título de dívida corporativa não conseguir pagar juros ou reembolsar o principal quando ele for devido. Alguns títulos de dívida corporativa que são classificados abaixo do grau de investimento são geralmente considerados especulativos porque apresentam um risco maior de perda, incluindo inadimplência, do que títulos de dívida de qualidade superior. O risco de crédito do título de dívida de um determinado emitente pode variar em função da sua prioridade de reembolso. Por exemplo, os títulos de dívida de classificação mais alta (sênior) têm uma prioridade mais alta do que os títulos de classificação mais baixa (subordinados). Isto significa que o emitente pode não efectuar pagamentos sobre títulos subordinados enquanto continua a efectuar pagamentos sobre títulos seniores. Além disso, em caso de falência, os detentores de títulos seniores de nível superior podem receber montantes de outra forma a pagar aos detentores de títulos mais juniores. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor de certos títulos de dívida corporativa tenda a cair quando as taxas de juros sobem. Em geral, os títulos de dívida corporativa com prazos mais longos tendem a cair mais de valor quando as taxas de juros sobem do que os títulos de dívida corporativa com prazos mais curtos.

**JUNK BONDS.** Um Fundo pode investir em títulos de dívida de classificação mais baixa, incluindo títulos na categoria de classificação de crédito mais baixa, de qualquer vencimento, também conhecidos como "junk bonds".

Os junk bonds geralmente oferecem um rendimento atual mais alto do que o disponível para emissões de grau mais alto. No entanto, os títulos com notação mais baixa implicam riscos mais elevados, na medida em que estão especialmente sujeitos a alterações adversas nas condições económicas gerais e nos sectores em que os emitentes estão envolvidos, a alterações na situação financeira dos emitentes e a flutuações de preços em resposta a alterações das taxas de juro. Durante períodos de recessão económica ou de subida das taxas de juro, os emitentes altamente alavancados podem sofrer tensões financeiras que podem afetar negativamente a sua capacidade de efectuar pagamentos de juros e capital e aumentar a possibilidade de incumprimento. No passado, os preços de muitos títulos de dívida com notação mais baixa diminuíram substancialmente, reflectindo uma expectativa de que muitos emitentes desses títulos pudessem enfrentar dificuldades financeiras. Como resultado, os rendimentos dos títulos de dívida com notação mais baixa aumentaram drasticamente, mas esses rendimentos mais elevados não reflectiram o valor do fluxo de rendimentos que os detentores desses títulos esperavam, mas sim o risco de os detentores desses títulos perderem uma parte substancial do seu valor em resultado da reestruturação financeira ou do incumprimento dos emitentes. Não pode haver garantia de que tais declínios não se repetirão.

O mercado de emissões de dívida com classificação mais baixa geralmente é mais fino e menos ativo do que o de títulos de maior qualidade, o que pode limitar a capacidade do Fundo de vender esses títulos pelo valor justo em resposta a mudanças na economia ou nos mercados financeiros. A publicidade adversa e as percepções dos investidores, sejam baseadas em análise fundamentalista, também podem diminuir os valores e a liquidez de títulos de menor classificação, especialmente em um mercado pouco negociado. Mudanças por serviços de rating reconhecidos em sua classificação de um título de renda fixa podem afetar o valor desses investimentos. O Fundo não necessariamente disporá de um título quando sua classificação for reduzida abaixo de sua classificação no momento da compra. No entanto, o Consultor monitorará o investimento para determinar se o investimento contínuo no título ajudará a atingir o objetivo de investimento do Fundo.

**TÍTULOS PÚBLICOS DOS EUA.** Um Fundo pode investir em títulos emitidos ou garantidos pelo governo dos EUA ou suas agências ou instrumentos em busca de seu objetivo de investimento, a fim de depositar tais títulos como margem inicial ou de variação, como "cobertura" para as técnicas de investimento que emprega, como parte de uma reserva de caixa ou para fins de liquidez. Os títulos do governo dos EUA, como títulos do Tesouro, notas e títulos e títulos lastreados em hipotecas garantidos pela Associação Nacional de Hipotecas do Governo ("Ginnie Mae"), são apoiados pela fé e crédito total dos Estados Unidos; outros são apoiados pelo direito do emissor de tomar empréstimos do Tesouro dos EUA; outros são apoiados pela autoridade discricionária do governo dos EUA para comprar as obrigações de uma agência; e ainda outros são suportados apenas pelo crédito do órgão emissor, instrumentalidade ou empresa.

Embora as empresas patrocinadas pelo governo dos EUA, como a Federal Home Loan Mortgage Corporation ("Freddie Mac®") e a Federal National Mortgage Association ("Fannie Mae®") possam ser fretadas ou patrocinadas pelo Congresso, elas não são financiadas por apropriações do Congresso, e seus títulos não são emitidos pelo Tesouro dos EUA nem apoiados pela fé e crédito total do governo dos EUA. A responsabilidade potencial máxima dos emissores de alguns títulos do governo dos EUA detidos por um Fundo pode exceder em muito seus recursos atuais, incluindo qualquer direito legal de apoio do Tesouro dos EUA. É possível que os emissores de títulos do governo dos EUA não tenham fundos para cumprir suas obrigações de pagamento no futuro. Não há garantia de que o governo dos EUA forneceria apoio financeiro a suas agências e instrumentos no futuro, se não fosse obrigado a fazê-lo, embora o governo dos EUA tenha fornecido apoio financeiro a certas empresas patrocinadas pelo governo dos EUA no passado durante períodos de extremidade. Fannie Mae e Freddie Mac têm operado sob tutela, com a Administração Federal de Financiamento Habitacional ("FHFA") atuando como seu conservador, desde setembro de 2008. As entidades dependem do apoio contínuo do Tesouro dos EUA e da FHFA para continuar suas operações comerciais. Esses fatores, entre outros, podem afetar o status e o papel futuros da Fannie Mae e da Freddie Mac e o valor de seus títulos e dos títulos que eles garantem. Além disso, o governo dos EUA e suas agências e instrumentos não garantem os valores de mercado de seus títulos, que podem flutuar.

As agências e instrumentos do governo dos EUA que emitem ou garantem títulos incluem a FHFA, a Fannie Mae, a Farmers Home Administration, o Export-Import Bank of the United States, a Small Business Administration, a Ginnie Mae, a General Services Administration, o Central Bank for Cooperatives, o Federal Home Loan Banks, Freddie Mac, os Farm Credit Banks, a Maritime Administration, a Tennessee Valley Authority, a Resolution Funding Corporation e a Student Loan Marketing Association ("Sallie Mae®").

**CONDIÇÕES RECENTES DE MERCADO.** Embora cada Fundo procure acompanhar seu Índice Subjacente, o desempenho dos Índices Subjacentes e dos Fundos está sujeito às condições gerais de mercado. A economia dos EUA tem sido altamente resiliente nos últimos doze meses, com um mercado de trabalho apertado impulsionando tendências de consumo favoráveis. Embora a economia dos EUA tenha permanecido resiliente, sinais de suavização dos dados econômicos dos EUA estão começando a surgir. A relação entre emprego e consumo continua sendo um foco fundamental à medida que o crescimento econômico dos EUA desacelera. Embora o crescimento econômico deva desacelerar nos Estados Unidos, não está claro se a economia americana evitará uma recessão em 2024.

Em dezembro de 2023, o Federal Reserve Board (Fed) indicou que espera reduzir as taxas de juros em 75 pontos-base ao longo de 2024, embora o Fed também tenha indicado que adotará uma abordagem equilibrada para cortes de juros. Os mercados internacionais, e os mercados emergentes em particular, podem se beneficiar de um afastamento da retórica agressiva do Fed. O

crescimento econômico pode ser mais sincronizado globalmente, com certas regiões continuando a experimentar um crescimento econômico sólido, enquanto outras regiões podem enfrentar forças recessivas. As projeções para o crescimento europeu são fracas, com potencial de recessão, enquanto as projeções de crescimento econômico chinês permanecem incertas. A incerteza regulatória, as preocupações persistentes relacionadas ao endividamento do desenvolvimento imobiliário e a atividade moderada do consumidor limitaram os benefícios da reabertura da China pós-COVID-19. O apoio do governo chinês é uma consideração fundamental para o potencial de melhoria do crescimento econômico chinês.

As expectativas em torno da desaceleração, mas resiliente, do crescimento econômico e das taxas de juros mais baixas nos Estados Unidos se baseiam na expectativa de que a inflação retornará à meta. No entanto, vários eventos em curso têm o potencial de impactar negativamente os mercados globais. A economia global continua a se recuperar de paralisações relacionadas à COVID-19 e interrupções no comércio, mas as respostas do governo a futuros surtos podem afetar o crescimento. Os preços da energia continuam a ser uma fonte potencial de preocupação que pode aumentar as pressões inflacionistas. O conflito no Oriente Médio e os ataques à atividade de transporte marítimo do Mar Vermelho podem aumentar os tempos e custos de transporte, ao mesmo tempo em que potencialmente também afetam os preços do petróleo bruto. Além disso, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia está em curso e continua a contribuir para a elevação dos preços da energia, e a imposição de sanções contra a Rússia pode afetar negativamente os mercados financeiros globais. Escaladas em qualquer um desses conflitos, bem como outros desenvolvimentos globais, podem potencialmente pesar no sentimento do mercado e aumentar a volatilidade.

É impossível prever os efeitos destes ou de eventos semelhantes no futuro no desempenho dos Fundos, embora seja possível que estes ou eventos semelhantes possam ter um impacto adverso significativo no NAV e/ou no perfil de risco de um Fundo.

## GIRO DA CARTEIRA

Para o exercício social encerrado em 30 de novembro de 2023, a taxa de giro da carteira para cada um dos seguintes Fundos variou da taxa de giro da carteira desse Fundo para os exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2022 e 2021, devido à aplicação da respectiva metodologia de índice de cada Fundo:

	2021	2022	2023
Global X MLP ETF	33.79%	47.13%	42.36%
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia	16.88%	23.48%	24.32%
ETF Global X Renda Alternativa	86.85%	18.10%	14.38%
Global X Millennial Consumer ETF	11.59%	14.75%	16.60%
ETF Global X Envelhecimento da População	19.57%	13.50%	13.34%
ETF Global X Empresas Conscientes	22.92%	31.92%	27.74%
Global X FinTech ETF	29.60%	38.15%	13.12%
ETF Global X Internet das Coisas	9.25%	8.40%	11.12%
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	22.66%	29.86%	8.28%
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA	10.07%	9.78%	5.99%
Global X U.S. Preferred ETF	47.89%	33.20%	36.65%
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos	18.17%	34.76%	26.60%
Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF	26.37%	21.28%	19.08%
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P 500®	70.66%	78.73%	78.89%
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	96.21%	115.74%	234.57%
Global X Genomics & ETF Biotecnologia	29.25%	39.39%	16.59%
Global X Cloud Computing ETF	23.77%	31.21%	21.60%
Global X Cybersecurity ETF	26.34%	57.81%	18.77%
ETF Global X Crescimento Temático	32.16%	55.00%	54.28%
Global X Video Games & Esports ETF	23.45%	55.72%	26.11%
ETF Preferencial Global X Taxa Variável	26.17%	74.41%	81.87%
Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital	42.39%	43.26%	29.92%
Global X CleanTech ETF	35.53%	15.72%	23.91%

Global X Data Center & ETF de Infraestrutura Digital (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & ETF de Infraestrutura)	15.80%	36.96%	62.01%
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA	30.10%	1481.94%	574.56%
ETF Global X Água Limpa	4.84%	28.19%	15.27%
Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos	32.72%	55.85%	54.45%
Global X Blockchain ETF	19.49%	36.47%	39.77%
Global X Hydrogen ETF	40.38%	36.44%	27.79%
Global X Solar ETF	9.85%	128.22%	50.01%
ETF Global X Energia Eólica	23.01%	34.53%	94.18%
Global X PropTech ETF	N/A	N/A	13.73%
Global X 1-3 Mês T-Bill ETF	N/A	N/A	0.00%
ETF Global X US Cash Flow Kings 100	N/A	N/A	14.76%
Global X Defense Tech ETF	N/A	N/A	2.94%

Para o exercício social encerrado em 30 de novembro de 2023, as mudanças no volume de negócios experimentado pelos Fundos foram impulsionadas por seus respectivos reequilíbrios de índice, de acordo com as principais estratégias de investimento dos fundos. Para o ano fiscal encerrado em 30 de novembro de 2023, o ETF Global X Adaptive U.S. Factor e o Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF experimentaram um volume de negócios acima da média como resultado da frequência com que seus índices subjacentes alocaram seu peso nos respectivos subíndices, de acordo com as principais estratégias de investimento dos fundos.

## **INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES E OS PROVEDORES DE ÍNDICES**

### **Índice de Infraestrutura MLP Solactive**

O Solactive MLP Infrastructure Index destina-se a dar aos investidores um meio de acompanhar o desempenho da classe de ativos da sociedade limitada mestre de infraestrutura de energia ("MLP") dos Estados Unidos. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice Subjacente era composto por 15 MLPs envolvidos no transporte, armazenamento e processamento de recursos naturais. O Índice Subjacente é composto por MLPs que atendem a certos critérios relacionados a tamanho e liquidez, conforme determinado pela Solactive AG. O índice é mantido pela Solactive AG.

### **Solactive MLP & Índice de Infraestrutura de Energia**

O Solactive MLP & Energy Infrastructure Index destina-se a dar aos investidores um meio de acompanhar o desempenho das corporações de MLPs de infraestrutura de energia midstream. Infraestrutura de energia midstream MLPs e corporações possuem e operam principalmente ativos usados na logística de energia, incluindo, mas não limitado a, gasodutos, instalações de armazenamento e outros ativos usados no transporte, armazenamento, coleta e processamento de gás natural, líquidos de gás natural, petróleo bruto ou produtos refinados. O índice limita sua exposição a parcerias para cumprir as regras de diversificação tributária aplicáveis. Os títulos devem ser negociados publicamente nos Estados Unidos. Em 31 de janeiro de 2024, o índice era composto por 25 títulos. O índice é composto por títulos que atendem a determinados critérios de tamanho e liquidez, conforme determinado pela Solactive AG. O índice é mantido pela Solactive AG.

### **Índice Indxx SuperDividend® Alternatives**

O Índice Indxx SuperDividend® Alternatives destina-se a fornecer exposição a cinco categorias produtoras de renda: Master Limited Partnerships ("MLPs") e Infraestrutura, Real Estate, Preferreds, Emerging Market Bonds e Covered Calls. As categorias MLPs e Infraestrutura consistem principalmente em unidades de MLPs e ações de empresas de infraestrutura. A categoria Real Estate oferece exposição a fundos globais de investimento imobiliário ("REITs"), e ganha essa exposição investindo diretamente no ETF Global X SuperDividend® REIT. A categoria Preferreds oferece exposição a títulos preferenciais dos EUA e ganha essa exposição investindo diretamente no Global X U.S. Preferred ETF. A categoria Títulos de Mercados Emergentes oferece

exposição à dívida de mercados emergentes e ganha essa exposição investindo diretamente no ETF de Títulos de Mercados Emergentes Global X. A categoria Covered Call fornece exposição a uma estratégia de chamada coberta e ganha essa exposição investindo diretamente no Global X Nasdaq 100 Covered Call ETF. Na reconstituição anual, cada uma das cinco categorias é igualmente ponderada em 20%. O Índice Subjacente pode reequilibrar trimestralmente se qualquer categoria se desviar mais de 3% do seu peso-alvo, caso em que cada categoria é reequilibrada de volta para o mesmo peso de 20%. O objetivo de investimento do Fundo e o Índice Subjacente podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas.

### **Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade**

O Concinnity Conscious Companies Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas nos EUA que operam seus negócios de maneira sustentável e responsável, medida por sua capacidade de alcançar resultados positivos consistentes com um sistema operacional multissetorial ("MsOS"), conforme definido pela Concinnity Advisors LP ("Concinnity"), fornecedora do Concinnity Conscious Companies Index. O MsOS é uma estrutura de governança corporativa que busca dar conta dos múltiplos stakeholders que são críticos para o sucesso contínuo do negócio e incorporar as considerações desses stakeholders no processo de tomada de decisão corporativa e solução de problemas. A Concinnity conduz sua análise com base nos seguintes cinco principais grupos de stakeholders: (1) Clientes, (2) Funcionários, (3) Fornecedores, (4) Acionistas e Devedores e (5) Comunidades nas quais as empresas operam.

O universo de empresas elegíveis para inclusão no Concinnity Conscious Companies Index é composto por empresas listadas nos EUA com valor de mercado superior a US\$ 2 bilhões. A partir desse universo inicial, a Concinnity aplica uma análise proprietária de três etapas para selecionar empresas para o Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade. Na primeira etapa, a Concinnity utiliza aproximadamente quarenta fontes de informação e rankings públicos para identificar e avaliar as empresas com base em sua capacidade demonstrada de alcançar resultados positivos em todos os cinco grupos de stakeholders. Os resultados positivos variam de acordo com o grupo de stakeholders, mas incluem métricas que avaliam áreas como produtividade dos funcionários, lealdade do cliente e governança corporativa. Essas fontes de informação são examinadas anualmente pela Concinnity e avaliadas com base no foco nas partes interessadas, na metodologia de pesquisa e na análise interna ou de terceiros do potencial de uma fonte como um indicador líder do desempenho corporativo e/ou de ações. As empresas são pontuadas pela Concinnity com base em sua aparência e desempenho nessas fontes e rankings. Das cerca de 1.100 a 1.400 empresas que normalmente compõem o universo elegível, aproximadamente 600-700 são geralmente selecionadas pela Concinnity para análise mais aprofundada e potencial inclusão no Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade.

Na segunda etapa do processo de pesquisa, a Concinnity utiliza uma análise composta para aplicar uma avaliação mais profunda nas demais empresas. A análise composta é um processo que avalia vários critérios do MsOS combinando dados de classificação de várias entidades de pesquisa especializadas em várias categorias de avaliação de partes interessadas. As empresas são avaliadas através de uma série de lentes de pontuação que se combinam para formar uma pontuação composta, que é sustentada por várias centenas de critérios MsOS. Os critérios de análise composta do MsOS incluem, mas não estão limitados a: engajamento dos funcionários, integridade executiva, qualidade do relacionamento com o cliente, direitos trabalhistas e humanos e qualidade dos relatórios financeiros. Várias técnicas de modelagem são então usadas pela Concinnity para combinar dados qualitativos e quantitativos em uma única pontuação para cada empresa. Essa pontuação reflete o grau em que uma empresa opera seus negócios usando a abordagem MsOS, conforme definido pelo processo de pesquisa. As cerca de 300-350 empresas com maior pontuação compõem, em última análise, o universo investidor do MsOS para fins de construção do Índice de Empresas Conscientes da Consciência.

Na etapa final, a Concinnity aplica uma tela para realização consistente ao universo investidor MsOS das cerca de 300-350 empresas com maior pontuação. Para ser incluída no Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade, uma empresa deve ter se qualificado para inclusão no universo investidor do MsOS por pelo menos três anos consecutivos. A partir de 31 de janeiro de 2024, o Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade é ponderado com ajustes para exposições extremas abaixo do peso em relação ao Índice Solactive US Large Cap, conforme determinado pelo Provedor do Índice. O Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade pode incluir empresas de grande ou média capitalização e, geralmente, fornecerá exposição a todos os principais setores. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice de Empresas Conscientes da Concinnidade tinha 166 componentes, sem que nenhum



setor tivesse uma alocação superior a 25%. Os três maiores setores representados no Índice Concinnity Conscious Companies em 31 de janeiro de 2024 eram tecnologia da informação, saúde e financeiro.

### **ICE BofA Diversified Core Índice de Títulos Preferenciais dos EUA**

O ICE BofA Diversified Core U.S. Preferred Securities Index foi projetado para acompanhar o desempenho amplo do mercado de títulos preferenciais dos EUA. O ICE BofA Diversified Core U.S. Preferred Securities Index inclui diferentes categorias de ações preferenciais, como preferenciais flutuantes, preferenciais de taxa variável e fixa, preferenciais cumulativas e não cumulativas e preferenciais de confiança. Os títulos preferenciais qualificados devem estar listados em uma bolsa dos EUA, denominados em dólares americanos, e ter um valor mínimo em circulação de US\$ 50 milhões. Os títulos preferenciais qualificados devem atender ao preço mínimo, liquidez, vencimento e outros requisitos, conforme determinado pela ICE Data Indices, LLC.

Os componentes do ICE BofA Diversified Core U.S. Preferred Securities Index são ponderados pela capitalização com base em seu valor atual em aberto vezes o preço de mercado mais os juros acumulados. É aplicado um limite máximo de ponderação de 10% ao nível do emitente, a fim de limitar o peso agregado de um único emitente a 10% em cada reequilíbrio. O ICE BofA Diversified Core U.S. Preferred Securities Index está rebalanceado trimestralmente.

### **Índice de Alta Dividendos de Qualidade S&P 500®**

O S&P 500® Quality High Dividend Index foi projetado para fornecer exposição a títulos de ações dos EUA incluídos no Índice S&P 500® que exibem características de alta qualidade e dividend yield, conforme determinado pela Standard & Poor's Financial Services LLC, fornecedora do S&P 500® Quality High Dividend Index. Todos os componentes do S&P 500® Quality High Dividend Index são membros do S&P 500® Index e seguem os critérios de elegibilidade para esse índice. A partir deste universo inicial, os constituintes elegíveis são selecionados para incluir apenas títulos que se classificam dentro do top 200 do universo do índice S&P 500® por pontuação de qualidade e dividend yield. O S&P 500® Quality High Dividend Index é igualmente ponderado e é reconstituído e rebalanceado semestralmente. A cada reequilíbrio semestral, uma metodologia de capping setorial é aplicada para reduzir a concentração setorial e aumentar a diversificação do Índice de Alto Dividendo de Qualidade S&P 500®. Em 31 de janeiro de 2024, o S&P 500® Quality High Dividend Index tinha 64 componentes.

### **Adaptive Wealth Strategies Índice de Fatores dos EUA**

O Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index pertence e foi desenvolvido pela NorthCrest Asset Management. O Índice é calculado e mantido pela Solactive AG. O U.S. Factor Index Adaptive Wealth Strategies foi projetado para alocar dinamicamente em três subíndices que fornecem exposição a ações dos EUA que exibem características de um dos três fatores principais: valor, momentum e baixa volatilidade. Cada fator é representado por um subíndice derivado do Solactive U.S. Large & Mid Cap Index, que é projetado para medir as 1.000 maiores empresas, por capitalização de mercado em free float, que estão listadas em bolsa nos Estados Unidos:

- **Solactive U.S. Large & Mid Cap Value 100 Index TR** – Este índice é projetado para medir o desempenho das 100 ações do Solactive U.S. Large & Mid Cap Index que apresentam a maior exposição ao fator valor.
- **Solactive U.S. Large & Mid Cap Momentum 100 Index TR** – Este índice é projetado para medir o desempenho das 100 ações do Solactive U.S. Large & Mid Cap Index que exibem o maior grau de desempenho relativo.
- **Solactive U.S. Large & Mid Cap Minimum Downside Volatility 100 Index TR** – Este índice é projetado para medir o desempenho das 100 ações do Solactive U.S. Large & Mid Cap Index que exibem o menor grau de volatilidade de baixa.

O Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index é rebalanceado trimestralmente. A cada reequilíbrio, o Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index aloca peso aos três subíndices com base no desempenho relativo de cada subíndice desde o último reequilíbrio

do Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index. O Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index foi projetado para ser sempre totalmente alocado em pelo menos dois dos três subíndices descritos acima. Em 31 de janeiro de 2024, o Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index tinha 193 componentes.

### **Índice de Títulos Preferenciais de Taxa Variável dos EUA ICE**

O ICE U.S. Variable Rate Preferred Securities Index foi projetado para acompanhar o desempenho amplo do mercado de títulos preferenciais de taxa variável dos EUA. Os títulos preferenciais qualificados devem estar listados em uma bolsa dos EUA, denominados em dólares americanos, ter dividendos ou cupons flutuantes ou variáveis e ter um valor mínimo em circulação de US\$ 50 milhões. Os títulos preferenciais qualificados podem, no entanto, ser emitidos por pessoas que não sejam norte-americanas. Empresas. Os títulos qualificados devem ser emitidos em incrementos de preferência de par/liquidação de US\$ 25, US\$ 50, US\$ 100 ou US\$ 1000, devem ter um valor de mercado negociado superior a US\$ 6 milhões em cada um dos três meses civis anteriores e devem ter pelo menos um ano restante até o vencimento, conforme determinado pela ICE Data Indices, LLC (o "Provedor de Índice").

Os componentes do ICE U.S. Variable Rate Preferred Securities Index são ponderados pela capitalização com base em seu valor atual em aberto vezes o preço de mercado mais os juros acumulados. É aplicado um limite de ponderação de 10% ao nível do emitente para limitar o peso agregado de um único emitente a 10% em cada reequilíbrio. O ICE U.S. Variable Rate Preferred Securities Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização. Os componentes do ICE U.S. Variable Rate Preferred Securities Index incluem principalmente empresas financeiras. O Índice de Títulos Preferenciais de Taxa Variável dos EUA é rebalanceado trimestralmente.

### **Adaptive Wealth Strategies Índice de Gestão de Risco dos EUA**

O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index pertence e foi desenvolvido pela NorthCrest Asset Management. O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index é calculado e mantido pela Solactive AG. O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index foi projetado para alocar dinamicamente entre 100% de exposição ao Solactive GBS United States 500 Index TR ("U.S. Equity Position") ou 100% de exposição ao Solactive U.S. 1-3 Year Treasury Bond Index ("U.S. Treasury Position"). O Solactive U.S. 1-3 Year Treasury Bond Index é um índice ponderado pelo valor de mercado baseado em regras, projetado para acompanhar o desempenho de títulos denominados em dólares emitidos pelo Tesouro dos EUA com pelo menos 1 ano até o vencimento, mas menos de 3 anos até o vencimento, a partir da data de seleção do índice. O Solactive GBS United States 500 Index TR é um índice ponderado de capitalização de mercado ajustado por flutuação que mede o desempenho dos títulos de ações das 500 maiores empresas do mercado de ações dos Estados Unidos em todos os setores. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto, em vez do número total de ações em circulação de um emissor. O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index busca fornecer exposição à Posição Acionária dos EUA durante períodos de retornos normais do mercado de ações e busca fornecer exposição à Posição do Tesouro dos EUA antes e durante períodos de condições adversas de mercado, conforme determinado pelo modelo quantitativo desenvolvido pelo Provedor do Índice. O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index procura antecipar períodos de condições adversas de mercado usando sinais quantitativos (explicados com mais detalhes abaixo) que foram desenvolvidos com base em dados históricos.

O Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index usa quatro sinais quantitativos calculados diariamente pela Solactive AG para determinar como o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index será alocado entre a Posição de Ações dos EUA ou a Posição do Tesouro dos EUA, conforme descrito abaixo:

- i. A média móvel simples de 200 dias ("SMA") da Posição Acionária dos EUA, que mede o preço médio de fechamento dos títulos dentro do Solactive GBS United States 500 Index TR durante um período de 200 dias;

- ii. A divergência de convergência da média móvel ("MACD"), que mostra a relação entre duas médias móveis dos preços dos títulos dentro da Posição Acionária dos EUA, subtraindo a média móvel exponencial de 26 dias da Posição Acionária dos EUA da média móvel exponencial de 12 dias;
- iii. A porcentagem de rebaixamento, em que o rebaixamento é definido como a variação total do pico ao vale no preço de mercado da posição acionária dos EUA, e;
- iv. O nível do Cboe Volatility Index ("VIX"), que é um índice de referência projetado para medir a expectativa de volatilidade futura do mercado.

Cada um dos sinais acima recebe um "voto" igual para determinar se o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index está alocado na Posição de Ações dos EUA ou na Posição do Tesouro dos EUA. A alocação para a Posição de Ações dos EUA ou para a Posição do Tesouro dos EUA é determinada da seguinte forma:

- **Votação de saída:** Se o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index estiver atualmente investido na Posição de Ações dos EUA, pelo menos três dos sinais de saída devem ser acionados (e não mais de um sinal de entrada) para que o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index saia da Posição de Ações dos EUA e entre na Posição do Tesouro dos EUA.
- **Votação de entrada:** Se o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index estiver atualmente investido na Posição do Tesouro dos EUA, pelo menos dois dos sinais de entrada devem ser acionados para que o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index saia da Posição do Tesouro dos EUA e entre na Posição de Ações dos EUA.

O limiar de disparo para cada sinal é baseado em um nível de escore Z predeterminado para aquele sinal dado. Um escore Z (muitas vezes referido como um "escore padrão") é uma medida de quantos desvios padrão abaixo ou acima da média de um ponto de dados é, e pode ser usado para identificar pontos de dados que podem ser considerados outliers em relação à média. O limite de pontuação Z para cada voto é determinado usando dados históricos de retorno para a posição acionária dos EUA a partir de janeiro de 1993. Cada sinal analisa o desempenho recente da Posição Acionária dos EUA ou do VIX, e compara com o desempenho histórico da Posição Acionária dos EUA ou do VIX, respectivamente. Os escores Z usados na determinação de um voto de saída ou entrada são projetados para identificar casos em que o desempenho recente da Posição Acionária dos EUA ou do VIX são suficientemente diferentes estatisticamente do desempenho histórico para indicar que um evento de rebaixamento ou período de retornos positivos do mercado pode ser provável no futuro. Dependendo do desempenho da posição acionária dos EUA e do VIX, cada sinal pode durar meses sem mudar de direção, ou pode mudar com a mesma frequência que ao longo de alguns dias. Abaixo está uma descrição de cada sinal e seu limiar de gatilho para entrada ou saída do mercado:

- **Sinal SMA:**
  - **Votação de saída do mercado:** Se o Z-Score do dia anterior da diferença percentual entre o preço de fechamento da Posição de Ações dos EUA e o SMA de 200 dias da Posição de Ações dos EUA estiver abaixo de -0,50, o sinal indica para sair da Posição de Ações dos EUA e entrar na Posição do Tesouro dos EUA. Se o Z-score do SMA de 200 dias estiver abaixo de -0,50, com base em dados históricos, isso pode indicar que um evento de rebaixamento é possível, e o sinal vota para sair da posição acionária dos EUA e para a posição do Tesouro dos EUA.
  - **Votação de entrada no mercado:** Se o Z-Score do dia anterior da diferença percentual entre o preço de fechamento da Posição de Ações dos EUA e o SMA de 200 dias da Posição de Ações dos EUA estiver abaixo de -4,00, o sinal indica para sair da Posição do Tesouro dos EUA e entrar na Posição de Ações dos EUA. Se o Z-score do SMA de 200 dias estiver abaixo de -4,00, com base em dados históricos, isso pode indicar que a Posição Acionária dos EUA experimentará retornos positivos, e o sinal vota para reentrar na Posição Acionária dos EUA.
- **Sinal MACD:**
  - **Votação de saída do mercado:** Se o Z-Score do MACD do dia anterior estiver abaixo de -0,25, o sinal indica sair da posição de ações dos EUA e entrar na posição do Tesouro dos EUA. Se o Z-score do MACD estiver

abaixo de -0,25, com base em dados históricos, isso pode indicar que um evento de rebaixamento é possível, e o sinal vota para sair da Posição de Ações dos EUA e para a Posição do Tesouro dos EUA.

- **Votação de entrada no mercado:** Se o Z-Score do dia anterior do MACD estiver acima de 4,00, o sinal indica sair da Posição do Tesouro dos EUA e entrar na Posição de Ações dos EUA. Se o Z-score do MACD estiver acima de 4,00, com base em dados históricos, isso pode indicar que a Posição Acionária dos EUA experimentará retornos positivos, e o sinal vota para reentrar na Posição Acionária dos EUA.
  
- **Sinal de porcentagem de rebaixamento:**
  - **Votação de Saída do Mercado:** Se o Percentual de Rebaixamento Z-Score do dia anterior estiver abaixo de 0,50, o sinal indica sair da Posição de Ações dos EUA e entrar na Posição do Tesouro dos EUA. Se o Z-score do percentual de rebaixamento estiver abaixo de 0,50, com base em dados históricos, isso pode indicar que um evento de rebaixamento é possível, e o sinal vota para sair da Posição de Ações dos EUA e para a Posição do Tesouro dos EUA.
  - **Votação de entrada no mercado:** Se o Percentual de Rebaixamento Z-Score do dia anterior estiver abaixo de -2,00, o sinal indica sair da Posição do Tesouro dos EUA e entrar na Posição de Ações dos EUA. Se o Z-score da porcentagem de rebaixamento estiver abaixo de -2,00, com base em dados históricos, isso pode indicar que a Posição Acionária dos EUA experimentará retornos positivos, e o sinal vota para reentrar na Posição Acionária dos EUA.
  
- **Sinal VIX:**
  - **Votação de saída do mercado:** Se o Z-Score do nível do VIX estiver acima de 1,25, o sinal vota para sair da posição de ações dos EUA e entrar na posição do Tesouro dos EUA. Se o Z-score do nível do VIX estiver acima de 1,25, com base em dados históricos, isso pode indicar que um evento de rebaixamento é possível, e o sinal vota para sair da Posição de Ações dos EUA e para a Posição do Tesouro dos EUA.
  - **Votação de entrada no mercado:** Se o Z-Score do nível do VIX estiver acima de 5,5, o sinal indica para sair da posição do Tesouro dos EUA e entrar na posição de ações dos EUA. Se o Z-score do nível do VIX estiver acima de 5,5, com base em dados históricos, isso pode indicar que a Posição Acionária dos EUA experimentará retornos positivos, e o sinal vota para reentrar na Posição Acionária dos EUA.

Cada um dos sinais é calculado diariamente pela Solactive AG. Sempre que o número necessário de sinais é acionado, o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index aloca 100% de peso para os componentes da Posição de Ações dos EUA ou da Posição do Tesouro dos EUA. Como resultado, o Fundo pode se envolver em negociação ativa e frequente de seus títulos de carteira para atingir seu objetivo de investimento. Sempre que o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index se reequilibra na Posição de Ações dos EUA ou na Posição do Tesouro, os novos pesos entram em vigor três dias de negociação após os sinais quantitativos indicarem que um reequilíbrio é necessário. Depois de alterar sua alocação, o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index deve permanecer na mesma alocação (a Posição de Ações dos EUA ou a Posição do Tesouro dos EUA) por pelo menos dez dias de negociação antes de poder alterar sua alocação novamente. O objetivo de investimento do Fundo e o Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas.

### **Solactive 1-3 meses US T-Bill Index**

O Solactive 1-3 meses US T-Bill Index é projetado para medir o desempenho de obrigações públicas do Tesouro dos EUA que têm um vencimento restante maior ou igual a 1 mês e menos de 3 meses. Para fazer parte do universo elegível do Solactive 1-3 meses US T-Bill Index, certos critérios, conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Solactive 1-3 meses US T-Bill Index ("Index Provider"), devem ser atendidos. A partir de cada data de seleção, o Solactive 1-3 meses US T-Bill Index é composto por títulos do Tesouro ("T-Bills") emitidos pelo governo dos EUA, que têm um vencimento restante de menos de 3 meses e pelo menos 1 mês. Além disso, cada título deve ser cupom zero, ser denominado em dólares americanos e ter um valor pendente de pelo menos US\$ 250 milhões, conforme determinado pela Solactive AG na data da seleção. Um título de cupom zero é um título que é vendido com desconto, não paga juros e paga seu valor nominal no vencimento.

O Solactive 1-3 meses US T-Bill Index é reconstituído e reponderado mensalmente. Cada componente do índice é ponderado usando o valor de mercado com base no último preço de oferta avaliado e juros acumulados, proporcionalmente ao valor de mercado agregado de todos os componentes do índice no Solactive 1-3 meses US T-Bill Index. Em 13 de junho de 2023, o Solactive 1-3 month US T-Bill Index tinha 18 constituintes. O objetivo de investimento do Fundo e o Índice T-Bill dos EUA Solactive de 1 a 3 meses podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas.

### **Índice Global X U.S. Cash Flow Kings 100**

O Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index pertence e foi desenvolvido pela Global X Management Company LLC (o "Provedor do Índice"), uma afiliada do Fundo e consultora de investimentos do Fundo (o "Consultor"). O Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index é administrado e calculado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. (a "Administradora do Índice"), uma afiliada da Global X Management Company LLC. O Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index foi projetado para fornecer exposição a títulos de ações dos EUA de grande e média capitalização que exibem altos rendimentos de fluxo de caixa livre em relação ao universo elegível de empresas, conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. De um modo geral, o fluxo de caixa livre é o caixa que uma empresa gera após contabilizar as despesas operacionais e as despesas de capital, e o rendimento do fluxo de caixa livre é uma relação financeira que compara o fluxo de caixa livre por ação que uma empresa ganha com seu valor empresarial por ação. Quando uma empresa tem alto rendimento de fluxo de caixa livre, isso indica que a empresa está gerando um excedente de caixa, que pode ser utilizado para pagar dividendos, pagar dívidas, recomprar ações e/ou investir em oportunidades de crescimento. Embora o rendimento do fluxo de caixa livre possa ser uma métrica útil para avaliar uma empresa, não há garantia de que as empresas com altos rendimentos de fluxo de caixa livre continuarão a manter altos rendimentos de fluxo de caixa livre no futuro, ou que essas empresas superarão as empresas com rendimentos de fluxo de caixa livre mais baixos. A Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. calcula o fluxo de caixa livre como fluxo de caixa operacional menos (-) despesas de capital e calcula o rendimento do fluxo de caixa livre tomando o fluxo de caixa livre de uma empresa do período de doze meses e dividindo pelo valor da empresa. O valor da empresa é definido pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. como o valor de mercado mais (+) dívida total pendente menos (-) caixa e equivalentes de caixa.

O universo inicial de títulos é o Mirae Asset U.S. 1000 Index, que busca medir o desempenho dos segmentos de grande e média capitalização do mercado acionário norte-americano, selecionando as 1000 maiores empresas americanas por capitalização total de mercado, sujeitas a critérios adicionais de liquidez e regras de buffer. O Índice Mirae Asset U.S. 1000 é um índice ajustado por flutuação, ponderado por capitalização e é rebalanceado anualmente. Ao construir o Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index, a Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. examina o Índice Mirae Asset U.S. 1000 com base no rendimento do fluxo de caixa livre do período de doze meses subsequente, conforme descrito acima. Os títulos com fluxo de caixa livre negativo para o período de doze meses são removidos do universo elegível para o Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index. Adicionalmente, os títulos classificados no setor financeiro, com exceção daqueles classificados como fundos de investimento imobiliário ("REITs"), estão excluídos do universo elegível.

Os títulos elegíveis são então examinados pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. e classificados pelo rendimento do fluxo de caixa livre para o período de doze meses. Os 100 principais títulos por rendimento de fluxo de caixa livre são selecionados como componentes do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index. A cada reconstituição trimestral do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index, os constituintes são ponderados proporcionalmente ao seu fluxo de caixa livre de doze meses, com os pesos dos títulos individuais limitados a 2%. Além disso, o peso agregado de empresas do mesmo setor é limitado a 25% para reduzir a concentração setorial e aumentar a diversificação setorial do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index, conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. O objetivo de investimento do Fundo e o Índice Global X U.S. Cash Flow Kings 100 podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas.

O Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index é criado e patrocinado pela Global X Management Company LLC. Quaisquer determinações relacionadas aos componentes do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index são feitas pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. e são independentes dos gestores de portfólio do Fundo. A Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. determina a composição e as ponderações relativas dos títulos no Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index e publica informações sobre o valor de mercado do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index. Em 15 de junho de 2023, o Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index tinha 100 componentes.

## **Índice Temático Indxx Millennials**

O objetivo do Indxx Millennials Thematic Index é acompanhar o desempenho das empresas listadas nos EUA que fornecem exposição às tendências de consumo da geração millennial (coletivamente, "Millennial Companies"), conforme definido pela Indxx, LLC, provedora do Indxx Millennials Thematic Index. A geração millennial refere-se à demografia nos EUA, com anos de nascimento variando de 1980 a 2000.

O universo elegível do Indxx Millennials Thematic Index inclui as empresas mais líquidas e investidas, de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 500 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC ou 3 meses, no caso de outros IPOs) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice Temático Indxx Millennials. O Indxx Millennials Thematic Index inclui apenas empresas listadas nos Estados Unidos. O Índice Temático Indxx Millennials é desenvolvido usando um processo de pesquisa proprietário de várias etapas para identificar as Empresas do Milênio. Primeiro, a Indxx, LLC realiza pesquisas fundamentais sobre tendências relacionadas à geração millennial, incluindo, mas não limitado a: dados de gastos do consumidor, comportamento do consumidor, tecnologia e demografia. Com base nessa análise, a Indxx, LLC determina as principais categorias que parecem ser mais reflexivas de como os indivíduos da geração millennial gastam seu tempo e dinheiro (coletivamente, "Categorias de Gastos"). Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou as seguintes oito categorias principais de gastos para os millennials: (1) Social e Entretenimento, (2) Vestuário e Vestuário, (3) Viagens e Mobilidade, (4) Alimentos/Restaurantes e Bens de Consumo, (5) Serviços Financeiros e Investimentos, (6) Habitação e Bens de Casa, (7) Educação e Emprego e (8) Saúde e Fitness. Essas categorias de gastos podem mudar ao longo do tempo, conforme determinado pela Indxx, LLC.

Depois de estabelecer essas Categorias de Gastos, a Indxx, LLC usa uma variedade de fontes - incluindo, mas não limitado a: relatórios do setor, pesquisas de investimento e demonstrações financeiras publicadas por empresas - para identificar empresas com exposição significativa a essas Categorias de Gastos. Uma empresa é determinada a ter exposição significativa às Categorias de Gastos se (i) derivar uma parcela significativa de sua receita das Categorias de Gastos, ou (ii) tiver declarado que seu negócio principal é em produtos e serviços focados nas Categorias de Gastos, conforme determinado pela Indxx, LLC. As empresas identificadas nesta fase são então consideradas para análise posterior, o que, em última análise, determina sua elegibilidade para inclusão no Índice Temático Indxx Millennials.

Na etapa final do processo de seleção, a Indxx, LLC realiza uma análise composta nas empresas restantes para identificar as Empresas Millennial dentro de cada uma das Categorias de Gastos. Como parte desse processo, a Indxx, LLC utiliza a pesquisa fundamental que realizou sobre tendências relacionadas à geração millennial para avaliar as empresas com base em critérios quantitativos e qualitativos que foram identificados como sendo consistentes com a demografia millennial e as preferências do consumidor. A partir de 31 de janeiro de 2024, alguns exemplos dos critérios usados no processo de avaliação incluem, mas não estão limitados a: comércio eletrônico, redes sociais e profissionais, serviços de streaming de mídia digital, roupas esportivas e ao ar livre, apartamentos multifamiliares e avaliações/recomendações de pares. Uma empresa identificada como tendo exposição significativa a um critério receberá pontos adicionais como parte do processo de pontuação composta. Uma empresa é determinada a ter exposição significativa a um critério com base em sua exposição de receita a esse critério específico (em relação às outras empresas em sua Categoria de Gastos) ou com base em sua principal área de negócios declarada (em relação a outras empresas em sua Categoria de Gastos). A Indxx, LLC então classifica as empresas com base nesses critérios para determinar as empresas que são mais reflexivas das Empresas Millennial dentro de cada Categoria de Gastos. Esses critérios variam de acordo com a Categoria de Gastos e estão sujeitos à avaliação da Indxx, LLC anualmente. Um mínimo de cinco e um máximo de quinze empresas de cada Categoria de Gastos estão incluídas no Índice Temático Indxx Millennials, principalmente com base em sua pontuação na análise composta conduzida pela Indxx, LLC.

O Índice Temático Indxx Millennials é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e rebalanceado anualmente. O Índice Temático Indxx Millennials pode incluir empresas de grande, média ou

pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de consumo discricionário, bens de consumo, tecnologia da informação e serviços financeiros, bem como fundos de investimento imobiliário ("REITs").

### **Índice Temático de Envelhecimento Indxx**

O Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa em mercados desenvolvidos que facilitam a tendência demográfica de maior expectativa de vida média e o envelhecimento da população global, incluindo, mas não limitado a, empresas envolvidas em biotecnologia, dispositivos médicos, produtos farmacêuticos, instalações para idosos e serviços de saúde especializados (coletivamente, "Empresas de Envelhecimento da População"), conforme definido pela Indxx, LLC, fornecedora do Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx.

O universo elegível do Indxx Aging Population Thematic Index inclui as empresas mais líquidas e investidas, de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 500 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx. O Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx pode incluir componentes dos seguintes países: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica as Empresas de População Envelhecida aplicando uma análise proprietária que consiste em dois componentes principais: identificação de temas e análise de empresas. Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou os seguintes quatro temas que devem fornecer a maior exposição às empresas de população idosa: (1) Produtos de cuidados de saúde, (2) Serviços de cuidados de saúde, (3) Dispositivos médicos e (4) Lares de idosos (coletivamente, "Temas da população idosa"). Para ser incluída no Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx, uma empresa deve ser identificada como tendo exposição significativa a esses Temas da População Idosa, conforme determinado pela Indxx, LLC. As empresas são analisadas com base em dois critérios principais: exposição à receita e operações primárias de negócios. Considera-se que uma empresa tem exposição significativa aos Temas da População Idosa se (i) derivar uma parcela significativa de sua receita dos Temas da População Idosa, ou (ii) tiver declarado que seu negócio principal é em produtos e serviços focados nos Temas da População Idosa, conforme determinado pela Indxx, LLC.

O Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e rebalanceado anualmente. O Índice Temático de Envelhecimento da População Indxx pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de saúde, biotecnologia e produtos farmacêuticos, bem como fundos de investimento imobiliário ("REITs").

### **Índice Temático Indxx Global Fintech**

O Indxx Global Fintech Thematic Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa em mercados desenvolvidos que fornecem produtos e serviços de tecnologia financeira, incluindo empresas envolvidas em pagamentos móveis, empréstimos peer-to-peer (P2P) e marketplace, software de análise financeira e moedas alternativas (coletivamente, "FinTech Companies"), conforme definido pela Indxx, LLC, fornecedora do Indxx Global Fintech Thematic Index.

O universo elegível do Indxx Global Fintech Thematic Index inclui entre as empresas mais líquidas e investidas de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 300 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC ou 3 meses, no caso de outros IPOs) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Indxx Global Fintech Thematic Index. Em 31 de janeiro de 2024, componentes dos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Indxx Global Fintech Thematic Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia,

França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica as empresas FinTech aplicando uma análise proprietária que consiste em dois componentes principais: identificação de temas e análise de empresas. Como parte do processo de identificação de temas, a Indxx, LLC analisa relatórios da indústria, pesquisas de investimento e dados de consumidores relacionados à indústria de fintech, a fim de estabelecer os temas que devem fornecer mais exposição ao crescimento da indústria de fintechs. Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou os seguintes seis temas de fintech: (1) Pagamentos Móveis, (2) P2P e Marketplace Lending, (3) Soluções Empresariais, (4) Blockchain e Moedas Alternativas, (5) Crowdfunding e (6) Software de Finanças Pessoais e Automated Wealth Management/Trading (coletivamente, "Temas FinTech"). Para ser incluída no Indxx Global Fintech Thematic Index, uma empresa deve ser identificada como tendo exposição significativa a esses Temas FinTech, conforme determinado pela Indxx, LLC. Na segunda etapa do processo, as empresas são analisadas com base em dois critérios principais: exposição à receita e operações primárias de negócios. Uma empresa é considerada como tendo exposição significativa aos Temas FinTech se (i), ela deriva uma parcela significativa de sua receita dos Temas FinTech, e (ii), declarou que seu negócio principal é em produtos e serviços focados nos Temas FinTech, conforme determinado pela Indxx, LLC.

O Índice Temático Indxx Global Fintech é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e rebalanceado anualmente. No reequilíbrio anual, é aplicada uma metodologia de capping para reduzir a concentração em títulos individuais e aumentar a diversificação do Índice Temático Indxx Global Fintech. O Indxx Global Fintech Thematic Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas financeiras e de tecnologia da informação.

### **Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx**

O Índice Temático Global de Internet das Coisas da Indxx foi projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa em mercados desenvolvidos que facilitam a indústria de Internet das Coisas, incluindo empresas envolvidas em tecnologia vestível, automação residencial, tecnologia automotiva conectada, sensores, infraestrutura/software de rede, medição inteligente e dispositivos de controle de energia (coletivamente, "Empresas de Internet das Coisas"), conforme definido pela Indxx, LLC, provedora do Indxx Global Internet of Things Thematic Index. A Internet das Coisas refere-se à rede de objetos físicos (como dispositivos eletrônicos, wearables, veículos conectados, infraestrutura, equipamentos, eletrodomésticos inteligentes, edifícios) que estão conectados à internet. Esses objetos geralmente utilizam semicondutores, sensores e software embarcados para coletar, analisar, receber e transferir dados por meio de redes habilitadas por tecnologias como WiFi, infraestrutura de telecomunicações 4G e 5G e fibra óptica.

O universo elegível do Indxx Global Internet of Things Thematic Index inclui entre as empresas mais líquidas e investidas de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 300 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC ou 3 meses, no caso de outros IPOs) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice Temático Global de Internet das Coisas da Indxx. Em 31 de janeiro de 2024, componentes dos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica Empresas de Internet das Coisas aplicando uma análise proprietária que consiste em dois componentes principais: identificação de temas e análise de empresas. Como parte do processo de identificação do tema, a Indxx, LLC analisa relatórios da indústria, pesquisa de investimento e dados de consumidores relacionados à indústria de Internet das Coisas, a fim de estabelecer os temas que devem fornecer maior exposição ao crescimento da indústria de Internet das Coisas. Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou os seguintes quatro temas de Internet das Coisas: (1) Tecnologia de Internet das Coisas do Consumidor, (2) Equipamentos, Veículos e Infraestrutura/Tecnologia de Construção, (3) Semicondutores e Sensores e (4) Infraestrutura de Redes/Software (coletivamente, "Temas de Internet das Coisas"). Para ser



incluída no Indxx Global Internet of Things Thematic Index, uma empresa deve ser identificada como tendo exposição significativa a esses Temas de Internet das Coisas, conforme determinado pela Indxx, LLC. Na segunda etapa do processo, as empresas são analisadas com base em dois critérios principais: exposição à receita e operações primárias de negócios. Uma empresa é considerada como tendo exposição significativa aos Temas de Internet das Coisas se (i), ela deriva uma parcela significativa de sua receita dos Temas de Internet das Coisas, (ii), declarou que seu negócio principal é em produtos e serviços focados na Internet das Coisas Temas, conforme determinado pela Indxx, LLC. Além disso, empresas com fluxos de receita mais diversificados também podem ser incluídas no Índice Temático Global de Internet das Coisas da Indxx se atenderem aos seguintes critérios: (1) identificadas como críticas para o ecossistema de IoT devido à escala em certas tecnologias e serviços de IoT, (2) tiverem uma unidade de negócios distinta focada em produtos e serviços de IoT e (3) tiverem uma competência central que se espera que se beneficie do aumento da adoção de IoT, conforme determinado pela Indxx, LLC. As empresas que atendem a esses critérios são elegíveis para inclusão no Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx com um limite de ponderação de 2%.

O Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e rebalanceado anualmente. No reequilíbrio anual, é aplicada uma metodologia de capping para reduzir a concentração em títulos individuais e aumentar a diversificação do Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx. O Índice Temático Global de Internet das Coisas Indxx pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais e de tecnologia da informação.

### **Indxx Global Robotics & Índice Temático de Inteligência Artificial**

O Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa em mercados desenvolvidos que estão envolvidas no desenvolvimento de robótica e/ou inteligência artificial, incluindo empresas envolvidas no desenvolvimento de robôs industriais e sistemas de produção, gerenciamento automatizado de estoque, veículos não tripulados, reconhecimento de voz/imagem/texto e robôs médicos ou instrumentos robóticos (coletivamente, "Robotics & Artificial Intelligence Companies"), conforme definido pela Indxx, LLC, fornecedora do Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index.

O universo elegível do Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index inclui entre as empresas mais líquidas e investidas de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 300 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC ou 3 meses, no caso de outros IPOs) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index. Em 31 de janeiro de 2024, componentes dos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica Empresas de Robótica e Inteligência Artificial aplicando uma análise proprietária que consiste em dois componentes principais: identificação de temas e análise de empresas. Como parte do processo de identificação do tema, a Indxx, LLC analisa relatórios da indústria, pesquisa de investimento e dados de consumidores relacionados à indústria de robótica e inteligência artificial, a fim de estabelecer os temas que devem fornecer maior exposição ao crescimento da indústria de robótica e inteligência artificial. Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou os seguintes quatro temas de robótica e inteligência artificial: (1) Robótica Industrial e Automação, (2) Veículos Não Tripulados e Drones, (3) Inteligência Artificial e (4) Robótica Não Industrial (coletivamente, "Robótica e Temas de Inteligência Artificial"). Para ser incluída no Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index, uma empresa deve ser identificada como tendo exposição significativa a esses Temas de Robótica e Inteligência Artificial, conforme determinado pela Indxx, LLC. Na segunda etapa do processo, as empresas são analisadas com base em dois critérios principais: exposição à receita e operações primárias de negócios. Considera-se que uma empresa tem exposição significativa aos Temas de Robótica e Inteligência Artificial se (i), deriva uma parcela significativa de sua receita dos Temas de Robótica e Inteligência Artificial, (ii), declarou que seu principal

negócio é em produtos e serviços focados nos Temas de Robótica e Inteligência Artificial, conforme determinado pelo Indxx, LLC.

O Índice Temático Indxx Global Robotics & Inteligência Artificial é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e rebalanceado anualmente. No reequilíbrio anual, é aplicada uma metodologia de capping para reduzir a concentração em títulos individuais e aumentar a diversificação do Indxx Global Robotics e do Índice Temático de Inteligência Artificial. O Indxx Global Robotics & Artificial Intelligence Thematic Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais e de tecnologia da informação.

### **Índice de Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA Indxx**

O Indxx U.S. Infrastructure Development Index é projetado para medir o desempenho de empresas listadas nos EUA que fornecem exposição ao desenvolvimento de infraestrutura doméstica, incluindo empresas envolvidas em construção e engenharia, produção de matérias-primas de infraestrutura, compósitos e produtos; transporte industrial; e produtores/distribuidores de equipamentos de construção pesada (coletivamente, "U.S. Infrastructure Development Companies"), conforme definido pela Indxx, LLC, fornecedora do Indxx U.S. Infrastructure Development Index.

O universo elegível do Indxx U.S. Infrastructure Development Index inclui as empresas mais líquidas e investidas, de acordo com os critérios padrão de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados desenvolvidos, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 300 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC) maior ou igual a US\$ 1 milhão para serem elegíveis para inclusão no Índice. O Indxx U.S. Infrastructure Development Index inclui apenas empresas listadas nos Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica as Empresas de Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA aplicando uma análise proprietária que consiste em dois componentes principais: identificação de temas e análise de empresas. Como parte do processo de identificação de temas, a Indxx, LLC analisa relatórios da indústria, pesquisas de investimento e tendências de gastos relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura, a fim de estabelecer os temas que devem fornecer maior exposição ao aumento do investimento em infraestrutura dos EUA. Em 31 de janeiro de 2024, a Indxx, LLC identificou os seguintes quatro temas de desenvolvimento de infraestrutura dos EUA: (1) Serviços de Construção e Engenharia, (2) Matérias-Primas e Compósitos, (3) Produtos e Equipamentos e (4) Transporte Industrial (coletivamente, "Temas de Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA").

Na segunda etapa do processo, as empresas são analisadas com base em dois critérios principais: exposição à receita e operações primárias de negócios. Uma empresa é elegível para inclusão no Indxx U.S. Infrastructure Development Index se (i) derivar uma parte significativa de sua receita dos Temas de Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA, ou (ii) tiver declarado que seu negócio principal é em produtos e serviços focados nos Temas de Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA, conforme determinado pela Indxx, LLC. Além disso, apenas as empresas que geram mais de 50% das receitas dos EUA na data de seleção do índice, conforme determinado pela Indxx, LLC, são elegíveis para inclusão no Indxx U.S. Infrastructure Development Index.

O Indxx U.S. Infrastructure Development Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e rebalanceado anualmente. No reequilíbrio anual, uma metodologia de capping é aplicada para reduzir a concentração em títulos individuais e aumentar a diversificação do Indxx U.S. Infrastructure Development Index. O Indxx U.S. Infrastructure Development Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais e de materiais.

### **Índice Solactive Autonomous & Veículos Elétricos**

O Solactive Autonomous & Electric Vehicles Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão envolvidas no desenvolvimento de veículos elétricos e/ou veículos autônomos, incluindo empresas que produzem veículos

elétricos/híbridos, componentes e materiais de veículos elétricos/híbridos, tecnologia de direção autônoma e serviços conectados à rede para transporte (coletivamente, "Empresas de Veículos Autônomos e Elétricos"), conforme definido pela Solactive AG, fornecedora do Índice Solactive de Veículos Autônomos e Elétricos.

O universo elegível do Índice Solactive Autonomous e Electric Vehicles inclui entre as empresas mais líquidas e investidas, de acordo com os critérios de capitalização de mercado e liquidez associados aos mercados elegíveis, conforme definido pela Solactive AG. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 500 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice de Veículos Elétricos Autônomos Solativos. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas dos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Autonomous & Electric Vehicles Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

A partir do universo elegível, a Solactive AG identifica Empresas de Veículos Autônomos e Elétricos aplicando um processo proprietário de algoritmo de processamento de linguagem natural que busca identificar empresas com exposição às seguintes categorias:

- **Veículos Elétricos ("EV")** - empresas que produzem veículos elétricos/híbridos, incluindo carros, caminhões, motocicletas/scooters, ônibus e trilhos elétricos.
- **Electric Vehicle Components ("EVC")** - empresas que produzem componentes de veículos elétricos/híbridos, incluindo trens de força elétricos, baterias de íons de lítio e outros tipos de baterias elétricas e células de combustível. Além disso, as empresas que produzem os produtos químicos e matérias-primas (incluindo, mas não se limitando a, lítio e cobalto) que compõem esses componentes de veículos elétricos/híbridos são elegíveis para inclusão.
- **Tecnologia de Veículos Autônomos ("AVT")** - empresas que constroem veículos autônomos e/ou desenvolvem hardware e software que facilitam o desenvolvimento de veículos autônomos, incluindo sensores, tecnologia de mapeamento, inteligência artificial, sistemas avançados de assistência ao motorista, plataformas de carona compartilhada e serviços conectados em rede para transporte.

Para ser incluída no Índice Solactive Autonomous & Electric Vehicles, uma empresa deve ser identificada como tendo exposição a essas categorias com base na classificação que recebe do algoritmo de processamento de linguagem natural ("Segment Score"), conforme determinado pela Solactive AG. Dentro de cada categoria listada acima, as empresas são classificadas pela Solactive AG de acordo com sua respectiva Pontuação de Segmento. Solactive AG então analisa as empresas para garantir a relevância para uma ou mais das categorias acima com base nas operações de negócios da empresa. O Índice Solactive Autonomous & Electric Vehicles é composto pelas 15 empresas mais bem classificadas no segmento de veículos elétricos, as 30 empresas de classificação mais alta no segmento de EVC e as 30 empresas de classificação mais alta no segmento de AVT, conforme determinado pela Solactive AG e sujeito a certas regras de buffer destinadas a reduzir o volume de negócios.

O Índice de Veículos Elétricos Autônomos Solativos é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído semestralmente. Na reconstituição semestral, é aplicada uma metodologia de capping para reduzir a concentração em títulos individuais e aumentar a diversificação do Índice de Veículos Autônomos e Elétricos Solativos. O Índice de Veículos Elétricos Autônomos Solactive pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais, de tecnologia da informação, de materiais e de consumo discricionário.

### **Indxx Inteligência Artificial & Índice de Big Data**

O Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar do desenvolvimento e utilização da tecnologia de inteligência artificial em seus produtos e serviços, bem como para empresas que fornecem hardware que facilita o uso de inteligência artificial para a análise de big data

(coletivamente, "Artificial Intelligence & Big Data Companies"), conforme definido pela Indxx, LLC, fornecedora do Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index.

O universo elegível do Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index inclui empresas listadas em bolsa que atendem aos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definido pela Indxx, LLC. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 500 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC ou 3 meses, no caso de outros IPOs) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas ou incorporadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Singapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos. Além disso, ADRs e GDRs de empresas constituídas ou com listagem primária na China são elegíveis para inclusão.

A partir do universo elegível, a Indxx, LLC identifica Empresas de Inteligência Artificial e Big Data aplicando uma análise proprietária que busca identificar empresas que podem ser classificadas nas seguintes categorias:

- **Desenvolvedores de Inteligência Artificial**
  - **Inteligência Artificial Aplicada a Produtos e Serviços** - Empresas que desenvolveram capacidades internas de inteligência artificial (organicamente ou por meio de aquisição) e estão aplicando a tecnologia de inteligência artificial diretamente em seus produtos e serviços. Os aplicativos de inteligência artificial incluem, mas não estão limitados a, processamento e reconhecimento de linguagem/imagem, comunicações automatizadas, detecção de ameaças, geração de recomendações e outras análises preditivas.
  - **Inteligência Artificial como Serviço ("AIaaS") para Aplicações de Big Data** - Empresas que fornecem recursos de inteligência artificial para seus clientes como um serviço. As empresas desse segmento normalmente oferecem plataformas baseadas em nuvem que permitem que seus clientes apliquem técnicas de inteligência artificial ao big data sem a necessidade de um investimento direto em sua própria infraestrutura ou recursos relacionados à inteligência artificial.
- **Hardware de Inteligência Artificial e Big Data Analytics**
  - **Hardware de Inteligência Artificial** - Empresas que produzem semicondutores, armazenamento de memória e outros hardwares que são utilizados para aplicações de inteligência artificial. Isso atualmente inclui, mas não está limitado a, empresas que produzem unidades de processamento gráfico (GPUs), chips de circuito integrado específico de aplicativo ("ASIC"), chips FPGA (field-programmable gate array) e armazenamento de array totalmente flash.
  - **Computação Quântica** - Empresas que estão desenvolvendo tecnologia de computação quântica. Embora atualmente em processo de comercialização, espera-se que a computação quântica tenha um potencial significativo para aplicações de inteligência artificial e big data.

Para ser incluída no Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index, uma empresa deve ser classificada nas categorias descritas acima, conforme determinado pela Indxx, LLC. Essa classificação é baseada em uma análise composta de registros públicos, produtos e serviços, declarações oficiais da empresa e outras informações sobre o envolvimento direto nas categorias de inteligência artificial e big data, conforme descrito acima. As empresas elegíveis são então classificadas pela Indxx, LLC usando uma estrutura de pesquisa que avalia a exposição de uma empresa a essas categorias. As empresas devem receber uma pontuação mínima dentro de uma determinada categoria para serem selecionadas no Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index, conforme determinado pela Indxx, LLC.

O Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído anualmente com uma reponderação semestral. O Indxx Artificial Intelligence & Big Data Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de tecnologia da informação.

### **Índice de Genômica Solativa**

O Solactive Genomics Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços no campo da ciência genômica e biotecnologia, bem como suas aplicações (coletivamente, "Genomics & Biotechnology Companies"), conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Solactive Genomics Index ("Provedor de Índice"). Para ser elegível para inclusão no Índice de Genômica Solativa, uma empresa é considerada pelo Provedor do Índice como uma Empresa de Genômica e Biotecnologia se obtiver pelo menos 50% de sua receita, receita operacional ou ativos de genômica e/ou biotecnologia, conforme determinado pela Solactive AG. Essas empresas incluem aquelas envolvidas nas seguintes atividades comerciais, conforme determinado pela Solactive AG: (i) edição de genes, (ii) sequenciamento genômico, (iii) desenvolvimento e teste de medicina/terapias genéticas, (iv) genômica computacional e diagnóstico genético e/ou (v) biotecnologia.

Ao construir o Solactive Genomics Index, a Solactive AG primeiro estabelece o universo elegível utilizando as classificações setoriais da FactSet: apenas as empresas classificadas pela FactSet como empresas de saúde são elegíveis para o Solactive Genomics Index. A Solactive AG aplica então um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que procura identificar e classificar empresas com exposição direta à indústria genômica com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de resultados, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que derivam pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

- i. *Edição de Genes*: Empresas que desenvolvem tecnologia para a inserção, deleção ou substituição de DNA em um local específico no genoma de um organismo.
- ii. *Sequenciamento Genômico*: Empresas que se dedicam ao processo de determinação da sequência completa de DNA do genoma de um organismo.
- iii. *Medicina Genética/Terapias*: Empresas que buscam detectar, curar ou tratar doenças identificando e/ou modificando a expressão gênica ou o funcionamento de um organismo.
- iv. *Genômica Computacional e Diagnóstico Genético*: Empresas que utilizam análises computacionais e estatísticas para decifrar insights biológicos a partir de sequências de genoma e dados relacionados.
- v. *Biotecnologia*: Empresas que combinam processos biológicos e tecnologia para desenvolver produtos e serviços.

O universo elegível do Solactive Genomics Index inclui empresas listadas em bolsa que atendem aos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definido pela Solactive AG. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice de Genômica Solativa. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice Solactive Genomics: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

O Índice de Genômica Solativa é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. O Solactive Genomics Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de saúde. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Genomics Index tinha 40 constituintes.

### **Índice Global de Computação em Nuvem Indxx**

O Indxx Global Cloud Computing Index foi projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar da crescente adoção de tecnologia de computação em nuvem, incluindo, mas não se limitando a, empresas cujo negócio principal é oferecer software de computação como serviço ("SaaS"), plataforma como serviço ("PaaS"), infraestrutura como serviço ("IaaS"), espaço de armazenamento de servidor gerenciado e fundos de investimento imobiliário de data center ("REITs"), e/ou infraestrutura e hardware de computação em nuvem e de borda (coletivamente, "Empresas de Computação em Nuvem"), conforme definido pela Indxx LLC, fornecedora do Indxx Global Cloud Computing Index.

Ao construir o Indxx Global Cloud Computing Index, a Indxx LLC primeiro identifica as Indústrias FactSet relacionadas à computação em nuvem. As empresas dessas indústrias, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Indxx LLC com base na receita relacionada às atividades de computação em nuvem. Para ser elegível para o Indxx Global Cloud Computing Index, uma empresa é considerada pela Indxx LLC como uma empresa de computação em nuvem se a empresa gerar pelo menos 50% de suas receitas de atividades de computação em nuvem, conforme determinado pela Indxx LLC. A Indxx LLC classifica as Empresas de Computação em Nuvem como aquelas empresas que (i) licenciam e fornecem software pela internet por assinatura (SaaS), (ii) fornecem uma plataforma para a criação de aplicativos de software que são entregues pela internet (PaaS), (iii) fornecem infraestrutura de computação virtualizada pela internet (IaaS), (iv) possuem e gerenciam instalações que os clientes usam para armazenar dados e servidores, incluindo REITs de data center e/ou (v) fabricar ou distribuir componentes de infraestrutura e/ou hardware usados em atividades de computação em nuvem e de borda, conforme determinado pela Indxx LLC. Além disso, as empresas que geram pelo menos US\$ 500 milhões de receita com o fornecimento de infraestrutura de nuvem pública (mas menos de 50% de suas receitas gerais) são elegíveis para inclusão no Indxx Global Cloud Computing Index. Estas empresas estão sujeitas a um limite de peso individual de 2% e a um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral.

Para fazer parte do universo elegível do Indxx Global Cloud Computing Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Indxx LLC, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Indxx Global Cloud Computing Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Indxx Global Cloud Computing Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, África do Sul, Coreia do Sul, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

O Indxx Global Cloud Computing Index é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Indxx Global Cloud Computing Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de tecnologia da informação. Em 31 de janeiro de 2024, o Indxx Global Cloud Computing Index tinha 36 componentes.

### **Global X Cybersecurity ETF**

O Indxx Cybersecurity Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar do aumento da adoção de tecnologia de segurança cibernética, incluindo, mas não limitado a, empresas cujo principal negócio está no desenvolvimento e gerenciamento de protocolos de segurança que impedem intrusões e ataques a sistemas, redes, aplicativos, computadores e dispositivos móveis (coletivamente, "Empresas de Cibersegurança"), conforme determinado pela Indxx LLC, o provedor do Indxx Cybersecurity Index.

Ao construir o Indxx Cybersecurity Index, a Indxx LLC identifica primeiro as Indústrias FactSet relacionadas à segurança cibernética. As empresas dentro dessas Indústrias FactSet, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Indxx

LLC com base na receita relacionada às atividades de segurança cibernética. Para ser elegível para o Indxx Cybersecurity Index como uma empresa de segurança cibernética, uma empresa deve gerar pelo menos 50% de suas receitas com atividades de segurança cibernética, que a Indxx LLC classifica como o desenvolvimento e gerenciamento de protocolos de segurança que impedem intrusões e ataques a sistemas, redes, aplicativos, computadores e dispositivos móveis.

Para fazer parte do universo elegível do Indxx Cybersecurity Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Indxx LLC, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos seis meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx LLC) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Index. As de Cibersegurança Indxx de 31 de janeiro, Em 2024, as empresas listadas nos seguintes países foram elegíveis para inclusão no Índice de Segurança Cibernética Indxx: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, África do Sul, Coreia do Sul, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

O Índice de Cibersegurança Indxx é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e, assim, aumentará a exposição a outras empresas. O Índice de Segurança Cibernética Indxx pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de média capitalização. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice de Cibersegurança Indxx tinha 24 componentes.

### **Índice de Crescimento Temático Solativo**

O Índice de Crescimento Temático Solactive procura fornecer ampla exposição a estratégias de crescimento temáticas usando uma carteira de fundos negociados em bolsa (cada um, um "ETF Subjacente"). O Índice de Crescimento Temático Solactive aloca pesos de índice entre os ETFs Subjacentes com base em uma metodologia quantitativa desenvolvida pela Solactive AG, fornecedora do Índice de Crescimento Temático Solactive, que é projetado para determinar a seleção e ponderação dos ETFs Subjacentes elegíveis. Espera-se que os preços das ações dos ETFs subjacentes acompanhem o desempenho das ações em mercados desenvolvidos ou emergentes que fornecem exposição a macrotendências estruturalmente disruptivas.

O Índice de Crescimento Temático Solactive é construído a partir do universo elegível de ETFs Subjacentes, cada um dos quais é emitido pela Global X Funds® e é determinado pela Solactive AG para fornecer exposição a macrotendências estruturalmente disruptivas e aos investimentos subjacentes que podem se beneficiar da materialização dessas tendências ("ETFs de Crescimento Temático Global X"). Macrotendências estruturalmente disruptivas normalmente evitam classificações setoriais e geográficas tradicionais, e podem decorrer de avanços em tecnologia disruptiva, mudança de hábitos de consumo e demografia, ou mudanças nas necessidades de infraestrutura ou recursos finitos. O Índice Subjacente é igualmente ponderado. Em uma base anual, o Índice Subjacente é reconstituído para alocar exposição a um subconjunto dos ETFs Subjacentes elegíveis usando uma metodologia quantitativa que classifica cada um dos ETFs Subjacentes elegíveis com base no crescimento das vendas realizadas. Para calcular o crescimento de vendas realizado para um determinado ETF Subjacente, a Solactive AG calcula o crescimento de vendas realizado de cada título componente de cada ETF Subjacente elegível. O crescimento de vendas realizado de cada título componente do ETF Subjacente é então usado para calcular o crescimento de vendas realizado agregado para o ETF Subjacente, com base nos respectivos pesos dos títulos componentes no ETF Subjacente. O crescimento das vendas realizadas é determinado calculando a diferença entre a receita de um título de componente nos 12 meses anteriores à data do reequilíbrio e sua receita nos 12 meses anteriores à data do reequilíbrio anterior. Além da reconstituição anual, o Índice de Crescimento Temático Solativo é reponderado semestralmente. A partir de 31 de janeiro de 2024, os ETFs subjacentes elegíveis para inclusão no Índice de Crescimento Temático Solativo são: ETF Global X Aging Population, Global X AgTech & Food Innovation ETF, Global X Artificial Intelligence & Technology ETF, Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, Global X Blockchain ETF, Global X Clean Water ETF, Global X CleanTech ETF, Global X Cloud Computing ETF, Global X Cybersecurity ETF, Global X Data

Center & Digital Infrastructure ETF, Global X E-Commerce ETF, Global X FinTech ETF, Global X Genomics & Biotechnology ETF, Global X Hydrogen ETF, Global X Internet of Things ETF, Global X Lithium and Battery Tech ETF, Global X Millennial Consumer ETF, Global X Renewable Energy Producers ETF, ETF Global X Robotics & Inteligência Artificial, ETF Global X Social Media, ETF Global X Telemedicine & Digital Health, Global X U.S. Infrastructure Development ETF, Global X Video Games & Esports ETF, Global X Disruptive Materials ETF e Global X Wind Energy ETF.

### **Solactive Video Games & Índice de Esports**

O Solactive Video Games & Esports Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar do aumento do consumo relacionado a videogames e esports, incluindo empresas cujo principal negócio é o desenvolvimento/publicação de videogames, distribuição e streaming de conteúdo de videogames e esports, operando/possuindo ligas/equipes de esports e produzindo hardware de videogames/esports (coletivamente, "Video Games & Esports Companies"), conforme definido pela Solactive AG, fornecedora do Solactive Video Games & Esports Index.

Ao construir o Solactive Video Games & Esports Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que examina arquivamentos, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de lucros, etc.) em busca de palavras-chave que descrevam o tema do índice, para identificar e classificar empresas com exposição direta à indústria de videogames e esports. As empresas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente analisadas pela Solactive AG com base nas receitas relacionadas a videogames e atividades de esports. Para ser elegível para o Solactive Video Games & Esports Index, uma empresa é considerada pela Solactive AG como uma Video Games & Esports Company se a empresa gerar pelo menos 50% de suas receitas de videogames e atividades de esports, conforme determinado pela Solactive AG. As Empresas de Jogos de Vídeo e Esports são aquelas empresas que (i) desenvolvem e/ou publicam videogames, (ii) facilitam o streaming ou distribuição de jogos de vídeo e/ou conteúdo de esports, (iii) operam e/ou possuem ligas competitivas de esports e/ou equipes competitivas de eSports e/ou (iv) produzem hardware usado em videogames e/ou esports, incluindo realidade aumentada e virtual.

Para fazer parte do universo elegível do Solactive Video Games & Esports Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Solactive Video Games & Esports Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Video Games & Esports Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

O Solactive Video Games & Esports Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Solactive Video Games & Esports Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Video Games & Esports Index tinha 48 componentes.

### **Telemedicina Solativa & Índice de Saúde Digital**

O Solactive Telemedicine & Digital Health Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços no campo da telemedicina e saúde digital, bem como suas aplicações (coletivamente, "Telemedicina & Empresas de Saúde Digital"), conforme definido pela Solactive AG, provedora do Solactive Telemedicine & Digital Health Index. Para ser elegível para inclusão no Índice Solactive Telemedicine & Digital Health, uma empresa é considerada pela Solactive AG como uma Telemedicina e Digital Health Company se obtiver pelo menos 50% de sua receita, receita operacional ou ativos de telemedicina e/ou saúde digital. Essas empresas incluem aquelas envolvidas nas seguintes



atividades de negócios: (i) telemedicina, (ii) análise de saúde, (iii) dispositivos de saúde conectados e/ou (iv) digitalização administrativa.

Ao construir o Solactive Telemedicine & Digital Health Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas com exposição direta ao setor de telemedicina e saúde digital com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de resultados, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que derivam pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

- i. Telemedicina: Empresas que conectam médicos e pacientes digitalmente, facilitando uma série de atividades médicas que incluem diagnóstico, tratamento e gerenciamento de medicamentos, além de oferecer serviços farmacêuticos on-line e/ou fornecer plataformas de saúde pela internet.
- ii. Healthcare Analytics: Empresas que coletam, produzem, utilizam e/ou armazenam dados para análises estatísticas e/ou computacionais relacionadas à saúde, incluindo análises de inteligência artificial e plataformas de análise baseadas em nuvem.
- iii. Dispositivos de saúde conectados: empresas que desenvolvem dispositivos de saúde que transmitem automaticamente dados e resultados para pacientes e/ou médicos para auxiliar no tratamento dinâmico e em tempo real do paciente e cuidados preventivos.
- iv. Digitalização Administrativa: Empresas que aprimoram os processos de gestão de prestadores de serviços de saúde, incluindo a entrada de pacientes, soluções de pessoal, gerenciamento do ciclo de receita/faturamento, segurança digital de saúde, bem como serviços de busca médico/hospitalar, reserva e/ou classificação para uso do paciente.

O universo elegível do Índice Solactive Telemedicine & Digital Health inclui empresas listadas em bolsa que atendem aos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definido pela Solactive AG. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice de Telemedicina Solativa e Saúde Digital. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Telemedicine & Digital Health Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos.

O Índice de Telemedicina Solativa e Saúde Digital é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Solactive Telemedicine & Digital Health Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de saúde. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice de Telemedicina Solativa e Saúde Digital tinha 38 constituintes.

### **Índice Global Indxx CleanTech**

O Indxx Global CleanTech Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar da crescente adoção de tecnologias focadas em melhorar a eficiência da produção de energia renovável e/ou mitigar os efeitos ambientais adversos do consumo de recursos ("CleanTech"), incluindo, mas não limitado a, empresas cujo principal negócio é o desenvolvimento de tecnologia relacionada a energia renovável, eficiência e armazenamento de energia, smart grid, baterias de íons de lítio e/ou células de combustível e/ou prevenção/melhoria da poluição (coletivamente, "Empresas de Tecnologia Limpa"), conforme definido pela Indxx LLC, fornecedora do Indxx Global CleanTech Index.

Ao construir o Indxx Global CleanTech Index, a Indxx LLC primeiro identifica as Indústrias FactSet relacionadas à CleanTech. As empresas dessas indústrias, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Indxx LLC com base na receita

relacionada às atividades de CleanTech. Para ser elegível para o Indxx Global CleanTech Index, uma empresa é considerada pela Indxx LLC como uma empresa CleanTech se a empresa gerar pelo menos 50% de suas receitas com o desenvolvimento de tecnologias e/ou equipamentos relacionados a: (i) produção de energia renovável, (ii) eficiência energética residencial e comercial e armazenamento, (iii) implementação de redes inteligentes, (iv) baterias de íons de lítio e/ou células de combustível, ou (v) prevenir/melhorar os efeitos ambientais negativos da poluição, em cada caso, conforme determinado pela Indxx LLC.

Para fazer parte do universo elegível do Indxx Global CleanTech Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Indxx LLC, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 500 milhões e um volume de negócios diário médio mínimo nos últimos 6 meses (ou desde a data de lançamento do IPO para IPOs significativos, conforme definido pela Indxx, LLC) maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Indxx Global CleanTech Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Indxx Global CleanTech Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos

O Indxx Global CleanTech Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 6%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 5% é limitado a 40%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Indxx Global CleanTech Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais e de tecnologia da informação. Em 31 de janeiro de 2024, o Indxx Global CleanTech Index tinha 40 componentes.

### **REITs de Data Center Solactive & Índice de Infraestrutura Digital**

O Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index é projetado para fornecer exposição a empresas que têm operações de negócios nas áreas de data centers, torres de celular e/ou hardware de infraestrutura digital. Especificamente, o Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index incluirá títulos emitidos por "Data Center REITs & Digital Infrastructure Companies", conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index (o "Provedor de Índice"). REITs de Data Center e Empresas de Infraestrutura Digital são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

- i. Empresas de Data Center: Empresas que possuem, operam e/ou desenvolvem data centers (incluindo REITs de data center (conforme definido abaixo)), que são empresas de capital aberto que possuem e gerenciam instalações que os clientes usam para armazenar servidores e dados de computador com segurança e eficiência. As empresas de data centers oferecem uma variedade de produtos e serviços para ajudar a proteger, manter e facilitar o uso de servidores e dados dentro de data centers, incluindo o fornecimento de fontes de alimentação ininterruptas, regulação de temperatura e segurança física.
- ii. Empresas de torres de celular: Empresas que possuem, operam e/ou desenvolvem torres de celular (incluindo REITs de torres de celular), que são empresas de capital aberto que alugam antenas e equipamentos em torres de celular para operadoras de telefonia móvel. As operadoras sem fio utilizam o espaço da torre de celular fornecido pelas empresas de torres de celular para operar antenas e equipamentos que transmitem e recebem a recepção de sinal de telefones celulares, televisores, rádios e outros dispositivos de comunicação sem fio.

- iii. Empresas de Hardware de Infraestrutura Digital: Empresas que fabricam, projetam e/ou montam os servidores e/ou outros hardwares frequentemente utilizados em data centers e torres de celular, incluindo servidores de data center, processadores e switches de data center.

Empresas de Data Center e Empresas de Torres Celulares podem ser (mas não são obrigadas a ser) estruturadas como fundos de investimento imobiliário ("REITs"), que são empresas de capital aberto que possuem ou financiam ativos imobiliários geradores de renda. Para se qualificar como um REIT de acordo com o Código da Receita Federal de 1986, conforme alterado, uma empresa precisa satisfazer vários requisitos regulatórios, incluindo, mas não limitado a:

- i. Investir pelo menos 75% de seus ativos em imóveis.
- ii. Proverdo pelo menos 75% de sua receita bruta de aluguéis de imóveis, juros de hipotecas que financiam imóveis, ou de vendas de imóveis.
- iii. Distribuir anualmente pelo menos 90% do seu rendimento tributável sob a forma de dividendos aos acionistas.

Ao construir o Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas que operam data centers e/ou empresas com exposição direta à infraestrutura digital com base em arquivamentos, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de rendimentos, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos de REITs de Data Center e/ou Infraestrutura Digital.

O universo elegível do Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index inclui empresas listadas em bolsa que atendem aos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definido pela Solactive AG. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Taiwan, Reino Unido, e os Estados Unidos.

O Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada rebalanceamento, o peso máximo de uma Empresa de Data Center ou Empresa de Torre de Celular (definido pelo Provedor de Índice como empresas que possuem, operam e/ou desenvolvem data centers (incluindo REITs de data center) e torres de celular (incluindo REITs de Torre de Celular)), respectivamente, é limitado a 12% e o peso máximo de uma Empresa de Hardware de Infraestrutura Digital (definido pelo Provedor de Índice como empresas que fabricam os servidores e/ou outro hardware frequentemente usado em dados centros e torres de celular, incluindo semicondutores, circuitos integrados e processadores) é limitado a 2%, o peso agregado das empresas com peso maior ou igual a 4,5% é limitado a 45%, todas as empresas restantes são limitadas a um peso de 4,5% e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. De um modo geral, essa abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado, mas poderá aumentar o número de componentes incluídos no Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index. O Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente e componentes incluem principalmente empresas imobiliárias e de tecnologia da informação. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Data Center REITs & Digital Infrastructure Index tinha 24 componentes.

### **Índice Global da Indústria de Água Limpa Solactive**

O Solactive Global Clean Water Industry Index é projetado para fornecer exposição a empresas que têm operações comerciais no fornecimento de água limpa. Especificamente, o Solactive Global Clean Water Industry Index incluirá títulos emitidos por "Clean Water Companies", conforme definido pela Solactive AG, fornecedora do Solactive Global Clean Water Industry Index. Empresas de Água Limpa são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

1. Tratamento de água industrial, reciclagem (incluindo recuperação de água), purificação e conservação.
2. Infraestrutura de armazenamento, transporte, medição e distribuição de água.
3. Produção de produtos de aquecimento e purificador de água para uso doméstico e comercial.
4. Prestação de serviços de consultoria na identificação e implementação de estratégias de eficiência hídrica nos níveis corporativo e/ou municipal.

Ao construir o Solactive Global Clean Water Industry Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar as empresas envolvidas no fornecimento de água limpa com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de resultados, etc.). A Solactive AG também aplica um processo de triagem ESG (Environmental, Social and Governance) ao universo de empresas elegíveis. A Solactive AG, em parceria com o provedor de dados ESG Minerva, analisa trimestralmente cada componente do Solactive Global Clean Water Industry Index quanto à conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Qualquer componente existente ou potencial do Índice Global da Indústria de Água Limpa Solactive que não atenda aos padrões trabalhistas, de direitos humanos, ambientais e anticorrupção, conforme definido pelos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas a partir da revisão trimestral, será excluído do Índice Global da Indústria de Água Limpa Solactive, conforme determinado pela Solactive AG. As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas do fornecimento de água limpa.

Para fazer parte do universo elegível do Solactive Global Clean Water Industry Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Solactive Global Clean Water Industry Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Global Clean Water Industry Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

O Solactive Global Clean Water Industry Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 8%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 40%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Solactive Global Clean Water Industry Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de serviços públicos e industriais. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Global Clean Water Industry Index tinha 39 componentes.

### **Solactive AgTech & Índice de Inovação em Alimentos**

O Solactive AgTech & Food Innovation Index é projetado para fornecer exposição a empresas que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços nas áreas de tecnologia agrícola ("AgTech") e inovação alimentar. Especificamente, o Solactive AgTech & Food Innovation Index incluirá títulos emitidos por "AgTech & Food Innovation Companies", conforme definido pela

Solactive AG, fornecedora do Solactive AgTech & Food Innovation Index. "AgTech & Food Innovation Companies" são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

- **AgTech**
  - **Agricultura de Precisão: Tecnologias** utilizadas para aumentar a produtividade das culturas e reduzir os níveis de insumos agrícolas tradicionais (terra, água, fertilizantes, etc.) para cultivar culturas de forma mais rentável/eficiente. As atividades de negócios incluem o desenvolvimento de software e hardware de Sistema de Informação Geográfica ("SIG") para agricultura baseada em SIG, tecnologias de controle de ervas daninhas de precisão, sensores de solo e água, rastreamento climático e imagens de satélite.
  - **Robótica/Automação: Tecnologias** utilizadas para reduzir mão de obra e outros insumos agrícolas. As atividades comerciais incluem o desenvolvimento de drones agrícolas e equipamentos agrícolas autônomos para irrigação, manejo do solo (agronomia), polinização, colheita e processamento (por exemplo, colheitadeiras robóticas).
  - **Agricultura em Ambiente Controlado ("CEA"):** Tecnologias e sistemas que otimizam a piscicultura e/ou utilizam ambientes controlados para reduzir os tipos e/ou quantidade de insumos necessários para a criação. As atividades comerciais incluem agricultura vertical, hidroponia, aquaponia e aeroponia.
  - **Biotecnologia Agrícola:** Tecnologias biológicas/genéticas utilizadas para melhorar o cultivo e a produtividade agrícola. As atividades comerciais incluem o uso de edição genética para desenvolver culturas com maior produtividade, menos necessidades de água, maior resistência a insetos, etc.
- **Inovação em Alimentos**
  - **Alternativas de Proteína e Laticínios:** Produtos contendo ingredientes ricos em proteínas provenientes de plantas, insetos, fungos ou através de cultura de tecidos que substituem fontes convencionais de proteína de origem animal, como carne e laticínios. As atividades empresariais incluem o desenvolvimento de proteínas alternativas à base de plantas e/ou de tecnologia alimentar (por exemplo, de base molecular) e de produtos lácteos.
  - **Redução do Desperdício de Alimentos: Tecnologias** e/ou sistemas projetados para reduzir o desperdício de alimentos na cadeia de suprimentos. As atividades de negócios incluem o desenvolvimento de tecnologia para rastrear, monitorar e/ou preservar alimentos (por exemplo, sistemas e softwares de fornecimento e rastreamento de alimentos baseados em blockchain), bem como o desenvolvimento de produtos e serviços (por exemplo, mercados) que reduzem o desperdício de alimentos.

Além disso, as empresas identificadas pela Solactive AG como obtendo mais de 0% mas menos de 50% da receita das atividades comerciais descritas acima ("AgTech Diversificada & Empresas de Inovação em Alimentos"), bem como empresas identificadas pela Solactive AG como tendo operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não geram receitas ("AgTech Pré-Receita & Empresas de Inovação em Alimentos"), são elegíveis para inclusão no Solactive AgTech & Food Innovation Index se houver menos de 30 AgTech e Food Innovation Companies elegíveis. AgTech Diversificada & Empresas de Inovação em Alimentos e AgTech Pré-Receita e Empresas de Inovação em Alimentos estão sujeitas coletivamente a um limite de peso agregado de 15% a cada reequilíbrio semestral.

Ao construir o Solactive AgTech & Food Innovation Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas envolvidas nas áreas de tecnologia agrícola e inovação alimentar com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de resultados, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente analisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima, mais de 0% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima, no caso de AgTech Diversificada e Empresas de Inovação em Alimentos, ou que tenham operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não gerem receitas no caso de AgTech Pré-Receita e Empresas de Inovação em Alimentos.

Para fazer parte do universo elegível do Solactive AgTech & Food Innovation Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definido pelo Provedor do Índice, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as

empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 50 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ ,5 milhão para serem elegíveis para inclusão no Solactive AgTech & Food Innovation Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive AgTech & Food Innovation Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas.

O Solactive AgTech & Food Innovation Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 12%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 48%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. Além disso, as empresas de AgTech Diversificada e Empresas de Inovação de Alimentos e AgTech de Pré-Receita e Empresas de Inovação de Alimentos estão sujeitas a um limite de peso individual de 4% e um limite de peso agregado de 15% em cada reequilíbrio semestral. De um modo geral, a ponderação de capitalização modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação no nível da empresa. O Solactive AgTech & Food Innovation Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de bens de consumo básicos e materiais. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive AgTech & Food Innovation Index tinha 30 componentes.

### **Índice Solactive Blockchain**

O Solactive Blockchain Index é projetado para fornecer exposição a empresas que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços no campo da tecnologia blockchain. Um blockchain é um livro-razão distribuído compartilhado ponto a ponto (ou banco de dados descentralizado) que facilita o registro de transações e rastreamento de ativos sem a necessidade do uso de uma autoridade central atuando como um intermediário confiável (ou seja, um banco). Alguns usuários, conhecidos como nós, optam por manter uma cópia do banco de dados ("livro-razão") em seu computador. Os nós se conectam ponto a ponto com outros nós, propagando transações e blocos pela rede para serem verificados independentemente por outros nós de acordo com as regras da rede. As transações são agregadas em blocos que registram o tempo e a sequência das transações, como novas páginas de um livro-razão. "Blocos" são ligados junto com o bloco anterior para formar uma "cadeia", ou uma "blockchain", que cresce linearmente no tempo com a adição de cada bloco subsequente, ou página do livro-razão. O blockchain resultante é um livro-razão distribuído com carimbo de data/hora — como as regras para adicionar informações ao livro-razão são públicas, quaisquer transações e novas páginas do livro-razão podem ser verificadas independentemente por qualquer usuário que mantenha uma cópia do livro-razão, resultando em um banco de dados compartilhado e continuamente reconciliado. As blockchains também podem ser redes privadas ou públicas. Uma rede blockchain pública é um conjunto de regras publicamente disponível que qualquer pessoa pode baixar e executar para participar da rede. Uma rede blockchain privada é uma blockchain centralizada que requer um convite do criador da rede para participar. Especificamente, o Solactive Blockchain Index incluirá títulos emitidos por "Blockchain Companies", conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Solactive Blockchain Index. "Empresas Blockchain" são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

1. **Mineração de ativos digitais:** Empresas envolvidas na verificação e adição de transações de ativos digitais a um livro-razão blockchain (ou seja, mineração de ativos digitais), ou que produzem tecnologia usada na mineração de ativos digitais.
2. **Blockchain & Transações de Ativos Digitais:** Empresas que operam plataformas/exchanges de negociação, custodiantes, carteiras e/ou gateways de pagamento para ativos digitais emitidos em blockchain.
3. **Blockchain Applications:** Empresas envolvidas no desenvolvimento e distribuição de aplicativos e serviços de software relacionados à tecnologia blockchain e ativos digitais emitidos em blockchain, incluindo contratos inteligentes.

4. **Blockchain & Digital Asset Hardware:** Empresas que fabricam e distribuem infraestrutura e/ou hardware usado para atividades de blockchain e ativos digitais emitidos em blockchain.
5. **Blockchain & Digital Asset Integration:** Empresas que prestam serviços de engenharia e consultoria para a adoção e utilização da tecnologia blockchain e ativos digitais emitidos em blockchain. Para fins da definição de "Empresas de Blockchain", o Provedor de Índice considerará apenas as receitas, receitas operacionais ou ativos de serviços de consultoria e/ou engenharia especificamente relacionados a blockchain e tecnologias de ativos digitais.

O Fundo não investirá em ativos digitais (incluindo criptomoedas) (i) direta ou (ii) indiretamente por meio do uso de derivativos de ativos digitais.

Além disso, as empresas identificadas pela Solactive AG como derivando mais de 0%, mas menos de 50% da receita das atividades comerciais descritas acima ("Empresas Blockchain Diversificadas"), bem como empresas identificadas pela Solactive AG como tendo operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não geram receitas ("Empresas Blockchain Pré-Receita", são elegíveis para inclusão no Índice Subjacente se houver menos de 25 Empresas Blockchain elegíveis. Empresas de Blockchain Diversificadas e Empresas de Blockchain Pré-Receita estão coletivamente sujeitas a um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral.

Ao construir o Solactive Blockchain Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas envolvidas nos campos de blockchain com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de lucros, etc.). As empresas de classificação mais alta identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima, mais de 0% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima no caso de Empresas Blockchain Diversificadas, ou que eles têm operações comerciais primárias nas atividades de negócios descritas acima, mas atualmente não geram receitas no caso de empresas Blockchain de Pré-Receita.

Para fazer parte do universo elegível do Índice Solactive Blockchain, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 50 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 0,5 milhão para serem elegíveis para inclusão no Índice Solactive Blockchain. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice Subjacente: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas.

O Índice Solactive Blockchain é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização de mercado efetiva modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação efetiva modificada da capitalização de mercado busca ponderar os constituintes com base na capitalização de mercado, mas levando em conta a liquidez na determinação dos pesos finais, e sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 12%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 45%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. Além disso, as empresas de Blockchain diversificadas e as empresas de blockchain de pré-receita estão sujeitas a um limite de peso individual de 2% e um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral. De um modo geral, a ponderação efetiva de capitalização de mercado modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação no nível da empresa. O Solactive Blockchain Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de tecnologia da informação e financeiras. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Blockchain Index tinha 25 componentes.

### **Índice Global de Hidrogênio Solactive**

O Solactive Global Hydrogen Index foi projetado para fornecer exposição a empresas que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços no campo da tecnologia de hidrogênio. A tecnologia do hidrogênio inclui produtos e serviços focados no desenvolvimento e implementação do gás hidrogênio como fonte de combustível renovável. A tecnologia do hidrogênio pode desempenhar um papel importante na transição para a energia renovável a partir de combustíveis fósseis. Especificamente, o Solactive Global Hydrogen Index incluirá títulos emitidos por "Hydrogen Companies", conforme definido pela Solactive AG, fornecedora do Solactive Global Hydrogen Index. "Empresas de Hidrogênio" são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas, receitas operacionais ou ativos das seguintes atividades comerciais:

1. **Produção de hidrogênio:** Empresas envolvidas na produção, transporte, armazenamento e distribuição de hidrogênio (incluindo hidrogênio renovável) que pode ser usado como fonte de energia.
2. **Células a Combustível de Hidrogênio:** Empresas que desenvolvem e/ou fabricam células de combustível (e seus componentes) que convertem energia química em eletricidade e calor, alimentadas por hidrogênio combustível e/ou gás reformado rico em hidrogênio.
3. **Tecnologia de Hidrogênio:** Empresas envolvidas na produção de eletrolisadores de hidrogênio (que produzem gás hidrogênio a partir da água), tanques e dutos, infraestrutura comercial e residencial, geradores, motores e veículos movidos a células de combustível de hidrogênio, bem como estações de abastecimento de hidrogênio.
4. **Integração de Hidrogênio:** Empresas que prestam serviços de engenharia e consultoria para adoção e utilização de combustíveis e/ou fontes de energia à base de hidrogênio nos níveis residencial, comercial e industrial.

Além disso, as empresas identificadas pela Solactive AG como tendo mais de 0% mas menos de 50% das receitas das atividades comerciais descritas acima ("Empresas de Hidrogênio Diversificado"), bem como empresas identificadas pela Solactive AG como tendo operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não geram receitas ("Empresas de Hidrogênio Pré-Receita"), são elegíveis para inclusão no Solactive Global Hydrogen Index se houver menos de 25 empresas de hidrogênio elegíveis. As empresas de hidrogênio diversificadas e as empresas de hidrogênio pré-receita estão coletivamente sujeitas a um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral.

Ao construir o Solactive Global Hydrogen Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas envolvidas nos campos de hidrogênio e células de combustível com base em arquivamentos, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de lucros, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente analisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% das suas receitas das atividades comerciais descritas acima, mais de 0% das suas receitas das atividades comerciais descritas acima no caso das Empresas de Hidrogênio Diversificado, ou que tenham operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não geram receitas no caso de Empresas de Hidrogênio Pré-Receita.

Para fazer parte do universo elegível do Solactive Global Hydrogen Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 50 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 0,5 milhão para serem elegíveis para inclusão no Solactive Global Hydrogen Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Solactive Global Hydrogen Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas. O Fundo pode investir em títulos de emissores localizados em mercados emergentes

O Índice Global de Hidrogênio Solactive é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos



individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 12%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 45%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. Além disso, as Empresas de Hidrogênio Diversificado e as Empresas de Hidrogênio Pré-Receita estão sujeitas a um limite de peso individual de 2% e um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral. De um modo geral, a ponderação de capitalização modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação no nível da empresa. O Solactive Global Hydrogen Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Global Hydrogen Index tinha 25 constituintes.

### **Índice Solar Solactive**

O Solactive Solar Index é projetado para fornecer exposição a empresas que estão posicionadas para se beneficiar de mais avanços no campo da tecnologia solar. Especificamente, o Índice Solar Solactive consiste em títulos emitidos por "Empresas Solares", conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Índice Solar Solactive. Empresas solares são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das seguintes atividades comerciais:

**Materiais de Energia Solar:** Empresas envolvidas na produção de matérias-primas que são usadas principalmente em células solares fotovoltaicas ou concentrando espelhos ou lentes solar-térmicas (incluindo silício, telureto de cádmio, deseleneto de cobre índio gálio, dióxido de titânio e/ou perovskita).

**Sistemas de Energia Solar e Componentes:** Empresas envolvidas no desenvolvimento e/ou fabricação de sistemas de energia solar (e seus componentes) que aproveitam a energia do efeito fotovoltaico ou da luz solar para gerar eletricidade. Por exemplo, uma empresa envolvida na produção de painéis solares pode ser categorizada como tendo atividades comerciais relacionadas a Sistemas de Energia Solar e Componentes. Os painéis solares consistem em um arranjo de células solares fotovoltaicas montadas em uma estrutura para instalação.

**Produção de Energia Solar:** Empresas que geram e distribuem energia elétrica a partir de energia luminosa.

**Tecnologia Solar:** Empresas que desenvolvem infraestrutura comercial e residencial, geradores e motores movidos a energia solar, bem como baterias em escala residencial e comercial para eletricidade produzida a partir de energia solar e sistemas de carregamento movidos a energia solar para veículos elétricos ou outros dispositivos elétricos.

**Instalação Solar, Integração e Manutenção:** Empresas que prestam serviços de engenharia e/ou assessoria para instalação, integração, manutenção e/ou utilização de energia solar nos níveis residencial, comercial e industrial.

Ao construir o Solactive Solar Index, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas envolvidas no campo da tecnologia solar com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de ganhos, etc.). A Solactive AG também aplica um processo de triagem ESG (Environmental, Social and Governance) ao universo de empresas elegíveis. A Solactive AG, em parceria com o provedor de dados ESG Minerva, analisa trimestralmente cada componente do Índice Solar Solactive quanto à conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Qualquer componente existente ou potencial do Índice Solar Solativo que não atenda aos padrões trabalhistas, de direitos humanos, ambientais e anticorrupção, conforme definido pelos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas a partir da revisão trimestral, será excluído do Índice Solar Solativo, conforme determinado pela Solactive AG. As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente analisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima.

Para fazer parte do universo elegível do Índice Solactive Solar, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento médio diário mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice Solar Solactive. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas

listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice Solar Solactive: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Solar Index tinha exposição significativa a emissores chineses. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas.

O Índice Solar Solactive é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 8%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 40%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Solactive Solar Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de tecnologia da informação. Em 31 de janeiro de 2024, o Solactive Solar Index tinha 50 constituintes.

### **Índice de Energia Eólica Solactive**

O Índice de Energia Eólica Solactive é projetado para fornecer exposição a empresas que estão posicionadas para se beneficiar de novos avanços no campo da tecnologia de energia eólica. Especificamente, o Índice de Energia Eólica Solactive incluirá títulos emitidos por "Empresas de Energia Eólica", conforme definido pela Solactive AG, fornecedora do Índice de Energia Eólica Solactive. Empresas de Energia Eólica são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das seguintes atividades comerciais:

**Sistemas de Energia Eólica:** Empresas envolvidas no desenvolvimento, fabricação, integração e/ou manutenção de componentes de turbinas e turbinas que aproveitam a energia do vento e a convertem em energia elétrica.

**Produção de Energia Eólica:** Empresas que geram e distribuem energia elétrica a partir da energia eólica.

**Tecnologia de Energia Eólica:** Empresas que desenvolvem infraestrutura e sistemas comerciais e residenciais movidos a energia eólica, bem como baterias em escala residencial e comercial para eletricidade produzida a partir de energia eólica.

**Integração de Energia Eólica e Manutenção:** Empresas que prestam serviços de engenharia e/ou assessoria para instalação, manutenção e/ou utilização de energia eólica nos níveis residencial, comercial e industrial.

Além disso, as empresas identificadas pela Solactive AG como tendo operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas que atualmente não geram receitas ("Empresas de Energia Eólica Pré-Receita"), são elegíveis para inclusão no Índice de Energia Eólica Solactive se houver menos de 25 Empresas de Energia Eólica elegíveis. As empresas de energia eólica pré-receita estão sujeitas a um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral.

Ao construir o Índice de Energia Eólica Solactive, a Solactive AG primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas envolvidas no campo da tecnologia de energia eólica com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo. registros regulatórios, transcrições de ganhos, etc.). O Index Provider também aplica um processo de triagem ESG (Environmental, Social and Governance) ao universo de empresas elegíveis. A Solactive AG, em parceria com o provedor de dados ESG Minerva, analisa trimestralmente cada componente do Índice de Energia Eólica Solactive quanto à conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Qualquer componente existente ou potencial do Índice Subjacente que não atenda aos padrões trabalhistas, de direitos humanos, ambientais e anticorrupção, conforme definido pelos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas a partir da revisão

trimestral, será excluído do Índice de Energia Eólica Solactive, conforme determinado pela Solactive AG. As empresas de classificação mais alta identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas das atividades comerciais descritas acima, ou que têm operações comerciais primárias nas atividades comerciais descritas acima, mas atualmente não geram receitas no caso de Empresas de Energia Eólica Pré-Receita.

Para fazer parte do universo elegível do Índice de Energia Eólica Solactive, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice Subjacente. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice de Energia Eólica Solactive: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice de Energia Eólica Solactive tinha exposição significativa a emissores chineses. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas.

O Índice de Energia Eólica Solactive é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 12%, o peso agregado das empresas com um peso superior ou igual a 4,5% é limitado a 45%, e todas as restantes empresas são limitadas a um peso de 4,5%, e todos os constituintes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. Além disso, as empresas de energia eólica pré-receita estão sujeitas a um limite de peso individual de 2% e um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Índice de Energia Eólica Solactive pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de serviços públicos e industriais. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice de Energia Eólica Solactive tinha 27 componentes.

### **Índice Global X PropTech**

O Global X PropTech Index pertence e foi desenvolvido pela Global X Management Company LLC, uma afiliada do Fundo e consultora de investimentos do Fundo (o "Consultor"). O Global X PropTech Index é administrado e calculado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd., uma afiliada da Global X Management Company LLC. O Global X PropTech Index foi projetado para fornecer exposição a empresas de tecnologia imobiliária ("PropTech") que estão posicionadas para se beneficiar da tecnologia que otimiza a maneira como as pessoas compram, vendem, alugam, projetam, constroem, gerenciam e pesquisam/comercializam propriedades residenciais e comerciais. Especificamente, o Índice Global X PropTech consiste em títulos emitidos por "PropTech Companies", conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. "PropTech Companies" são aquelas empresas que derivam pelo menos 50% de suas receitas de uma ou mais das seguintes atividades comerciais em conjunto, conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd.:

- **Gestão de Propriedades:** Empresas que fornecem software e/ou serviços de tecnologia da informação para facilitar a gestão de imóveis comerciais e residenciais, incluindo automação residencial, sistemas de segurança inteligentes, gestão de inquilinos e gestão/monitoramento de energia. Isso também inclui o seguro e a gestão do processo de construção.
- **Marketplace e Plataformas:** Empresas que operam marketplaces online e plataformas que facilitam a compra, venda, locação, espaço de trabalho compartilhado, descoberta e/ou financiamento de imóveis.

- **Research and Analytics:** Empresas que utilizam software, dados, inteligência artificial, machine learning, reconhecimento espacial e/ou outras tecnologias da informação para fornecer pesquisas e análises imobiliárias. Isso inclui empresas que fornecem soluções de realidade virtual e aumentada para o setor imobiliário.

Ao construir o Global X PropTech Index, a Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. identifica primeiro as Indústrias FactSet relacionadas à PropTech. A FactSet é um provedor líder de dados financeiros que mantém uma taxonomia estruturada abrangente projetada para oferecer classificação precisa de empresas globais e suas unidades de negócios individuais. As empresas dessas Indústrias FactSet, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. com base na receita relacionada à PropTech, conforme definido acima.

Para fazer parte do universo elegível do Global X PropTech Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd., devem ser atendidos. A partir de 31 de janeiro de 2024, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Global X PropTech Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Global X PropTech Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, África do Sul, Coreia do Sul, Singapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

O Índice Global X PropTech é ponderado de acordo com uma metodologia modificada de ponderação de capitalização e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada busca ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado em circulação livre, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 8%. De um modo geral, a ponderação de capitalização modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado. O Global X PropTech Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de tecnologia da informação. Em 31 de janeiro de 2024, o Global X PropTech Index tinha 31 componentes.

### **Índice Global X Defense Tech**

O Global X Defense Tech Index pertence e foi desenvolvido pela Global X Management Company LLC (o "Provedor de Índice"), uma afiliada do Fundo e consultora de investimentos do Fundo (o "Consultor"). O Global X Defense Tech Index é administrado e calculado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. (a "Administradora do Índice"), uma afiliada da Global X Management Company LLC. O Global X Defense Tech Index é projetado para fornecer exposição a empresas de tecnologia de defesa ("Defense Tech") que estão posicionadas para se beneficiar de tecnologia, serviços, sistemas e hardware que atendem ao setor de defesa e militar. Especificamente, o Global X Defense Tech Index consiste em títulos emitidos por "Defense Tech Companies", conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. "Defense Tech Companies" são aquelas empresas que derivam pelo menos 50% de suas receitas de uma ou mais das seguintes atividades comerciais agregadas, conforme determinado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd.:

- **Cibersegurança:** Empresas que desenvolvem e gerenciam protocolos de segurança que previnem invasões e ataques a sistemas, redes, aplicativos, computadores e/ou infraestrutura para aplicações de defesa local e/ou nacional.
- **Tecnologia de Defesa:** Empresas que desenvolvem inteligência artificial (IA), internet das coisas (IoT), realidade aumentada/virtual (AR/VR), colaboração homem-máquina, big data, detecção e alcance de luz 3D especializada (LiDAR), análise, inteligência geoespacial e/ou soluções de varredura de segurança (por exemplo, biometria, autenticação de credenciais, etc.) para aplicações de defesa local e/ou nacional, bem como empresas que fornecem aplicativos e serviços para suporte de missão por meio de um combinação de comando, controle, comunicações, computadores, defesa cibernética, sistemas de combate ("C6") e empresas envolvidas em inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR).

- **Sistemas e Hardware Militares Avançados:** Empresas que desenvolvem robótica, drones, sistemas avançados de armas e munições militares/navais, sistemas de energia e combustível específicos para defesa, conjuntos de sensores, processadores e equipamentos de rede, sistemas de lançamento espacial (incluindo satélites), sistemas de radar e/ou aeronaves militares//navios navais/produção de veículos, para aplicações de defesa local e/ou nacional, bem como empresas que fornecem engenharia, treinamento técnico e/ou simulação para os sistemas acima.

Aplicações de defesa local e/ou nacional referem-se aos produtos e serviços que as organizações governamentais locais e/ou nacionais exigem para se preparar e responder a ameaças, incluindo, mas não limitado a, inteligência, vigilância, sistemas de combate e defesa cibernética.

Ao construir o Global X Defense Tech Index, a Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. identifica pela primeira vez a FactSet Industries relacionada à Defense Tech. A FactSet é uma provedora líder de dados financeiros que mantém uma taxonomia estruturada abrangente projetada para oferecer classificação precisa de empresas globais e suas unidades de negócios individuais. As empresas dentro dessas Indústrias FactSet, a partir da data de seleção, são revisadas pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. com base na receita relacionada à Defense Tech, conforme definido acima.

Para fazer parte do universo elegível do Global X Defense Tech Index, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd., devem ser atendidos. As empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão inicial no Global X Defense Tech Index. Em 31 de janeiro de 2024, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Global X Defense Tech Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, África do Sul, Coreia do Sul, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

O Global X Defense Tech Index é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada busca ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado em circulação livre, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. A capitalização de mercado em circulação mede a capitalização de mercado de uma empresa descontada pelo percentual de suas ações prontamente disponíveis para serem negociadas pelo público em geral no mercado aberto ("free float"). A cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 8%. De um modo geral, a ponderação de capitalização modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado. O Global X Defense Tech Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente empresas industriais. Em 31 de janeiro de 2024, o Índice Subjacente tinha 34 constituintes.

### **Isenções**

Os Provedores de Índice são independentes do Fundo e da Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). Os Provedores de Índice determinam as ponderações relativas dos componentes de cada Índice Subjacente relevante e publicam informações sobre o valor de mercado desse Índice Subjacente.

A Solactive AG ("Solactive") é uma empresa líder na estruturação e indexação de negócios para clientes institucionais. O Solactive executa a plataforma de índice Solactive. Os índices Solactive são utilizados por emissores em todo o mundo como índices subjacentes para produtos financeiros. A Solactive não patrocina, endossa ou promove qualquer Fundo e não está de forma alguma ligada a ele e não aceita qualquer responsabilidade em relação à sua emissão, operação e negociação.

Concinnity tem experiência em consultoria corporativa com foco em modelagem de trajetória causal composta por índices de stakeholders, além de significativa experiência em análise quantitativa e gestão de portfólio. A Concinnity desenvolveu uma estrutura qualitativa e quantitativa proprietária e combinada para identificar empresas guiadas por um MsOS e vem conduzindo essa análise há quase uma década. A Concinnity não faz nenhuma representação ou garantia, expressa ou implícita, aos acionistas

deste Fundo ou a qualquer membro do público em relação à conveniência de investir em valores mobiliários em geral ou neste Fundo em particular ou à capacidade de quaisquer dados fornecidos pela Concinnity para acompanhar o desempenho geral do mercado de ações.

Os Fundos não são patrocinados, promovidos, vendidos ou apoiados de qualquer outra forma pela Solactive AG ou pela Concinnity, nem a Solactive AG ou a Concinnity oferecem qualquer garantia ou garantia expressa ou implícita, seja em relação aos resultados do uso do índice e/ou da marca registrada do índice ou do preço do índice a qualquer momento ou em qualquer outro aspecto. Os índices relevantes são calculados e publicados pela Solactive AG e/ou Concinnity. A Solactive AG e/ou a Concinnity envidam os seus melhores esforços para garantir que os índices relevantes são calculados corretamente. Independentemente das suas obrigações para com o emitente, a Solactive AG e/ou a Concinnity não têm obrigações de apontar erros no índice a terceiros, incluindo, mas não limitado a, investidores e/ou intermediários financeiros dos Fundos. Nem a publicação do índice pela Solactive AG ou pela Concinnity nem o licenciamento da marca do índice ou índice pela Concinnity e/ou Solactive AG para fins de utilização em conexão com os Fundos constituem uma recomendação da Solactive AG ou da Concinnity para investir capital nos referidos Fundos, nem de forma alguma representam uma garantia ou opinião da Solactive AG ou da Concinnity em relação a qualquer investimento nos Fundos.

Indxx é uma marca de serviço da Indxx, LLC ("Indxx") e foi licenciada para uso para determinados fins pelo Consultor. Os Fundos não são patrocinados, endossados, vendidos ou promovidos pela Indxx. A Indxx não faz nenhuma representação ou garantia, expressa ou implícita, aos proprietários dos Fundos ou a qualquer membro do público sobre a conveniência de investir em valores mobiliários em geral ou nos Fundos em particular. A Indxx não tem obrigação de levar em consideração as necessidades do Consultor ou dos acionistas dos Fundos na determinação, composição ou cálculo dos Índices Subjacentes. A Indxx não é responsável e não participou da determinação do momento, quantidade ou precificação das Cotas do Fundo a serem emitidas ou da determinação ou cálculo da equação pela qual as Cotas do Fundo devem ser convertidas em dinheiro. A Indxx não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, comercialização ou negociação dos Fundos.

Fonte ICE Data Indices, LLC ("ICE Data"), é usado com permissão. ICE® e ICE BofA® são marcas comerciais da ICE Data Indices, LLC ou suas afiliadas e foram licenciadas, juntamente com o BofA Diversified Core U.S. Preferred Securities Index e o ICE U.S. Variable Rate Preferred Securities Index (cada um, um "Índice") para uso pela Global X Management Company LLC (a "LICENCIADA") em conexão com o Global X U.S. Preferred ETF e o Global X Variable Rate Preferred ETF (cada, um "Produto"). Nem o LICENCIADO, Global X Funds (o "Trust") nem o Produto, conforme aplicável, são patrocinados, endossados, vendidos ou promovidos pela ICE Data Indices, LLC, suas afiliadas ou seus Fornecedores Terceirizados ("ICE Data e seus Fornecedores"). A ICE Data e seus Fornecedores não fazem representações ou garantias em relação à conveniência de investir em valores mobiliários em geral, no Produto em particular, o Trust ou a capacidade do Índice de acompanhar o desempenho geral do mercado de ações. A única relação da ICE Data com o LICENCIADO é o licenciamento de certas marcas comerciais e nomes comerciais e o Índice ou componentes dos mesmos. O Índice é determinado, composto e calculado pela ICE Data independentemente do LICENCIADO ou do Produto ou de seus titulares. A ICE Data não tem obrigação de levar em consideração as necessidades do Licenciado ou dos detentores do Produto ao determinar, compor ou calcular o Índice. A ICE Data não é responsável e não participou na determinação do calendário, preços ou quantidades do Produto a ser emitido ou na determinação ou cálculo da equação pela qual o Produto deve ser precificado, vendido, comprado ou resgatado. Com exceção de determinados serviços de cálculo de índice personalizados, todas as informações fornecidas pela ICE Data são de natureza geral e não adaptadas às necessidades do LICENCIADO ou de qualquer outra pessoa, entidade ou grupo de pessoas. A ICE Data não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, marketing ou negociação do Produto. A ICE Data não é uma consultora de investimentos. A inclusão de um título dentro de um índice não é uma recomendação da ICE Data para comprar, vender ou manter tal título, nem é considerada um conselho de investimento.

A ICE DATA E SEUS FORNECEDORES SE ISENTAM DE TODAS E QUAISQUER GARANTIAS E REPRESENTAÇÕES, EXPRESSAS E/OU IMPLÍCITAS, INCLUINDO QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO A UMA FINALIDADE OU USO ESPECÍFICO, INCLUINDO OS ÍNDICES, DADOS DE ÍNDICE E QUAISQUER INFORMAÇÕES INCLUÍDAS, RELACIONADAS OU DERIVADAS DELES ("DADOS DE ÍNDICE"). A ICE DATA E SEUS FORNECEDORES NÃO ESTARÃO SUJEITOS A QUAISQUER DANOS OU RESPONSABILIDADES COM RELAÇÃO À

ADEQUAÇÃO, PRECISÃO, ATUALIDADE OU INTEGRIDADE DOS ÍNDICES E DOS DADOS DO ÍNDICE, QUE SÃO FORNECIDOS "NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM" E SEU USO É POR SUA CONTA E RISCO.

Standard & Poor's® e S&P® são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC ("S&P") e foram licenciadas para uso pelo Consultor. O Global X S&P 500® Quality Dividend ETF ("ETF") não é patrocinado, endossado, vendido ou promovido pela Standard & Poor's e suas afiliadas ("S&P"). A S&P não faz nenhuma representação, condição ou garantia, expressa ou implícita, aos proprietários do ETF ou a qualquer membro do público em relação à conveniência de investir em valores mobiliários em geral ou no ETF em particular ou à capacidade do S&P 500® Quality High Dividend Index (o "Índice") de rastrear o desempenho de certos mercados financeiros e/ou seções deles e/ou de grupos de ativos ou classes de ativos. A única relação da S&P com o Consultor é o licenciamento de certas marcas e nomes comerciais e do índice que é determinado, composto e calculado pela S&P sem levar em conta o Consultor ou o ETF. A S&P não tem obrigação de levar em consideração as necessidades da Global X Management Company, LLC ou dos proprietários do ETF ao determinar, compor ou calcular o índice. A S&P não é responsável e não participou na determinação dos preços e montante do ETF ou no momento da emissão ou venda do ETF ou na determinação ou cálculo da equação pela qual as unidades do ETF devem ser convertidas em dinheiro. A S&P não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, marketing ou negociação do ETF.

Nem a S&P, suas afiliadas nem terceiros licenciantes, garantem a precisão e/ou a integridade do índice ou de quaisquer dados nele incluídos e a S&P, suas afiliadas e seus licenciadores terceirizados, não terão qualquer responsabilidade por quaisquer erros, omissões ou interrupções nele. A S&P, suas afiliadas e licenciadores terceirizados não oferecem nenhuma garantia, condição ou representação, expressa ou implícita, quanto aos resultados a serem obtidos pelo Consultor, proprietários do ETF ou qualquer outra pessoa ou entidade a partir do uso do índice ou de quaisquer dados nele incluídos. A S&P não oferece garantias, representações ou condições expressas ou implícitas, e renuncia expressamente a todas as garantias ou condições de comercialização ou adequação a uma finalidade ou uso específico e qualquer outra garantia ou condição expressa ou implícita com relação ao índice ou a quaisquer dados nele incluídos. Sem limitar qualquer um dos itens acima, em nenhum caso a S&P, suas afiliadas ou seus licenciadores terceirizados terão qualquer responsabilidade por quaisquer danos especiais, punitivos, indiretos ou consequenciais (incluindo lucros cessantes) resultantes do uso do índice ou de quaisquer dados nele incluídos, mesmo se notificados da possibilidade de tais danos.

O ETF Global X Adaptive U.S. Factor e o ETF Global X Adaptive U.S. Risk Management e suas ações ordinárias não são patrocinados, endossados, vendidos ou promovidos pela NorthCrest Asset Management. A NorthCrest Asset Management não faz nenhuma representação ou garantia, expressa ou implícita, aos acionistas do Global X Adaptive U.S. Factor ETF, do Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF ou de qualquer membro do público em relação à conveniência de investir em valores mobiliários em geral ou no Global X Adaptive U.S. Factor ETF ou no Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF particularmente ou a capacidade de quaisquer dados fornecidos pela NorthCrest Asset Management, para acompanhar o desempenho geral do mercado de ações. A única relação da NorthCrest Asset Management com o Consultor é o licenciamento de certas marcas comerciais e nomes comerciais da Adaptive Wealth Strategies e dos dados fornecidos pela NorthCrest Asset Management relacionados ao Adaptive Wealth Strategies U.S. Factor Index e ao Adaptive Wealth Strategies U.S. Risk Management Index, que é determinado, composto e calculado pela Solactive AG sem levar em conta o Global X Adaptive U.S. Factor ETF ou o Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF ou suas ações ordinárias. A NorthCrest Asset Management não tem obrigação de levar em consideração as necessidades do Consultor ou dos acionistas do Global X Adaptive U.S. Factor ETF ou do Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF ao determinar, compor ou calcular os dados fornecidos pela NorthCrest Asset Management. A NorthCrest Asset Management não é responsável e não participou da determinação dos preços das ações ordinárias do Global X Adaptive U.S. Factor ETF ou do Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF ou do momento da emissão ou venda de tais ações ordinárias. A NorthCrest Asset Management não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, marketing ou negociação do Global X Adaptive U.S. Factor ETF, do Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF ou de suas ações ordinárias.

A Global X Management Company LLC detém todos os direitos sobre a marca registrada, nome e propriedade intelectual associados ao Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index. Nenhuma declaração é feita pela Global X Management Company LLC de que o Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index é preciso ou completo ou que o investimento no Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index ou no Fundo será lucrativo ou adequado para qualquer pessoa. O Global X U.S. Cash Flow Kings 100

Index é administrado e calculado pela Mirae Asset Global Indices Pvt. Ltd. e Global X Management Company LLC não terá nenhuma responsabilidade por qualquer erro no cálculo do Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index. A Global X Management Company LLC não garante que o Global X U.S. Cash Flow Kings 100 Index ou a metodologia subjacente seja precisa ou completa.

## RESTRICÇÕES AO INVESTIMENTO

Cada Fundo está sujeito às políticas de investimento enumeradas nesta seção, que podem ser alteradas em relação a um determinado Fundo apenas pelo voto dos detentores da maioria das Ações em circulação desse Fundo, que é definida pela Lei de 1940 como: (i) mais de 50% das ações em circulação do Fundo; ou (ii) 67% ou mais das cotas do Fundo presentes em uma reunião de acionistas, se mais de 50% das ações em circulação do Fundo estiverem representadas na reunião pessoalmente ou por procuração, o que for menor.

Os Fundos:

1. Não pode emitir qualquer título sênior, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;
2. Não pode pedir dinheiro emprestado, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;
3. Não pode atuar como subscritor de valores mobiliários na acepção da Lei de Valores Mobiliários, exceto conforme permitido pela Lei de Valores Mobiliários, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos. Entre outras coisas, na medida em que um Fundo possa ser considerado um subscritor na acepção da Lei dos Valores Mobiliários, tal permitiria ao Fundo agir como subscritor de valores mobiliários em ligação com a compra e venda de títulos da sua carteira no decurso normal da prossecução do seu objectivo de investimento, políticas de investimento e programa de investimento;
4. Não pode comprar ou vender imóveis ou quaisquer interesses neles contidos, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos. Não obstante esta limitação, um Fundo pode, entre outras coisas: (i) adquirir ou arrendar espaço de escritório para seu próprio uso; (ii) investir em valores mobiliários de emissores que invistam em imóveis ou participações nos mesmos; (iii) investir em títulos relacionados a hipotecas e outros títulos garantidos por imóveis ou participações neles contidas; ou (iv) deter e vender imóveis adquiridos pelo Fundo como resultado da propriedade de valores mobiliários;
5. Não pode comprar mercadorias físicas ou contratos relacionados a mercadorias físicas, exceto conforme permitido pela Lei de 1940 e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;
6. Não pode fazer empréstimos, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos; e
7. Não pode "concentrar" seus investimentos em uma indústria ou grupo de indústrias em particular: (I) exceto que o Fundo se concentrará aproximadamente na mesma medida em que seu Índice Subjacente se concentra nos títulos de tal indústria ou grupo de indústrias em particular; e (II) exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição de tempos em tempos, desde que, sem limitar a generalidade do precedente: (a) essa limitação não se aplicará aos investimentos de um Fundo em: (i) títulos de outras empresas de investimento; (ii) títulos emitidos ou garantidos quanto ao principal e/ou juros pelo governo dos EUA, suas agências ou instrumentos; (iii) contratos de recompra (garantidos pelos instrumentos descritos na cláusula (ii)) ou (iv) títulos de governos estaduais ou municipais e suas subdivisões políticas não são considerados emitidos por membros de qualquer indústria; b) As sociedades financeiras de propriedade integral serão consideradas como pertencendo às indústrias das suas empresas-mãe se as suas actividades estiverem principalmente relacionadas com as actividades de financiamento



das empresas-mãe; e (c) as concessionárias serão divididas de acordo com seus serviços, por exemplo, gás, transmissão de gás, eletricidade e gás, elétrica e telefonia serão considerados uma indústria separada.

Não obstante essas restrições fundamentais de investimento, cada Fundo pode comprar títulos de outras empresas de investimento na extensão máxima permitida pela Seção 12 ou qualquer outra disposição da Lei de 1940 (ou qualquer disposição sucessora da mesma) ou sob qualquer regulamento ou ordem da SEC.

Se uma limitação percentual for satisfeita no momento do investimento, um aumento ou diminuição posterior em tal porcentagem resultante de uma mudança no valor dos investimentos de um Fundo não constituirá uma violação de tal limitação, exceto que qualquer empréstimo pelo Fundo que exceda as limitações fundamentais de investimento declaradas acima deve ser reduzido para atender a tais limitações dentro do período exigido pela Lei de 1940 (atualmente três dias). Um Fundo não pode adquirir nenhum investimento ilíquido se, imediatamente após a aquisição, o Fundo tiver investido mais de 15% de seus ativos líquidos em investimentos ilíquidos. Além disso, se as participações de um Fundo em títulos ilíquidos excederem 15% dos ativos líquidos devido a mudanças no valor dos investimentos do Fundo, o Fundo agirá de acordo com a Regra 22e-4 sob a Lei de 1940 e tomará medidas para reduzir suas participações em títulos ilíquidos dentro de um prazo razoável considerado no melhor interesse do Fundo. Caso contrário, um Fundo pode continuar a deter um título mesmo que isso faça com que o Fundo exceda uma limitação percentual devido à flutuação no valor dos ativos do Fundo.

Qualquer restrição de investimento que envolva um percentual máximo (diferente da restrição estabelecida acima na restrição de investimento nº 2) não será considerada violada, a menos que um excesso sobre o percentual ocorra imediatamente após e seja causado por uma aquisição ou oneração de títulos ou ativos de um Fundo. A Lei de 1940 exige que, se a cobertura de ativos para empréstimos contraídos a qualquer momento cair abaixo dos limites previstos na Lei de 1940 descrita na restrição de investimento nº 2, um Fundo irá, dentro de três dias após (não incluindo domingos e feriados), reduzir o montante de seus empréstimos de forma que a cobertura líquida de ativos de tais empréstimos deve estar em conformidade com tais limites.

#### **LIMITAÇÕES ATUAIS DA LEI DE 1940**

**EMPRÉSTIMO.** As sociedades de investimento geralmente não podem pedir dinheiro emprestado, excepto que uma sociedade de investimento pode contrair empréstimos num montante não superior a 33 1/3% do total dos seus activos (incluindo o montante emprestado) menos os passivos (com excepção dos empréstimos contraídos).

**SUBSCRIÇÃO.** As sociedades de investimento não podem, em geral, actuar como subscritoras de valores mobiliários de outro emitente, excepto na medida em que uma sociedade de investimento possa ser considerada subscritora na acepção da Lei dos Valores Mobiliários no que respeita à compra ou venda de valores mobiliários de carteira.

**IMÓVEIS.** As sociedades de investimento não podem, em geral, comprar ou vender imóveis, a menos que sejam adquiridos em resultado da propriedade de valores mobiliários ou outros instrumentos (mas as sociedades de investimento podem comprar ou vender valores mobiliários ou outros instrumentos garantidos por imóveis ou por emitentes envolvidos em atividades imobiliárias).

**EMPRÉSTIMOS.** As sociedades de investimento geralmente não podem emprestar qualquer garantia ou fazer qualquer outro empréstimo se, em consequência, mais de 33 1/3% dos seus activos totais forem emprestados a outras partes, mas esta limitação não se aplica à compra de títulos de dívida ou a acordos de recompra, nem a aquisições de empréstimos, participações em empréstimos ou outras formas de instrumentos de dívida.

**COMMODITIES FÍSICAS.** As empresas de investimento geralmente não podem comprar ou vender mercadorias físicas, a menos que adquiridas como resultado da propriedade de valores mobiliários ou outros instrumentos (mas as empresas de investimento podem comprar ou vender opções, contratos futuros ou outros instrumentos derivados, e investir em valores mobiliários ou outros instrumentos lastreados em mercadorias físicas).

**CONCENTRAÇÃO.** Para efeitos do cálculo das percentagens de concentração, as sociedades de investimento que investem em a) sociedades de investimento afiliadas são obrigadas a examinar as participações das sociedades de investimento afiliadas e a incluir as participações nos cálculos das percentagens de concentração, e ii) as sociedades de investimento não afiliadas são obrigadas a incluir as participações das sociedades de investimento não afiliadas, na medida em que estejam concentradas nos cálculos das percentagens de concentração. Além disso, os títulos de renda são caracterizados pelo setor em que a receita é utilizada.

## **OFERTA CONTÍNUA**

O método pelo qual as Agregações de Unidades de Criação de Ações são criadas e negociadas pode levantar certas questões de acordo com as leis de valores mobiliários aplicáveis. Como novas Agregações de Unidades de Criação de Ações são emitidas e vendidas pelos Fundos de forma contínua, a qualquer momento pode ocorrer uma "distribuição", como tal termo é usado na Lei de Valores Mobiliários. Os corretores e outras pessoas são advertidos de que algumas atividades de sua parte podem, dependendo das circunstâncias, resultar em serem considerados participantes em uma distribuição de uma maneira que poderia torná-los subscritores estatutários e sujeitá-los ao requisito de entrega de prospectos e às disposições de responsabilidade da Lei de Valores Mobiliários.

Por exemplo, uma corretora ou seu cliente pode ser considerado um subscritor estatutário se tomar Agregações de Unidade de Criação depois de fazer uma ordem com o Distribuidor, dividi-las em ações constituintes e vender essas ações diretamente aos clientes, ou se optar por associar a criação de uma oferta de novas ações a um esforço de venda ativo envolvendo solicitação de demanda de ações no mercado secundário. A determinação de que alguém é um subscritor para fins da Lei de Valores Mobiliários deve levar em conta todos os fatos e circunstâncias relativos às atividades do corretor ou de seu cliente no caso específico, e os exemplos mencionados acima não devem ser considerados uma descrição completa de todas as atividades que poderiam levar a uma categorização como subscritor. As corretoras também devem observar que os corretores que não são "subscritores", mas estão efetuando transações em ações, participando ou não da distribuição de ações, geralmente são obrigados a entregar um prospecto. Isso ocorre porque a isenção de entrega de prospectos na Seção 4(a)(3) da Lei de Valores Mobiliários não está disponível em relação a tais transações como resultado da Seção 24(d) da Lei de 1940. As empresas que incorrem em uma obrigação de entrega de prospecto com relação a ações dos Fundos são lembradas de que, de acordo com a Regra 153 sob a Lei de Valores Mobiliários, uma obrigação de entrega de prospecto nos termos da Seção 5(b)(2) da Lei de Valores Mobiliários devida a um membro da bolsa em conexão com uma venda na Bolsa é satisfeita pelo fato de que o prospecto está disponível na Bolsa mediante solicitação. O mecanismo de entrega de prospectos previsto na regra 153 só está disponível no que diz respeito a transações numa bolsa.

O Consultor ou suas afiliadas (cada um, conforme aplicável, um "Acionista Vendedor") podem comprar Agregações de Unidade de Criação por meio de uma corretora para "semear" (no todo ou em parte) Fundos à medida que são lançados ou posteriormente, ou podem comprar ações de corretoras ou outros investidores que já forneceram "semente" para Fundos quando foram lançados ou de outra forma em transações de mercado secundário, e como o Acionista Vendedor pode ser considerado um afiliado de tais Fundos, as ações estão sendo registradas para permitir a revenda dessas ações de tempos em tempos após a compra. O Fundo não receberá nenhum dos recursos provenientes da revenda dessas ações pelos Acionistas Vendedores.

O Acionista Vendedor pretende vender a totalidade ou parte das ações de sua titularidade e ofertadas de tempos em tempos, diretamente ou por intermédio de uma ou mais corretoras, podendo também fazer hedge de tais posições. As ações podem ser vendidas em qualquer bolsa de valores nacional em que as ações possam ser cotadas ou cotadas no momento da venda, no mercado de balcão ou em transações que não sejam essas bolsas ou sistemas, a preços fixos, a preços de mercado prevalecentes no momento da venda, a preços variáveis determinados no momento da venda, ou a preços negociados. Essas vendas podem ser realizadas em transações, que podem envolver cruzamentos ou transações em bloco. O Acionista Vendedor poderá utilizar qualquer um ou mais dos seguintes métodos na venda de ações:

- operações ordinárias de corretagem através de corretores ou dealers (que podem atuar como agentes ou comitentes) ou diretamente para um ou mais compradores;
- transações negociadas privadamente;

- através da escrita ou liquidação de opções ou outras operações de cobertura, quer essas opções estejam listadas numa bolsa de opções ou de outra forma; e
- qualquer outro método permitido de acordo com a lei aplicável.

O Acionista Vendedor também pode emprestar ou penhorar ações a corretoras que, por sua vez, podem vender tais ações, na medida permitida pela lei aplicável. O Acionista Vendedor também poderá celebrar opções ou outras transações com corretoras ou outras instituições financeiras ou a criação de um ou mais títulos derivativos que exijam a entrega a tal corretora ou outra instituição financeira de ações, cujas ações essa corretora ou outra instituição financeira possa revender.

O Acionista Vendedor e qualquer corretor ou agentes que participem da distribuição de ações podem ser considerados "subscritores" na acepção da Seção 2(11) da Lei de Valores Mobiliários em conexão com tais vendas. Nesse caso, quaisquer comissões pagas a qualquer corretor ou agente e qualquer lucro na revenda das ações adquiridas por eles podem ser consideradas comissões de subscrição ou descontos sob a Lei de Valores Mobiliários. O Acionista Vendedor que possa ser considerado um "subscritor" na acepção da Seção 2(11) da Lei dos Valores Mobiliários estará sujeito aos requisitos aplicáveis de entrega de prospectos da Lei dos Valores Mobiliários.

O Acionista Vendedor informou ao Fundo que não é uma corretora registrada e não tem qualquer acordo ou entendimento escrito ou oral, direta ou indiretamente, com qualquer pessoa para distribuir as ações. Após o Fundo ser notificado por escrito pelo Acionista Vendedor de que qualquer acordo material foi celebrado com um corretor para a venda de ações por meio de uma negociação em bloco, oferta especial, distribuição em bolsa ou distribuição secundária ou uma compra por um corretor ou distribuidor, um suplemento a esta SAI será arquivado, se necessário, nos termos da Regra 497 da Lei dos Valores Mobiliários, divulgar (i) o nome de cada Acionista Vendedor e do(s) corretor(es) participante(s), (ii) o número de ações envolvidas, (iii) o preço pelo qual tais ações foram vendidas, (iv) as comissões pagas ou os descontos ou concessões permitidos a esse(s) corretor(es), quando aplicável, (v) que esse(s) corretor(es) não conduziram qualquer investigação para verificar as informações estabelecidas ou incorporadas por referência no Prospecto e na ISC do Fundo, e (vi) outros fatos relevantes para a transação.

O Acionista Vendedor e qualquer outra pessoa que participe de tal distribuição estarão sujeitos às disposições aplicáveis da Lei da Bolsa e às regras e regulamentos nela contidos, incluindo, sem limitação, na medida do aplicável, o Regulamento M da Lei da Bolsa, que pode limitar o momento das compras e vendas de qualquer uma das ações pelo Acionista Vendedor e qualquer outra pessoa participante. Na medida do possível, o Regulamento M pode igualmente restringir a possibilidade de qualquer pessoa envolvida na distribuição das ações exercer actividades de criação de mercado no que diz respeito às ações. Tudo o que precede pode afetar a negociabilidade das ações e a capacidade de qualquer pessoa ou entidade de se envolver em actividades de criação de mercado em relação às ações. Existe o risco de que o Acionista Vendedor possa resgatar seus investimentos no Fundo ou vender suas ações a terceiros que possam resgatar. Tal como acontece com os resgates por outros grandes acionistas, tais resgates podem ter um impacto negativo significativo no Fundo.

## **PARTICIPAÇÕES EM CARTEIRAS**

### **Política de Divulgação de Participações em Carteiras**

O Conselho de Curadores do Fundo adotou uma política de divulgação de participações em carteiras, que acredita ser do melhor interesse dos acionistas dos Fundos. A política destina-se a: (i) proteger a confidencialidade das informações não públicas sobre carteiras dos Fundos, (ii) impedir a divulgação seletiva de tais informações e (iii) assegurar o cumprimento pelo Consultor e pelos Fundos das leis federais de valores mobiliários, incluindo a Lei de 1940 e as regras promulgadas por ela e os princípios gerais do dever fiduciário. As participações em carteira dos Fundos, ou informações derivadas das participações em carteira dos Fundos, podem, a critério do Consultor, ser disponibilizadas a terceiros se (i) tal divulgação tiver sido incluída nos registros públicos de um Fundo junto à SEC ou for divulgada no Site publicamente acessível do Fundo; (ii) tal divulgação é determinada pelo Chief Compliance Officer ("CCO") como sendo do melhor interesse dos acionistas do Fundo e consistente com a lei aplicável, (iii) tal divulgação é disponibilizada igualmente a qualquer pessoa que a solicite; e (iv) o Consultor determina que a divulgação não apresenta o risco de tais informações serem usadas para negociar contra os Fundos.

A cada dia útil, as informações sobre participações em carteiras serão fornecidas ao agente de transferência de cada Fundo ou outro agente para disseminação por meio das instalações da National Securities Clearing Corporation ("NSCC") e/ou outros serviços de assinatura baseados em taxas para membros da NSCC e/ou assinantes desses outros serviços de assinatura baseados em taxas, incluindo Participantes Autorizados (definidos abaixo), e para entidades que publicam e/ou analisam tais informações em conexão com o processo de compra ou resgatar Unidades de Criação ou negociar Cotas dos Fundos no mercado secundário. As informações relativas às carteiras de cada Fundo também são divulgadas diariamente no site do Fundo.

O Distribuidor pode também disponibilizar informações sobre participações em carteira a outros participantes no mercado institucional e entidades que prestam serviços de informação. Essas informações normalmente refletem as participações antecipadas de cada Fundo no dia útil seguinte. "Participantes Autorizados" são geralmente grandes investidores institucionais que foram autorizados pelo Distribuidor a comprar e resgatar grandes blocos de Ações (conhecidos como Unidades de Criação). Além das informações de participações em carteiras disponibilizadas em conexão com o processo de criação/resgate, conforme discutido acima, as informações de participações em carteiras que não são arquivadas na SEC ou publicadas no site disponível publicamente podem ser fornecidas a terceiros apenas em circunstâncias limitadas, conforme descrito acima.

A divulgação aos provedores de auditoria, custódia, votação por procuração e outros serviços similares para os Fundos, bem como organizações de classificação e classificação, será geralmente permitida; no entanto, as informações podem ser divulgadas a terceiros (incluindo, sem limitação, indivíduos, investidores institucionais e Participantes Autorizados que vendem Cotas de um Fundo) somente após a aprovação do CCO. Os destinatários que podem receber informações sobre participações em carteiras não públicas são os seguintes: o Consultor e suas afiliadas, a empresa de contabilidade pública registrada independente dos Fundos, o Distribuidor, administrador e custodiante, o consultor jurídico dos Fundos, a impressora financeira dos Fundos e o serviço de votação por procuração dos Fundos. Essas entidades são obrigadas a manter essas informações confidenciais. Prestadores terceirizados de serviços de custódia ou contabilidade para um Fundo podem liberar informações de participações em carteiras não públicas de um Fundo somente com a permissão do CCO.

As participações em carteira serão divulgadas por meio de registros obrigatórios na SEC. Cada Fundo arquiva suas participações em carteira na SEC para cada trimestre fiscal no Formulário N-CSR (com relação a cada período anual e semestral) e no Formulário N-PORT (com relação ao primeiro e terceiro trimestres do ano fiscal do Fundo). Os acionistas podem obter os Formulários N-CSR e N-PORT de um Fundo no site da SEC em [sec.gov](http://sec.gov). Além disso, os formulários N-CSR e N-PORT dos Fundos podem ser revisados e copiados na sala de referência pública da SEC em Washington, DC. Você pode ligar para a SEC em 1-800-SEC-0330 para obter informações sobre o site da SEC ou o funcionamento da sala de referência pública.

De acordo com a política de divulgação de participações em carteiras, o Conselho de Curadores deve receber informações, trimestralmente, sobre quaisquer outras divulgações de informações não públicas sobre participações em carteiras que tenham sido permitidas durante o trimestre anterior.

## **GESTÃO DO TRUST**

### **CONSELHO CURADOR E DIRETORIA**

Os negócios e assuntos do Trust são supervisionados pelo Conselho de Curadores ("Conselho"). Sujeito às disposições da Declaração de Confiança e Estatutos do Trust e da lei de Delaware, o Conselho tem todos os poderes necessários e convenientes para realizar essa responsabilidade geral de supervisão, incluindo o poder de eleger e remover os diretores do Trust. O foco da supervisão do Conselho de Administração sobre os negócios e assuntos do Trust (e de cada um dos Fundos) é proteger os interesses dos acionistas dos Fundos.

O Conselho nomeia e supervisiona os diretores e prestadores de serviços do Trust. O Consultor é responsável pela gestão e operações diárias do Fundo e de cada um dos Fundos, com base no objetivo de investimento, estratégias, políticas e restrições de cada Fundo e acordos celebrados pelo Fundo e/ou pelo Consultor em nome do Fundo. No exercício da sua responsabilidade geral de supervisão, o Conselho interage regularmente e recebe relatórios do pessoal superior dos prestadores de serviços do Trust (incluindo, em particular, o Consultor) e do CCO do Trust. O Conselho é assistido pela empresa de contabilidade pública

independente registrada do Trust (que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria do Trust), pelo conselho independente dos Curadores Independentes (conforme definido abaixo), pelo conselho do Trust e do Conselheiro e por outros especialistas selecionados e aprovados pelo Conselho.

**ESTRUTURA DO CONSELHO E ASSUNTOS RELACIONADOS.** Os membros do Conselho que não são "pessoas interessadas" do Trust, conforme definido na Seção 2(a)(19) da Lei de 1940 ("Administradores Independentes"), constituem 100% do Conselho. O Sr. Charles A. Baker, um Administrador Independente, atua como Presidente Independente do Conselho. O Presidente Independente ajuda a facilitar a comunicação entre os Curadores Independentes, bem como a comunicação entre os Curadores Independentes e a administração do Trust. O Presidente Independente pode assumir outras funções e realizar as atividades que o Conselho possa, de tempos em tempos, determinar que devem ser tratadas pelo Presidente Independente.

Os curadores cumprem suas responsabilidades coletivamente como um Conselho, bem como por meio de comitês do Conselho, cada um dos quais opera de acordo com um estatuto que delinea as responsabilidades específicas desse comitê. O Conselho estabeleceu dois comitês permanentes: um Comitê de Auditoria e um Comitê de Nomeação e Governança. Atualmente, cada um dos Curadores Independentes atua em cada um desses comitês, que são compostos exclusivamente por Curadores Independentes.

O Conselho avalia periodicamente sua estrutura e composição, bem como diversos aspectos de suas operações. Anualmente, o Conselho conduz um processo de auto-avaliação que, entre outras coisas, considera (i) se o Conselho e seus comitês estão funcionando efetivamente, (ii) dado o tamanho e a composição do Conselho e de cada um de seus comitês, se os curadores são capazes de supervisionar efetivamente o número de fundos no complexo e (iii) se a combinação de habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevante dos curadores ajudam a aumentar a eficácia do Conselho.

Não há qualificações específicas exigidas para ser membro do Conselho. O Conselho acredita que as diferentes habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevante de cada um dos Curadores fornecem ao Conselho uma variedade de habilidades complementares. Observe que (i) nenhum dos curadores é um "especialista" dentro do significado das leis federais de valores mobiliários e (ii) o Conselho não é responsável pelas operações diárias do Trust e dos Fundos.

O Conselho Curador reuniu-se 9 (nove) vezes durante o período fiscal encerrado em 30 de novembro de 2023. O Conselho de Administração poderá realizar reuniões extraordinárias, quando necessário, pessoalmente ou por telefone, para tratar de assuntos decorrentes de reuniões ordinárias.

Os curadores estão identificados na tabela abaixo, que fornece informações sobre suas principais ocupações de negócios realizadas nos últimos cinco anos e algumas outras informações. Cada administrador serve até sua morte, renúncia ou remoção e substituição. Em 1º de março de 2024, cada um dos curadores supervisionava 95 fundos (91 dos quais estavam operacionais). O endereço para todos os administradores e diretores é c/o Global X Funds®, 605 3rd Avenue, 43rd Floor, New York, New York 10158.

#### Curadores Independentes

<b>Nome (Ano de Nascimento)</b>	<b>Cargo(s) Ocupado(s) com Fundos</b>	<b>Principais ocupações(ões) nos últimos 5 anos</b>	<b>Número de Carteiras em Fundo Complexo</b>	<b>Outras Diretorias Exercidas por Curadores durante o Últimos 5 Anos</b>
Charles A. Baker (1953)	Administrador (desde 07/2018)	CEO da Investment Innovations LLC (consultoria de investimentos) (desde 2013); Diretor Geral da NYSE Euronext (2003 a 2012)	95 (91 dos quais operacionais)	Administrador da OSI ETF Trust (2016-2022)

Susan M. Ciccarone (1973)	Administrador (desde 09/2019)	Sócio, Further Global Capital Management, L.P. (private equity) (desde 2017); ex-Diretor de Operações (2014-2016) e Diretor Financeiro (2012-2016), Emerging Global Advisors, LLC (emissor de ETF)	95 (91 dos quais operacionais)	Diretor da E78 Partners (desde 2022); Diretor da Coaction Global, Inc. Diretor da Casa Holdco LP, controladora da Celink (desde 2018); Presidente da Payment Alliance International, Inc.
Clifford J. Weber (1963)	Administrador (desde 07/2018)	Proprietário, Financial Products Consulting Group LLC (serviços de consultoria para instituições financeiras) (desde 2015); Anteriormente, Vice-Presidente Executivo de Índices Globais e Produtos Negociados em Bolsa, NYSE Market, Inc., uma subsidiária da Intercontinental Exchange (bolsa de listagem ETF/ETP) (2013-2015)	95 (91 dos quais operacionais)	Presidente e Administrador da Clayton Street Trust (desde 2016); Presidente e administrador da Janus Detroit Street Trust (desde 2016); Administrador do Clough Global Equity Fund (desde 2017); Administrador do Clough Global Dividend and Income Fund (desde 2017); Administrador do Clough Global Opportunities Fund (desde 2017); Presidente

#### Administrador/Diretores Interessados

Nome(Ano de Nascimento)	Cargo(s) Ocupado(s) com Fundos	Principais Ocupação(ões) Durante os últimos 5 anos	Número de Carteiras em Fundo Complexo supervisionado	Outras Diretorias Detidos por curadores durante o passado
Thomas Park (1978)	Presidente (desde 11/2023)	Diretor Presidente da GXMC (desde 11/2023); Co-CEO Mirae Asset Global Investments (EUA) (desde 12/2022); Presidente da Mirae Asset Global Investments (EUA) (1/2020-12/2022); e Diretor Executivo da Mirae Asset Global Investments (EUA) (2011-2022)	n/d	n/d
Susan Lively (1981)	Secretária (desde 09/2020)	Diretor Jurídico, GXMC (desde 09/2020); Consultor Corporativo Sênior na Franklin Templeton (anteriormente, Diretor Executivo e Conselheiro Geral Associado na Legg Mason & Co., LLC) (2014-	n/d	n/d
Eric Griffith1 (1969)	Secretária Adjunta (desde 02/2020)	Consultor da SEI Investimentos (desde 10/2019); Vice-Presidente e Conselheiro Geral Adjunto, JPMorgan Chase & Co.	n/d	n/d
Joe Costello (1974)	Diretor de Compliance (desde 09/2016)	Diretor de Compliance, GXMC (desde 09/2016)	n/d	n/d

Nome(Ano de Nascimento)	Cargo(s) Ocupado(s) com Fundos	Principais Ocupação(ões) Durante os últimos 5 anos	Número de Carteiras em Fundo Complexo supervisionado	Outras Diretorias Detidos por curadores durante o passado
Alex Ashby (1986)	Diretor de Operações (desde 11/2023)	Diretor de Operações da GXMC (desde 11/2023); Head de Desenvolvimento de Produtos, GXMC (2019-2024); Vice-Presidente, Diretor de	n/d	n/d
Érico Olsen <sup>1</sup> (1970)	Tesoureiro Assistente (desde 05/2021)	Diretor de Contabilidade, SEI Investment Manager Services (março de 2021 até o presente); Chefe Adjunto de Operações de Fundos, Ativos Tradicionais, Aberdeen Standard Investments	n/d	n/d

<sup>1</sup> Esses diretores do Trust também atuam como diretores de um ou mais fundos para os quais a SEI Investments Company ou uma afiliada atua como gestor, administrador ou distribuidor de investimentos.

Além das informações estabelecidas na tabela acima, cada Administrador possui outras habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevantes. O seguinte fornece informações adicionais sobre certas qualificações e experiência de cada um dos curadores e a razão pela qual ele ou ela foi selecionado para servir como um curador.

Charles A. Baker: O Sr. Baker tem amplo conhecimento e experiência no setor de serviços financeiros, inclusive atuando anteriormente como Diretor Executivo da NYSE Euronext. Além disso, o Sr. Baker tem experiência em servir como conselheiro independente para um fundo de ETF.

Susan M. Ciccarone: A Sra. Ciccarone tem amplo conhecimento e experiência nos setores de serviços financeiros e gestão de investimentos. Atualmente, ela é sócia da Further Global Capital Management, L.P., uma empresa de private equity, e anteriormente atuou como diretora de operações e diretora financeira de um consultor de ETFs. A Sra. Ciccarone recebeu seu MBA da Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

Clifford J. Weber: O Sr. Weber tem experiência anteriormente atuando como executivo sênior de bolsas de valores com responsabilidades incluindo questões de ETFs e produtos negociados em bolsa, experiência com a estrutura e operações de ETFs, experiência com transações de mercado secundário envolvendo ETFs e experiência atuando como conselheiro independente de fundos mútuos.

**SUPERVISÃO DA GESTÃO DE RISCOS.** Os Fundos estão sujeitos a uma variedade de riscos, incluindo (mas não limitado a) risco de investimento, risco financeiro, risco legal, regulatório e de conformidade e risco operacional. Consistente com sua responsabilidade pela supervisão geral dos negócios e assuntos do Trust e dos Fundos, o Conselho supervisiona a gestão diária do Consultor dos riscos aos quais o Trust e os Fundos estão sujeitos. O Conselho encarregou o Conselheiro de (i) identificar possíveis eventos e circunstâncias que poderiam ter efeitos adversos demonstráveis sobre os negócios e assuntos do Trust e dos Fundos; (ii) implementação de processos e controles para diminuir a possibilidade de que tais eventos ou circunstâncias ocorram ou mitigar os efeitos de tais eventos ou circunstâncias, caso ocorram; e (iii) criação e manutenção de um sistema destinado a avaliar continuamente as condições de negócios e de mercado para facilitar os processos descritos em (i) e (ii) acima. O Consultor procura abordar a gestão de risco diária do Trust e dos Fundos baseando-se nas políticas e procedimentos de conformidade do Trust (ou seja, no programa de conformidade do Trust), bem como nos programas de conformidade dos vários prestadores de serviços do Trust, mecanismos de controle interno e outros mecanismos de supervisão de risco, bem como na assistência do subadministrador do Trust. O Consultor também considera separadamente os riscos potenciais que podem afetar os Fundos individuais.

Conforme mencionado acima, em nome do Trust, o Conselho adotou e revisa periodicamente várias políticas e procedimentos de conformidade que são projetados para abordar certos riscos para o Trust e os Fundos. Além disso, sob a supervisão geral do Conselho de Administração, o Consultor e os outros prestadores de serviços do Trust adotaram uma variedade de processos, políticas, procedimentos e controles projetados para lidar com riscos específicos aos quais o Trust e os Fundos estão sujeitos. Diferentes processos, políticas, procedimentos e controles são empregados em relação aos diferentes tipos de riscos. Além disso, o Consultor supervisiona e monitora regularmente os investimentos, as operações e a conformidade dos investimentos dos Fundos com vários requisitos regulatórios e outros.

Como as operações diárias dos Fundos são realizadas pelo Consultor, a exposição ao risco do Trust e dos Fundos é mitigada, mas não eliminada pelos processos supervisionados pelo Conselho. Além dos processos, políticas, procedimentos e controles de gestão de riscos implementados pelo Conselho, o Conselho busca supervisionar a estrutura de gestão de riscos do Fundo e dos Fundos diretamente e por meio de seus comitês (conforme descrito abaixo). Nesse sentido, o Conselho solicitou que o Conselho, o CCO do Trust, os auditores independentes do Trust e o Conselho do Trust e do Adviser fornecessem ao Conselho relatórios periódicos sobre questões que deveriam ser focadas pelos membros do Conselho. Em grande parte, o Conselho supervisiona a gestão da estrutura de gestão de riscos do Trust pelo Conselho através da revisão pelo Conselho de relatórios regulares, apresentações e outras informações dos diretores do Trust e de outras pessoas. Os diretores seniores do Trust, incluindo o CCO do Trust, reportam regularmente ao Conselho de Administração uma série de assuntos, incluindo aqueles relacionados à gestão de riscos. Nesse sentido, o Conselho recebe periodicamente relatórios sobre os prestadores de serviços do Trust, diretamente ou por meio do CCO. Pelo menos trimestralmente, os curadores independentes se reúnem com o CCO para discutir assuntos relacionados ao programa de conformidade do Trust e, de acordo com a Regra 38a-1 sob a Lei de 1940, o Conselho recebe pelo menos anualmente um relatório escrito do CCO sobre a eficácia do programa de conformidade do Trust. Em conexão com o relatório anual de conformidade da Regra 38a-1 do CCO ao Conselho, os Curadores Independentes se reúnem com o CCO em sessão executiva para discutir o programa de conformidade do Trust.

Além disso, o Conselho recebe regularmente relatórios do Consultor com relação aos investimentos e negociação de valores mobiliários dos Fundos e, se necessário, quaisquer determinações de avaliação justa feitas pelo Consultor em relação a certos investimentos detidos pelos Fundos. Os diretores seniores do Trust e do Adviser reportam-se regularmente ao Conselho sobre assuntos de avaliação, controles internos, políticas e práticas de relatórios contábeis e financeiros. Além disso, o Comitê de Auditoria recebe informações sobre os controles internos e relatórios financeiros dos Fundos da empresa de contabilidade pública independente registrada do Trust.

O Conselho reconhece que nem todos os riscos que possam afetar os Fundos podem ser identificados, nem podem ser desenvolvidos processos e controles para eliminar ou mitigar sua ocorrência ou os efeitos de determinados riscos. Alguns riscos estão simplesmente fora do controle razoável dos Fundos, da sua gestão e dos prestadores de serviços. Embora o processo de gestão de riscos, as políticas e os procedimentos dos Fundos, de seus gestores e prestadores de serviços sejam desenhados para serem eficazes, não há garantia de que eliminarão ou mitigarão todos esses riscos. Além disso, pode ser necessário assumir certos riscos para atingir o objetivo de investimento de cada Fundo.

## **COMITÊS PERMANENTES DO CONSELHO**

Atualmente, o Conselho de Curadores conta com dois comitês permanentes: um Comitê de Auditoria e um Comitê de Nomeação e Governança. Atualmente, cada Administrador Independente atua em cada um desses comitês.

**COMITÊ DE AUDITORIA.** Os objetivos do Comitê de Auditoria são auxiliar o Conselho em (1) sua supervisão dos princípios e políticas de relatórios contábeis e financeiros do Trust e dos controles e procedimentos relacionados mantidos por ou em nome do Trust; (2) sua supervisão das demonstrações financeiras do Trust e sua auditoria independente; (3) selecionar, avaliar e, quando julgar apropriado, substituir a empresa de contabilidade pública registrada independente (ou nomear a empresa de contabilidade pública registrada independente a ser proposta para aprovação dos acionistas em qualquer declaração de procuração); e (4) avaliar a independência da empresa de contabilidade pública registrada independente. Durante o exercício social encerrado em 30 de novembro de 2023, o Comitê de Auditoria realizou 4 (quatro) reuniões.



**COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA.** Os objetivos do Comitê de Nomeação e Governança são, entre outras coisas, auxiliar o Conselho na (1) avaliação da adequação da aderência do Conselho às melhores práticas de governança corporativa do setor; (2) avaliação periódica do funcionamento do Trust e reuniões com a administração do Trust sobre as operações do Trust e a aplicação de políticas e procedimentos aos Fundos; (3) analisar, considerar e recomendar ao Conselho Pleno a remuneração do Administrador Independente; (4) identificação e avaliação de potenciais candidatos para preencher uma vaga no Conselho; e (5) seleção entre potenciais candidatos de um indicado a ser apresentado ao Conselho Pleno para sua consideração. O Comitê de Nomeação e Governança não considerará os indicados dos acionistas. Durante o período fiscal encerrado em 30 de novembro de 2023, o Comitê de Nomeação e Governança realizou 2 (duas) reuniões.

## PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DIRETORA DAS COTAS DO FUNDO

Tanto quanto é do conhecimento do Trust, na data desta SAI, os Administradores e administradores do Trust, como um grupo, detinham menos de 1% das Cotas de cada Fundo.

### Titularidade de Títulos e Valores Mobiliários

Listado abaixo para cada Trustee está uma faixa em dólares de títulos de propriedade benéfica em um Fundo, juntamente com a faixa agregada em dólares de títulos de ações em todas as empresas de investimento registradas supervisionadas por cada Trustee que estão na mesma família de empresas de investimento que o Trust, em 31 de dezembro de 2023.

Nome do Administrador	Fundo	Faixa em Dólar de Títulos de Ações em Fundo	Faixa agregada em dólares de títulos de ações em todos os fundos supervisionados pelo administrador em família de empresas de investimento
<i>Curadores</i>			
Charles A. Padeiro	Nenhum	Nenhum	\$10,001-\$50,000
Susana M. Ciccarone	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Clifford J. Weber	Nenhum	Nenhum	Nenhum

## PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO CONSULTOR E EMPRESAS COLIGADAS

Em 31 de dezembro de 2023, nenhum Administrador Independente (ou qualquer um de seus familiares diretos) possuía títulos de qualquer consultor de investimentos do Trust, seu principal subscritor ou qualquer pessoa, direta ou indiretamente, controlando, controlando ou sob controle comum com qualquer consultor de investimento do Trust ou subscritor principal.

Nome do Administrador Independente	Nome dos Proprietários e Relacionamento	Companhia	Título da Classe	Valor dos Títulos e Valores Mobiliários	Porcentagem de Classe
Charles A. Padeiro	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Susana M. Ciccarone	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Clifford J. Weber	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum

Nenhum Administrador Independente ou membro da família imediata teve, durante os dois anos civis mais recentemente completados: (i) qualquer interesse material, direto ou indireto, em qualquer transação ou série de transações semelhantes, em que o valor envolvido exceda US\$ 120.000; ou (ii) qualquer relação direta ou indireta de qualquer natureza, na qual o valor envolvido exceda US\$ 120.000, com:

- os Fundos;
- um diretor do Trust;
- uma sociedade de investimento, ou pessoa que seria uma sociedade de investimento, mas para as exclusões previstas nas secções 3(c)(1) e 3(c)(7) da Lei de 1940, que tenha o mesmo consultor de investimentos ou subscritor principal que os Fundos ou que tenha um consultor de investimento ou um subscritor principal que controle directa ou indirectamente, é controlada por, ou esteja sob controle comum com o Consultor ou subscritor principal dos Fundos;
- um administrador ou uma sociedade de investimento, ou uma pessoa que seria uma sociedade de investimento, mas para as exclusões previstas nas secções 3(c)(1) e 3(c)(7) da Lei de 1940, ter o mesmo consultor de investimentos ou subscritor principal que os Fundos ou ter um consultor de investimento ou um subscritor principal que controle directa ou indirectamente, seja controlado por, ou esteja sob controlo comum com o consultor ou subscritor principal dos Fundos;
- o Conselheiro ou subscritor principal dos Fundos;
- um funcionário do consultor ou subscritor principal dos fundos;
- Uma pessoa que controle, directa ou indirectamente, seja controlada por, ou esteja sob controlo comum com o consultor ou subscritor principal dos fundos; ou
- um funcionário de uma pessoa que controla direta ou indirectamente, controla ou está sob controle comum com o consultor ou subscritor principal dos fundos.

## REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Os honorários do Administrador Independente são pagos a partir da taxa unitária paga ao Consultor pelos Fundos. Todos os curadores independentes são reembolsados por suas despesas de viagem e outras despesas razoáveis do próprio bolso incorridas em conexão com a participação nas reuniões do Conselho (essas outras despesas estão sujeitas à revisão do Conselho para garantir que não sejam excessivas). O Trust não acumula benefícios de pensão ou aposentadoria como parte das despesas do Fundo, e os Trustees não têm direito a benefícios após a aposentadoria do Conselho. Os diretores do Trust não recebem nenhuma remuneração diretamente do Trust.

A seguir são estabelecidas as taxas pagas a cada Administrador para o exercício social encerrado em 30 de novembro de 2023, salvo indicação em contrário.

<b>Nome do Administrador Independente</b>	<b>Remuneração Agregada dos Fundos</b>	<b>Benefícios de pensão ou aposentadoria acumulados como parte das despesas do Fundo</b>	<b>Remuneração Total do Trust*</b>
Charles A. Padeiro	US\$ 73.722	\$0	US\$ 190.000
Susana M. Ciccarone	US\$ 73.722	\$0	US\$ 190.000
Clifford J. Weber	US\$ 73.722	\$0	US\$ 190.000

\* As informações são de 31 de dezembro de 2023.

## CÓDIGO DE ÉTICA

O Trust, o Consultor e o Distribuidor adotaram um código de ética, conforme exigido pela lei aplicável, que é projetado para impedir que pessoas afiliadas do Trust, do Consultor e do Distribuidor se envolvam em atividades enganosas, manipuladoras ou fraudulentas em conexão com valores mobiliários detidos ou a serem adquiridos pelos Fundos (que também podem ser detidos por pessoas sujeitas a um código de ética). Não pode haver garantias de que os códigos de ética serão eficazes na prevenção de tais actividades. Os códigos de ética permitem que as pessoas a elas sujeitas invistam em valores mobiliários, incluindo valores

mobiliários que possam ser detidos ou comprados pelos Fundos. Os códigos de ética estão arquivados na SEC e estão disponíveis ao público.

## ASSESSOR DE INVESTIMENTOS

O Consultor, Global X Management Company LLC, atua como gestor de investimentos para os Fundos de acordo com um Acordo de Consultoria de Investimento entre o Trust e o Consultor. Está registrada como consultora de investimentos na SEC e está localizada em 605 3rd Avenue, 43rd Floor, New York, New York 10158. A Adviser foi organizada em Delaware em 28 de março de 2008 como uma empresa de responsabilidade limitada. Em 2 de julho de 2018, o Consultor consumou uma transação nos termos da qual o Consultor se tornou uma subsidiária integral indireta da Mirae Asset Global Investments Co., Ltd. ("Mirae"). Dessa forma, o Adviser é controlado pela Mirae, que é uma empresa líder em serviços financeiros na Coreia e é a sede do Grupo Mirae Asset Global Investments.

De acordo com os Acordos de Supervisão e Administração entre o Trust e o Consultor, o Consultor supervisiona o funcionamento dos Fundos, fornece ou faz com que sejam fornecidos os serviços de consultoria, supervisão, administrativo, distribuição, agência de transferência, custódia e todos os outros serviços necessários para o funcionamento dos Fundos, e exerce a supervisão diária sobre os prestadores de serviços dos Fundos. De acordo com o Contrato de Supervisão e Administração, o Consultor também arca com todas as taxas e despesas incorridas em conexão com suas obrigações sob o Contrato de Supervisão e Administração, incluindo, mas não limitado a, os custos de vários serviços de terceiros exigidos pelos Fundos, incluindo auditoria, custódia certa, contabilidade de carteira, custos legais, de agência de transferência e impressão, exceto as taxas e despesas especificamente assumidas pelo Fundo em nome de cada Fundo. O Acordo de Supervisão e Administração para o ETF Global X Thematic Growth, Global X Alternative Income ETF e Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF prevê que o Consultor também arca com os custos das taxas e despesas do fundo adquiridas geradas pelos investimentos do Fundo em empresas de investimento afiliadas.

De acordo com o Acordo de Consultoria de Investimento entre o Trust e o Consultor, o Consultor é responsável pela gestão da carteira de investimentos de cada Fundo. A capacidade do Consultor de implementar com sucesso as estratégias de investimento de cada Fundo influenciará significativamente o desempenho desse Fundo.

Cada Fundo paga ao Consultor uma taxa ("Taxa de Administração") pelos serviços de consultoria, supervisão, administrativos e outros que requer sob uma estrutura de taxas completa. Cada Fundo paga (ou pagará, para Fundos que ainda não iniciaram suas operações) uma Taxa de Administração mensal ao Consultor às taxas anuais estabelecidas na tabela abaixo (declarada como uma porcentagem dos respectivos ativos líquidos diários médios de cada Fundo).

<b>Fundo</b>	<b>Taxa de Administração</b>
Global X MLP ETF	0.45%
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia	0.45%
ETF Global X Renda Alternativa	0.50%
ETF Global X Empresas Conscientes	0.43%
Global X U.S. Preferred ETF	0.23%
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P 500®	0.20%
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	0.27%
ETF Preferencial Global X Taxa Variável	0.25%
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA	0.39%
Global X 1-3 Mês T-Bill ETF	0.07%
ETF Global X US Cash Flow Kings 100	0.25%
Global X Millennial Consumer ETF	0.50%
ETF Global X Envelhecimento da População	0.50%
Global X FinTech ETF	0.68%
ETF Global X Internet das Coisas	0.68%

Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	0.68%
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA	0.47%
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos	0.68%
Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF	0.68%
Global X Genomics & ETF Biotecnologia	0.50%
Global X Cloud Computing ETF	0.68%
Global X Cybersecurity ETF	0.50%
ETF Global X Crescimento Temático	0.50%
Global X Video Games & Esports ETF	0.50%
Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital	0.68%
Global X CleanTech ETF	0.50%
Global X Data Center & ETF de Infraestrutura Digital (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & ETF de Infraestrutura Digital)	0.50%
Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos	0.50%
Global X Blockchain ETF	0.50%
ETF Global X Água Limpa	0.50%
Global X Hydrogen ETF	0.50%
Global X Solar ETF	0.50%
ETF Global X Energia Eólica	0.50%
Global X PropTech ETF	0.50%
Global X Defense Tech ETF	0.50%

Além disso, cada Fundo arca com outras taxas e despesas que não são cobertas pelo Contrato de Supervisão e Administração, que podem variar e afetarão o índice de despesas totais de cada Fundo, como impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização). O Consultor pode obter um lucro sobre a Taxa de Administração paga por cada Fundo. Além disso, o Conselheiro, e não os acionistas dos Fundos, se beneficiaria de qualquer diminuição de preços em serviços de terceiros, incluindo diminuições resultantes de um aumento no ativo líquido. O Acordo de Supervisão e Administração para o ETF Global X Thematic Growth, Global X U.S. Preferred ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF e Global X Alternative Income ETF prevê que o Consultor também arca com os custos das taxas e despesas dos fundos adquiridos gerados pelos investimentos de tais Fundos em empresas de investimento afiliadas.

O Consultor e suas afiliadas negociam, negociam e investem por suas próprias contas nos tipos de títulos nos quais um Fundo também pode investir. O Consultor não utiliza informações privilegiadas na tomada de decisões de investimento em nome dos Fundos.

Cada um dos Acordos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento permanecem em vigor por dois (2) anos a partir de sua data de vigência e, posteriormente, continuam em vigor enquanto sua continuidade for especificamente aprovada pelo menos anualmente, pelo (i) Conselho de Curadores do Trust, ou pelo voto da maioria (conforme definido na Lei de 1940) das Ações em circulação do Fundo, e (ii) pelo voto da maioria dos Administradores do Trust que não sejam partes no Acordo de Consultoria de Investimento ou pessoas interessadas do Consultor, expressas pessoalmente em reunião convocada para fins de votação de tal aprovação. Cada um dos Contratos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento prevêem que podem ser rescindidos a qualquer momento, sem o pagamento de qualquer penalidade, pelo Conselho de Curadores do Trust ou pelo voto da maioria dos acionistas dos Fundos, mediante notificação escrita de 60 dias corridos ao Conselheiro, e pelo Conselheiro na mesma notificação ao Trust e que será automaticamente rescindido se é atribuído.

Cada um dos Acordos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento prevêem que o Consultor não será responsável perante cada Fundo ou os seus acionistas por qualquer outra coisa que não seja dolo eventual, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente das suas obrigações ou deveres. O Acordo de Consultoria de Investimentos

também prevê que o Consultor pode se envolver em outros negócios, dedicar tempo e atenção a qualquer outro negócio, seja de natureza semelhante ou diferente, e prestar serviços de consultoria de investimento a outros.

As Taxas de Administração pagas por cada Fundo operacional ao Consultor e o valor agregado das Taxas de Administração reembolsadas ou dispensadas pelo Consultor (líquidas de despesas reembolsadas ao Consultor nos termos do Acordo de Limitação de Despesas aplicável) para os exercícios findos em 30 de novembro de 2021, 2022 e 2023 estão estabelecidas no gráfico abaixo.

Fundo	Taxas de Administração Pagas pelo Exercício Social Encerrado			Reembolsos ou Renúncias para o Exercício Social Findo			Data de Início de Operações de Investimento
	30 de novembro de 2021	30 de novembro de 2022	30 de novembro de 2023	30 de novembro de 2021	30 de novembro de 2023	30 de novembro de 2023	
Global X MLP ETF	4,040,676	5,344,753	6,180,576	—	—	—	04/18/2012
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de	3,215,197	4,192,282	4,384,924	—	—	—	08/06/2013
ETF Global X Renda Alternativa	201,440	182,554	184,088	(20,773)	(129,532)	134,225	07/13/2015
Global X Millennial Consumer ETF	944,458	709,470	503,082	—	—	—	05/04/2016
ETF Global X Envelhecimento da População	265,382	254,936	264,003	—	—	—	05/09/2016
ETF Global X Empresas Conscientes	2,088,608	2,811,857	2,680,496	—	—	—	07/11/2016
Global X FinTech ETF	8,462,468	5,010,499	2,623,792	—	—	—	09/12/2016
ETF Global X Internet das Coisas	2,936,578	2,486,894	2,133,803	—	—	—	09/12/2016
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	17,601,681	11,787,620	13,028,034	—	—	—	09/12/2016
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura dos EUA	14,628,049	20,471,091	20,652,659	—	—	—	03/06/2017
Global X U.S. Preferred ETF	4,137,495	5,086,571	5,155,048	(165)	—	—	09/11/2017
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos	5,934,718	7,360,072	5,555,285	—	—	—	04/13/2018
Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF	1,234,864	1,029,613	2,218,954	—	—	—	05/11/2018
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P	17,155	94,095	121,808	—	—	—	07/13/2018
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	456,051	459,345	464,100	—	—	—	08/24/2018
Global X Genomics & ETF Biotecnologia	1,076,994	989,122	926,079	—	—	—	04/05/2019
Global X Cloud Computing ETF	9,700,881	5,358,282	3,814,991	—	—	—	04/12/2019
Global X Cybersecurity ETF	3,237,647	5,615,421	3,530,828	(130,273)	—	—	10/25/2019
ETF Global X Crescimento Temático	470,794	395,494	207,806	(594,387)	(508,212)	247,624	10/25/2019
Global X Video Games & Esports ETF	3,162,010	1,356,129	817,514	—	—	—	10/25/2019
ETF Preferencial Global X Taxa Variável	84,601	462,167	613,083	—	—	—	06/22/2020
Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital	4,661,152	1,401,769	801,902	—	—	—	07/29/2020
Global X CleanTech ETF	743,073	583,129	493,442	—	—	—	10/27/2020
Global X Data Center & ETF de Infraestrutura Digital (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs)	214,004	381,270	190,867	—	—	—	10/27/2020
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos EUA	260,736	319,632	301,537	—	—	—	01/12/2021
ETF Global X Água Limpa	17,468	35,687	42,823	—	—	—	04/08/2021
Global X AgTech & ETF de Inovação em	7,029	30,685	28,767	—	—	—	07/12/2021
Global X Blockchain ETF	98,544	394,551	330,793	—	—	—	07/12/2021
Global X Hydrogen ETF	25,418	159,276	196,696	—	—	—	07/12/2021
Global X Solar ETF	3,632	38,438	24,091	—	—	—	09/08/2021
ETF Global X Energia Eólica	3,596	18,870	29,409	—	—	—	09/08/2021
Global X PropTech ETF	—	—	8,446	—	—	—	04/11/2023
Global X 1-3 Mês T-Bill ETF	—	—	20,830	—	—	—	06/20/2023
ETF Global X US Cash Flow Kings 100	—	—	2,892	—	—	—	07/10/2023
Global X Defense Tech ETF	—	—	3,698	—	—	—	09/11/2023

## GESTORES DE PORTFÓLIO

Os gerentes de portfólio Nam To, Wayne Xie, Vanessa Yang e Sandy Lu são funcionários do Advisor.

## Remuneração do Gestor de Portfólio

A Adviser acredita que seu programa de remuneração está posicionado de forma competitiva para atrair e reter profissionais de investimento de alto gabarito. Os gestores de portfólio recebem um salário e são elegíveis para receber um bônus anual. A remuneração salarial de um gestor de carteiras é projetada para ser competitiva com o mercado e refletir a relativa experiência e contribuição do gestor de carteiras para os Fundos. A remuneração do salário base é revisada e ajustada anualmente para refletir os aumentos do custo de vida e das taxas de mercado. A oportunidade de bônus de incentivo anual fornece bônus em dinheiro com base em (a) desempenho individual nos aspectos funcionais da função de gerente de portfólio, (b) alcance de metas estratégicas relacionadas à melhoria de processos e tecnologia e (c) desempenho geral da empresa. A remuneração dos gestores de carteiras não está atrelada ao desempenho dos fundos individuais. Membros seniores da equipe de gerenciamento de portfólio podem ter opções de ações do Conselheiro.

## Outras Contas Gerenciadas por Gestores de Portfólio

Prevê-se que um gestor de carteiras seja responsável por várias contas de investimento, incluindo outras empresas de investimento registradas ao abrigo da Lei de 1940. De um modo geral, podem surgir certos conflitos de interesses relacionados com a gestão de investimentos de um Fundo por um gestor de carteiras, por um lado, e os investimentos de outras contas pelas quais o gestor de carteiras é responsável, por outro. Por exemplo, é possível que as várias contas geridas possam ter diferentes estratégias de investimento que, por vezes, podem entrar em conflito entre si em possível detrimento de um Fundo. Alternativamente, na medida em que as mesmas oportunidades de investimento possam ser desejáveis para mais de uma conta, podem surgir possíveis conflitos na determinação da forma de as alocar. Outros conflitos potenciais podem incluir conflitos criados por acordos específicos de remuneração de gestores de carteiras e conflitos relacionados à seleção de corretores ou dealers para executar as negociações de um Fundo. O Consultor estruturou a remuneração de um gestor de carteiras de forma adequada, e os Fundos e o Consultor adotaram políticas, procedimentos e um código de ética, razoavelmente projetados para proteger os Fundos de serem afetados negativamente como resultado de quaisquer conflitos que possam surgir.

Os Gestores de Carteira eram responsáveis pela gestão das seguintes contas em 30 de novembro de 2023, salvo indicação em contrário:

Nome do Gerente de Portfólio	Outras contas gerenciadas			Contas em relação às quais se baseia a taxa de consultoria Desempenho da Conta	
	Categoria da Conta	Número de Contas na Categoria	Total de Ativos em Contas na Categoria	Número de Contas na Categoria	Total de Ativos em Contas na Categoria
Nam Para	Sociedades de investimento registradas	103	40.527.108.515 dólares	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	32	US\$ 748.091.992	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Wayne Xie	Sociedades de investimento registradas	103	40.527.108.515 dólares	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	32	US\$ 748.091.992	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Vanessa Yang	Sociedades de investimento registradas	103	40.527.108.515 dólares	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	32	US\$ 748.091.992	0	\$0,00

	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Sandy Lu	Sociedades de investimento registradas	103	40.527.108.515 dólares	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	32	US\$ 748.091.992	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00

Embora os Fundos no Fundo que são geridos pelos Srs. To, Xie e Lu e Sra. Yang possam ter estratégias de investimento diferentes, cada um tem um objetivo de investimento de procurar replicar, antes de taxas e despesas, o seu respectivo índice subjacente. O Conselheiro não acredita que a gestão das várias contas apresente um conflito de interesses material para os Srs. To, Xie e Lu e para a Sra. Yang ou para o Conselheiro.

### Divulgação de Títulos e Valores Mobiliários

Listado abaixo para cada Gestor de Portfólio está uma faixa em dólares de títulos de propriedade benéfica em um Fundo em 30 de novembro de 2023, salvo indicação em contrário:

Nome do Gerente de Portfólio	Fundo	Faixa de Renda Variável em Dólar Títulos em Fundo
Nam Para	Nenhum	Nenhum
Wayne Xie	Nenhum	Nenhum
Vanessa Yang	Nenhum	Nenhum
Sandy Lu	Global X MLP ETF	\$1–\$10.000
	Global X 1-3 Mês T-Bill ETF	\$1–\$10.000

### OPERAÇÕES DE CORRETAGEM

A política do Trust em relação às compras e vendas de títulos é que a principal consideração será dada à obtenção dos preços mais favoráveis e execuções eficientes das transações. De acordo com essa política, quando as transações de valores mobiliários são efetuadas em uma bolsa de valores, a política do Trust é pagar comissões consideradas justas e razoáveis sem necessariamente determinar que as menores comissões possíveis sejam pagas em todas as circunstâncias. Ao procurar determinar a razoabilidade das comissões de corretagem pagas em qualquer transação, o Consultor baseia-se em sua experiência e conhecimento sobre comissões geralmente cobradas por vários corretores e em várias jurisdições. O Consultor efetua transações para os Fundos com as corretoras e dealers que o Consultor acredita que fornecem os preços mais favoráveis e são capazes de fornecer a melhor e mais eficiente execução de negociações. A principal consideração do Consultor é buscar a pronta execução de ordens ao preço líquido mais favorável. A venda de Ações por uma corretora não é um fator na seleção de corretoras. O Consultor e suas afiliadas não participam atualmente de nenhuma transação em dólares suaves com relação aos Fundos, embora o Consultor se baseie na Seção 28(e) da Lei de 1934 para efetuar ou executar transações para os Fundos. Assim, ao selecionar corretores para executar uma transação específica, o Consultor pode considerar os serviços de corretagem e pesquisa (como esses termos são definidos na Seção 28(e) da Lei de 1934) fornecidos aos Fundos e/ou outras contas sobre as quais o Consultor ou suas afiliadas exercem discricionariedade de investimento. O Consultor pode fazer com que os Fundos paguem a um corretor que fornece serviços de corretagem e pesquisa uma comissão mais alta do que a que poderia ser cobrada por outro corretor para efetuar a mesma transação, desde que o Consultor determine de boa fé que tal comissão é razoável em relação ao valor dos serviços de corretagem e pesquisa prestados por esse corretor, vistos em termos da operação específica ou das responsabilidades gerais do consultor dos fundos. Esses serviços de corretagem e pesquisa podem consistir em relatórios e estatísticas sobre empresas ou setores específicos ou em

visões gerais dos mercados de valores mobiliários e da economia. Os acionistas dos Fundos devem entender que os serviços prestados por tais corretoras podem ser úteis para o Consultor em conexão com seus serviços a outros clientes.

O Consultor assume a supervisão geral sobre a colocação de ordens em nome dos Fundos para a compra ou venda de títulos de carteira. Se as compras ou vendas de títulos da carteira pelos Fundos forem consideradas ao mesmo tempo ou mais ou menos, as transações em tais títulos serão alocadas entre os Fundos de forma considerada equitativa aos Fundos pelo Consultor. A agregação ou agrupamento de transações para os Fundos destina-se a resultar em melhores preços para os títulos da carteira e menores comissões de corretagem, o que deve ser benéfico para os Fundos.

As comissões de corretagem agregadas pagas por cada Fundo durante os períodos fiscais encerrados em 30 de novembro de 2021, 2022 e 2023 estão estabelecidas no gráfico abaixo.

Fundo	Comissão de corretagem paga pelo exercício findo			Data de Início do Operações de Investimento
	30 de novembro de 2021	30 de novembro de 2022	30 de novembro de 2023	
Global X MLP ETF	US\$ 352.273	US\$ 488.272	US\$ 360.987	04/18/2012
Global X MLP & ETF de Infraestrutura de Energia	US\$ 124.747	US\$ 156.026	US\$ 117.343	08/06/2013
ETF Global X Renda Alternativa	US\$ 24.579	US\$ 4.962	US\$ 3.101	07/13/2015
Global X Millennial Consumer ETF	US\$ 3.828	US\$ 5.918	US\$ 9.400	05/04/2016
ETF Global X Envelhecimento da População	US\$ 6.423	US\$ 6.296	US\$ 5.391	05/09/2016
ETF Global X Empresas Conscientes	US\$ 14.549	US\$ 31.359	US\$ 22.173	07/11/2016
Global X FinTech ETF	US\$ 362.311	US\$ 214.703	US\$ 30.721	09/12/2016
ETF Global X Internet das Coisas	US\$ 39.103	US\$ 34.035	US\$ 26.377	09/12/2016
Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	US\$ 386.892	US\$ 415.538	US\$ 122.638	09/12/2016
ETF Global X Desenvolvimento de Infraestrutura	US\$ 68.335	US\$ 196.164	US\$ 58.593	03/06/2017
Global X U.S. Preferred ETF	US\$ 415.435	US\$ 361.241	US\$ 350.955	09/11/2017
ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos	US\$ 167.181	US\$ 362.665	US\$ 164.894	04/13/2018
Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF	US\$ 32.970	US\$ 28.128	US\$ 44.550	05/11/2018
ETF de dividendos de qualidade Global X S&P	US\$ 1.831	US\$ 6.950	US\$ 12.107	07/13/2018
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	US\$ 44.801	US\$ 29.269	US\$ 95.378	08/24/2018
Global X Genomics & ETF Biotecnologia	US\$ 51.304	US\$ 52.242	US\$ 38.735	04/05/2019
Global X Cloud Computing ETF	US\$ 112.805	US\$ 67.664	US\$ 37.470	04/12/2019
Global X Cybersecurity ETF	US\$ 90.444	US\$ 336.330	US\$ 94.271	10/25/2019
ETF Global X Crescimento Temático	US\$ 15.861	US\$ 47.357	US\$ 16.613	10/25/2019
Global X Video Games & Esports ETF	US\$ 157.020	US\$ 164.109	US\$ 37.244	10/25/2019
ETF Preferencial Global X Taxa Variável	US\$ 5.440	US\$ 84.681	US\$ 61.479	06/22/2020
Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital	US\$ 166.565	US\$ 76.720	US\$ 25.015	07/29/2020
Global X CleanTech ETF	US\$ 81.211	US\$ 15.857	US\$ 22.156	10/27/2020
Global X Data Center & ETF de Infraestrutura Digital (anteriormente conhecido como Global X Data Center REITs & ETF de Infraestrutura Digital)	US\$ 6.560	US\$ 20.227	US\$ 11.575	10/27/2020
ETF Global X Adaptive de Gestão de Riscos dos	US\$ 2.851	US\$ 73.042	US\$ 43.077	01/12/2021
ETF Global X Água Limpa	\$781	US\$ 1.449	\$710	04/08/2021
Global X AgTech & ETF de Inovação em Alimentos	US\$ 1.414	US\$ 6.740	US\$ 13.342	07/12/2021
Global X Blockchain ETF	US\$ 17.597	US\$ 220.452	US\$ 156.316	07/12/2021
Global X Hydrogen ETF	US\$ 6.844	US\$ 15.529	US\$ 15.817	07/12/2021
Global X Solar ETF	US\$ 4.779	US\$ 15.728	US\$ 4.818	09/08/2021
ETF Global X Energia Eólica	2,871	1,678	US\$ 8.998	09/08/2021



Fundo	Comissão de corretagem paga pelo exercício findo			Data de Início do Operações de Investimento
	30 de novembro de 2021	30 de novembro de 2022	30 de novembro de 2023	
Global X PropTech ETF	—	—	\$343	04/11/2023
Global X 1-3 Mês T-Bill ETF	—	—	—	06/20/2023
ETF Global X US Cash Flow Kings 100	—	—	\$123	07/10/2023
Global X Defense Tech ETF	—	—	\$142	09/11/2023

## VOTAÇÃO POR PROCURAÇÃO

Os Fundos delegaram responsabilidades de voto por procuração ao Conselheiro, sujeito à supervisão do Conselho de Curadores. Ao delegar responsabilidades por procuração, o Conselho de Curadores determinou que as procurações sejam votadas de acordo com os melhores interesses de cada Fundo e de seus acionistas e em conformidade com todas as regras e regulamentos aplicáveis de votação por procuração. O Consultor adotou políticas e diretrizes de votação por procuração para este fim ("Políticas de Votação por Procuração") e o Consultor contratou uma empresa de solicitação de procuração terceirizada, a Glass Lewis & Co. As Políticas de Votação por Procuração foram adotadas pelo Trust como as políticas e procedimentos que o Consultor usará ao votar em procuradores em nome dos Fundos.

Além das políticas gerais de votação por procuração, o Conselheiro adotou o adendo à política de votação ESG (Environmental, Social & Governance) para o Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, o Global X CleanTech ETF, o Global X Cloud Computing ETF, o Global X Conscious Companies ETF, o Global X Telemedicine & Digital Health ETF, o Global X Clean Water ETF, o Global X Hydrogen ETF, o Global X Wind Energy ETF, o Global X Solar ETF e o Global X Renewable Energy Producers ETF.

### I. Orientações Gerais

Exceto nos casos em que o Conselheiro forneceu a Glass Lewis uma direção diferente, a Glass Lewis concordou em votar em proxies de acordo com as recomendações desenvolvidas por Glass Lewis e supervisionadas pelo Conselheiro. As diretrizes da Glass Lewis abordam uma ampla variedade de tópicos individuais, incluindo, entre outros assuntos, direitos de voto dos acionistas, defesas anti-aquisição, estruturas do conselho, eleição de diretores, remuneração de executivos e diretores, reorganizações, fusões e várias propostas de acionistas. As diretrizes da Glass Lewis incentivam a maximização do retorno para os acionistas por meio da identificação e prevenção de riscos financeiros, de auditoria e de governança corporativa. Informações detalhadas sobre as diretrizes de votação por procuração da Glass Lewis estão disponíveis em "Proxy Paper Guidelines™" da Glass Lewis em [www.glasslewis.com/guidelines](http://www.glasslewis.com/guidelines).

As Políticas de Voto por Procuração visam garantir que todas as questões trazidas aos acionistas sejam analisadas à luz das responsabilidades fiduciárias do Conselheiro. As Políticas de Votação por Procuração abordam a supervisão do Conselheiro sobre Glass Lewis, bem como quando os títulos emprestados são chamados para participar de votações por procuração. Além disso, as Políticas de Votação por Procuração tratam de conflitos de interesse materiais que podem surgir entre os interesses dos Fundos e os interesses do Consultor. Em situações em que haja conflito de interesses entre os interesses do Consultor ou de suas afiliadas e os interesses dos acionistas do Fundo, o Consultor tomará as medidas necessárias para resolver o conflito e proteger os interesses dos acionistas.

### II. Supervisão de Empresa de Solicitação de Terceiros

O Conselheiro revisou os princípios e procedimentos empregados pela Glass Lewis ao fazer recomendações sobre procurações de voto em cada questão apresentada, e se convenceu de que as recomendações da Glass Lewis são (i) baseadas em um nível apropriado de diligência e pesquisa, e (ii) projetadas para promover os interesses dos acionistas e não servir a outros interesses

não relacionados ou impróprios. O Conselheiro deve rever as suas determinações quanto à Glass Lewis pelo menos uma vez por ano.

### III. Registro do voto por procuração

Informações sobre como os Fundos votaram proxies relacionados a títulos de carteira durante o período de 12 meses mais recente encerrado em 30 de junho estão disponíveis (1) gratuitamente, mediante solicitação, ligando para 1-888-843-7824 e (2) no site da SEC em [www.sec.gov](http://www.sec.gov).

### **SUBADMINISTRADOR**

A SEI Investments Global Funds Services ("SEIGFS"), localizada em One Freedom Valley Drive, Oaks, PA 19456, atua como subadministradora dos Fundos. Como subadministrador, o SEIGFS fornece aos Fundos todos os serviços administrativos gerais necessários, incluindo, sem limitação, espaço de escritório, equipamento e pessoal; serviços de escritório administrativo e de retaguarda geral; serviços de escrituração, contabilidade interna e secretariado; o cálculo do NAV; e a coordenação ou preparação e arquivamento de todos os relatórios, declarações de registro, declarações de procuração e todos os outros materiais necessários para serem arquivados ou fornecidos pelos Fundos sob as leis federais e estaduais de valores mobiliários. Como compensação por esses serviços, o SEIGFS recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

### **DISTRIBUIDOR**

O Trust celebrou um Acordo de Distribuição sob o qual a SEI Investments Distribution Co ("SIDCO"), com sede em One Freedom Valley Drive, Oaks, PA 19456, atua como subscriitora e distribuidora de Unidades de Criação dos Fundos. O distribuidor não tem obrigação de vender qualquer quantidade específica de Cotas dos Fundos. O SIDCO arca com os seguintes custos e despesas relativos à distribuição de Ações: (i) os custos de processamento e manutenção de registros de criações de Unidades de Criação; (ii) todos os custos de manutenção dos registros exigidos de um corretor/distribuidor registrado; (iii) as despesas de manutenção de seu registro ou qualificação como revendedor ou corretor nos termos de leis federais ou estaduais; (iv) taxas de arquivamento; e (v) todas as demais despesas incorridas em conexão com os serviços de distribuição previstos no Contrato de Distribuição. Nenhuma compensação é paga pelo Trust ao SIDCO por tais serviços de distribuição. O Contrato de Distribuição prevê que o Trust indenizará a SIDCO contra certas responsabilidades relacionadas a declarações inverídicas ou omissões de fato relevante, exceto aquelas resultantes da confiança em informações fornecidas ao Trust pela SIDCO, ou aquelas resultantes de má fé, má-fé ou negligência grave da SIDCO, ou desrespeito imprudente da SIDCO de seus deveres e obrigações sob o Contrato de Distribuição. A SIDCO, suas afiliadas e diretores não têm nenhum papel na determinação das políticas de investimento ou quais títulos devem ser comprados ou vendidos pelo Trust ou pelos Fundos. O Distribuidor não é afiliado ao Trust, ao Consultor ou a qualquer bolsa de valores.

Além disso, o Consultor ou suas afiliadas podem, de tempos em tempos, e com seus próprios recursos, pagar, custear ou absorver custos relacionados à distribuição, incluindo pagamentos de seus próprios recursos ao SIDCO ou promover a venda de ações.

### **CUSTODIANTE E AGENTES DE TRANSFERÊNCIA**

Para o ETF Global X Robotics & Inteligência Artificial, o ETF Global X Cloud Computing, o ETF Global X Millennial Consumer, o ETF Global X Telemedicine & Digital Health, o Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, o Global X U.S. Infrastructure Development ETF, o Global X MLP ETF, o Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, o Global X Alternative Income ETF, o Global X Conscious Companies ETF, o Global X U.S. Preferred ETF, o Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, o Global X Adaptive U.S. Factor ETF, o Global X Variable Rate Preferred ETF, o Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF, Brown Brothers Harriman & Co. localizado em 50 Post Office Square, Boston, MA 02110, serve como custodiante dos ativos dos Fundos. Como custodiante, a BBH concordou em (1) fazer recebimentos e desembolsos de dinheiro em nome de cada Fundo, (2) coletar e receber todos os rendimentos e outros pagamentos e distribuições por conta dos investimentos da carteira de cada Fundo, (3) responder à correspondência de acionistas, corretores de valores mobiliários e outros relacionados às suas

funções; e (4) fazer relatórios periódicos aos Fundos sobre as operações dos Fundos. A BBH não exerce qualquer função de supervisão sobre a compra e venda de valores mobiliários. Como compensação por esses serviços, a BBH recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

Como agente de transferência, a BBH concordou em (1) emitir e resgatar Cotas de cada Fundo, (2) fazer distribuições de dividendos e outras distribuições aos cotistas de cada Fundo, (3) responder à correspondência dos acionistas e outros relacionados às suas funções; (4) manter contas de acionistas e (5) fazer relatórios periódicos aos Fundos. Como compensação por esses serviços, a BBH recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

Para todos os Fundos que não sejam o ETF Global X Robotics & Inteligência Artificial, o ETF Global X Cloud Computing, o ETF Global X Millennial Consumer, o ETF Global X Telemedicine & Digital Health, o Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, o Global X U.S. Infrastructure Development ETF, o Global X MLP ETF, o Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, o Global X Alternative Income ETF, o Global X Conscious Companies ETF, o Global X U.S. Preferred ETF, o Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, o Global X Adaptive U.S. Factor ETF, o Global X Variable Rate Preferred ETF, o Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF, The Bank of New York Mellon ("BNY Mellon"), localizado em 240 Greenwich Street, New York, New York 10286, é o custodiante dos títulos da carteira do Trust e dinheiro em nome de cada Fundo. O BNY Mellon pode nomear subcustodiantes nacionais e estrangeiros e usar depositários de tempos em tempos para manter títulos e outros instrumentos comprados pelo Trust em países estrangeiros e para manter dinheiro e moedas para o Trust em nome de cada Fundo.

O BNY Mellon também atua como agente de transferência do Trust em nome de cada Fundo para o qual atua como custodiante. De acordo com seu contrato de agência de transferência com o Trust, o BNY Mellon se comprometeu com o Trust a fornecer os seguintes serviços com relação a cada Fundo: (i) realizar e facilitar a realização de compras e resgates de Unidades de Criação, (ii) preparar e transmitir por meio do sistema escritural da Depository Trust Company ("DTC") pagamentos de dividendos e distribuições sobre ou com relação às Ações declaradas pelo Trust em nome de cada Fundo, conforme aplicável, (iii) preparar e entregar relatórios, informações e documentos, conforme especificado no Contrato de Agência de Transferência, (iv) executar os serviços habituais de um agente de transferência e agente de desembolso de dividendos, e (v) prestar certos outros serviços diversos, conforme especificado no Contrato de Agência de Transferência ou conforme acordado de outra forma.

## **AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

O Conselho de Curadores aprovou a participação de cada Fundo em um programa de empréstimo de títulos. Antes de 30 de junho de 2023, a BBH atuava como agente de empréstimo de títulos para os Fundos. De 30 de junho de 2023 até o presente, a BBH atua como agente de empréstimo de títulos para o ETF Global X Robotics & Inteligência Artificial, o ETF Global X Cloud Computing, o ETF Global X Millennial Consumer, o ETF Global X Telemedicine & Digital Health, o ETF Global X Autonomous & Electric Vehicles, o Global X U.S. Infrastructure Development ETF, o Global X MLP ETF, o Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, o Global X Alternative Income ETF, o Global X Conscious Companies ETF, o Global X U.S. Preferred ETF, o Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, o Global X Adaptive U.S. Factor ETF, o Global X Variable Rate Preferred ETF, o Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF.

De 30 de junho de 2023 até o presente, o BNY Mellon (juntamente com o BBH, cada um deles um "Agente de Empréstimo de Títulos") atua como agente de empréstimo de títulos para cada Fundo, exceto para o ETF Global X Robotics & Inteligência Artificial, o ETF Global X Cloud Computing, o ETF Global X Millennial Consumer, o ETF Global X Telemedicine & Digital Health, o Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF, o Global X U.S. Infrastructure Development ETF, o Global X MLP ETF, o Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, o Global X Alternative Income ETF, o Global X Conscious Companies ETF, o Global X U.S. Preferred ETF, o Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, o Global X Adaptive U.S. Factor ETF, o Global X Variable Rate Preferred ETF, o ETF Global X Adaptive U.S. Risk Management. BBH e BNY Mellon atuam como agentes de empréstimo de títulos para o Trust.

Para o exercício social encerrado em 30 de novembro de 2023, a receita total obtida pelos Fundos, bem como as taxas e/ou compensações pagas pelos Fundos (em dólares) de acordo com um contrato de empréstimo de títulos entre o Trust e cada Agente de Empréstimo de Valores Mobiliários foram os seguintes:

	ETF Global X Renda Alternativa	Global X Inteligência Artificial & Tecnologia ETF	ETF Global X Autônomo e Veículos Elétricos	Global X Blockchain ETF	Global X Cloud Computing ETF	Global X FinTech ETF
<b>Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos</b>	\$42.292,01	\$55.048,58	\$6.684.688,33	\$968.815,29	\$167.681,19	\$1.838.951,05
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da	\$1.223,32	\$1.635,33	\$726.966,44	\$125.201,22	\$5.316,44	\$190.683,68
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado) não	\$307,95	\$136,66	\$22.122,82	\$2.826,97	\$1.377,85	\$6.224,49
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	\$32.879,21	\$41.613,12	\$1.092.591,01	\$5.712,07	\$126.784,98	\$357.463,73
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—	—	—	—
<b>Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos</b>	\$34.410,48	\$43.385,11	\$1.841.680,27	\$133.740,26	\$133.479,27	\$554.371,90
<b>Resultado líquido das atividades de empréstimo de títulos</b>	\$7.881,53	\$11.663,47	\$4.843.008,06	\$835.075,03	\$34.201,92	\$1.284.579,15

	Global X Genomics & ETF Biotecnologia	ETF Global X Internet das Coisas	Global X Millennial Consumer ETF	Global X MLP e ETF de Infraestrutura de	Global X Robotics & ETF de Inteligência Artificial	Global X Solar ETF
<b>Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos</b>	\$91.494,98	\$217.304,99	\$28.019,50	\$348.616,75	\$7.843.867,56	\$57,29
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$3.977,07	\$18.072,81	\$2.255,97	\$13.668,14	\$876.494,57	\$1,43
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado)	\$493,11	\$1.239,57	\$152,86	\$2.332,99	\$27.201,35	—
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de	—	—	—	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de	—	—	—	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	\$55.311,92	73.566,04	10.667,46	243.476,74	1,101,584,93	\$42,93
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—	—	—	—
<b>Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos</b>	\$59.782,10	\$92.878,42	\$13.076,29	\$259.477,87	\$2.005.280,85	\$44,36
<b>Resultado líquido das atividades de empréstimo de</b>	\$31.712,88	\$124.426,57	\$14.943,21	\$89.138,88	\$5.838.586,71	\$12,93

	Global X Telemedicina & ETF Saúde Digital	ETF Global X Crescimento Temático	ETF Global X Desenvolve- mento de Infraestrutur a dos EUA	Global X U.S. Preferred ETF	Global X Video Games & Esports ETF	ETF Global X Energia Eólica
<b>Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos</b>	\$202.457,02	\$30.217,67	\$9.571,69	\$1.706.078,30	\$313.887,18	\$16,69
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$14.809,43	\$795,24	\$73,90	\$114.726,77	\$11.524,76	\$0,18
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado) não incluídas numa divisão de receitas	\$1.168,51	\$4,39	\$74,50	\$11.395,02	\$2.586,09	—
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	\$88.537,29	\$22.275,09	\$9.003,20	\$823.540,47	\$225.233,51	\$14,86
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—	—	—	—
<b>Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos</b>	\$104.515,23	\$23.074,72	\$9.151,60	\$949.662,26	\$239.344,36	\$15,04
<b>Resultado líquido das atividades de empréstimo de</b>	\$97.941,79	\$7.142,95	\$420,09	\$756.416,04	\$74.542,82	\$1,65

Os valores do lucro líquido das atividades de empréstimo de títulos refletidos nas tabelas acima podem diferir dos valores refletidos nas Demonstrações Operacionais no relatório anual de 30 de novembro de 2023. Os valores refletidos no relatório anual de 30 de novembro de 2023 são considerados estimativas no momento da elaboração das demonstrações financeiras.

Cada Agente de Empréstimo de Valores Mobiliários presta os seguintes serviços aos Fundos em conexão com suas atividades de empréstimo de títulos: (i) celebração de empréstimos sujeitos a diretrizes ou restrições fornecidas pelos Fundos; ii) criação e manutenção de contas de garantia; (iii) acompanhamento diário do valor dos títulos e garantias emprestados; (iv) buscar garantias adicionais, conforme necessário, dos mutuários e devolver garantias aos mutuários; v) receber e deter garantias dos mutuários e facilitar o investimento e o reinvestimento de garantias em numerário; (vi) negociação de condições de empréstimo; (vii) selecionar títulos a serem emprestados sujeitos a diretrizes ou restrições fornecidas pelos Fundos; (viii) manutenção de registros e manutenção de contas; (ix) monitorar a atividade de dividendos e procuração relativa a títulos emprestados; e (x) providenciar a devolução dos títulos emprestados aos Fundos no momento da rescisão do empréstimo.

## DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

A Declaração de Fideicomisso ("Declaração") permite que o Conselho emita um número ilimitado de ações integrais e fracionárias de interesse benéfico de uma ou mais séries separadas que representem interesses em uma ou mais carteiras de investimento. O Conselho de Curadores ou o Trust pode criar séries adicionais e cada série pode ser dividida em classes.

De acordo com os termos da Declaração, cada Cota de cada Fundo representa um interesse proporcional no Fundo específico com outra parcela de sua classe no mesmo Fundo e tem direito a tais dividendos e distribuições dos rendimentos pertencentes ao Fundo que são autorizados pelos Fiduciários e declarados pelo Truste. Em qualquer liquidação de um Fundo, os cotistas de cada classe de um Fundo têm o direito de compartilhar proporcionalmente os ativos líquidos pertencentes a essa classe disponíveis para distribuição. As ações não têm direito de preferência ou conversão. O direito de resgate está descrito no Prospecto. Além disso, de acordo com os termos da Lei de 1940, o direito de um acionista resgatar Ações e a data de pagamento por um Fundo podem ser suspensos por mais de sete dias (i) por qualquer período durante o qual a Bolsa de Valores de Nova York esteja fechada, exceto os fins de semana ou feriados habituais, ou a negociação nos mercados que o Fundo normalmente utiliza esteja fechada ou seja restrita, conforme determinado pela SEC, (ii) durante qualquer emergência, conforme determinado pela SEC, como resultado do qual não é razoavelmente praticável para tal Fundo dispor de instrumentos de sua propriedade ou determinar de forma justa o valor de seus ativos líquidos, ou (iii) por outro período que a SEC possa permitir por ordem para a proteção dos acionistas de tal Fundo. O Trust também pode suspender ou adiar o registro da transferência de suas ações mediante a ocorrência de qualquer uma das condições acima. Além disso, as Cotas de cada Fundo são resgatáveis por opção unilateral do Fundo. A Declaração permite ao Conselho alterar o número de Ações que constituem uma Unidade de Criação ou especificar que as ações

de interesse benéfico do Trust podem ser resgatadas individualmente. As ações, quando emitidas conforme descrito no Prospecto, são validamente emitidas, integralmente integralizadas e não avaliáveis. Por razões de economia e conveniência, não são emitidos certificados representativos de Cotas dos Fundos.

Após a criação da(s) Unidade(s) de Criação inicial(is) de um Fundo e imediatamente antes do início da negociação das Cotas desse Fundo, um detentor de Ações pode ser uma "pessoa de controle" do Fundo, conforme definido na Lei de 1940. Um Fundo não pode prever o período de tempo pelo qual um ou mais cotistas podem permanecer como uma pessoa de controle do Fundo.

Os recursos recebidos por cada Fundo para cada emissão ou venda de suas Ações, e todos os rendimentos líquidos de investimentos, ganhos realizados e não realizados e seus proventos, sujeitos apenas aos direitos dos credores desse Fundo, serão especificamente alocados e constituirão os ativos subjacentes desse Fundo. Os ativos subjacentes de cada Fundo serão segregados nos livros contábeis e serão cobrados com os passivos em relação a esse Fundo e com uma parte dos passivos gerais do Fundo. As despesas relativas aos Fundos são normalmente repartidas proporcionalmente ao NAV do respectivo Fundo, excepto nos casos em que as dotações de despesas directas possam ser efectuadas de outra forma.

Os acionistas têm direito a um voto para cada ação plena detida e votos fracionados proporcionais para ações fracionárias detidas. Os fundos do Trust com direito a voto em uma matéria votarão no agregado e não por fundo, exceto quando exigido por lei ou quando a matéria a ser votada afetar apenas os interesses dos acionistas de um determinado fundo ou classe.

A regra 18f-2 sob a Lei de 1940 prevê que qualquer matéria exigida pelas disposições da Lei de 1940 ou da lei estadual aplicável, ou de outra forma, a ser submetida aos detentores dos títulos votantes em circulação de uma empresa de investimento (como o Trust) não será considerada como tendo sido efetivamente atendida, a menos que aprovada pelos detentores da maioria das ações em circulação de cada carteira de investimento afetada por tal matéria. A regra 18f-2 prevê ainda que uma carteira de investimento será considerada afetada por uma questão, a menos que os interesses de cada carteira de investimento na matéria sejam substancialmente idênticos ou a matéria não afete qualquer interesse da carteira de investimento. Nos termos da Regra 18f-2, a aprovação de um Acordo de Consultoria de Investimento, de um plano de distribuição sujeito à Regra 12b-1 ao abrigo da Lei de 1940 ou de qualquer alteração na política de investimento fundamental só seria efetivamente aplicada em relação a uma carteira de investimentos se aprovada pela maioria das ações em circulação dessa carteira de investimentos. No entanto, a regra 18f-2 também prevê que a ratificação da nomeação de contabilistas independentes, a aprovação dos principais contratos de subscrição e a eleição de administradores estão isentas dos requisitos de votação em separado acima referidos.

O Trust não é obrigado a realizar reuniões anuais de acionistas e não pretende realizá-las. No caso de uma assembleia de acionistas, cada ação do Trust terá direito, conforme determinado pelos Administradores sem o voto ou consentimento dos acionistas, a um voto para cada ação representada por tais ações em todos os assuntos apresentados aos acionistas, incluindo a eleição de Administradores (este método de votação é referido como "voto baseado em dólares"). No entanto, na medida exigida pela Lei de 1940 ou determinada de outra forma pelos Administradores, as séries e classes do Trust votarão separadamente umas das outras. Os acionistas do Trust não têm direito de voto cumulativo na eleição de Trustees e, portanto, os detentores de mais de 50% do poder de voto agregado do Trust podem eleger todos os Trustees, independentemente do voto dos outros acionistas. As reuniões de acionistas do Trust, ou qualquer série ou classe destes, podem ser convocadas pelos Administradores, pelo Presidente ou Secretário do Trust ou mediante solicitação por escrito dos titulares de pelo menos a maioria das ações com direito a voto em tal reunião. Os acionistas do Trust terão direito a voto apenas com relação ao número limitado de assuntos especificados na Declaração e outros assuntos que os Administradores possam determinar ou possam ser exigidos por lei.

A Declaração autoriza os Fiduciários, sem aprovação dos acionistas (exceto conforme indicado no parágrafo seguinte), a fazer com que o Trust, ou qualquer série dele, se funda ou consolide com qualquer corporação, associação, trust ou outra organização ou venda ou permuta a totalidade ou substancialmente todos os bens pertencentes ao Trust, ou qualquer série deles. Além disso, os Administradores, sem aprovação dos acionistas, podem adotar uma estrutura "master-feeder", investindo substancialmente todos os ativos de uma série do Trust em títulos de outra empresa de investimento aberta ou carteira conjunta.

A Declaração também autoriza os Fiduciários, em conexão com a extinção ou outra reorganização do Trust ou de qualquer série ou classe por meio de fusão, consolidação, venda da totalidade ou substancialmente todos os ativos, ou de outra forma, a classificar

os acionistas de qualquer classe em um ou mais grupos separados e a prever o tratamento diferenciado das ações detidas pelos diferentes grupos, desde que tal extinção ou reorganização seja aprovada pela maioria dos títulos com direito a voto em circulação (conforme definido na Lei de 1940) de cada grupo de acionistas assim classificados.

A Declaração permite que os Administradores alterem a Declaração sem o voto dos acionistas. No entanto, os acionistas do Trust têm o direito de votar em qualquer alteração: (i) que afete negativamente os direitos de voto dos acionistas especificados na Declaração; (ii) que seja obrigada por lei a ser aprovada pelos acionistas; (iii) à seção de alteração da Declaração; ou (iv) que os administradores decidam submeter aos acionistas.

A Declaração permite a rescisão do Trust ou de qualquer série ou classe do Trust: (i) pelo voto da maioria dos acionistas afetados em uma reunião de acionistas do Trust, série ou classe; ou (ii) pelo voto da maioria dos Administradores sem aprovação dos acionistas, se os Fiduciários determinarem que tal ação é do melhor interesse do Fideicomisso ou de seus acionistas. Os fatores e eventos que os Fiduciários podem levar em conta ao fazer tal determinação incluem: (i) a incapacidade do Trust ou de qualquer série ou classe de manter seus ativos em um tamanho apropriado; (ii) alterações nas leis ou regulamentos que regem o Trust, ou qualquer série ou classe destes, ou que afetem ativos do tipo em que investe; ou (iii) desenvolvimentos ou tendências econômicas que tenham um impacto adverso significativo em seus negócios ou operações.

No caso de uma rescisão do Trust ou de um Fundo, o Conselho, a seu exclusivo critério, poderia determinar permitir que as ações fossem resgatáveis em agregações menores do que as Agregações de Unidade de Criação ou que fossem resgatáveis individualmente. Em tal circunstância, o Trust pode fazer resgates em espécie, por dinheiro ou por uma combinação de dinheiro ou títulos.

A Declaração estabelece que os Fiduciários não serão responsáveis perante qualquer outra pessoa que não seja o Trust ou um acionista e que um Trustee não será responsável por qualquer ato como Trustee. Além disso, sujeito à lei federal aplicável, nenhuma pessoa que seja ou tenha sido um Administrador ou diretor do Trust será responsável perante o Trust ou qualquer acionista por danos em dinheiro, exceto por responsabilidade resultante de (a) recebimento efetivo de um benefício ou lucro indevido em dinheiro, propriedade ou serviços ou (b) desonestidade ativa e deliberada estabelecida por uma sentença final e que seja material para a causa da ação. No entanto, nada na Declaração protege um Administrador contra qualquer responsabilidade a que ele ou ela estaria sujeito por motivo de prevaricação intencional, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente dos deveres envolvidos na condução de seu cargo. A Declaração prevê a indenização dos Fiduciários e diretores do Trust, a menos que o indenizado seja responsável perante o Trust ou qualquer acionista em razão de dolo eventual, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente dos deveres envolvidos na condução do cargo de tal pessoa.

A Declaração prevê que cada acionista, em virtude de se tornar tal, será considerado como tendo expressamente concordado e concordado com os termos da Declaração.

A Declaração prevê que um acionista do Trust só pode propor uma ação derivativa em nome do Trust se as seguintes condições forem atendidas: (i) o acionista era acionista no momento da ação reclamada; (ii) o acionista era acionista no momento da demanda; (iii) o acionista deve exigir aos Fiduciários antes de iniciar uma ação derivativa em nome do Trust; (iv) quaisquer acionistas que detenham pelo menos 10% das ações em circulação do Trust (ou 10% das ações em circulação da série ou classe a que tal ação se refere) devem se juntar ao pedido para que os Administradores iniciem tal ação; e (v) os administradores devem ter um tempo razoável para considerar tal solicitação dos acionistas e investigar a base de tal reivindicação. A Declaração também prevê que nenhuma pessoa, além dos Fiduciários, que não seja acionista de uma determinada série ou classe terá o direito de mover qualquer ação derivada, ação ou outro processo em nome ou com relação a tal série ou classe. Os Fiduciários terão o direito de reter advogados ou outros consultores na consideração do mérito do pedido e exigirão um compromisso dos acionistas que fizerem tal solicitação de reembolsar o Trust pelas despesas de tais consultores no caso de os Curadores decidirem não mover tal ação.

The term "majority of the outstanding shares" of either the Trust or a particular fund or investment portfolio means, with respect to the approval of an Investment Advisory Agreement, a distribution plan or a change in the fundamental investment policy, the vote of the lesser of (i) 67% or more of the shares of the Trust or such fund or portfolio present at a meeting, if the holders of

more than 50% of the outstanding shares of the Trust or such fund or portfolio are present or represented by proxy, or (ii) more than 50% of the outstanding shares of the Trust or such fund or portfolio.

## **BOOK-ENTRY ONLY SYSTEM**

The following information supplements and should be read in conjunction with the "Shareholder Information" section in the Prospectus. The Depository Trust Company ("DTC") acts as Securities Depository for the shares of the Trust. Shares of each Fund are represented by securities registered in the name of DTC or its nominee and deposited with, or on behalf of, DTC.

DTC, a limited-purpose trust company, was created to hold securities of its participants ("DTC Participants") and to facilitate the clearance and settlement of securities transactions among the DTC Participants in such securities through electronic book-entry changes in accounts of the DTC Participants, thereby eliminating the need for physical movement of securities' certificates. DTC Participants include securities brokers and dealers, banks, trust companies, clearing corporations and certain other organizations, some of whom (and/or their representatives) own DTC. More specifically, DTC is a subsidiary of the Depository Trust and Clearing Corporation ("DTCC"), which is owned by its member firms, including international broker/dealers, correspondent and clearing banks, mutual fund companies and investment banks. Access to the DTC system is also available to others such as banks, brokers, dealers and Trust companies that clear through or maintain a custodial relationship with a DTC Participant, either directly or indirectly ("Indirect Participants").

Beneficial ownership of shares is limited to DTC Participants, Indirect Participants and persons holding interests through DTC Participants and Indirect Participants. Ownership of beneficial interests in shares (owners of such beneficial interests are referred to herein as "Beneficial Owners") is shown on, and the transfer of ownership is effected only through, records maintained by DTC (with respect to DTC Participants) and on the records of DTC Participants (with respect to Indirect Participants and Beneficial Owners that are not DTC Participants). Beneficial Owners will receive from or through the DTC Participant a written confirmation relating to their purchase of shares. The laws of some jurisdictions may require that certain purchasers of securities take physical delivery of such securities in definitive form. Such laws may impair the ability of certain investors to acquire beneficial interests in shares.

Beneficial Owners of shares are not entitled to have shares registered in their names, will not receive or be entitled to receive physical delivery of certificates in definitive form and are not considered the registered holder thereof. Accordingly, each Beneficial Owner must rely on the procedures of DTC, the DTC Participant and any Indirect Participant through which such Beneficial Owner holds its interests, to exercise any rights of a holder of shares. The Trust understands that under existing industry practice, in the event the Trust requests any action of holders of shares, or a Beneficial Owner desires to take any action that DTC, as the record owner of all outstanding shares, is entitled to take, DTC would authorize the DTC Participants to take such action and that the DTC Participants would authorize the Indirect Participants and Beneficial Owners acting through such DTC Participants to take such action and would otherwise act upon the instructions of Beneficial Owners owning through them. As described above, the Trust recognizes DTC or its nominee as the owner of all shares for all purposes.

Conveyance of all notices, statements and other communications to Beneficial Owners is effected as follows. Pursuant to the Depository Agreement between the Trust and DTC, DTC is required to make available to the Trust upon request and for a fee to be charged to the Trust a listing of the share holdings of each DTC Participant. The Trust shall inquire of each such DTC Participant as to the number of Beneficial Owners holding shares of the Funds, directly or indirectly, through such DTC Participant. The Trust shall provide each such DTC Participant with copies of such notice, statement or other communication, in such form, number and at such place as such DTC Participant may reasonably request, in order that such notice, statement or communication may be transmitted by such DTC Participant, directly or indirectly, to such Beneficial Owners. In addition, the Trust shall pay to each such DTC Participant a fair and reasonable amount as reimbursement for the expenses attendant to such transmittal, all subject to applicable statutory and regulatory requirements.

Share distributions shall be made to DTC or its nominee, Cede & Co., as the registered holder of all shares of the Trust. DTC or its nominee, upon receipt of any such distributions, shall credit immediately DTC Participants' accounts with payments in amounts proportionate to their respective beneficial interests in shares as shown on the records of DTC or its nominee. Payments by DTC



Participants to Indirect Participants and Beneficial Owners of shares held through such DTC Participants will be governed by standing instructions and customary practices, as is now the case with securities held for the accounts of customers in bearer form or registered in a "street name," and will be the responsibility of such DTC Participants. The Trust has no responsibility or liability for any aspects of the records relating to or notices to Beneficial Owners, or payments made on account of beneficial ownership interests in such shares, or for maintaining, supervising or reviewing any records relating to such beneficial ownership interests or for any other aspect of the relationship between DTC and the DTC Participants or the relationship between such DTC Participants and the Indirect Participants and Beneficial Owners owning through such DTC Participants.

DTC may determine to discontinue providing its service with respect to shares of the Trust at any time by giving reasonable notice to the Trust and discharging its responsibilities with respect thereto under applicable law. Under such circumstances, the Trust shall take action either to find a replacement for DTC to perform its functions at a comparable cost or, if such a replacement is unavailable, to issue and deliver printed certificates representing ownership of shares, unless the Trust makes other arrangements with respect thereto satisfactory to the Exchange on which shares are listed.

## PURCHASE AND REDEMPTION OF CREATION UNITS

### TRANSACTIONS IN CREATION UNITS

Each Fund may issue or redeem Creation Units in return for a "custom basket" or a "standard basket" of cash and/or securities that the Fund specifies any Business Day (defined below). A custom basket is defined as either (i) a basket that is composed of a nonrepresentative selection of the exchange-traded fund's portfolio holdings; or (ii) a representative basket that is different from the initial basket used in transactions on the same business day. A standard basket is a basket of securities, assets or other positions that is generally representative of a Fund's portfolio in exchange for which an exchange-traded fund issues (or in return for which it redeems) creation units.

All standard and custom baskets will be governed by the Trust's written policies and procedure for basket creation, including (with respect to custom baskets): (i) detailed parameters for the construction and acceptance of custom baskets that are in the best interest of the Fund and its shareholders, including the process for any revisions to, or deviations from, those parameters; and (ii) a specification of the titles or roles of the employees of the Adviser who are required to review each custom basket for compliance with those parameters.

### CREATION UNIT AGGREGATIONS

The Trust issues and sells Shares of each Fund only in Creation Unit Aggregations. The Board reserves the right to declare a split or a consolidation in the number of shares outstanding of any fund of the Trust, and to make a corresponding change in the number of shares constituting a Creation Unit, in the event that the per share price in the secondary market rises (or declines) to an amount that falls outside the range deemed desirable by the Board.

### PURCHASE AND ISSUANCE OF CREATION UNIT AGGREGATIONS

**General.** The Trust issues and sells Shares of each Fund only in Creation Units on a continuous basis through the Distributor, without a sales load, at the Fund's NAV next determined after receipt, on any Business Day (as defined herein), of an order in proper form.

A "Business Day" with respect to each Fund is any day on which the NYSE is open for business. As of the date of this SAI, the NYSE observes the following holidays: New Year's Day, Martin Luther King, Jr. Day, Presidents' Day, Good Friday, Memorial Day, Juneteenth National Independence Day, Independence Day, Labor Day, Thanksgiving Day and Christmas Day.

**Portfolio Deposit.** The consideration for purchase of a Creation Unit of Shares of a Fund generally consists of the in-kind deposit of a designated portfolio of securities (the "Deposit Securities") constituting an optimized representation of the Fund's Underlying Index and an amount of cash in U.S. dollars computed as described below (the "Cash Component"). Together, the Deposit

Securities and the Cash Component constitute the "Portfolio Deposit," which represents the minimum initial and subsequent investment amount for a Creation Unit of such Fund. The Cash Component is an amount equal to the Balancing Amount (as defined below). The "Balancing Amount" is an amount equal to the difference between (x) the net asset value (per Creation Unit) of a Fund and (y) the "Deposit Amount" which is the market value (per Creation Unit) of the Deposit Securities. The Balancing Amount serves the function of compensating for any differences between the net asset value per Creation Unit and the Deposit Amount. If the Balancing Amount is a positive number (*i.e.*, the net asset value per Creation Unit is more than the Deposit Amount), the Authorized Participant will deliver the Balancing Amount. If the Balancing Amount is a negative number (*i.e.*, the net asset value per Creation Unit is less than the Deposit Amount), the Authorized Participant will receive the Balancing Amount. Payment of any stamp duty or other similar fees and expenses payable upon transfer of beneficial ownership of the Deposit Securities shall be the sole responsibility of the Authorized Participant that purchased the Creation Unit. The Authorized Participant must ensure that all Deposit Securities properly denote change in beneficial ownership.

The Adviser makes available through the NSCC on each Business Day, prior to the opening of business on the relevant Exchange (currently 9:30 a.m., Eastern Time), the list of the names and the required number of shares of each Deposit Security to be included in the current Portfolio Deposit (based on information at the end of the previous Business Day) for each Fund. Such Portfolio Securities are applicable, subject to any adjustments as described below, to purchases of Creation Units of a given Fund until such time as the next-announced Deposit Securities composition is made available.

The identity and number of shares of the Deposit Securities required for a Portfolio Deposit for each Fund changes pursuant to changes in the composition of the Fund's portfolio and as rebalancing adjustments and corporate action events are reflected from time to time by the Adviser with a view to the investment objective of the Fund. The composition of the Deposit Securities may also change in response to adjustments to the weighting or composition of the securities constituting the Underlying Index.

In addition, the Trust reserves the right to permit or require the substitution of an amount of cash (that is a "cash in lieu" amount) to be added to the Cash Component to replace any Deposit Security which may not be available in sufficient quantity for delivery or that may not be eligible for transfer through the systems of DTC or the clearing process or for other similar reasons. The Trust also reserves the right to permit or require a cash in lieu amount where the delivery of Deposit Securities by the Authorized Participant would be restricted under the securities laws or where delivery of Deposit Securities to the Authorized Participant would result in the disposition of Deposit Securities by the Authorized Participant becoming restricted under the securities laws, and in certain other situations. The adjustments described above will reflect changes, known to the Adviser on the date of announcement to be in effect by the time of delivery of the Portfolio Deposit, in the composition of the Underlying Index, or resulting from stock splits and other corporate actions.

In addition to the list of names and numbers of securities constituting the current Deposit Securities of a Portfolio Deposit, on each Business Day, the Cash Component effective through and including the previous Business Day, per outstanding Creation Unit of each Fund, will be made available.

**Role of the Authorized Participant.** Creation Units of shares may be purchased only by or through a DTC Participant that has entered into an Authorized Participant Agreement with the Distributor. Such Authorized Participant will agree pursuant to the terms of such Authorized Participant Agreement on behalf of itself or any investor on whose behalf it will act, as the case may be, to certain conditions, including that such Authorized Participant will make available in advance of each purchase of Creation Units an amount of cash sufficient to pay the Cash Component, once the NAV of a Creation Unit is next determined after receipt of the purchase order in proper form, together with the transaction fee described below. The Authorized Participant may require the investor to enter into an agreement with such Authorized Participant with respect to certain matters, including payment of the Cash Component. Investors who are not Authorized Participants must make appropriate arrangements with an Authorized Participant. Investors should be aware that their particular broker may not be a DTC Participant or may not have executed an Authorized Participant Agreement, and that therefore orders to purchase Creation Units may have to be placed by the investor's broker through an Authorized Participant. As a result, purchase orders placed through an Authorized Participant may result in additional charges to such investor. The Trust does not expect to enter into an Authorized Participant Agreement with more than a small number of DTC Participants that have international capabilities. A list of the current Authorized Participants may be obtained from the Distributor.

**Purchase Order.** To initiate an order for a Creation Unit of shares of a Fund, the Authorized Participant must submit to the Distributor an irrevocable order to purchase Shares of a Fund. With respect to a Fund, the Distributor will notify the Adviser and the Custodian of such order. The Custodian will then provide such information to the appropriate local sub-custodian(s). The Custodian shall cause the appropriate local sub-custodian(s) of a Fund to maintain an account into which the Authorized Participant shall deliver, on behalf of itself or the party on whose behalf it is acting, the securities included in the designated Portfolio Deposit (or the cash value of all or a part of such securities, in the case of a permitted or required cash purchase or cash in lieu amount), with any appropriate adjustments as advised by the Trust. Deposit Securities must be delivered to an account maintained at the applicable local sub-custodian. Those placing orders to purchase Creation Units through an Authorized Participant should allow sufficient time to permit proper submission of the purchase order to the Distributor by the cut-off time (as described below) on such Business Day.

The Authorized Participant must also make available on or before the contractual settlement date, by means satisfactory to the Trust, immediately available or same day funds in U.S. dollars estimated by the Trust to be sufficient to pay the Cash Component next determined after acceptance of the purchase order, together with the applicable purchase transaction fee. Any excess funds will be returned following settlement of the issue of the Creation Unit. Those placing orders should ascertain the applicable deadline for cash transfers by contacting the operations department of the broker or depository institution effectuating the transfer of the Cash Component. This deadline is likely to be significantly earlier than the closing time of the regular trading session on the Exchange.

Investors should be aware that an Authorized Participant may require orders for purchases of shares placed with it to be in the particular form required by the individual Authorized Participant.

**Timing of Submission of Purchase Orders.** An Authorized Participant must submit an irrevocable purchase order no later than the earlier of (i) 4:00 p.m., Eastern Time or (ii) the closing time of the trading session on the relevant Fund's Exchange, on any Business Day in order to receive that Business Day's NAV.

**Acceptance of Purchase Order.** Subject to the conditions that (i) an irrevocable purchase order has been submitted by the Authorized Participant (either on its own or another investor's behalf) and (ii) arrangements satisfactory to the Trust are in place for payment of the Cash Component and any other cash amounts which may be due, the Trust will accept the order, subject to its right (and the right of the Distributor and the Adviser) to reject any order until acceptance.

Once the Trust has accepted an order, upon next determination of the NAV of the shares, the Trust will confirm the issuance of a Creation Unit of the Fund, against receipt of payment, at such NAV. The Distributor will then transmit a confirmation of acceptance to the Authorized Participant that placed the order.

The SEC has expressed the view that a suspension of creations that impairs the arbitrage mechanism applicable to the trading of ETF shares in the secondary market is inconsistent with Rule 6c-11 under the 1940 Act. The SEC's position does not prohibit the suspension or rejection of creations in all instances. The Trust reserves the right, to the extent consistent with the provisions of Rule 6c-11 under the 1940 Act and the SEC's position, to reject or revoke acceptance of a purchase order transmitted to it by the Distributor in respect of any Fund including instances in which: (a) the order is not in proper form; (b) the investor(s), upon obtaining the shares ordered, would own 80% or more of the currently outstanding shares of any Fund; (c) the Deposit Securities delivered do not conform to the identify and number of shares disseminated through the facilities of the NSCC for that date by the Adviser, as described above; (d) the acceptance of the Portfolio Deposit would, in the opinion of counsel, be unlawful; or (e) in the event that circumstances outside the control of the Trust, the Distributor and the Adviser make it for all practical purposes impossible to process purchase orders. Examples of such circumstances include acts of God; public service or utility problems resulting in telephone, telecopy or computer failures; fires, floods or extreme weather conditions; market conditions or activities causing trading halts; systems failures involving computer or other informational systems affecting the Trust, the Distributor, DTC, NSCC, the Adviser, the Custodian, a sub-custodian or any other participant in the creation process; and similar extraordinary events. The Trust shall notify a prospective purchaser and/or the Authorized Participant acting on behalf of such person of its rejection of the order of such person. The Trust, the Custodian, any sub-custodian and the Distributor are under no duty, however,

to give notification of any defects or irregularities in the delivery of Portfolio Deposits nor shall either of them incur any liability for the failure to give any such notification.

**Issuance of a Creation Unit.** Except as provided herein, a Creation Unit of shares of a Fund will not be issued until the transfer of good title to the Trust of the Deposit Securities and the payment of the Cash Component have been completed. When the applicable local sub-custodian(s) have confirmed to the Custodian that the required securities included in the Portfolio Deposit (or the cash value thereof) have been delivered to the account of the applicable local sub-custodian or sub-custodians, the Distributor and the Adviser shall be notified of such delivery, and the Trust will issue and cause the delivery of the Creation Unit. Creation Units typically are issued on a "T+2 basis" (that is, two Business Days after trade date). However, as discussed in this SAI, a Fund reserves the right to settle redemption transactions and deliver redemption proceeds related to "foreign investments" (i.e., any security, asset or other position of the Fund issued by a foreign issuer that is traded on a trading market outside of the United States) in excess of seven days with settlement as soon as practicable, but in no event later than 15 days after the tender of shares for redemption in order to accommodate local market holidays, or series of consecutive holidays, or the extended delivery cycles for transferring foreign investments.

To the extent contemplated by an Authorized Participant's agreement with the Distributor, the Trust will issue Creation Units to such Authorized Participant notwithstanding the fact that the corresponding Portfolio Deposits have not been received in part or in whole, in reliance on the undertaking of the Authorized Participant to deliver the missing Deposit Securities as soon as possible, which undertaking shall be secured by such Authorized Participant's delivery and maintenance of collateral having a value equal to 110%, which the Adviser may change from time to time, of the value of the missing Deposit Securities in accordance with the Trust's then-effective procedures. Such collateral must be delivered no later than 2:00 p.m., Eastern Time, on the contractual settlement date. The only collateral that is acceptable to the Trust is cash in U.S. Dollars or an irrevocable letter of credit in form, and drawn on a bank, that is satisfactory to the Trust. The cash collateral posted by the Authorized Participant may be invested at the risk of the Authorized Participant, and income, if any, on invested cash collateral will be paid to that Authorized Participant. Information concerning the Trust's current procedures for collateralization of missing Deposit Securities is available from the Distributor. The Authorized Participant Agreement will permit the Trust to buy the missing Deposit Securities at any time and will subject the Authorized Participant to liability for any shortfall between the cost to the Trust of purchasing such securities and the cash collateral or the amount that may be drawn under any letter of credit.

In certain cases, Authorized Participants will create and redeem Creation Units on the same trade date. In these instances, the Trust reserves the right to settle these transactions on a net basis. All questions as to the number of shares of each security in the Deposit Securities and the validity, form, eligibility and acceptance for deposit of any securities to be delivered shall be determined by the Trust, and the Trust's determination shall be final and binding.

**Cash Purchase Method.** When cash purchases of Creation Units are available or specified for a Fund, they will be effected in essentially the same manner as in-kind purchases thereof. In addition, the Trust may in its discretion make Creation Units of any of the other funds available for purchase and redemption in U.S. dollars. In the case of a cash purchase, the investor must pay the cash equivalent of the Deposit Securities it would otherwise be required to provide through an in-kind purchase, plus the same Cash Component required to be paid by an in-kind purchaser. In addition, to offset the Trust's brokerage and other transaction costs associated with using the cash to purchase the requisite Deposit Securities, the investor will be required to pay a fixed purchase transaction fee, plus an additional variable charge for cash purchases, which is expressed as a percentage of the value of the Deposit Securities. The transaction fees for in-kind and cash purchases of Creation Units are described below.

**Purchase Transaction Fee.** A standard creation transaction fee is imposed to offset the transfer, processing and other transaction costs associated with the issuance of Creation Units. The standard creation transaction fee is charged on each Creation Unit created by an Authorized Participant on the day of the transaction. The standard creation transaction fee is generally fixed at the amount shown in the table regardless of the number of Creation Units being purchased, but may be reduced by each Fund if transfer and processing expenses associated with the creation are anticipated to be lower than the stated fee. In the case of cash creations or where a Fund permits or requires an Authorized Participant to substitute cash in lieu of depositing a portion of the Deposit Securities, the Authorized Participant may be assessed an additional variable charge to compensate the Funds for the costs associated with purchasing the applicable securities. As a result, in order to seek to replicate the in-kind creation order

process, the Funds expect to purchase, in the secondary market or to otherwise gain exposure to, the portfolio securities that could have been delivered as a result of an in-kind creation order pursuant to local law or market convention, or for other reasons ("Market Purchases"). In such cases where a Fund makes Market Purchases, the Authorized Participant will reimburse the Fund for, among other things, any difference between the market value at the which the securities and/or financial instruments were purchased by the Fund and the cash in lieu amount (which amount, at the Adviser's discretion, may be capped), applicable registration fees, brokerage commissions and certain taxes. The Adviser may adjust the transaction fee to the extent the composition of the creation securities changes or cash in lieu is added to the Cash Component to protect ongoing shareholders. Authorized Participants are also responsible for the costs of transferring the Deposit Securities to the Funds. Investors who use the services of a broker or other financial intermediary to acquire Fund shares may be charged a fee for such services. The following table sets forth each Fund's standard creation transaction fees. The fees may be waived for a Fund until it reaches a certain asset size.

Fund	Standard Fee for In-Kind and Cash Purchases
Global X MLP ETF	\$100
Global X MLP & Energy Infrastructure ETF	\$250
Global X Alternative Income ETF	\$250
Global X Millennial Consumer ETF	\$300
Global X Aging Population ETF	\$300
Global X Conscious Companies ETF	\$500
Global X FinTech ETF	\$250
Global X Internet of Things ETF	\$250
Global X Robotics & Artificial Intelligence ETF	400
Global X U.S. Infrastructure Development ETF	\$300
Global X U.S. Preferred ETF	\$650
Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF	\$700
Global X Artificial Intelligence & Technology ETF	\$300
Global X S&P 500® Quality Dividend ETF	\$250
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	\$600
Global X Genomics & Biotechnology ETF	\$250
Global X Cloud Computing ETF	\$250
Global X Cybersecurity ETF	\$250
Global X Thematic Growth ETF	\$250
Global X Video Games & Esports ETF	\$300
Global X Variable Rate Preferred ETF	\$250
Global X Telemedicine & Digital Health ETF	\$250
Global X CleanTech ETF	\$250
Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (formerly known as the Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF)	\$250
Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF	\$1300*
Global X Clean Water ETF	\$250
Global X AgTech & Food Innovation ETF	\$250
Global X Blockchain ETF	\$250
Global X Hydrogen ETF	\$250
Global X Solar ETF	\$400
Global X Wind Energy ETF	\$300
Global X PropTech ETF	\$250
Global X 1-3 Month T-Bill ETF	\$250
Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF	\$250

Fund	Standard Fee for In-Kind and Cash Purchases
Global X Defense Tech ETF	\$250

*\*The standard creation transaction fee will be \$200 when the Fund Deposit Securities include only U.S. Treasury Obligations.*

## REDEMPTION OF CREATION UNITS

Shares of a Fund may be redeemed only in Creation Units at its NAV next determined after receipt of a redemption request in proper form by the Distributor. The Trust will not redeem shares in amounts less than Creation Units. Beneficial owners also may sell Shares in the secondary market, but must accumulate enough Shares to constitute a Creation Unit in order to have such Shares redeemed by the Trust. There can be no assurance, however, that there will be sufficient liquidity in the public trading market at any time to permit assembly of a Creation Unit. Investors should expect to incur brokerage and other costs in connection with assembling a sufficient number of Shares to constitute a redeemable Creation Unit.

With respect to each Fund, the Adviser makes available through the NSCC prior to the opening of business on the Exchange (currently 9:30 a.m., Eastern Time) on each Business Day, the identity and number of shares that will be applicable (subject to possible amendment or correction) to redemption requests received in proper form (as defined below) on that day ("Portfolio Securities"). Portfolio Securities received on redemption may not be identical to Deposit Securities that are applicable to creation of Creation Units. Unless cash redemptions are available or specified for a Fund, the redemption proceeds for a Creation Unit generally consist of Portfolio Securities on the Business Day of the request for redemption, plus cash in an amount equal to the difference between the NAV of the shares being redeemed, as next determined after a receipt of a request in proper form, and the value of the Portfolio Securities, less the redemption transaction fee described below. The redemption transaction fee described below is deducted from such redemption proceeds.

A fixed redemption transaction fee payable to the custodian is imposed on each redemption transaction. Redemptions of Creation Units for cash are required to pay an additional variable charge to compensate the relevant Fund for brokerage and market impact expenses relating to disposing of portfolio securities. The redemption transaction fee for redemptions in-kind and for cash and the additional variable charge for cash redemptions (when cash redemptions are available or specified) are listed in the table below. Investors will also bear the costs of transferring the Portfolio Deposit from the Trust to their account or on their order. Investors who use the services of a broker or other such intermediary may be charged a fee for such services.

Fund	Standard Fee for In-Kind and Cash Redemptions	Maximum Additional Variable Charge for Cash Redemptions*
Global X MLP ETF	\$100	2%
Global X MLP & Energy Infrastructure ETF	\$250	2%
Global X Alternative Income ETF	\$250	2%
Global X Millennial Consumer ETF	\$300	2%
Global X Aging Population ETF	\$300	2%
Global X Conscious Companies ETF	\$500	2%
Global X FinTech ETF	\$250	2%
Global X Internet of Things ETF	\$250	2%
Global X Robotics & Artificial Intelligence ETF	400	2%
Global X U.S. Infrastructure Development ETF	\$300	2%
Global X U.S. Preferred ETF	\$650	2%
Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF	\$700	2%
Global X Artificial Intelligence & Technology ETF	\$300	2%
Global X S&P 500® Quality Dividend ETF	\$250	2%
Global X Adaptive U.S. Factor ETF	\$600	2%
Global X Genomics & Biotechnology ETF	\$250	2%

<b>Fund</b>	<b>Standard Fee for In-Kind and Cash Redemptions</b>	<b>Maximum Additional Variable Charge for Cash Redemptions*</b>
Global X Cloud Computing ETF	\$250	2%
Global X Cybersecurity ETF	\$250	2%
Global X Thematic Growth ETF	\$250	2%
Global X Video Games & Esports ETF	\$300	2%
Global X Variable Rate Preferred ETF	\$250	2%
Global X Telemedicine & Digital Health ETF	\$250	2%
Global X CleanTech ETF	\$250	2%
Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (formerly known as the Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF)	\$250	2%
Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF	\$1300**	2%
Global X Clean Water ETF	\$250	2%
Global X AgTech & Food Innovation ETF	\$250	2%
Global X Blockchain ETF	\$250	2%
Global X Hydrogen ETF	\$250	2%
Global X Solar ETF	\$400	2%
Global X Wind Energy ETF	\$300	2%
Global X PropTech ETF	\$250	2%
Global X 1-3 Month T-Bill ETF	\$250	2%
Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF	\$250	2%
Global X Defense Tech ETF	\$250	2%

\* As a percentage of the net asset value per Creation Unit, inclusive of the standard redemption transaction fee.

\*\* The standard redemption transaction fee will be \$200 when the portfolio securities include only U.S. Treasury Obligations.

Redemption requests in respect of Creation Units must be submitted to the Distributor by or through an Authorized Participant. Investors other than Authorized Participants are responsible for making arrangements for a redemption request through an Authorized Participant. An Authorized Participant must submit an irrevocable redemption request no later than the earlier of (i) 4:00 p.m., Eastern Time or (ii) the closing time of the trading session on the relevant Fund's Exchange, on any Business Day in order to receive that Business Day's NAV.

The Distributor will provide a list of current Authorized Participants upon request. The Authorized Participant must transmit the request for redemption, in the form required by the Trust, to the Distributor in accordance with procedures set forth in the Authorized Participant Agreement. Investors should be aware that their particular broker may not have executed an Authorized Participant Agreement, and that, therefore, requests to redeem Creation Units may have to be placed by the investor's broker through an Authorized Participant who has executed an Authorized Participant Agreement. At any given time there will be only a limited number of broker-dealers that have executed an Authorized Participant Agreement. Investors making a redemption request should be aware that such request must be in the form specified by such Authorized Participant. Investors making a request to redeem Creation Units should allow sufficient time to permit proper submission of the request by an Authorized Participant and transfer of the shares to the Trust's Transfer Agent; such investors should allow for the additional time that may be required to effect redemptions through their banks, brokers or other financial intermediaries if such intermediaries are not Authorized Participants.

Orders to redeem Creation Unit Aggregations of Funds based on foreign indexes must be delivered through an Authorized Participant that has executed an Authorized Participant Agreement. Investors other than Authorized Participants are responsible for making arrangements for a redemption request to be made through an Authorized Participant. An order to redeem Creation Unit Aggregations of a Fund is deemed received by the Trust on the Business Day if: (i) such order is received by the Fund's distributor not later than the closing time of the applicable Exchange on the applicable Business Day; (ii) such order is accompanied or followed by the requisite number of Shares of the Fund specified in such order, which delivery must be made

through DTC to the Fund's custodian no later than 10:00 a.m., Eastern Time, on the next Business Day following the day the order was transmitted; and (iii) all other procedures set forth in the Authorized Participant Agreement are properly followed. Deliveries of Fund securities to redeeming investors generally will be made within two Business Days. Due to the schedule of holidays in certain countries, however, the delivery of in-kind redemption proceeds for a Fund may take longer than two Business Days after the day on which the redemption request is received in proper form. In such cases, settlement will occur as soon as practicable, but in any event no longer than fifteen days after the tender of Shares is received in proper form.

A redemption request is considered to be in "proper form" if (i) an Authorized Participant has transferred or caused to be transferred to the Trust's Transfer Agent the Creation Unit of Shares being redeemed through the book-entry system of DTC so as to be effective by the relevant Exchange closing time on any Business Day and (ii) a request in form satisfactory to the Trust is received by the Distributor from the Authorized Participant on behalf of itself or another redeeming investor within the time periods specified above. If the Transfer Agent does not receive the investor's shares through DTC's facilities by 10:00 a.m., Eastern Time, on the Business Day next following the day that the redemption request is received, the redemption request shall be rejected. Investors should be aware that the deadline for such transfers of Shares through the DTC system may be significantly earlier than the close of business on the relevant Exchange. Those making redemption requests should ascertain the deadline applicable to transfers of shares through the DTC system by contacting the operations department of the broker or depository institution effecting the transfer of the shares.

Upon receiving a redemption request, the Distributor shall notify the Trust and the Trust's Transfer Agent of such redemption request. The tender of an investor's Shares for redemption and the distribution of the cash redemption payment in respect of Creation Units redeemed will be effected through DTC and the relevant Authorized Participant to the beneficial owner thereof as recorded on the book-entry system of DTC or the DTC Participant through which such investor holds, as the case may be, or by such other means specified by the Authorized Participant submitting the redemption request.

In connection with taking delivery of shares of Portfolio Securities upon redemption of shares of a Fund, a redeeming Beneficial Owner, or Authorized Participant acting on behalf of such Beneficial Owner, must maintain appropriate security arrangements with a qualified broker-dealer, bank or other custody providers in each jurisdiction in which any of the Portfolio Securities are customarily traded, to which account such Portfolio Securities will be delivered.

Deliveries of redemption proceeds by the Fund generally will be made within two Business Days (that is "T+2"). However, the Fund reserves the right, including under stressed market conditions, to take up to seven days after the receipt of a redemption request to pay an Authorized Participant, all as permitted by the 1940 Act. The Fund further reserves the right to settle redemption transactions and deliver redemption proceeds related to foreign investments in excess of seven days with settlement as soon as practicable, but in no event later than 15 days after the tender of shares for redemption in order to accommodate local market holidays, or series of consecutive holidays, or the extended delivery cycles for transferring foreign investments. The ability of the Trust to effect in-kind creations and redemptions within two business days of receipt of an order in good form is subject, among other things, to the condition that, within the time period from the date of the order to the date of delivery of the securities, there are no days that are holidays in the applicable foreign market. For every occurrence of one or more intervening holidays in the applicable foreign market that are not holidays observed in the U.S. equity market, the redemption settlement cycle will be extended by the number of such intervening holidays, subject to a maximum of 15 days as permitted by rule. In addition to holidays, other unforeseeable closings in a foreign market due to emergencies may also prevent the Trust from delivering securities within the normal settlement period. The securities delivery cycles currently practicable for transferring portfolio securities to redeeming investors, coupled with foreign market holiday schedules, will require a delivery process longer than seven calendar days in certain circumstances.

If neither the redeeming Beneficial Owner nor the Authorized Participant acting on behalf of such redeeming Beneficial Owner has appropriate arrangements to take delivery of the portfolio securities in the applicable jurisdiction and it is not possible to make other such arrangements, or if it is not possible to effect deliveries of the Portfolio Securities in such jurisdiction, the Trust may in its discretion redeem such shares in cash (i.e., U.S. dollars or non U.S. currency), and the redeeming Beneficial Owner will be required to receive its redemption proceeds in cash. In addition, an investor may request a redemption in cash that the Trust may, in its sole discretion, permit. In either case, the investor will receive a cash payment equal to the net asset value of its



Shares based on the NAV of shares of the relevant Fund next determined after the redemption request is received in proper form (minus a redemption transaction fee and additional variable charge for cash redemptions specified above, to offset the Trust's brokerage and other transaction costs associated with the disposition of Portfolio Securities). The Trust may also, in its sole discretion, upon request of a shareholder, provide such redeemer a portfolio of securities that differ from the exact composition of the Portfolio Securities but does not differ in NAV. Redemptions of shares for Deposit Securities will be subject to compliance with applicable U.S. federal and state securities laws and each Fund (whether or not it otherwise permits cash redemptions) reserves the right to redeem Creation Units for cash to the extent that the Fund could not lawfully deliver specific Deposit Securities upon redemptions or could not do so without first registering the Deposit Securities under such laws.

In the event that cash redemptions are permitted or required by the Trust, proceeds will be paid to the Authorized Participant redeeming shares on behalf of the redeeming investor as soon as practicable after the date of redemption (within seven calendar days thereafter, except for the instances involving foreign investments in which payment may be delayed in order to accommodate local market holidays, or series of consecutive holidays, or the extended delivery cycles for transferring foreign investments. In such instances, the Fund reserves the right to settle redemption transactions and deliver redemption proceeds as soon as practicable, but in no event later than 15 days after the tender of shares for redemption.

To the extent contemplated by an Authorized Participant's agreement with the Distributor, in the event the Authorized Participant that has submitted a redemption request in proper form is unable to transfer all or part of the Creation Units to be redeemed to the Trust, at or prior to 10:00 a.m., Eastern Time, on the Business Day after the date of submission of such redemption request, the Distributor will nonetheless accept the redemption request in reliance on the undertaking by the Authorized Participant to deliver the missing shares as soon as possible. Such undertaking shall be secured by the Authorized Participant's delivery and maintenance of collateral consisting of cash having a value equal to 110%, which the Adviser may change from time to time, of the value of the missing shares in accordance with the Trust's then-effective procedures. The only collateral that is acceptable to the Trust is cash in U.S. dollars or an irrevocable letter of credit in form, and drawn on a bank, that is satisfactory to the Trust. The Trust's current procedures for collateralization of missing shares require, among other things, that any cash collateral shall be held by the Trust's custodian, and that the fees of the custodian and any sub-custodians in respect of the delivery, maintenance and redelivery of the cash collateral shall be payable by the Authorized Participant. The cash collateral posted by the Authorized Participant may be invested at the risk of the Authorized Participant, and income, if any, on invested cash collateral will be paid to that Authorized Participant. The Authorized Participant Agreement permits the Trust to purchase the missing shares or acquire the portfolio securities and the Cash Component underlying such shares at any time and subjects the Authorized Participant to liability for any shortfall between the cost to the Trust of purchasing such shares, Portfolio Securities or Cash Component and the cash collateral or the amount that may be drawn under any letter of credit.

Because the portfolio securities of a Fund may trade on the relevant Exchange(s) on days that the Exchange is closed or are otherwise not Business Days for such Fund, shareholders may not be able to redeem their shares of such Fund, or to purchase or sell shares of such Fund on the Exchange, on days when the NAV of such Fund could be significantly affected by events in the relevant foreign markets.

The right of redemption may be suspended or the date of payment postponed with respect to any Fund (1) for any period during which the Exchange is closed (other than customary weekend and holiday closings); (2) for any period during which trading on the Exchange is suspended or restricted; (3) for any period during which an emergency exists as a result of which disposal of the shares of the Fund's portfolio securities or determination of its net asset value is not reasonably practicable; or (4) in such other circumstance as is permitted by the SEC.

## **TAXES**

### **TAXES FOR THE GLOBAL X MLP ETF**

Set forth below is a discussion of certain U.S. federal income tax considerations affecting the Fund and the purchase, ownership and disposition of Shares. It is based upon the Code, the regulations promulgated thereunder, judicial authorities, and administrative rulings and practices as in effect as of the date of this SAI, all of which are subject to change, including the

following information which also supplements and should be read in conjunction with the section in the Prospectus entitled "Dividends, Distributions and Taxes."

The following is a summary of the material U.S. federal income tax considerations applicable to an investment in Shares of the Fund. The summary is based on the laws in effect on the date of this SAI and existing judicial and administrative interpretations thereof, all of which are subject to change, possibly with retroactive effect. In addition, this summary assumes that the Fund shareholder holds Fund Shares as capital assets within the meaning of the Code, and does not hold Fund Shares in connection with a trade or business. This summary does not address all potential U.S. federal income tax considerations possibly applicable to an investment in Fund Shares, to Fund shareholders holding Fund Shares through a partnership (or other pass-through entity) or to Fund shareholders subject to special tax rules. Prospective Fund shareholders are urged to consult their own tax advisers with respect to the specific federal, state, local and foreign tax consequences of investing in Fund Shares.

The Fund is taxed as a regular corporation for federal income tax purposes and as such is obligated to pay federal and applicable state, local, and foreign corporate taxes on its taxable income. This differs from most investment companies, which elect to be treated as regulated investment companies under the Code in order to avoid paying entity level income taxes. Under current law, the Fund is not eligible to elect treatment as a regulated investment company due to its investments in MLPs invested in energy assets. As a result, the Fund will be obligated to pay federal and state taxes on its taxable income, as opposed to most other investment companies, which are not so obligated.

As discussed below, the Fund expects that a portion of the distributions it receives from MLPs may be treated as a tax-deferred return of capital, thus reducing the Fund's current tax liability. However, the amount of taxes currently paid by the Fund will vary depending on the amount of income and gains derived from investments and/or sales of MLP interests, such taxes will reduce your return from an investment in the Fund.

The Fund invests its assets primarily in MLPs, which generally are treated as partnerships for federal income tax purposes. As a partner in the MLPs, the Fund must report its allocable share of the MLPs' taxable income in computing its taxable income, regardless of the extent (if any) to which the MLPs make distributions. Based upon the Adviser's review of the historic results of the types of MLPs in which the Fund invests, the Adviser expects that the cash flow received by the Fund with respect to its MLP investments will generally exceed the taxable income allocated to the Fund (and this excess generally will not be currently taxable to the Fund but, rather, will result in a reduction of the Fund's adjusted tax basis in each MLP as described in the following paragraph). This is the result of a variety of factors, including significant non-cash deductions, such as accelerated depreciation. There is no assurance that the Adviser's expectation regarding the tax character of MLP distributions will be realized. If this expectation is not realized, there may be greater tax expense borne by the Fund and less cash available to distribute to you or to pay to expenses.

The Fund will also be subject to U.S. federal income tax (and possibly state, local, or foreign taxes) at the corporate tax rate on any gain recognized by the Fund on any sale of equity securities of an MLP. Cash distributions from an MLP to the Fund that exceed the Fund's allocable share of such MLP's net taxable income will reduce the Fund's adjusted tax basis in the equity securities of the MLP. These reductions in the Fund's adjusted tax basis in the MLP equity securities will increase the amount of any taxable gain (or decrease the amount of any tax loss) recognized by the Fund on a subsequent sale of the securities.

The Funds will accrue deferred income taxes for any future tax liability associated with its investment in MLPs, including as a result of ordinary income incurred by the MLPs as well as resulting from capital appreciation of the Fund's investments. Upon the sale of MLP security, the Fund may be liable for previously deferred taxes. The Fund will rely to some extent on information provided by the MLPs in which it invests, which is not necessarily timely, to estimate deferred tax liability for purposes of financial statement reporting and determining NAV. The Fund may accrue separately for taxes associated with both capital gains and ordinary income realized by the Fund. From time to time, the Adviser will modify the estimates or assumptions regarding the Fund's deferred tax liability as new information becomes available. The Fund will generally compute deferred income taxes based on the federal income tax rate applicable to corporations and an assumed rate attributable to state taxes.

Distributions reinvested in additional Shares of the Fund through the means of the dividend reinvestment service (see above) will nevertheless be taxable dividends to shareholders acquiring such additional Shares.

Distributions by the Fund will be treated as dividends for U.S. federal income tax purposes to the extent paid from the Fund's current or accumulated earnings and profits (as determined under U.S. federal income tax principles). Such dividends may be eligible for treatment as qualified dividend income if certain holding period requirements are satisfied. Dividends paid by the Fund to a Non-U.S. Shareholder (defined below) generally will be subject to withholding tax at a 30% rate or a reduced rate specified by an applicable income tax treaty. If an income tax treaty applies to a Non-U.S. Shareholder, the Non-U.S. Shareholder will be required to provide an IRS Form W-8BEN certifying its entitlement to benefits under the treaty in order to obtain a reduced rate of withholding tax.

## **TAXES FOR EACH FUND OTHER THAN THE GLOBAL X MLP ETF**

The following summarizes certain additional tax considerations generally affecting the Funds and their shareholders that are not described in the Prospectus. No attempt is made to present a detailed explanation of the tax treatment of the Funds or their shareholders, and the discussions here and in the Prospectus are not intended as a substitute for careful tax planning. Potential investors should consult their tax advisers with specific reference to their own tax situations.

The discussions of the federal tax consequences in the Prospectus and this SAI are based on the Code and the regulations, rulings and decisions under it, as in effect on the date of this SAI. Future legislative or administrative changes or court decisions may significantly change the statements included herein, and any such changes or decisions may have a retroactive effect with respect to the transactions contemplated herein. This discussion does not address all aspects of U.S. federal income taxation that may be relevant to shareholders in light of their particular circumstances or to shareholders subject to special treatment under U.S. federal income tax laws (e.g., certain financial institutions, insurance companies, dealers in stock or securities, tax-exempt organizations, persons who have entered into hedging transactions with respect to Shares of a Fund, persons who borrow in order to acquire Shares, and certain foreign taxpayers). Furthermore, this discussion does not reflect possible application of the alternative minimum tax ("AMT"). Unless otherwise noted, this discussion assumes Shares of each Fund (including the Global X MLP ETF) are held by U.S. shareholders and that such Shares are held as capital assets. No representation is made as to the tax consequences of the operation of any Fund.

### **U.S. SHAREHOLDER**

A U.S. shareholder is a beneficial owner of Shares of a Fund that is for U.S. federal income tax purposes:

- a citizen or individual resident of the United States (including certain former citizens and former long-term residents);
- a domestic corporation or other entity treated as a corporation for U.S. federal income tax purposes, created or organized in or under the laws of the United States or any state thereof or the District of Columbia;
- an estate, the income of which is subject to U.S. federal income taxation regardless of its source; or
- a trust if a court within the United States is able to exercise primary supervision over its administration and one or more U.S. persons have the authority to control all of its substantial decisions or the trust has made a valid election in effect under applicable Treasury Regulations to be treated as a U.S. person.

A "Non-U.S. shareholder" is a beneficial owner of Shares of a Fund that is an individual, corporation, trust or estate and is not a U.S. shareholder. If a partnership (including any entity treated as a partnership for U.S. federal income tax purposes) holds Shares of a Fund, the tax treatment of a partner in the partnership generally depends upon the status of the partner and the activities of the partnership. A prospective shareholder who is a partner of a partnership holding Shares should consult its tax advisers with respect to the purchase, ownership and disposition of its Shares.

## FUND TAXATION

Each Fund is treated as a separate corporation for federal income tax purposes. Losses in one fund do not offset gains in another fund and the requirements (other than certain organizational requirements) for qualifying for regulated investment company status as described below are determined at the Fund level rather than the Trust level.

Each Fund has elected and intends to qualify as a regulated investment company ("RIC") under Subchapter M of Subtitle A, Chapter 1, of the Code. As a RIC, each Fund generally will be exempt from federal income tax on its net investment income and realized capital gains that it distributes to shareholders, provided that it distributes an amount equal to at least the sum of 90% of its tax-exempt income and 90% of its investment company taxable income (net investment income and the excess of net short-term capital gain over net long-term capital loss), if any, for the year (the "Distribution Requirement") and satisfies certain other requirements of the Code that are described below. Each Fund intends to make sufficient distributions or deemed distributions each year to avoid liability for corporate income tax. If a Fund were to fail to make sufficient distributions, it could be liable for corporate income tax and for excise tax in respect of the shortfall or, if the shortfall is large enough, such Fund could be disqualified as a RIC.

In addition to satisfaction of the Distribution Requirement, a Fund must derive with respect to a taxable year at least 90% of its gross income from dividends, interest, certain payments with respect to securities loans and gains from the sale or other disposition of stock or securities or foreign currencies, or from other income derived with respect to its business of investing in such stock, securities, or currencies or net income derived from an interest in a qualified publicly traded partnership (the "Income Requirement"). A "qualified publicly traded partnership" ("QPTP") is generally defined as a publicly traded partnership under Section 7704 of the Code, which is generally a partnership the interests in which are "traded on an established securities market" or are "readily tradable on a secondary market (or the substantial equivalent thereof)". However, for these purposes, a QPTP does not include a publicly traded partnership if 90% or more of its income is as described above.

Also, at the close of each quarter of its taxable year, at least 50% of the value of a Fund's assets must consist of cash and cash items, U.S. government securities, securities of other regulated investment companies and securities of other issuers (as to which the Fund does not hold more than 5% of the value of its total assets in securities of such issuer and as to which the Fund does not hold more than 10% of the outstanding voting securities (including securities of a QPTP of such issuer), and no more than 25% of the value of the Fund's total assets may be invested in the securities of (i) any one issuer (other than U.S. government securities and securities of other regulated investment companies), (ii) two or more issuers which such Fund controls and which are engaged in the same or similar trades or businesses or (iii) one or more QPTPs (the "Asset Diversification Requirement"). Each Fund intends to comply with these requirements.

If a RIC fails this asset-diversification test, such RIC, in addition to other cure provisions previously permitted, has a 6-month period to correct any failure without incurring a penalty if such failure is "de minimis," meaning that the failure does not exceed the lesser of 1% of the RIC's assets, or \$10 million.

If for any taxable year a Fund does not qualify as a RIC, all of its taxable income will be subject to tax at the corporate income tax rate without any deduction for distributions to shareholders. In such event, the shareholders would recognize dividend income on distributions to the extent of such Fund's current and accumulated earnings and profits. Failure to qualify as a regulated investment company would thus have a negative impact on the Fund's income and performance. Subject to savings provisions for certain failures to satisfy the Income Requirement or Asset Diversification Requirement, which, in general, are limited to those due to reasonable cause and not willful neglect, it is possible that the Fund will not qualify as a regulated investment company in any given tax year. Even if such savings provisions apply, the Fund may be subject to a monetary sanction of \$50,000 or more.

The Code imposes a nondeductible 4% excise tax on regulated investment companies that fail to currently distribute an amount equal to specified percentages of their ordinary taxable income and capital gain net income (excess of capital gains over capital losses). Each Fund intends to make sufficient distributions or deemed distributions of its ordinary taxable income and capital gain net income each calendar year to avoid liability for this excise tax.

Each Fund intends to distribute annually to its shareholders all or substantially all of its investment company taxable income, and any net realized long-term capital gains in excess of net realized short-term capital losses (including any capital loss carryovers). However, if a Fund retains for investment an amount equal to all or a portion of its net long-term capital gains in excess of its net short-term capital losses (including any capital loss carryovers), it will be subject to a corporate tax on the amount retained. In that event, a Fund may designate such retained amounts as undistributed capital gains in a notice to its shareholders who (a) will be required to include in income for U.S. federal income tax purposes, as long-term capital gains, their proportionate Shares of the undistributed amount, (b) will be entitled to credit their proportionate Shares of the tax paid by the Fund on the undistributed amount against their U.S. federal income tax liabilities, if any, and to claim refunds to the extent their credits exceed their liabilities, if any, and (c) will be entitled to increase their tax basis, for U.S. federal income tax purposes, in their Shares by an amount equal to the difference between the amount of undistributed capital gains included in the shareholder's income and the tax deemed paid by the shareholder. Organizations or persons not subject to U.S. federal income tax on such capital gains will be entitled to a refund of their pro rata share of such taxes paid by such Fund upon filing appropriate returns or claims for refund with the Internal Revenue Service ("IRS").

Investors considering buying Shares just prior to a dividend or capital gain distribution should be aware that, although the price of Shares just purchased at that time may reflect the amount of the forthcoming distribution, such dividend or distribution may nevertheless be taxable to them. If a Fund is the holder of record of any stock on the record date for any dividends payable with respect to such stock, such dividends will be included in such Fund's gross income not as of the date received but as of the later of (a) the date such stock became ex-dividend with respect to such dividends (that is, the date on which a buyer of the stock would not be entitled to receive the declared, but unpaid, dividends) or (b) the date such Fund acquired such stock. Accordingly, to satisfy its income distribution requirements, a Fund may be required to pay dividends based on anticipated earnings, and shareholders may receive dividends in an earlier year than would otherwise be the case.

For investors that hold their Fund Shares in a taxable account, a high portfolio turnover rate may result in higher taxes. This is because a Fund with a high turnover rate is likely to accelerate the recognition of capital gains and more of such gains are likely to be taxable as short-term rather than long-term capital gains in contrast to a comparable fund with a low turnover rate. Any such higher taxes would reduce the Fund's after-tax performance.

A RIC is permitted to carry forward net capital losses to offset capital gains realized in later years, and the losses carried forward retain their original character as either long-term or short-term losses.

## **DISTRIBUTIONS**

Distributions by a Fund of its net short-term capital gains will be taxable as ordinary income. Distributions of net realized long-term capital gains, if any, that a Fund designates as capital gains dividends are taxable as long-term capital gains, whether paid in cash or in shares and regardless of how long a shareholder has held shares of such Fund. All other dividends of a Fund (including dividends from short-term capital gains) from its current and accumulated earnings and profits ("regular dividends") are generally subject to tax as ordinary income except as described below for qualified dividends.

## **EXCESS INCLUSION INCOME**

Certain types of income received by a Fund from REITs, real estate mortgage investment conduits ("REMICs"), taxable mortgage pools ("TMPs") or other investments may cause a Fund to designate some or all of its distributions as "excess inclusion income." Such excess inclusion income may (1) constitute taxable income, as "unrelated business taxable income" ("UBTI") for Fund shareholders who would otherwise be tax-exempt, such as individual retirement accounts, 401(k) accounts, Keogh plans, pension plans and certain charitable entities; (2) as UBTI, cause a charitable remainder trust to be subject to a 100% excise tax on its UBTI; (3) not be offset against net operating losses for tax purposes; (4) not be eligible for reduced U.S. withholding for non-U.S. shareholders even from tax treaty countries; and (5) cause a Fund to be subject to tax if certain "disqualified organizations" as defined by the Code are Fund shareholders.

## **TAXES APPLICABLE TO ALL FUNDS**

### **SECTIONS 351 AND 362**

The Trust on behalf of each Fund has the right to reject an order for a purchase of Shares of a Fund if the purchaser (or group of purchasers) would, upon obtaining the Shares so ordered, own 80% or more of the outstanding Shares of the Fund and if, pursuant to Sections 351 and 362 of the Code, the Fund would have a basis in the securities different from the market value of such securities on the date of deposit. If a Fund's basis in such securities on the date of deposit was less than market value on such date, such Fund, upon disposition of the securities, would recognize more taxable gain or less taxable loss than if its basis in the securities had been equal to market value. It is not anticipated that the Trust will exercise the right of rejection except in a case where the Trust determines that accepting the order could result in material adverse tax consequences to a Fund or its shareholders. The Trust also has the right to require information necessary to determine deemed and beneficial share ownership for purposes of the 80% determination.

### **FOREIGN TAXES**

It is expected that certain income of the Funds will be subject to foreign withholding taxes and other taxes imposed by countries in which the Funds invest. If a Fund is liable for foreign income taxes, including such withholding taxes and more than 50% of the value of a Fund's total assets at the close of the taxable year consists of stock or securities of foreign corporations, such Fund may file an election with the IRS to "pass through" to the Fund's shareholders the amount of foreign income taxes paid by the Fund. The Funds expect to be able to make this election, though no assurance can be given that they will be able to do so. Pursuant to this election, a shareholder (a) will include in gross income (in addition to taxable dividends actually received) the shareholder's pro rata share of the foreign income taxes paid by a Fund; (b) will treat the shareholder's pro rata share of such foreign income taxes as having been paid by the shareholder; and (c) may, subject to certain limitations, be entitled either to deduct the shareholder's pro rata share of such foreign income taxes in computing the shareholder's taxable income or to use it as a foreign tax credit against U.S. income taxes. Shortly after any year for which a Fund makes such a pass-through election, the Fund will report to its shareholders, in writing, the amount per Share of such foreign tax that must be included in each shareholder's gross income and the amount which will be available for deduction or credit.

If a Fund does not make the election, any foreign taxes paid or accrued will represent an expense to such Fund, which will reduce its net investment income. Absent this election, shareholders will not be able to claim either a credit or deduction for their pro rata shares of such taxes paid by the Fund, nor will shareholders be required to treat their pro rata shares of such taxes as amounts distributed to them.

The rules governing foreign tax credits are complex and, therefore, shareholders should consult their own tax advisors regarding the availability of foreign tax credits in their particular circumstances.

### **TAXATION OF FUND DISTRIBUTIONS**

*Distributions.* Distributions by a Fund of its net short-term capital gains will be taxable as ordinary income. Distributions of net realized long-term capital gains, if any, that a Fund designates as capital gains dividends are taxable as long-term capital gains, whether paid in cash or in shares and regardless of how long a shareholder has held shares of such Fund. All other dividends of a Fund (including dividends from short-term capital gains) from its current and accumulated earnings and profits ("regular dividends") are generally subject to tax as ordinary income except as described below for qualified dividends.

*Return of Capital.* Distributions in excess of a Fund's current and accumulated earnings and profits will, as to each shareholder, be treated as a tax-free return of capital to the extent of a shareholder's basis in his shares of such Fund, and as a capital gain thereafter (if the shareholder holds his Shares of such Fund as capital assets). Shareholders receiving dividends or distributions in the form of additional Shares should be treated for U.S. federal income tax purposes as receiving a distribution in an amount equal to the amount of money that the shareholders receiving cash dividends or distributions will receive, and should have a cost

basis in the Shares received equal to such amount. Dividends paid by a Fund that are attributable to dividends received by a Fund from domestic corporations may qualify for the federal dividends-received deduction for corporations.

*Extraordinary Dividends.* If an individual, trust or estate receives a regular dividend or qualified dividends qualifying for the long-term capital gains rates and such dividend constitutes an "extraordinary dividend," and the individual subsequently recognizes a loss on the sale or exchange of stock in respect of which the extraordinary dividend was paid, then the loss will be long-term capital loss to the extent of such extraordinary dividend. An extraordinary dividend on common stock for this purpose is generally a dividend (i) in an amount greater than or equal to 10% of the taxpayer's tax basis (or trading value) in a share of stock, aggregating dividends with ex-dividend dates within an 85-day period or (ii) in an amount greater than 20% of the taxpayer's tax basis (or trading value) in a share of stock, aggregating dividends with ex-dividend dates within a 365-day period.

*Qualified Dividend Income.* Distributions by a Fund of investment company taxable income (excluding any short-term capital gains) whether received in cash or shares will be taxable either as ordinary income or as qualified dividend income, eligible for the reduced maximum rate to individuals of 20% to the extent the Fund receives qualified dividend income on the securities it holds and the Fund designates the distribution as qualified dividend income. Qualified dividend income is, in general, dividend income from taxable domestic corporations and certain foreign corporations (e.g., foreign corporations incorporated in a possession of the United States or in certain countries with a comprehensive tax treaty with the United States, or the stock of which is readily tradable on an established securities market in the United States). A dividend will not be treated as qualified dividend income to the extent that (i) the shareholder has not held the shares on which the dividend was paid for more than 60 days during the 121-day period that begins on the date that is 60 days before the date on which the shares become ex dividend with respect to such dividend (and the Fund also satisfies those holding period requirements with respect to the securities it holds that paid the dividends distributed to the shareholder), (ii) the shareholder is under an obligation (whether pursuant to a short sale or otherwise) to make related payments with respect to substantially similar or related property, or (iii) the shareholder elects to treat such dividend as investment income under section 163(d)(4)(B) of the Code.

*Qualified REIT Dividends and Income from QPTPs.* Under the 2017 Tax Cuts and Jobs Act, "qualified REIT dividends" (i.e., ordinary REIT dividends other than capital gain dividends and portions of REIT dividends designated as qualified dividend income) are treated as eligible for a 20% deduction by noncorporate taxpayers. This deduction, if allowed in full, equates to a maximum effective tax rate of 29.6% (37% top rate applied to income after 20% deduction). A Fund may choose to report the special character of "qualified REIT dividends". A noncorporate shareholder receiving such dividends would treat them as eligible for the 20% deduction, provided Fund shares were held by the shareholder for more than 45 days during the 91-day period beginning on the date that is 45 days before the date on which the shares become ex-dividend with respect to such dividend). The amount of a RIC's dividends eligible for the 20% deduction for a taxable year is limited to the excess of the RIC's qualified REIT dividends for the taxable year over allocable expenses. The IRS continues to study whether conduit treatment of income from QPTPs (income from MLPs) for purposes of the 20% deduction by noncorporate taxpayers is appropriate in the context of publicly traded partnerships.

*Corporate Dividends-Received Deduction.* A Fund's dividends that are paid to its corporate shareholders and are attributable to qualifying dividends it received from U.S. domestic corporations may be eligible, in the hands of such shareholders, for the corporate dividends-received deduction, subject to certain holding period requirements and debt financing limitations.

*Medicare Tax.* Certain U.S. shareholders, including individuals and estates and trusts, are subject to an additional 3.8% Medicare tax on all or a portion of their "net investment income," which includes dividends from a Fund and net gains from the disposition of shares of a Fund. U.S. shareholders are urged to consult their own tax advisors regarding the implications of the additional Medicare tax resulting from an investment in a Fund.

## **TAXATION OF INCOME FROM CERTAIN FINANCIAL INSTRUMENTS AND PFICS**

The tax principles applicable to transactions in financial instruments and futures contracts and options that may be engaged in by a Fund including the effect of fluctuations in the value of foreign currencies, and investments in passive foreign investment companies, are complex and, in some cases, uncertain. Such transactions and investments may cause a Fund to recognize taxable

income prior to the receipt of cash, thereby requiring such Fund to liquidate other positions, or to borrow money, so as to make sufficient distributions to shareholders to avoid corporate-level tax. Moreover, some or all of the taxable income recognized may be ordinary income or short-term capital gain, so that the distributions may be taxable to shareholders as ordinary income.

*Options, Futures, Forward Contracts, Swap Agreements, Hedges, Straddles and Other Transactions.* In general, option premiums received by a Fund are not immediately included in the income of the Fund. Instead, the premiums are recognized (i) when the option contract expires, (ii) the option is exercised by the holder, or (iii) the Fund transfers or otherwise terminates the option (e.g., through a closing transaction). If a call option written by a Fund is exercised and the Fund sells or delivers the underlying stock, the Fund generally will recognize capital gain or loss equal to (a) sum of the strike price and the option premium received by the Fund minus (b) a Fund's basis in the stock. Such gain or loss generally will be short-term or long-term depending upon the holding period of the underlying stock. If securities are purchased by a Fund pursuant to the exercise of a put option written by it, the Fund generally will subtract the premium received for purposes of computing its cost basis in the securities purchased. The gain or loss that may arise in respect of any termination of a Fund's obligation under an option other than through the exercise of the option will be short-term gain or loss, depending on whether the premium income received by the Fund is greater or less than the amount paid by the Fund (if any) in terminating the transaction. Thus, for example, if an option written by a Fund expires unexercised, the Fund generally will recognize short-term gain equal to the premium received.

Certain covered call writing activities of a Fund may trigger the U.S. federal income tax straddle rules of section 1092 of the Code, requiring that losses be deferred and holding periods be tolled on offsetting positions in options and stocks deemed to constitute substantially similar or related property. Options on single stocks that are not "deep in the money" may constitute qualified covered calls, which generally are not subject to the straddle rules; the holding period on stock underlying qualified covered calls that are "in the money" although not "deep in the money" will be suspended during the period that such calls are outstanding. Thus, the straddle rules and the rules governing qualified covered calls could cause gains that would otherwise constitute long-term capital gains to be treated as short-term capital gains, and distributions that would otherwise constitute "qualified dividend income" or qualify for the dividends-received deduction to fail to satisfy the holding period requirements and therefore to be taxed as ordinary income or fail to qualify for the 50% dividends-received deduction, as the case may be.

The tax treatment of certain futures contracts entered into by a Fund as well as listed non-equity options written or purchased by a Fund on U.S. exchanges (including options on futures contracts, equity indices and debt securities) will be governed by Section 1256 of the Code ("Section 1256 Contracts"). Gains or losses on Section 1256 Contracts generally are considered 60% long-term and 40% short-term capital gains or losses ("60/40"), although certain foreign currency gains and losses from such contracts may be treated as ordinary in character. Also, Section 1256 Contracts held by a Fund at the end of each taxable year (and, for purposes of the 4% excise tax, on certain other dates as prescribed under the Code) are "marked to market" with the result that unrealized gains or losses are treated as though they were realized and the resulting gain or loss is treated as ordinary or 60/40 gain or loss, as applicable.

In addition to the special rules described above in respect of futures and options transactions, a Fund's transactions in other derivative instruments (e.g., forward contracts and swap agreements) as well as any of its other hedging, short sale or similar transactions, may be subject to one or more special tax rules (e.g., notional principal contract, straddle, constructive sale, wash sale and short sale rules). These rules may affect whether gains and losses recognized by a Fund are treated as ordinary or capital or as short-term or long-term, accelerate the recognition of income or gains to the Fund, defer losses to the Fund, and cause adjustments in the holding periods of the Fund's securities. These rules could therefore affect the amount, timing and/or character of distributions to shareholders. Because these and other tax rules applicable to these types of transactions are in some cases uncertain under current law, an adverse determination or future guidance by the IRS with respect to these rules (which determination or guidance may be retroactive) may affect whether a Fund has made sufficient distributions, and otherwise satisfied the relevant requirements, to maintain its qualification as a RIC and avoid Fund-level tax. Each Fund will monitor its transactions, will make appropriate tax elections and will make appropriate entries in its books and records in order to mitigate the effect of these rules.

Certain of a Fund's investments in derivative instruments and foreign currency-denominated instruments, and any of a Fund's transactions in foreign currencies and hedging activities, are likely to produce a difference between a Fund's book income and



the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any). If there is a difference between a Fund's book income and the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any), the Fund may be required to distribute amounts in excess of its book income or a portion of Fund distributions may be treated as a return of capital to shareholders. If a Fund's book income exceeds the sum of its taxable income (including realized capital gains) and net tax-exempt income (if any), the distribution (if any) of such excess generally will be treated as (i) a dividend to the extent of the Fund's remaining earnings and profits (including earnings and profits arising from tax-exempt income), (ii) thereafter, as a return of capital to the extent of the recipient's basis in the shares, and (iii) thereafter, as gain from the sale or exchange of a capital asset. If a Fund's book income is less than the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any), the Fund could be required to make distributions exceeding book income to qualify as a RIC that is accorded special tax treatment.

*Commodities.* Gains from the disposition of commodities, including precious metals, will neither be considered qualifying income for purposes of satisfying the Income Requirement nor qualifying assets for purposes of satisfying the Asset Diversification Requirement. Also, the IRS has issued a revenue ruling which holds that income derived from commodity-linked swaps is not qualifying income for purposes of the Income Requirement. In a subsequent revenue ruling, as well as in a number of follow-on private letter rulings (upon which only the fund that received the private letter ruling may rely), the IRS provides that income from certain alternative investments which create commodity exposure, such as certain commodity-linked or structured notes or a corporate subsidiary that invests in commodities, may be considered qualifying income under the Code. However, the portion of such rulings relating to the treatment of a corporation as a RIC that require a determination of whether a financial instrument or position is a security under section 2(a)(36) of the 1940 Act was revoked because of changes in the IRS's position. (A financial instrument or position that constitutes a security under section 2(a)(36) of the 1940 Act generates qualifying income for a corporation taxed as a regulated investment company). Accordingly, a Fund may decide to invest in certain commodity-linked notes only to the extent it obtains an opinion of counsel confirming that income from such investments should be qualifying income. In addition, a RIC may gain exposure to commodities through investment in a QPTP, such as an exchange-traded fund or ETF that is classified as a partnership and which invests in commodities. Accordingly, the extent to which a Fund invests in commodities or commodity-linked derivatives may be limited by the Income Requirement and the Asset Diversification Requirement, which the Fund must continue to satisfy to maintain its status as a RIC. A Fund also may be limited in its ability to sell its investments in commodities, commodity-linked derivatives, and certain ETFs or be forced to sell other investments to generate income due to the Income Requirement. If a Fund does not appropriately limit such investments or if such investments (or the income earned on such investments) were to be recharacterized for U.S. tax purposes, the Fund could fail to qualify as a RIC. In lieu of potential disqualification, a Fund is permitted to pay a tax for certain failures to satisfy the Asset Diversification Test or Income Requirement, which, in general, are limited to those due to reasonable cause and not willful neglect.

*Original Issue Discount, Pay-In-Kind Securities, Market Discount and Commodity-Linked Notes.* Some debt obligations with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance (and zero-coupon debt obligations with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance) that may be acquired by a Fund may be treated as debt obligations that are issued originally at a discount. Generally, the amount of the original issue discount ("OID") is treated as interest income and is included in a Fund's taxable income (and required to be distributed by the Fund) over the term of the debt obligation, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security.

Some debt obligations (with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance) that may be acquired by a Fund in the secondary market may be treated as having "market discount." Very generally, market discount is the excess of the stated redemption price of a debt obligation (or in the case of an obligations issued with OID, its "revised issue price") over the purchase price of such obligation. Generally, any gain recognized on the disposition of, and any partial payment of principal on, a debt obligation having market discount is treated as ordinary income to the extent the gain, or principal payment, does not exceed the "accrued market discount" on such debt obligation. Alternatively, a Fund may elect to accrue market discount currently, in which case the Fund will be required to include the accrued market discount in the Fund's income (as ordinary income) and thus distribute it over the term of the debt security, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security. The rate at which the market discount accrues, and thus is included in a Fund's income, will depend upon which of the permitted accrual methods the Fund elects. In the case of higher-risk securities, the amount of market discount may be unclear. See "Higher-Risk Securities."

Some debt obligations (with a fixed maturity date of one year or less from the date of issuance) that may be acquired by a Fund may be treated as having "acquisition discount" (very generally, the excess of the stated redemption price over the purchase price), or OID in the case of certain types of debt obligations. A Fund will be required to include the acquisition discount, or OID, in income (as ordinary income) over the term of the debt obligation, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security. A Fund may make one or more of the elections applicable to debt obligations having acquisition discount, or OID, which could affect the character and timing of recognition of income.

In addition, payment-in-kind securities will, and commodity-linked notes may, give rise to income that is required to be distributed and is taxable even though the Fund holding the security receives no interest payment in cash on the security during the year.

If a Fund holds the foregoing kinds of securities, it may be required to pay out as an income distribution each year an amount that is greater than the total amount of cash interest the Fund actually received. Such distributions may be made from the cash assets of a Fund or by liquidation of portfolio securities, if necessary (including when it is not advantageous to do so). A Fund may realize gains or losses from such liquidations. In the event a Fund realizes net capital gains from such transactions, its shareholders may receive a larger capital gain distribution than they would in the absence of such transactions.

*Higher-Risk Securities.* To the extent such investments are permissible for a Fund, a Fund may invest in debt obligations that are in the lowest rating categories or are unrated, including debt obligations of issuers not currently paying interest or who are in default. Investments in debt obligations that are at risk of or in default present special tax issues for a Fund. Tax rules are not entirely clear about issues such as when a Fund may cease to accrue interest, OID or market discount, when and to what extent deductions may be taken for bad debts or worthless securities and how payments received on obligations in default should be allocated between principal and income. In limited circumstances, it may also not be clear whether a Fund should recognize market discount on a debt obligation, and if so, what amount of market discount the Fund should recognize. These and other related issues will be addressed by a Fund when, as and if it invests in such securities, in order to seek to ensure that it distributes sufficient income to preserve its status as a RIC and does not become subject to U.S. federal income or excise tax.

*Issuer Deductibility of Interest.* A portion of the interest paid or accrued on certain high yield discount obligations owned by a Fund may not be deductible to (and thus, may affect the cash flow of) the issuer. If a portion of the interest paid or accrued on certain high yield discount obligations is not deductible, that portion will be treated as a dividend for purposes of the corporate dividends-received deduction. In such cases, if the issuer of the high yield discount obligations is a domestic corporation, dividend payments by a Fund may be eligible for the dividends-received deduction to the extent of the deemed dividend portion of such accrued interest.

Interest paid on debt obligations owned by a Fund, if any, that are considered for U.S. tax purposes to be payable in the equity of the issuer or a related party will not be deductible to the issuer, possibly affecting the cash flow of the issuer.

*Securities Lending.* While securities are loaned out by a Fund, the Fund generally will receive from the borrower amounts equal to any dividends or interest paid on the borrowed securities. For federal income tax purposes, payments made "in lieu of" dividends are not considered dividend income. These distributions will neither qualify for the reduced rate of federal income taxation for individuals on qualified dividends income, if otherwise available, nor the 50% dividends-received deduction for corporations. Also, any foreign tax withheld on payments made "in lieu of" dividends or interest may not qualify for the passthrough of foreign tax credits to shareholders.

*Tax-Exempt Shareholders.* A tax-exempt shareholder could recognize UBTI by virtue of its investment in a Fund if Shares in the Fund constitute debt-financed property in the hands of the tax-exempt shareholder within the meaning of section 514(b) of the Code. Furthermore, a tax-exempt shareholder may recognize UBTI if a Fund recognizes "excess inclusion income" derived from direct or indirect investments in residual interests in REMICs or equity interests in TMPs if the amount of such income recognized by the Fund exceeds the Fund's investment company taxable income (after taking into account deductions for dividends paid by the Fund).

In addition, special tax consequences apply to charitable remainder trusts ("CRTs") that invest in RICs that invest directly or indirectly in residual interests in REMICs or equity interests in TMPs. Under legislation enacted in December 2006, a CRT (as defined in Section 664 of the Code) that realizes any UBTI for a taxable year must pay an excise tax annually of an amount equal to such UBTI. Under IRS guidance issued in October 2006, a CRT will not recognize UBTI solely as a result of investing in a regulated investment company that recognizes "excess inclusion income." Rather, if at any time during any taxable year a CRT (or one of certain other tax-exempt shareholders, such as the United States, a state or political subdivision, or an agency or instrumentality thereof, and certain energy cooperatives) is a record holder of a share in the regulated investment company that recognizes "excess inclusion income," then the RIC will be subject to a tax on that portion of its "excess inclusion income" for the taxable year that is allocable to such shareholders, at the corporate income tax rate. The extent to which this IRS guidance remains applicable in light of the December 2006 legislation is unclear. To the extent permitted under the 1940 Act, a Fund may elect to specially allocate any such tax to the applicable CRT, or other shareholder, and thus reduce such shareholder's distributions for the year by the amount of the tax that relates to such shareholder's interest in the Fund. Each Fund has not yet determined whether such an election will be made. CRTs and other tax-exempt investors are urged to consult their tax advisers concerning the consequences of investing in a Fund.

*Passive Foreign Investment Companies.* A passive foreign investment company ("PFIC") is any foreign corporation: (i) 75% or more of the gross income of which for the taxable year is passive income, or (ii) the average percentage of the assets of which (generally by value, but by adjusted tax basis in certain cases) that produce or are held for the production of passive income is at least 50%. Generally, passive income for this purpose means dividends, interest (including income equivalent to interest), royalties, rents, annuities, the excess of gains over losses from certain property transactions and commodities transactions, and foreign currency gains. Passive income for this purpose does not include rents and royalties received by the foreign corporation from an active business and certain income received from related persons. Equity investments by a Fund in certain PFICs could potentially subject the Fund to a U.S. federal income tax or other charge (including interest charges) on the distributions received from the PFIC or on proceeds received from the disposition of shares in the PFIC. This tax cannot be eliminated by making distributions to Fund shareholders. However, a Fund may elect to avoid the imposition of that tax. For example, if a Fund is in a position to and elects to treat a PFIC as a "qualified electing fund" (i.e., make a "QEF election"), the Fund will be required to include its share of the PFIC's income and net capital gains annually, regardless of whether it receives any distribution from the PFIC. Alternatively, a Fund may make an election to mark the gains (and to a limited extent losses) in its PFIC holdings "to the market" as though it had sold and repurchased its holdings in those PFICs on the last day of the Fund's taxable year. Such gains and losses are treated as ordinary income and loss. The QEF and mark-to-market elections may accelerate the recognition of income (without the receipt of cash) and increase the amount required to be distributed by a Fund to avoid taxation. Making either of these elections therefore may require a Fund to liquidate other investments (including when it is not advantageous to do so) to meet its distribution requirement, which also may accelerate the recognition of gain and affect the Fund's total return. Dividends paid by PFICs will not be eligible to be treated as "qualified dividend income."

Because it is not always possible to identify a foreign corporation as a PFIC, a Fund may be liable for corporate-level tax on any ultimate gain or distributions on the shares if such Fund fails to make an election to recognize income annually during the period of its ownership of the shares.

*Foreign Currency Transactions.* A Fund's transactions in foreign currencies, foreign currency-denominated debt obligations and certain foreign currency options, futures contracts and forward contracts (and similar instruments) may give rise to ordinary income or loss to the extent such income or loss results from fluctuations in the value of the foreign currency concerned. Any such net gains could require a larger dividend toward the end of the calendar year. Any such net losses will generally reduce and potentially require the re-characterization of prior ordinary income distributions. Such ordinary income treatment may accelerate a Fund's distributions to shareholders and increase the distributions taxed to shareholders as ordinary income. Any net ordinary losses so created cannot be carried forward by a Fund to offset income or gains earned in subsequent taxable years.

*Investments in partnerships and QPTPs.* For purposes of the Income Requirement, income derived by a Fund from a partnership that is not a QPTP will be treated as qualifying income only to the extent such income is attributable to items of income of the partnership that would be qualifying income if realized directly by such Fund. While the rules are not entirely clear with respect to a Fund investing in a partnership outside a master feeder structure, for purposes of testing whether a Fund satisfies the Asset

Diversification Requirement, the Fund generally is treated as owning a pro rata share of the underlying assets of a partnership. In contrast, different rules apply to a partnership that is a QPTP. All of the net income derived by a Fund from an interest in a QPTP will be treated as qualifying income but the Fund may not invest more than 25% of its total assets in one or more QPTPs. However, there can be no assurance that a partnership classified as a QPTP in one year will qualify as a QPTP in the next year. Any such failure to annually qualify as a QPTP might, in turn, cause a Fund to fail to qualify as a RIC. Although, in general, the passive loss rules of the Code do not apply to RICs, such rules do apply to a Fund with respect to items attributable to an interest in a QPTP. Fund investments in partnerships, including in QPTPs, may result in the fund being subject to state, local or foreign income, franchise, or withholding tax liabilities.

If an MLP is treated as a partnership for U.S. federal income tax purposes (whether or not a QPTP), all or portion of the dividends received by a Fund from the MLP likely will be treated as a return of capital for U.S. federal income tax purposes because of accelerated deductions available with respect to the activities of such MLPs. Further, because of these accelerated deductions, on the disposition of interests in such an MLP, a Fund likely will realize taxable income in excess of economic gain with respect to those MLP interests (or if the Fund does not dispose of the MLP, the Fund could realize taxable income in excess of cash flow with respect to the MLP in a later period), and the Fund must take such income into account in determining whether the Fund has satisfied its Distribution Requirement. A Fund may have to borrow or liquidate securities to satisfy its Distribution Requirement and to meet its redemption requests, even though investment considerations might otherwise make it undesirable for the Fund to sell securities or borrow money at such time. In addition, any gain recognized, either upon the sale of a Fund's MLP interest or sale by the MLP of property held by it, including in excess of economic gain thereon, treated as so-called "recapture income," will be treated as ordinary income. Therefore, to the extent a Fund invests in MLPs, Fund shareholders might receive greater amounts of distributions from the Fund taxable as ordinary income than they otherwise would in the absence of such MLP investments.

Although MLPs are generally expected to be treated as partnerships for U.S. federal income tax purposes, some MLPs may be treated as PFICs or "regular" corporations for U.S. federal income tax purposes. The treatment of particular MLPs for U.S. federal income tax purposes will affect the extent to which a Fund can invest in MLPs and will impact the amount, character, and timing of income recognized by the Fund.

## **SALES OF SHARES**

Sales, exchanges and redemptions (including redemptions in-kind) of Fund Shares are taxable transactions for federal and state income tax purposes. A redemption of Shares by a Fund will be treated as a sale. An Authorized Participant who exchanges securities for Creation Units generally will recognize a gain or a loss. The gain or loss will be equal to the difference between the market value of the Creation Units at the time of purchase (plus any cash received by the Authorized Participant as part of the issue) and the Authorized Participant's aggregate basis in the securities surrendered (plus any cash paid by the Authorized Participant as part of the issue). An Authorized Participant who exchanges Creation Units for securities generally will recognize a gain or loss equal to the difference between the Authorized Participant's basis in the Creation Units (plus any cash paid by the Authorized Participant as part of the redemption) and the aggregate market value of the securities received (plus any cash received by the Authorized Participant as part of the redemption). The IRS, however, may assert that a loss realized upon an exchange of securities for Creation Units cannot be deducted currently under the rules governing "wash sales," or on the basis that there has been no significant change in economic position. Persons exchanging securities should consult their own tax advisor with respect to whether the wash sale rules apply and when a loss might be deductible.

Under current federal tax laws, any capital gain or loss realized upon redemption of Creation Units is generally treated as long-term capital gain or loss if the Shares have been held for more than one year and as a short-term capital gain or loss if the Shares have been held for one year or less assuming that such Creation Units are held as a capital asset.

If a Fund redeems Creation Units in cash, it may recognize more capital gains than it will if it redeems Creation Units in-kind.

Any loss realized on a sale or exchange will be disallowed to the extent the shares disposed of are replaced, including replacement through the reinvesting of dividends and capital gains distributions in a Fund, within a 61-day period beginning 30 days before

and ending 30 days after the disposition of the shares. In such a case, the basis of the shares acquired will be increased to reflect the disallowed loss. Any loss realized by a shareholder on the sale of the Fund Shares held by the shareholder for six months or less will be treated for U.S. federal income tax purposes as a long-term capital loss to the extent of any distributions or deemed distributions of long-term capital gains received by the shareholder with respect to such Shares.

## **COST BASIS REPORTING**

Federal law requires that mutual fund companies or intermediaries report their shareholders' cost basis, gain/loss, and holding period to the IRS on the shareholders' Consolidated Form 1099s when "covered" securities are sold. Covered securities are any RIC and/or dividend reinvestment plan shares acquired on or after January 1, 2012.

Each Fund or intermediaries (broker) will choose or has chosen a standing (default) tax lot identification method for all shareholders. A tax lot identification method is the way the broker will determine which specific shares are deemed to be sold when there are multiple purchases on different dates at differing net asset values, and the entire position is not sold at one time. A broker's standing tax lot identification method is the method covered Shares will be reported on your Consolidated Form 1099 if you do not select a specific tax lot identification method. You may choose a method different than the standing method and will be able to do so at the time of your purchase or upon the sale of covered Shares. Please refer to the appropriate IRS regulations or consult your tax advisor with regard to your personal circumstances. Shareholders will be notified as to which default tax lot identification method their broker will use.

For those securities defined as "covered" under current IRS cost basis tax reporting regulations, a Fund is responsible for maintaining accurate cost basis and tax lot information for tax reporting purposes. A broker is not responsible for the reliability or accuracy of the information for those securities that are not "covered." A Fund and its service providers do not provide tax advice. You should consult independent sources, which may include a tax professional, with respect to any decisions you may make with respect to choosing a tax lot identification method.

## **REPORTING**

If a shareholder recognizes a loss with respect to a Fund's Shares of \$2 million or more for an individual shareholder or \$10 million or more for a corporate shareholder, the shareholder may be required to file with the IRS a disclosure statement on Form 8886. Direct shareholders of portfolio securities are in many cases exempted from this reporting requirement, but under current guidance, shareholders of a RIC are not exempted. The fact that a loss is reportable under these regulations does not affect the legal determination of whether the taxpayer's treatment of the loss is proper. Shareholders should consult their tax advisors to determine the applicability of these regulations in light of their individual circumstances. Under recently enacted legislation, certain tax-exempt entities and their managers may be subject to excise tax if they are parties to certain reportable transactions.

The foregoing discussion is a summary only and is not intended as a substitute for careful tax planning. Purchasers of Shares should consult their own tax advisers as to the tax consequences of investing in such shares, including under state, local and foreign tax laws. Finally, the foregoing discussion is based on applicable provisions of the Code, regulations, judicial authority and administrative interpretations in effect on the date of this SAI. Changes in applicable authority could materially affect the conclusions discussed above, and such changes often occur.

## **BACKUP WITHHOLDING**

Withholding is required on dividends and gross sales proceeds paid to any shareholder who: (1) has failed to provide a correct taxpayer identification number; (2) is subject to backup withholding by the IRS; (3) has failed to certify to a Fund that such shareholder is not subject to backup withholding; or (4) has not certified that such shareholder is a U.S. person (including a U.S. resident alien)." When withholding is required, the amount will be 24% of any distributions or proceeds paid.

## **OTHER TAXES**

Dividends, distributions and redemption proceeds may also be subject to additional state, local and foreign taxes depending on each shareholder's particular situation.

## **TAXATION OF NON-U.S. SHAREHOLDERS**

Dividends paid to non-U.S. shareholders are generally subject to withholding tax at a 30% rate or a reduced rate specified by an applicable income tax treaty to the extent derived from investment income and short-term capital gains. In order to obtain a reduced rate of withholding, a non-U.S. shareholder will be required to provide an IRS Form W-8BEN or W-8BEN-E certifying its entitlement to benefits under a treaty. The withholding tax does not apply to regular dividends paid to a non-U.S. shareholder who provides a Form W-8ECI, certifying that the dividends are effectively connected with the non-U.S. shareholder's conduct of a trade or business within the United States. Instead, the effectively connected dividends will be subject to regular U.S. income tax as if the non-U.S. shareholder were a U.S. shareholder. A non-U.S. corporation receiving effectively connected dividends may also be subject to additional "branch profits tax" imposed at a rate of 30% (or lower treaty rate). A non-U.S. shareholder who fails to provide an IRS Form W-8BEN or other applicable form may be subject to backup withholding at the appropriate rate.

In general, capital gain dividends reported shareholders as paid from its net long-term capital gains, other than long-term capital gains realized on disposition of U.S. real property interests (see the discussion below), are not subject to U.S. withholding tax unless you are a nonresident alien individual present in the U.S. for a period or periods aggregating 183 days or more during the calendar year. Generally, dividends reported to shareholders as interest-related dividends paid from the Fund's qualified net interest income from U.S. sources and short-term capital gain dividends reported to shareholders as paid from its net short-term capital gains, other than short-term capital gains realized on disposition of U.S. real property interests (see the discussion below), are not subject to U.S. withholding tax unless you were a nonresident alien individual present in the U.S. for a period or periods aggregating 183 days or more during the calendar year. The Fund reserves the right to not report interest-related dividends or short-term capital gain dividends. Additionally, the Fund's reporting of interest-related dividends or short-term capital gain dividends may not be passed through to shareholders by intermediaries who have assumed tax reporting responsibilities for this income in managed or omnibus accounts due to systems limitations or operational constraints.

For foreign shareholders of a Fund, a distribution attributable to such Fund's sale of a REIT or other U.S. real property holding company will be treated as real property gain subject to withholding tax at the corporate income tax rate if 50% or more of the value of such Fund's assets are invested in REITs and other U.S. real property holding corporations and if the foreign shareholder has held more than 5% of a class of stock at any time during the one-year period ending on the date of the distribution. A distribution from a Fund will be treated as attributable to a U.S. real property interest only if such distribution is attributable to a distribution received by such Fund from a REIT. Restrictions apply regarding wash sales and substitute payment transactions. Because each Fund expects to invest less than 50% of its assets at all times, directly or indirectly, in U.S. real property interests, each Fund expects that neither gain on the sale or redemption of Fund shares nor Fund dividends and distributions would be subject to FIRPTA reporting and tax withholding.

Under the Foreign Account Tax Compliance Act ("FATCA"), a 30% withholding tax is imposed on income dividends paid by the Fund to certain foreign entities, referred to as foreign financial institutions or nonfinancial foreign entities, that fail to comply (or be deemed compliant) with extensive reporting and withholding requirements designed to inform the U.S. department of the Treasury of U.S.-owned foreign investment accounts. After December 31, 2018, FATCA withholding also would have applied to certain capital gain distributions, return of capital distributions and the proceeds arising from the sale of Fund Shares, however based on proposed regulations issued by the IRS, which can be relied upon currently, such withholding is no longer required unless final regulations provide otherwise (which is not expected). Information about a shareholder in a Fund may be disclosed to the IRS, non-U.S. taxing authorities or other parties as necessary to comply with FATCA. Withholding also may be required if a foreign entity that is a shareholder of a Fund fails to provide the appropriate certifications or other documentation concerning its status under FATCA.

Each prospective shareholder is urged to consult its tax adviser regarding the applicability of FATCA and any other reporting requirements with respect to the prospective shareholder's own situation, including investments through an intermediary.

## NET ASSET VALUE

The NAV for each Fund is calculated by deducting all of the Fund's liabilities (including accrued expenses) from the total value of its assets (including the securities held by the Fund plus any cash or other assets, including interest and dividends accrued but not yet received) and dividing the result by the number of shares outstanding, and generally rounded to the nearest cent, although each Fund reserves the right to calculate its NAV to more than two decimal places. The NAV for each Fund will generally be determined by SEIGFS once daily Monday through Friday generally as of the regularly scheduled close of business of the Exchange (normally 4:00 p.m. Eastern Time) on each day that the Exchange is open for trading, based on prices at the time of closing, provided that (a) any assets or liabilities denominated in currencies other than the U.S. dollar shall be translated into U.S. dollars at the prevailing market rates on the date of valuation as quoted by one or more major banks or dealers that makes a two-way market in such currencies (or a data service provider based on quotations received from such banks or dealers); and (b) U.S. fixed-income assets may be valued as of the announced closing time for trading in fixed-income instruments on any day that the Bond Market Association announces an early closing time.

In calculating a Fund's NAV, the Fund's investments are generally valued using market valuations. In the event that current market valuations are not readily available or such valuations do not reflect current market values, the affected investments will be valued using fair value pricing pursuant to the pricing policy and procedures approved by the Board. A market valuation generally means a valuation (i) obtained from an exchange or a major market maker (or dealer), (ii) based on a price quotation or other equivalent indication of value supplied by an exchange, a pricing service, or a major market maker (or dealer) or (iii) based on amortized cost. In the case of shares of funds that are not traded on an exchange, a market valuation means such fund's published NAV per share. SEIGFS may use various pricing services or discontinue the use of any pricing service.

In the event that current market valuations are not readily available or such valuations do not reflect current market values, the affected investments will be valued using fair value pricing pursuant to the pricing policy and procedures approved by the Board. A price obtained from a pricing service based on such pricing service's valuation matrix may be used to fair value a security. The frequency with which a Fund's investments are valued using fair value pricing is primarily a function of the types of securities and other assets in which the Fund invests pursuant to its investment objective, strategies and limitations.

Investments that may be valued using fair value pricing include, but are not limited to: (i) an unlisted security related to corporate actions; (ii) a restricted security (i.e., one that may not be publicly sold without registration under the Securities Act of 1933, as amended (the "Securities Act")); (iii) a security whose trading has been suspended or which has been de-listed from its primary trading exchange; (iv) a security that is thinly traded; (v) a security in default or bankruptcy proceedings for which there is no current market quotation; (vi) a security affected by currency controls or restrictions; and (vii) a security affected by a significant event (i.e., an event that occurs after the close of the markets on which the security is traded but before the time as of which the Fund's NAV is computed and that may materially affect the value of the Fund's investments). Examples of events that may be "significant events" are government actions, natural disasters, armed conflict, acts of terrorism, and significant market fluctuations.

Valuing a Fund's investments using fair value pricing will result in using prices for those investments that may differ from current market valuations. Use of fair value prices and certain current market valuations could result in a difference between the prices used to calculate a Fund's net asset value and the prices used by the Fund's Underlying Index, which, in turn, could result in a difference between the Fund's performance and the performance of the Fund's Underlying Index.

The value of assets denominated in foreign currencies is converted into U.S. dollars using exchange rates deemed appropriate by the Adviser as investment adviser. Any use of fair value prices, current market valuations or exchange rates different from the prices and rates used by the Index Providers may adversely affect a Fund's ability to track its Underlying Index.

Each Fund will publish the following information on the Fund's website for each portfolio holding that will form the basis of the next calculation of current net asset value per share: (A) the ticker symbol (if available); (B) CUSIP or other identifier; (C) a description of the holding; (D) quantity of each security or other asset held; and (E) the percentage weight of the holding in the portfolio.

## **DISTRIBUTION AND SERVICE PLAN**

The Board of Trustees of the Trust has adopted a distribution and services plan ("Plan") pursuant to Rule 12b-1 under the 1940 Act. Under the Plan, each Fund is authorized to pay distribution fees in connection with the sale and distribution of its Shares and pay service fees in connection with the provision of ongoing services to shareholders of each class and the maintenance of shareholder accounts in an amount up to 0.25% of its average daily net assets each year.

No Rule 12b-1 fees are currently paid by the Funds, and there are no current plans to impose these fees. However, in the event Rule 12b-1 fees are charged in the future, because these fees are paid out of each Fund's assets on an ongoing basis, these fees will increase the cost of your investment in the Funds. By purchasing Shares subject to distribution fees and service fees, you may pay more over time than you would by purchasing Shares with other types of sales charge arrangements. Long-term shareholders may pay more than the economic equivalent of the maximum front-end sales charge permitted by the rules of FINRA. The net income attributable to Shares will be reduced by the amount of distribution fees and service fees and other expenses.

## **DIVIDENDS AND DISTRIBUTIONS**

### **GENERAL POLICIES**

Dividends from net investment income, including any net foreign currency gains, are declared and paid at least annually and any net realized securities gains are distributed at least annually. To improve tracking error or comply with the distribution requirements of the Code, dividends may be declared and paid more frequently than annually for certain funds. Dividends and securities gains distributions are distributed in U.S. dollars and cannot be automatically reinvested in additional Shares of the Funds. The Trust reserves the right to declare special distributions if, in its reasonable discretion, such action is necessary or advisable to preserve the status of each Fund as a RIC or to avoid imposition of income or excise taxes on undistributed income.

Dividends and other distributions of shares are distributed on a pro rata basis to Beneficial Owners of such shares. Dividend payments are made through DTC Participants and Indirect Participants to Beneficial Owners then of record with proceeds received from the Funds.

### **DIVIDEND REINVESTMENT SERVICE**

No dividend reinvestment service is provided by the Trust. Broker-dealers may make available the DTC book-entry Dividend Reinvestment Service for use by Beneficial Owners of the Funds for reinvestment of their dividend distributions. Beneficial Owners should contact their broker to determine the availability and costs of the service and the details of participation therein. Brokers may require Beneficial Owners to adhere to specific procedures and timetables. If this service is available and used, dividend distributions of both income and realized gains will be automatically reinvested in additional whole shares of the same Fund purchased in the secondary market.

## **FINANCIAL STATEMENTS**

Audited financial statements and financial highlights for the Trust as of November 30, 2023, including the notes thereto, and the reports of PricewaterhouseCoopers LLP, an independent registered public accounting firm, are incorporated herein by reference from the Trust's November 30, 2023 Annual Report (for the Global X MLP ETF, Global X MLP & Energy Infrastructure ETF, Global X Alternative Income ETF, Global X Conscious Companies ETF, Global X U.S. Preferred ETF, Global X S&P 500® Quality Dividend ETF, Global X Adaptive U.S. Factor ETF, Global X Variable Rate Preferred ETF, Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF, Global X 1-3 Month T-Bill ETF, and Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353>; and for all other funds: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353>) to shareholders. The Annual Report will be delivered upon request.



## OTHER INFORMATION

### CONTROL PERSONS AND PRINCIPAL HOLDERS OF SECURITIES

Although the Trust does not have information concerning the beneficial ownership of shares held in the names of Authorized Participants, as of March 1, 2024, the following persons owned, of record or beneficially, 5% or more of the outstanding shares of the following Funds.

#### Global X MLP ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	26.89%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	13.02%
UBS Financial Services Inc. 1000 Harbor Boulevard, Weehawken, NJ 07086-6790	11.35%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	11.19%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	5.80%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave., St. Louis, MO 63103	5.42%

#### Global X MLP & Energy Infrastructure ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	22.03%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	15.67%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.28%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	11.96%

#### Global X Alternative Income ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	26.61%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	17.85%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.32%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	6.24%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	5.97%

#### Global X Conscious Companies ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Sumitomo Mitsui Trust Bank (U.S.A.) Limited 111 River Street, Hoboken, NJ 07030	73.24%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	14.37%

#### **Global X U.S. Preferred ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	39.77%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	11.98%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	7.44%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	6.46%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave, St. Louis, MO 63103	5.74%

#### **Global X S&P 500® Quality Dividend ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	19.28%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	16.71%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	12.90%
Stifel, Nicolaus & Company Incorporated 501 North Broadway, St. Louis, MO 63102	11.59%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	7.12%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	5.22%

#### **Global X Adaptive U.S. Factor ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	67.94%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	23.42%

**Global X Variable Rate Preferred ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	55.24%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	11.06%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	6.85%

**Global X Adaptive U.S. Risk Management ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	57.52%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	36.13%

**Global X 1-3 Month T-Bill ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	37.27%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	18.71%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.92%

**Global X U.S. Cash Flow Kings 100 ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	57.71%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	16.42%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	11.02%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	5.29%

**Global X Millennial Consumer ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Apex Clearing Corporation 1155 Long Island Ave, Edgewood, NY 11717	20.97%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	19.07%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	11.54%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.92%

**Global X Aging Population ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	37.07%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	18.62%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.58%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	9.34%

**Global X FinTech ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	15.64%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	11.41%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	9.81%
PNC Bank, N.A. 8800 Tincum Boulevard, Philadelphia, PA 19153-3198	6.85%
UBS Financial Services Inc. 1000 Harbor Boulevard, Weehawken, NJ 07086-6790	5.67%
J.P. Morgan Securities LLC/JPMC 383 Madison Ave, New York, NY 10179	5.52%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bvryant Park, New York, NY 10036	5.06%

**Global X Internet of Things ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	25.43%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.62%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bvryant Park, New York, NY 10036	12.03%
PNC Bank, N.A. 8800 Tincum Boulevard, Philadelphia, PA 19153-3198	7.76%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.31%

**Global X Robotics & Artificial Intelligence ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	14.85%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.91%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	8.87%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.82%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	7.31%

**Global X U.S. Infrastructure Development ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	15.07%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	13.12%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	10.87%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	10.00%
SEI Private Trust Company/C/O/ GWP	9.35%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.03%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	6.99%

**Global X Autonomous & Electric Vehicles ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	17.40%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.69%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	12.70%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	5.95%

**Global X Artificial Intelligence & Technology ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	16.87%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.33%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	12.68%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	5.81%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	5.24%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.14%

**Global X Genomics & Biotechnology ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	19.63%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.89%
HSBC Bank USA, National Association/Clearing 452 Fifth Avenue, New York, NY 10018	10.04%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	9.05%

**Global X Cloud Computing ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	23.24%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	17.23%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	10.54%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	7.95%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	5.71%

**Global X Cybersecurity ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	20.21%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.61%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	12.16%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.82%

**Global X Thematic Growth ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	25.88%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	12.56%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bviant Park, New York, NY 10036	10.95%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	8.01%
Raymond James & Associates, Inc. 880 Carillon Parkway, St. Petersburg, FL 33733-2749	5.29%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	5.05%

**Global X Video Games & Esports ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	19.04%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.85%
PNC Bank, N.A. 8800 Tincum Boulevard, Philadelphia, PA 19153-3198	9.35%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	8.58%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bviant Park, New York, NY 10036	7.86%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	7.02%

**Global X Telemedicine & Digital Health ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	24.78%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	19.12%
HSBC Bank USA, National Association/Clearing 452 Fifth Avenue, New York, NY 10018	14.42%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	8.40%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	5.77%

**Global X CleanTech ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	32.81%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	20.91%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.10%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	5.93%

**Global X Data Center & Digital Infrastructure ETF (formerly known as the Global X Data Center REITs & Digital Infrastructure ETF)**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	29.58%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	16.86%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	15.47%
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	6.73%

**Global X Clean Water ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	32.51%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	12.41%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	9.17%
National Bank Financial Inc./CDS 130 Adelaide Street, West, Suite 1400, Toronto, Ontario, Canada M5H 3P5	8.84%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	8.82%

**Global X AgTech & Food Innovation ETF**



<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.29%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	13.53%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	10.03%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	9.62%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	6.47%
J.P. Morgan Securities LLC/JPMC 383 Madison Ave, New York, NY 10179	5.74%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	5.71%

#### **Global X Blockchain ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	18.50%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.32%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	9.10%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	7.49%
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	7.01%

#### **Global X Hydrogen ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	15.86%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	14.26%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	13.63%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.61%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	13.12%

#### **Global X Solar ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	40.60%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	17.01%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	11.48%
Brown Brothers Harriman & Co. 525 Washington Blvd., Jersey City, NJ 07310	6.37%

#### **Global X Wind Energy ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	26.08%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.27%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	7.00%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	6.11%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	5.56%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	5.42%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.22%

#### **Global X PropTech ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	94.31%

#### **Global X Defense Tech ETF**

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	35.08%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	28.98%
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	10.14%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	5.18%

#### **INDEPENDENT TRUSTEE COUNSEL**

Stradley Ronon Stevens & Young, LLP, with offices at 2000 K Street N.W., Suite 700, Washington, DC 20006, is Fund Counsel and Counsel to the Independent Trustees of the Trust.

## **INDEPENDENT REGISTERED PUBLIC ACCOUNTING FIRM**

PricewaterhouseCoopers LLP serves as the Funds' independent registered public accounting firm.

## **SECURITIES LENDING AGENTS**

The Bank of New York Mellon and Brown Brothers Harriman & Co. serve as the securities lending agents for the Trust.

## **TAX SERVICES**

Cohen Fund Audit Services, Ltd. ("Cohen") prepares federal 1120 and state tax returns for the Global X MLP ETF. In addition, among other things, Cohen calculated the estimated tax provisions for financial statement purposes for the Funds' fiscal period ended November 30, 2023.

## **ADDITIONAL INFORMATION**

The Prospectus and this SAI do not contain all the information included in the registration statement filed with the SEC under the Securities Act with respect to the securities offered by the Trust's Prospectus. Certain portions of the registration statement have been omitted from the Prospectus and this SAI pursuant to the rules and regulations of the SEC. The registration statement, including the exhibits filed therewith, may be examined at the office of the SEC in Washington, D.C.

Statements contained in the Prospectus or in this SAI as to the contents of any contract or other documents referred to are not necessarily complete, and in each instance reference is made to the copy of such contract or other document filed as an exhibit to the registration statement of which the Prospectus and this SAI form a part, each such statement being qualified in all respects by such reference.

## Appendix A Description of Corporate Bond Ratings

Following are expanded explanations of the ratings shown in the Prospectus and this SAI.

### ***Description of Moody's Investors Service, Inc. - Global Long-Term Obligation Ratings***

Ratings assigned on Moody's global long-term rating scale are forward-looking opinions of the relative credit risks of financial obligations issued by non-financial corporates, financial institutions, structured finance vehicles, project finance vehicles, and public sector entities. Long-term ratings are assigned to issuers or obligations with an original maturity of one year or more and reflect both on the likelihood of a default on contractually promised payments and the expected financial loss suffered in the event of default. Such ratings have been published by Moody's Investors Service, Inc. and Moody's Analytics Inc.

**Aaa:** Obligations rated Aaa are judged to be of the highest quality, subject to the lowest level of credit risk.

**Aa:** Obligations rated Aa are judged to be of high quality and are subject to very low credit risk.

**A:** Obligations rated A are judged to be upper-medium grade and are subject to low credit risk.

**Baa:** Obligations rated Baa are judged to be medium-grade and subject to moderate credit risk and as such may possess certain speculative characteristics.

**Ba:** Obligations rated Ba are judged to be speculative and are subject to substantial credit risk.

**B:** Obligations rated B are considered speculative and are subject to high credit risk.

**Caa:** Obligations rated Caa are judged to be speculative of poor standing and are subject to very high credit risk.

**Ca:** Obligations rated Ca are highly speculative and are likely in, or very near, default, with some prospect of recovery of principal and interest.

**C:** Obligations rated C are the lowest rated and are typically in default, with little prospect for recovery of principal or interest.

Note: Moody's appends numerical modifiers 1, 2, and 3 to each generic rating classification from Aa through Caa. The modifier 1 indicates that the obligation ranks in the higher end of its generic rating category; the modifier 2 indicates a mid-range ranking; and the modifier 3 indicates a ranking in the lower end of that generic rating category. Additionally, a "(hyb)" indicator is appended to all ratings of hybrid securities issued by banks, insurers, finance companies, and securities firms.\*

\* By their terms, hybrid securities allow for the omission of scheduled dividends, interest, or principal payments, which can potentially result in impairment if such an omission occurs. Hybrid securities may also be subject to contractually allowable write-downs of principal that could result in impairment. Together with the hybrid indicator, the long-term obligation rating assigned to a hybrid security is an expression of the relative credit risk associated with that security.

### ***Description of Moody's Investors Service, Inc. - National Long-Term Scale Ratings***

Moody's long-term National Scale Ratings (NSRs) are opinions of the relative creditworthiness of issuers and financial obligations within a particular country. NSRs are not designed to be compared among countries; rather, they address relative credit risk within a given country. Moody's assigns national scale ratings in certain local capital markets in which investors have found the global rating scale provides inadequate differentiation among credits or is inconsistent with a rating scale already in

common use in the country. In each specific country, the last two characters of the rating indicate the country in which the issuer is located (e.g., Aaa.br for Brazil).

**Aaa.n:** Issuers or issues rated Aaa.n demonstrate the strongest creditworthiness relative to other domestic issuers.

**Aa.n:** Issuers or issues rated Aa.n demonstrate very strong creditworthiness relative to other domestic issuers.

**A.n:** Issuers or issues rated A.n present above-average creditworthiness relative to other domestic issuers.

**Baa.n:** Issuers or issues rated Baa.n represent average creditworthiness relative to other domestic issuers.

**Ba.n:** Issuers or issues rated Ba.n demonstrate below-average creditworthiness relative to other domestic issuers.

**B.n:** Issuers or issues rated B.n demonstrate weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

**Caa.n:** Issuers or issues rated Caa.n demonstrate very weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

**Ca.n:** Issuers or issues rated Ca.n demonstrate extremely weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

**C.n:** Issuers or issues rated C.n demonstrate the weakest creditworthiness relative to other domestic issuers.

Note: Moody's appends numerical modifiers 1, 2, and 3 to each generic rating classification from Aa through Caa. The modifier 1 indicates that the obligation ranks in the higher end of its generic rating category; the modifier 2 indicates a mid-range ranking; and the modifier 3 indicates a ranking in the lower end of that generic rating category. National scale long-term ratings of D.ar and E.ar may also be applied to Argentine obligations.

#### ***Description of S&P Global Ratings' - Long-Term Issue Credit Ratings\****

Issue credit ratings are based, in varying degrees, on S&P Global Ratings' analysis of the following considerations:

- Likelihood of payment—capacity and willingness of the obligor to meet its financial commitment on an obligation in accordance with the terms of the obligation;
- Nature and provisions of the obligation, and the promise S&P Global Ratings imputes.
- Protection afforded by, and relative position of, the financial obligation in the event of a bankruptcy, reorganization, or other arrangement under the laws of bankruptcy and other laws affecting creditors' rights.

Issue ratings are an assessment of default risk, but may incorporate an assessment of relative seniority or ultimate recovery in the event of default. Junior obligations are typically rated lower than senior obligations, to reflect the lower priority in bankruptcy, as noted above. (Such differentiation may apply when an entity has both senior and subordinated obligations, secured and unsecured obligations, or operating company and holding company obligations.)

**AAA:** An obligation rated 'AAA' has the highest rating assigned by S&P Global Ratings. The obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is extremely strong.

**AA:** An obligation rated 'AA' differs from the highest-rated obligations only to a small degree. The obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is very strong.

**A:** An obligation rated 'A' is somewhat more susceptible to the adverse effects of changes in circumstances and economic conditions than obligations in higher-rated categories. However, the obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is still strong.

**BBB:** An obligation rated 'BBB' exhibits adequate protection parameters. However, adverse economic conditions or changing circumstances are more likely to lead to a weakened capacity of the obligor to meet its financial commitment on the obligation.

**BB; B; CCC; CC; and C:** Obligations rated 'BB', 'B', 'CCC', 'CC', and 'C' are regarded as having significant speculative characteristics. 'BB' indicates the least degree of speculation and 'C' the highest. While such obligations will likely have some quality and protective characteristics, these may be outweighed by large uncertainties or major exposures to adverse conditions.

**BB:** An obligation rated 'BB' is less vulnerable to nonpayment than other speculative issues. However, it faces major ongoing uncertainties or exposure to adverse business, financial, or economic conditions which could lead to the obligor's inadequate capacity to meet its financial commitment on the obligation.

**B:** An obligation rated 'B' is more vulnerable to nonpayment than obligations rated 'BB', but the obligor currently has the capacity to meet its financial commitment on the obligation. Adverse business, financial, or economic conditions will likely impair the obligor's capacity or willingness to meet its financial commitment on the obligation.

**CCC:** An obligation rated 'CCC' is currently vulnerable to nonpayment, and is dependent upon favorable business, financial, and economic conditions for the obligor to meet its financial commitment on the obligation. In the event of adverse business, financial, or economic conditions, the obligor is not likely to have the capacity to meet its financial commitment on the obligation.

**CC:** An obligation rated 'CC' is currently highly vulnerable to nonpayment. The 'CC' rating is used when a default has not yet occurred, but S&P Global Ratings expects default to be a virtual certainty, regardless of the anticipated time to default.

**C:** An obligation rated 'C' is currently highly vulnerable to nonpayment, and the obligation is expected to have lower relative seniority or lower ultimate recovery compared to obligations that are rated higher.

**D:** An obligation rated 'D' is in default or in breach of an imputed promise. For non-hybrid capital instruments, the 'D' rating category is used when payments on an obligation are not made on the date due, unless S&P Global Ratings believes that such payments will be made within five business days in the absence of a stated grace period or within the earlier of the stated grace period or 30 calendar days. The 'D' rating also will be used upon the filing of a bankruptcy petition or the taking of similar action and where default on an obligation is a virtual certainty, for example due to automatic stay provisions. A rating on an obligation is lowered to 'D' if it is subject to a distressed exchange offer.

\*The ratings from 'AA' to 'CCC' may be modified by the addition of a plus (+) or minus (-) sign to show relative standing within the major rating categories.

#### ***Description of DBRS - Long Term Obligation Ratings:***

The DBRS® long-term rating scale provides an opinion on the risk of default. That is, the risk that an issuer will fail to satisfy its financial obligations in accordance with the terms under which an obligation has been issued. Ratings are based on quantitative and qualitative considerations relevant to the issuer, and the relative ranking of claims. All rating categories other than AAA and D also contain subcategories "(high)" and "(low)". The absence of either a "(high)" or "(low)" designation indicates the rating is in the middle of the category.

**AAA:** Highest credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is exceptionally high and unlikely to be adversely affected by future events.

**AA:** Superior credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is considered high. Credit quality differs from AAA only to a small degree. Unlikely to be significantly vulnerable to future events.

**A:** Good credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is substantial, but of lesser credit quality than AA. May be vulnerable to future events, but qualifying negative factors are considered manageable.

**BBB:** Adequate credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is considered acceptable. May be vulnerable to future events.

**BB:** Speculative, non-investment grade credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is uncertain. Vulnerable to future events.

**B:** Highly speculative credit quality. There is a high level of uncertainty as to the capacity to meet financial obligations.

**CCC, CC, C:** Very highly speculative credit quality. In danger of defaulting on financial obligations. There is little difference between these three categories, although CC and C ratings are normally applied to obligations that are seen as highly likely to default, or subordinated to obligations rated in the CCC to B range. Obligations in respect of which default has not technically taken place but is considered inevitable may be rated in the C category.

**D:** When the issuer has filed under any applicable bankruptcy, insolvency or winding up statute or there is a failure to satisfy an obligation after the exhaustion of grace periods, a downgrade to D may occur. DBRS may also use SD (Selective Default) in cases where only some securities are impacted, such as the case of a "distressed exchange."